

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ

1.ª REVISÃO

## RELATÓRIO AMBIENTAL PROPOSTA PARA DISCUSSÃO PÚBLICA

Abril de 2026



Proposta para Discussão Pública



## 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ

### RELATÓRIO AMBIENTAL | PROPOSTA PARA DISCUSSÃO PÚBLICA

Município da Covilhã, abril de 2026

#### ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

Hélio Fazendeiro	Presidente da Câmara Municipal – Mandato 2025-2029 (acompanha os trabalhos desde 03.11.2025)
Luís Marques	Vereador da Câmara Municipal – Mandato 2025-2029 (acompanha os trabalhos desde 07.11.2025)
Vitor Pereira	Presidente da Câmara Municipal – Mandato 2021-2025 (acompanhou os trabalhos até 31.10.2025)
José Serra dos Reis	Vereador da Câmara Municipal – Mandato 2021-2025 (acompanhou os trabalhos até 31.12.2024)
Jorge Vieira	Diretor do Departamento de Obras e Planeamento
Isabel Matias	Chefe de Divisão de Planeamento e de Gestão de Cofinanciamento de Investimento
Cassandra Mota	Técnica Superior
Mafalda Teixeira	Técnica Superior
Mariana Lino	Técnica Superior
Maximino Bidarra	Técnico Superior
Rui Ferrão	Técnico Superior

#### EQUIPA TÉCNICA

##### NÚCLEO DE COORDENAÇÃO

Vilma Silva	Coordenação Geral
Vera Santos Silva	Coordenação Técnica   Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território
Tiago Bandeira Costa	Coordenação Técnica   Planeamento Ambiental, Riscos e Recursos Naturais

##### ESTRUTURA TÉCNICA

Amanda Cavalcante	Maria João Guerreiro
Andreia Quintas	Maria João Martins
Carlos Faustino	Maysa Valença
Carolina Macedo dos Santos	Renato Dias
Carolina Silva	Rui Valente
Giulia Resta	Salomé Gomes
Gonçalo Angeiras	Sara Carvalho
Joana Almeida	Tiago Ortega
Júlia Ribes Fagundes	Vasco Romualdo
Mafalda Moreira	

#### ELABORADO POR

**TERRITÓRIO XXI** - Gestão Integrada do Território e do Ambiente

Avenida da República, n.º 679, 2.º Andar, Sala 23

4450-242 Matosinhos

T. +351 220 135 202

geral@territorioxxi.pt

## ÍNDICES

### ÍNDICE GERAL

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 CONTEÚDO DO RELATÓRIO AMBIENTAL.....	15
<b>2. ENQUADRAMENTO LEGAL.....</b>	<b>17</b>
<b>3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>22</b>
3.1 PRESSUPOSTOS E REFERENCIAIS METODOLÓGICOS.....	22
3.2 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....	25
3.2.1 FASE A – DEFINIÇÃO DO ÂMBITO E DOS OBJETIVOS DA AAE.....	27
3.2.2 FASE B – AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO.....	31
3.2.3 FASE C – ELABORAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO RELATÓRIO AMBIENTAL.....	34
3.2.4 FASE D – ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL E APROVAÇÃO DO PLANO.....	35
3.2.5 FASE E – SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO DA AAE.....	36
<b>4. OBJETO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>38</b>
4.1 NATUREZA E ÂMBITO DE APLICAÇÃO DOS PDM.....	38
4.2 TERMOS DE REFERÊNCIA DA 1.ª REVISÃO DO PDMC.....	39
4.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E MODELO TERRITORIAL DA 1.ª REVISÃO DO PDMC.....	41
<b>5. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO.....</b>	<b>45</b>
<b>6. QUADRO DE AVALIAÇÃO DA AAE.....</b>	<b>48</b>
6.1 QUESTÕES ESTRATÉGICAS E QUESTÕES AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE.....	48
6.2 DEFINIÇÃO DOS FCD.....	52
6.3 CRITÉRIOS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO.....	55
<b>7. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS E SITUAÇÃO ATUAL.....</b>	<b>60</b>
7.1 FCD1 – BIODIVERSIDADE, VALORES CULTURAIS E PAISAGÍSTICOS.....	60
7.1.1 Solo.....	60
7.1.2 Recursos Hídricos.....	65
7.1.3 Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos.....	70
7.2 FCD2 – QUALIDADE AMBIENTAL E RISCOS.....	80
7.2.1 Ambiente Sonoro e Qualidade do Ar.....	80
7.2.2 Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento Básico.....	83
7.2.3 Resíduos.....	85
7.2.4 Energia.....	87
7.2.5 Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos.....	89
7.2.6 Alterações Climáticas.....	96



7.3	FCD3 – ORDENAMENTO E COESÃO TERRITORIAL .....	102
7.3.1	Sistema Urbano .....	103
7.3.2	Parque Edificado e Habitação.....	113
7.3.3	Equipamentos e Serviços Públicos .....	119
7.3.4	Coesão Territorial .....	121
7.4	FCD4 – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO .....	125
7.4.1	Dinamização Económica e Emprego.....	126
7.4.2	Atividades Tradicionais e de Base Produtiva .....	133
7.4.3	Turismo.....	139
<b>8.</b>	<b>AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO E RECOMENDAÇÕES PARA O PLANO ...</b>	<b>142</b>
8.1	Avaliação dos Efeitos Significativos da Proposta Preliminar e Recomendações para o Plano 142	
8.2	Avaliação dos Efeitos Significativos da Proposta Final .....	161
8.2.1	Avaliação dos Efeitos Significativos do Plano (FCD 1).....	162
8.2.2	Avaliação dos Efeitos Significativos do Plano (FCD 2).....	174
8.2.3	Avaliação dos Efeitos Significativos do Plano (FCD 3).....	184
8.2.4	Avaliação dos Efeitos Significativos do Plano (FCD 4).....	194
<b>9.</b>	<b>DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO .....</b>	<b>203</b>
9.1	QUADRO DE GOVERNANÇA .....	203
9.2	MEDIDAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO .....	207
9.3	MEDIDAS DE CONTROLO .....	208
<b>10.</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>212</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>214</b>
	<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>216</b>
	<b>RECURSOS WEB.....</b>	<b>221</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>223</b>
	ANEXO I – PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ERAE .....	223
	ANEXO II – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE) .....	223

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Diagrama global dos procedimentos de AAE da 1.ª Revisão do PDMC .....	26
<b>Figura 2.</b> Metodologia da Fase A – Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental .....	27
<b>Figura 3.</b> Subfase 1 da Fase B – Pré-Avaliação das Opções Estratégicas do Plano .....	31
<b>Figura 4.</b> Subfase 2 da Fase B – Avaliação dos efeitos significativos das soluções do Plano, recomendações e diretrizes para o seguimento .....	33
<b>Figura 5.</b> Estruturação do Modelo Territorial Estratégico da 1.ª Revisão do PDMC (Fonte: CMC, 2025).....	44
<b>Figura 6.</b> Excertos excerto dos mapas de conflito relativos à situação existente, para os indicadores <i>Lden</i> e <i>Ln</i> , na cidade da Covilhã. (Sonometria, CMC, 2025) .....	81
<b>Figura 7.</b> Carta de Perigosidade de Incêndio Rural para a Covilhã (CMC, 2021) .....	91
<b>Figura 8.</b> Mapa de Risco de Deslizamento de Massa para a Covilhã (Portal InfoRiscos, Avaliação Nacional de Risco, 2019) .....	93
<b>Figura 9.</b> Mapa de risco de ocorrência de acidentes com transporte de matérias perigosas (Portal InfoRiscos, Avaliação Nacional de Risco, 2019).....	95
<b>Figura 10.</b> Rede Viária e Rede de Modos Suaves Municipal (CMC, 2022) .....	109
<b>Figura 11.</b> Mapa das paragens da rede dos Transportes Urbanos da Covilhã (Extraído a 11/11/2022 de <a href="https://www.transdev.pt/horarios/covilha">https://www.transdev.pt/horarios/covilha</a> ).....	110
<b>Figura 12.</b> Acessibilidade à rede de transporte coletivo.....	111
<b>Figura 13.</b> Extrato (exemplo) do quadro de avaliação de efeitos significativos da proposta preliminar do Plano .....	143

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Eixos e Objetivos Estratégicos da 1.ª Revisão do PDMC.....	41
<b>Quadro 2.</b> Quadro de Referência Estratégico para a AAE da 1.ª Revisão do PDMC.....	45
<b>Quadro 3.</b> Relação entre as Questões Estratégicas (QE) e o Quadro de Referência Estratégico (QRE) .....	49
<b>Quadro 4.</b> Matriz de correspondência entre as QAS (ou fatores ambientais) e as Questões Estratégicas (QE) ..	51
<b>Quadro 5.</b> Relação entre FCD, QE e Fatores Ambientais .....	54
<b>Quadro 6.</b> Identificação dos FCD e respetivos Critérios de sustentabilidade .....	55
<b>Quadro 7.</b> Quadro de Avaliação - FCD, Critérios e Indicadores de Avaliação.....	58
<b>Quadro 8.</b> Conversões de outros usos não urbanos para Territórios Artificializados (entre 1995 e 2018) (Fonte: DGT, 1995 e 2018).....	62
<b>Quadro 9.</b> Classes de uso e ocupação de solo (COS 2018) integradas em RAN (2009) .....	64
<b>Quadro 10.</b> Classes de uso e ocupação de solo (COS 2018) integradas em REN (2020) .....	65
<b>Quadro 11.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Solo’ .....	65
<b>Quadro 12.</b> Classificação do estado (químico e ecológico) das massas de água superficiais da RH5 para o 1.º ciclo de planeamento (2009-2015), o 2.º ciclo de planeamento (2016-2021) e o 3.º ciclo de planeamento (2022-2027). .....	67
<b>Quadro 13.</b> Pressões responsáveis pelo estado global das massas de água “inferiores a bom” PGRH – RH5, 3.º Ciclo de planeamento (APA, 2022-2027) .....	68
<b>Quadro 14.</b> Número e tipo de captações, por setor de atividade existentes no concelho da Covilhã (Fonte: APA) .....	69
<b>Quadro 15.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Recursos Hídricos’ .....	70
<b>Quadro 16.</b> Património Classificado no concelho da Covilhã .....	77
<b>Quadro 17.</b> Património em vias de classificação no concelho da Covilhã .....	78
<b>Quadro 18.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos’ .....	79
<b>Quadro 19.</b> Índice de qualidade do ar (2006-2018) (Fonte: INE).....	82
<b>Quadro 20.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Ambiente Sonoro e Qualidade do Ar’ .....	83
<b>Quadro 21.</b> Número e Consumos de Água por Tipo de Cliente (ADC, 2018).....	84
<b>Quadro 22.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento Básico’ .....	85
<b>Quadro 23.</b> Volume e proporção de resíduos urbanos geridos (t) por ano e tipo de destino (INE) .....	86
<b>Quadro 24.</b> Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/ hab.) por ano (INE) .....	86
<b>Quadro 25.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Resíduos’ .....	87
<b>Quadro 26.</b> Consumo de energia elétrica (kWh) por ano e tipo de consumo (INE, DGEG) .....	87



<b>Quadro 27.</b> Consumo de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência (INE) .....	88
<b>Quadro 28.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Energia’ .....	89
<b>Quadro 29.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos’ .....	95
<b>Quadro 30.</b> Fundo Total Aprovado (FEDER) do Programa Operacional do Centro para o Município da Covilhã ( <a href="http://centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados">http://centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados</a> , dados exportados 09/11/2022) .....	97
<b>Quadro 31.</b> Operações aprovadas pelo POSEUR e respetivo fundo comunitário aprovado para o Município da Covilhã ( <a href="https://poseur.portugal2020.pt/pt/projetos/pesquisa-de-candidaturas/">https://poseur.portugal2020.pt/pt/projetos/pesquisa-de-candidaturas/</a> , dados exportados 09/11/2022) .....	98
<b>Quadro 32.</b> Projetos públicos aprovados no âmbito do QCAIII, do QREN e do Portugal 2020 (Fonte: Câmara Municipal da Covilhã, 2022) .....	99
<b>Quadro 33.</b> Emissões de Gases de Efeitos de Estufa (GEE) para os anos de 2015, 2017 e 2019 expressa em kton, por fonte de emissão. ....	100
<b>Quadro 34.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Alterações Climáticas’ .....	102
<b>Quadro 35.</b> Número de propostas do plano de ações do PAMUS para o município da Covilhã, por âmbito. (CIMRBSE, 2020). ....	108
<b>Quadro 36.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Sistema Urbano’ .....	113
<b>Quadro 37.</b> Proporção de alojamentos arrendados por escalão (INE CENSOS, 2021) .....	114
<b>Quadro 38.</b> N.º de Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, sobrelotados, secundária e vagos (INE, 2021) .....	115
<b>Quadro 39.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Parque Edificado e Habitação’ .....	118
<b>Quadro 40.</b> Número de Equipamentos e serviços de utilização coletiva por tipologia e por freguesias da Covilhã (CMC) .....	119
<b>Quadro 41.</b> Equipamentos desportivos por freguesia, estado de conservação e atividade (Fonte: PEDD 2021-30) .....	120
<b>Quadro 42.</b> Capacidade de respostas sociais para 2020 (Fonte: Carta Social) .....	121
<b>Quadro 43.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Equipamentos e Serviços Públicos’ .....	121
<b>Quadro 44.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Coesão Territorial’ .....	125
<b>Quadro 45.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Dinamização Económica e Emprego’ .....	133

<b>Quadro 46.</b> Produtos agrícolas e géneros alimentícios certificados existentes na Covilhã (Fonte: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural) .....	134
<b>Quadro 47.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Atividades Tradicionais e de Base Produtiva’ .....	139
<b>Quadro 48.</b> Alojamentos turísticos na Covilhã (Fonte: SIGTUR, 2022) .....	139
<b>Quadro 49.</b> N.º de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes (2014-2021) (Fonte: INE) .....	140
<b>Quadro 50.</b> Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Turismo’ .....	141
<b>Quadro 51.</b> Acolhimento no Plano das recomendações para o FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos .....	143
<b>Quadro 52.</b> Acolhimento no Plano das recomendações para o FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos .....	151
<b>Quadro 53.</b> Acolhimento no Plano das recomendações para o FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial .....	156
<b>Quadro 54.</b> Acolhimento no Plano das recomendações para o FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico .....	158
<b>Quadro 55.</b> FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos   Avaliação dos efeitos significativos do Plano .....	163
<b>Quadro 56.</b> FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos   Avaliação dos efeitos significativos do Plano .....	175
<b>Quadro 57.</b> FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial   Avaliação dos efeitos significativos do Plano .....	185
<b>Quadro 58.</b> FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico   Avaliação dos efeitos significativos do Plano .....	195
<b>Quadro 59.</b> Quadro de Governança – Grupos de Interesse e Principais Áreas de Atuação .....	204
<b>Quadro 60.</b> Medidas de Planeamento e Gestão .....	207
<b>Quadro 61.</b> Indicadores de seguimento .....	209

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Proporção do tecido edificado/urbano descontínuo entre 2007, 2010, 2015 e 2018 (Fonte: DGT, 2007, 2010, 2015, 2018) .....	103
<b>Tabela 2.</b> Proporção do meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%) por local de residência (à data dos Censos 2011, INE) .....	112
<b>Tabela 3.</b> Preço médio das vendas por m <sup>2</sup> de alojamentos familiares relativos aos resultados dos últimos 12 meses (INE, 2024) .....	114
<b>Tabela 4.</b> Evolução da variação da população residente na Covilhã, por freguesia (1991-2021) (Fonte: INE) ..	122
<b>Tabela 5.</b> Taxa de repulsão interna (%) por Local de residência (Fonte: INE) .....	124
<b>Tabela 6.</b> População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Tipologia de áreas urbanas (Fonte: INE, 2011) .....	125
<b>Tabela 7.</b> População residente por nível de escolaridade mais elevado completo (2021, INE) .....	126
<b>Tabela 8.</b> Evolução da taxa de atividade (%) na Covilhã de 1960 a 2021 (PORDATA, 2021) .....	127

<b>Tabela 9.</b> Evolução da taxa de desemprego entre 2001, 2011 e 2021 (INE, 2021) .....	127
<b>Tabela 10.</b> Evolução da dinâmica empresarial. Proporção do volume de negócios, pessoal ao serviço e estabelecimentos entre 2008 e 2020 por setor de atividade. (INE) .....	130
<b>Tabela 11.</b> Proporção de área das ZI de Canhoso e Tortosendo ocupadas por indústria (%) (DGT, 2007, 2010, 2015, 2018) .....	131
<b>Tabela 12.</b> Evolução da área classificada pelas megaclasses relativas ao uso agrícola para 1995, 2007, 2015, 2018 .....	134
<b>Tabela 13.</b> Área de ocupação agrícola por classes de nível 4 da COS para 2018 (DGT, 2018) .....	135
<b>Tabela 14.</b> Evolução da área classificada pelas megaclasses relativas ao uso florestal para 1995, 2007, 2015, 2018 .....	138
<b>Tabela 15.</b> Área de ocupação florestal por classes de nível 4 da COS para 2018 (DGT, 2018) .....	138
<b>Tabela 16.</b> Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos de alojamento turístico. (Fonte: INE) ...	141

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Proporção de certificados emitidos por classe energética na Covilhã (imagem superior) e a nível do distrito de Castelo Branco (imagem inferior) (ADENE, 2024) .....	89
<b>Gráfico 2.</b> Distribuição anual da área ardida (2009-2022) (ICNF) .....	90
<b>Gráfico 3.</b> Evolução do número de edifícios licenciados (2002 – 2022) (INE) .....	105
<b>Gráfico 4.</b> Evolução do número de edifícios licenciados por tipo de obra (2002 – 2022) (INE). .....	106
<b>Gráfico 5.</b> Evolução do número de edifícios licenciados por tipo de destino de obra (2002 – 2022) (INE) .....	106
<b>Gráfico 6.</b> Evolução dos preços de arrendamento da habitação (€/m <sup>2</sup> ) publicitado entre agosto de 2020 e outubro de 2022 no concelho (Fonte: <a href="https://www.idealista.pt/">https://www.idealista.pt/</a> ) .....	115
<b>Gráfico 7.</b> Edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (%) (Fonte: ELH, 2020a) ..	117
<b>Gráfico 8.</b> Evolução da população residente na Covilhã (1991-2021) (Fonte: INE) .....	122
<b>Gráfico 9.</b> Evolução da proporção da população residente, por grupo etário (1991-2021) (Fonte: Recenseamento e Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, INE) .....	124
<b>Gráfico 10.</b> Evolução da proporção de população residente com 15 a 64 anos inscritos no centro de desemprego (PORDATA) .....	128
<b>Gráfico 11.</b> Evolução do número de empresas sediadas na Covilhã (INE, 2022) .....	129
<b>Gráfico 12.</b> Evolução do pessoal ao serviço (N.º) de empresas por setor de atividade (INE) .....	131
<b>Gráfico 13.</b> Variação no número de explorações agrícolas, por freguesia (1999-2019) (Fonte: INE, 2019) .....	136
<b>Gráfico 14.</b> Variação da superfície agrícola utilizada (SAU) em ha, por freguesia (1999-2019) (Fonte: INE, 2019) .....	137



## SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>A</b>	Autoestrada
<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>ADENE</b>	Agência para a Energia
<b>AED</b>	Área de Edificação Dispersa
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>AR</b>	Aglomerado Rural
<b>ARU</b>	Área de Reabilitação Urbana
<b>AUNI</b>	Área Urbanas Não Infraestruturada
<b>CC</b>	Comissão Consultiva
<b>CIM</b>	Comunidade Intermunicipal
<b>CIMRBSE</b>	Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela
<b>CIP</b>	Conjunto de Interesse Público
<b>CMC</b>	Câmara Municipal da Covilhã
<b>COS</b>	Carta de Uso e Ocupação do Solo
<b>DA</b>	Declaração Ambiental
<b>DGT</b>	Direção-Geral do Território
<b>DGEG</b>	Direção-Geral de Energia e Geologia
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>DPH</b>	Domínio Público Hídrico
<b>DR</b>	Decreto Regulamentar
<b>EDP</b>	Energias De Portugal
<b>EEC</b>	Estrutura Ecológica Complementar
<b>EEF</b>	Estrutura Ecológica Fundamental
<b>EEM</b>	Estrutura Ecológica Municipal
<b>EEU</b>	Estrutura Ecológica Urbana
<b>ELH</b>	Estratégia Local de Habitação
<b>EN</b>	Estrada Nacional
<b>ERAe</b>	Entidades Públicas com Responsabilidade Ambiental Específica
<b>ERSAR</b>	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
<b>ETAR</b>	Estação de Tratamento de Águas Residuais

<b>FCD</b>	Fatores Críticos para a Decisão
<b>FMSAU</b>	Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística
<b>IC</b>	Itinerário Complementar
<b>ICNF</b>	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
<b>IHRU</b>	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
<b>IIM</b>	Imóvel de Interesse Municipal
<b>IIP</b>	Imóvel de Interesse Público
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IP</b>	Itinerário Principal
<b>LBGPPSOTU</b>	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e de Urbanismo
<b>MAS</b>	Massas de Água Superficiais
<b>MIM</b>	Monumento de Interesse Municipal
<b>MIP</b>	Monumento de Interesse Público
<b>NUTS</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OE</b>	Objetivo Estratégico
<b>PAESC</b>	Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PDMC</b>	Plano Diretor Municipal da Covilhã
<b>PERSU 2030</b>	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos
<b>PGRH</b>	Plano de Gestão da Região Hidrográfica
<b>PMAC</b>	Plano Municipal de Ação Climática
<b>PMDFCI</b>	Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios
<b>PMEPC</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
<b>PNGIFR</b>	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
<b>PNPOT</b>	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
<b>PNSE</b>	Parque Natural da Serra da Estrela
<b>POACV</b>	Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato
<b>POPNSE</b>	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela
<b>PP</b>	Plano de Pormenor
<b>PROF</b>	Programa Regional de Ordenamento Florestal

<b>PROF-CI</b>	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior
<b>PROT</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território
<b>PROT-C</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro
<b>PU</b>	Plano de Urbanização
<b>QAS</b>	Questões Ambientais e de Sustentabilidade
<b>QE</b>	Questões Estratégicas
<b>QRE</b>	Quadro de Referência Estratégica
<b>RA</b>	Relatório Ambiental
<b>RAN</b>	Reserva Agrícola Nacional
<b>RCD</b>	Resíduos de Construção e Demolição
<b>REN</b>	Reserva Ecológica Nacional
<b>REOT</b>	Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território
<b>RFCD</b>	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
<b>RJAAE</b>	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
<b>RJIGT</b>	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
<b>RNAAT</b>	Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística
<b>RNT</b>	Registo Nacional de Turismo
<b>SAU</b>	Superfície Agrícola Utilizada
<b>SIC</b>	Sítio de Importância Comunitária
<b>SRUP</b>	Servidões e Restrições de Utilidade Pública
<b>UF</b>	União das Freguesias
<b>UP</b>	Unidade de Paisagem
<b>ZEC</b>	Zona Especial de Conservação



## 1. INTRODUÇÃO

A **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** é um instrumento de avaliação de impactos de natureza estratégica, assente nas premissas da integração ambiental, da avaliação de oportunidades e riscos de estratégias e do desenvolvimento e integração da cultura estratégica nos processos de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucional, num quadro de desenvolvimento sustentável. É enquadrado pelo Decreto-Lei (DL) n.º 232/2007, de 15 de junho, com a redação dada pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, impondo a obrigatoriedade do procedimento de Avaliação Ambiental de planos e programas de ordenamento do território.

No diploma legal referido, estabelece-se, no artigo 3.º, que estão sujeitos a avaliação ambiental “os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação”.

Esta imposição é reforçada pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT - DL n.º 80/2015, de 14 de maio) que, no art.º 97.º, estabelece que o PDM, entre outros elementos documentais, é acompanhado pelo RA, “no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos”.

Tendo em conta o enquadramento jurídico vigente, a 1.ª Revisão do PDM da Covilhã (PDMC), constituindo um instrumento de ordenamento urbano e rural ou de utilização dos solos, com potencial de produção de efeitos ambientais, está sujeita a procedimento de avaliação ambiental.

## 1.1 CONTEÚDO DO RELATÓRIO AMBIENTAL

O presente documento constitui o **Relatório Ambiental (RA) da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) da Covilhã**, elaborado no âmbito do processo de **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** que decorre paralelamente à elaboração deste Plano.

O RA foi elaborado no seguimento de dois documentos anteriormente produzidos:

- O Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD) – que materializou a primeira fase do processo de AAE, onde foi estabelecido o alcance e o nível de pormenor da informação a incluir no Relatório Ambiental (RA) – submetido pelo Município da Covilhã a parecer das entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAÉ), como determina o DL n.º 232/2007, tendo recebido um conjunto de pareceres, dos quais constam diversos comentários, contributos ou sugestões de alteração;
- O RA Provisório, onde foi apresentada a análise de tendências e a caracterização da situação atual, a pré-avaliação das opções estratégicas do plano (incluindo riscos e oportunidades) e o estabelecimento de medidas de planeamento e gestão (para necessária ponderação numa fase subsequente do procedimento de elaboração do Plano). O RA Provisório foi submetido para apreciação pelas Entidades na 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva (CC), realizada a 28 de junho de 2024;
- O RA e Resumo Não Técnico (RNT), onde foi apresentada a avaliação dos efeitos significativos da proposta do Plano e a revisão das medidas de planeamento e gestão (ponderadas pela equipa do Plano). O RA e RNT foram submetidos para apreciação pelas entidades na 2.ª Reunião Plenária da CC, realizada a 6 de junho de 2025.

A ponderação aos pareceres emitidos pelas diversas entidades, relativamente ao RFCD, ao RA Provisório (1.ª Reunião Plenária da CC) e ao Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico (2.ª Reunião Plenária da CC), consta do Anexo I. Uma parte dos comentários, contributos ou sugestões inicialmente identificadas pelas entidades (no âmbito do RFCD) haviam já sido integradas, sempre que possível, no RA Provisório. Quanto às restantes observações, as mesmas foram ponderadas, tendo sido grande parte destas integradas na presente proposta de RA. Relativamente às recomendações que não obtiveram acolhimento, apresenta-se a respetiva fundamentação nos quadros de ponderação que constam do referido Anexo I.

No Anexo II, apresentam-se as orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade de cada documento ou instrumento que integra Quadro de Referência Estratégico (QRE) da presente AAE.

O RA é composto por nove capítulos, genericamente agrupados em três partes. Os capítulos 2 e 3 correspondem à primeira parte, apresentando o enquadramento legal, os pressupostos, referenciais e metodologia a observar no processo da presente AAE. A segunda parte corresponde ao Capítulo 4, versando sobre o objeto de avaliação da presente AAE, com a apresentação do enquadramento legal (natureza e âmbito de aplicação dos PDM), dos termos de referência da 1.ª Revisão do PDMC, bem como dos objetivos estratégicos e do modelo territorial estratégico. A terceira parte, constituída pelos capítulos 5, 6, 7, 8 e 9, corresponde à aplicação da metodologia de AAE propriamente dita. No Capítulo 5 apresenta-se o Quadro de Referência Estratégico e no Capítulo 6 apresenta-se o Quadro de Avaliação da AAE (Fatores Críticos para a Decisão), seguindo-se a estes a análise das tendências de evolução e da situação atual (Capítulo 7). No Capítulo 8, apresenta-se a avaliação dos efeitos significativos que foi efetuada no âmbito da presente AAE, distinguindo-se um histórico do processo, em dois momentos: a avaliação da proposta preliminar de Plano (correspondente à versão apresentada no âmbito da 1.ª Reunião Plenária da CC) e as recomendações efetuadas nessa fase; e, depois, a avaliação da proposta de Plano submetida no âmbito da 2.ª Reunião Plenária da CC.

Por fim, no Capítulo 9, são definidas diretrizes para o seguimento, estabelecendo-se o quadro de governança (articulação de rede de instituições, organizações e demais atores relevantes para a promoção dos objetivos ambientais e de sustentabilidade à escala local), as medidas de planeamento e gestão que visam a minimização dos principais riscos identificados, e as medidas de controlo, com o estabelecimento de um quadro de indicadores de acompanhamento, dirigidos para a fase de avaliação e controlo da AAE.

Do ponto de vista processual, o RA integra a proposta de Plano sujeita a consulta institucional (no âmbito da CC do Plano) e irá, também, integrar, de futuro a proposta de Plano que será sujeita a discussão pública, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).



## 2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é enquadrada pelo DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 14 de maio, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente (RJAAE). Este diploma transpõe para o nível nacional duas diretivas comunitárias, a Diretiva n.º 2001/42/CE e a Diretiva 2003/35/CE, que têm por objetivo estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais nos planos e programas, e, por fim último, a promoção do desenvolvimento sustentável.

O RJAAE estabelece na alínea a) do art.º 2.º a definição de avaliação ambiental: a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um RA e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final.

Nos termos do art.º 5.º do RJAAE, compete à entidade responsável pela elaboração do plano ou programa (neste caso, a Câmara Municipal) determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como determinar o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no RA. De acordo com o mesmo artigo, a entidade responsável pela elaboração do plano ou programa solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no RA às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa. Esses pareceres devem ser emitidos no prazo de 20 dias.

O art.º 6.º do RJAAE dispõe sobre o âmbito e conteúdo do RA, estabelecendo que, juntamente com o plano sujeito a avaliação ambiental, a entidade responsável elabora um RA. Este documento identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. Mais especificamente, estabelece-se que constam do RA os seguintes elementos:

- a) Uma descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;
- b) As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for

aplicado o plano ou programa;

- c) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo DL n.º 140/99, de 24 de abril, na redação conferida pelo DL n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- d) Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;
- e) Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;
- f) As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano ou programa;
- g) Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;
- h) Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no art.º 11.º;
- i) Um resumo não técnico das informações referidas nas alíneas anteriores.

De acordo com o art.º 7.º do RJAAE, que se refere às obrigações dos proponentes dos planos e programas, em matéria de participação pública e institucional nos processos de avaliação ambiental, antes da aprovação do plano em causa e do respetivo RA, a entidade responsável pela sua elaboração promove a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação. Para tal, o projeto de plano ou programa e o respetivo RA são facultados às referidas entidades, que dispõem de um prazo de 30 dias para se pronunciarem.

No que diz respeito à participação pública nos processos de avaliação ambiental, estabelece-se, ainda no art.º 7.º do RJAAE, que o projeto de plano ou programa e o respetivo RA são submetidos a consulta pública, por iniciativa da entidade responsável pela sua elaboração, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não-governamentais e pelos interessados que possam de algum modo ter interesse ou ser afetados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projetos por aquele enquadrados. Esta consulta pública, que não deve ter um prazo de duração inferior a 30 dias, é devidamente divulgada através de meios eletrónicos e em jornais de circulação regional ou nacional.

O art.º 9.º do RJAAE determina que o RA e os resultados da consulta institucional e da consulta pública são ponderados na elaboração da versão final do plano ou programa a aprovar.

No art.º 10.º estabelece-se a obrigação, para a entidade responsável pelo plano ou programa, de elaboração de uma declaração ambiental, em momento posterior à aprovação do mesmo plano ou programa, a qual deve integrar os seguintes conteúdos:

- a) A forma como as considerações ambientais e o RA foram integrados no plano ou programa;
- b) As observações apresentadas durante a consulta institucional e a consulta pública e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;
- c) As razões que fundaram a aprovação do plano ou programa à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- d) As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no art.º 11.º do RJAAE.

A referida declaração ambiental é obrigatoriamente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, bem como às restantes entidades consultadas no procedimento de AAE, e disponibilizada ao público pela entidade responsável pela elaboração do plano ou programa, através da respetiva página *online*.

O RJAAE estabelece, ainda, regras para o seguimento e monitorização da implementação do plano ou programa, designadamente a obrigação de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas de controlo previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

A AAE de instrumentos de gestão territorial – PNPOT, Programas Especiais, Programas Setoriais, Programas Regionais, Programas Intermunicipais e Planos Territoriais (PDM, PU e PP) – é, de forma

supletiva, enquadrada pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT).

As disposições legais genericamente aplicáveis à avaliação ambiental de qualquer instrumento de gestão territorial são as seguintes:

- As entidades públicas responsáveis pela elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos programas e planos territoriais são obrigadas a divulgar através do seu sítio na internet, da plataforma colaborativa de gestão territorial e da comunicação social o início e as conclusões dos procedimentos de avaliação, incluindo de avaliação ambiental (n.º 3 do art.º 6.º);
- Nos programas e planos sujeitos a avaliação ambiental, deve ser garantida a avaliação dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos significativos imprevistos e aplicar as necessárias medidas corretivas previstas na declaração ambiental (n.º 2 do art.º 187.º);
- Após a publicação no Diário da República de programa ou plano territorial sujeito a avaliação ambiental, a entidade competente pela respetiva elaboração envia à Agência Portuguesa do Ambiente uma declaração contendo os elementos referidos no art.º 10.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho (n.º 1 do art.º 195.º).

No que se refere de forma mais direta à avaliação ambiental dos planos diretores municipais, o RJIGT estabelece as seguintes regras:

- O PDM é acompanhado, entre outros elementos, pelo RA, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos (n.º 2 do art.º 97.º);
- Deve ser garantida a integração, na CC, das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, interessem os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, e que exercem, no âmbito daquela comissão, as competências consultivas atribuídas pelos art.º 5.º e 7.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, e acompanham a elaboração do RA (n.º 3 do artigo 83.º);
- Para efeitos de avaliação ambiental, o parecer final da CC, o qual traduz uma decisão global definitiva e vinculativa para toda a Administração Pública, integra a análise das entidades sobre o RA (n.º 4 do art.º 85.º);
- No período de discussão pública do PDM, que deve ser anunciado com a antecedência mínima



de cinco dias e não pode ser inferior a 30 dias, a proposta de plano disponibilizada para consulta pelos interessados inclui, entre outros elementos, o respetivo RA (n.º 1 do art.º 89.º).

### 3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

#### 3.1 PRESSUPOSTOS E REFERENCIAIS METODOLÓGICOS

A legislação nacional que enquadra a AAE de PDM, apresentada de forma detalhada no capítulo anterior, não estabelece uma metodologia para a realização das avaliações ambientais, antes se limita a definir algumas regras processuais e procedimentais que podem ser sintetizadas nos seguintes tópicos:

- O desenvolvimento da AAE deve ser simultâneo com o processo de elaboração do PDM, articulando-se com este ao nível da calendarização, das consultas institucionais e públicas e da partilha de dados de base e informação;
- É obrigatória a elaboração de um RA, independente e autónomo da documentação que constitui a proposta propriamente dita do PDM;
- O processo de avaliação ambiental do PDM inicia-se com a definição do âmbito da avaliação e do alcance e nível de detalhe da informação a considerar na mesma, da qual resulta um relatório que deve ser submetido a consulta das entidades, às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes do plano ou programa;
- É obrigatória a identificação de um quadro de referência estratégico completo, onde se identifiquem os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, nacional, regional e local que sejam pertinentes para a elaboração/revisão do PDM;
- É obrigatória a consideração de um período de consulta pública, coincidente com o do PDM;
- É obrigatória a elaboração duma declaração ambiental, após a aprovação do PDM, cujo conteúdo se encontra indicado na legislação;
- O RA deve prever uma etapa de seguimento, monitorização ou de avaliação, que se inicia com a implementação do PDM.

No seguimento da publicação do DL n.º 232/2007, foram publicados em Portugal dois guias metodológicos que visaram a consolidação de uma metodologia de avaliação ambiental de planos e programas baseada numa abordagem de pensamento estratégico, mais direcionada para as formas de articulação processual entre a elaboração do plano e os procedimentos de avaliação ambiental e, como tal, menos limitada à mera avaliação *a posteriori* dos efeitos significativos no ambiente, decorrentes da implementação do plano. Os guias em causa são os seguintes:

- *Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas* (Partidário, 2007);
- *Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território* (DGOTDU, 2010).

O guia publicado em 2007 pela Agência Portuguesa do Ambiente (Partidário, 2007) foi revisto e melhorado, aproveitando a experiência prática de aplicação da ferramenta AAE no nosso país, o que culminou na publicação, em 2012, pela mesma entidade, do *Guia de Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um Pensamento Estratégico em AAE* (Partidário, 2012). Este documento constitui o principal referencial da presente proposta de metodologia para a AAE da 1.ª Revisão do PDMC. Refira-se, contudo, que foram considerados outras publicações como a *Strategic Environmental Assessment in Action* (Therivel, 2010) e a *Practical Guide to the Strategic Environmental Assessment Directive* (Scottish Executive, 2005).

Para além dos referidos guias, foi também considerada um conjunto de informação técnica do seguinte conjunto de documentos:

- *PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais* (CNT, 2020);
- *Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental* (DGT, 2021);
- *Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT* (DGT, 2020);
- *Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de AAE de Planos e Programas* (APA, 2020);
- *Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de AAE de Planos e Programas* (APA, 2020).

A metodologia de AAE que aqui se apresenta assenta num modelo de pensamento estratégico que pretende colocar o enfoque na compreensão do contexto de desenvolvimento (a realidade territorial, socioeconómica e institucional que subjaz ao plano) e dos problemas ambientais identificados na área de implementação do plano, e na formulação e avaliação das opções ambientais e de sustentabilidade mais viáveis que permitam atingir os objetivos estratégicos do plano.

O modelo de pensamento estratégico em AAE assume os seguintes pressupostos de base, como garantia de uma boa prática de avaliação ambiental de planos e programas:

- A AAE é um facilitador estratégico dos processos de sustentabilidade;

- A AAE deve assegurar a focagem nas questões ambientais e de sustentabilidade realmente relevantes, tendo em conta o âmbito e natureza do plano e a realidade territorial que lhe subjaz;
- A AAE trabalha, sobretudo, com processos conceptuais (formulação de opções estratégicas) e não com resultados;
- A AAE aplica-se às decisões de natureza estratégica e é usada estrategicamente em relação ao processo de tomada de decisão.

O *Guia de Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um Pensamento Estratégico em AAE* (Partidário, 2012) decompõe o modelo de pensamento estratégico em AAE em quatro componentes fundamentais, reveladoras do carácter abrangente e integrador da AAE:

- *Componente técnica* – envolve a consideração do conhecimento técnico especializado de peritos e a realização de estudos de carácter técnico para reduzir e aumentar o conhecimento sobre as questões ambientais e de sustentabilidade consideradas como prioritárias. A definição de prioridades, a análise de tendências, a avaliação das opções e soluções estratégicas, as diretrizes e o seguimento constituem atividades técnicas da maior relevância e que devem ocorrer simultaneamente com as componentes processual e de comunicação.
- *Componente processual* – constitui uma dimensão fundamental da AAE ao garantir um diálogo permanente entre a AAE e o processo de elaboração do plano e, dessa forma, garantir a flexibilidade e adaptabilidade da AAE a cada caso. A ligação entre o processo de AAE e os processos de elaboração do plano deve ser assegurado através de janelas de decisão e de regras de governança, que deverão garantir a integração dos dois processos.
- *Componente institucional* – implica a análise institucional, mas também a alteração institucional, conforme é necessária ou apenas resultante da dinâmica política, e expressa a capacidade de influência na decisão ao longo do tempo e, por conseguinte, o sucesso da AAE.
- *Componente de comunicação e envolvimento* – é uma dimensão relacionada com a partilha de conhecimento, o trabalho em rede, o envolvimento de agentes e a participação pública. Trata-se da componente da AAE que garante o envolvimento ativo e informado dos vários agentes (técnicos, institucionais e particulares), possibilitando a partilha de múltiplas perspetivas, a obtenção de uma visão integrada e a consecução de procedimentos participativos adequados aos problemas ambientais e de sustentabilidade em presença e ajustados aos momentos críticos de decisão.

### 3.2 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O modelo de pensamento estratégico de AAE encontra-se estruturado, por definição, em três fases fundamentais de um processo cíclico de planeamento e gestão: i) contexto da AAE e foco estratégico; ii) caminhos e diretrizes para a sustentabilidade; iii) fase contínua de seguimento.

No presente processo de AAE, o faseamento metodológico adotado contempla um total de quatro fases (a que acresce a fase de seguimento e monitorização ambiental da implementação do Plano). Com esta opção, pretende-se, por um lado, ajustar a metodologia de AAE à natureza e âmbito de aplicação do plano territorial em causa e, por outro, garantir a articulação entre os trabalhos de elaboração do Plano e os procedimentos de AAE. Esta dimensão constitui, como já se referiu atrás, um aspeto absolutamente crítico para o sucesso dos procedimentos de AAE. É indispensável que o faseamento da AAE esteja temporalmente (e procedimentalmente) sintonizado com os momentos de decisão sobre as propostas do Plano para se garantir que nessas decisões são devidamente consideradas as preocupações e diretrizes de carácter ambiental e de sustentabilidade que resultarão da AAE. Na Figura 1, apresenta-se o faseamento metodológico do processo de AAE da 1.ª Revisão do PDMC.

A metodologia de AAE contempla uma primeira fase (Fase A) em que se define o problema da decisão estratégica e o contexto que lhe subjaz e se estabelece o âmbito e a **focagem estratégica** das tarefas de avaliação ambiental a levar a cabo nas fases metodológicas subsequentes.

A Fase B corresponde à **avaliação ambiental ex-ante** propriamente dita das opções estratégicas e das soluções que consubstanciam a proposta de Plano, distinguindo-se relativamente aos *timings* e nível estratégico da avaliação – num primeiro momento, são avaliadas e comparadas as diferentes propostas estratégicas do Plano (quadro estratégico, modelo territorial e outras), e num momento posterior (do processo de AAE e de planeamento), são avaliados, de forma mais pormenorizada, os efeitos significativos no ambiente decorrentes da implementação das soluções veiculadas pelo Plano.

A opção de prever uma subfase intermédia de avaliação ambiental (consubstanciada no RA Provisório), que se debruça sobre o conteúdo estratégico do Plano, é de grande importância para a eficácia do processo de AAE, uma vez que garante que o conteúdo do Plano começa a ser informado pelos resultados da AAE desde uma fase mais ou menos inicial do processo. Na subfase posterior, são avaliados, de forma pormenorizada, os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação das soluções propostas no plano que concretizam o seu modelo estratégico, entretanto densificado, que integra o conteúdo da presente RA.

Na Fase C, garante-se a conformação do RA e da proposta de Plano aos resultados das **consultas públicas e institucionais** que precedem, nos termos da lei, a aprovação do mesmo. Também a Fase D decorre de uma obrigação determinada pelo RJAAE, neste caso, a elaboração de uma Declaração Ambiental, após a aprovação do Plano, onde se descreve a forma como as **considerações** ambientais e de sustentabilidade que emanaram **da AAE foram integradas no Plano**.

Por fim, a metodologia de AAE contempla a fase contínua de **seguimento e monitorização** que constitui um procedimento contínuo ou de rotina, ao longo do período de implementação do Plano (no caso dos PDM, o período entre os momentos de planeamento), tendo em vista a monitorização e avaliação *ongoing* dos impactos ambientais e de sustentabilidade do Plano. Esta fase de seguimento e monitorização corresponde, na prática (e de acordo com o previsto no art.º 11.º do RJAAE, à avaliação e controlo da AAE – processo autónomo, com dinâmica própria, distinta da monitorização do Plano).

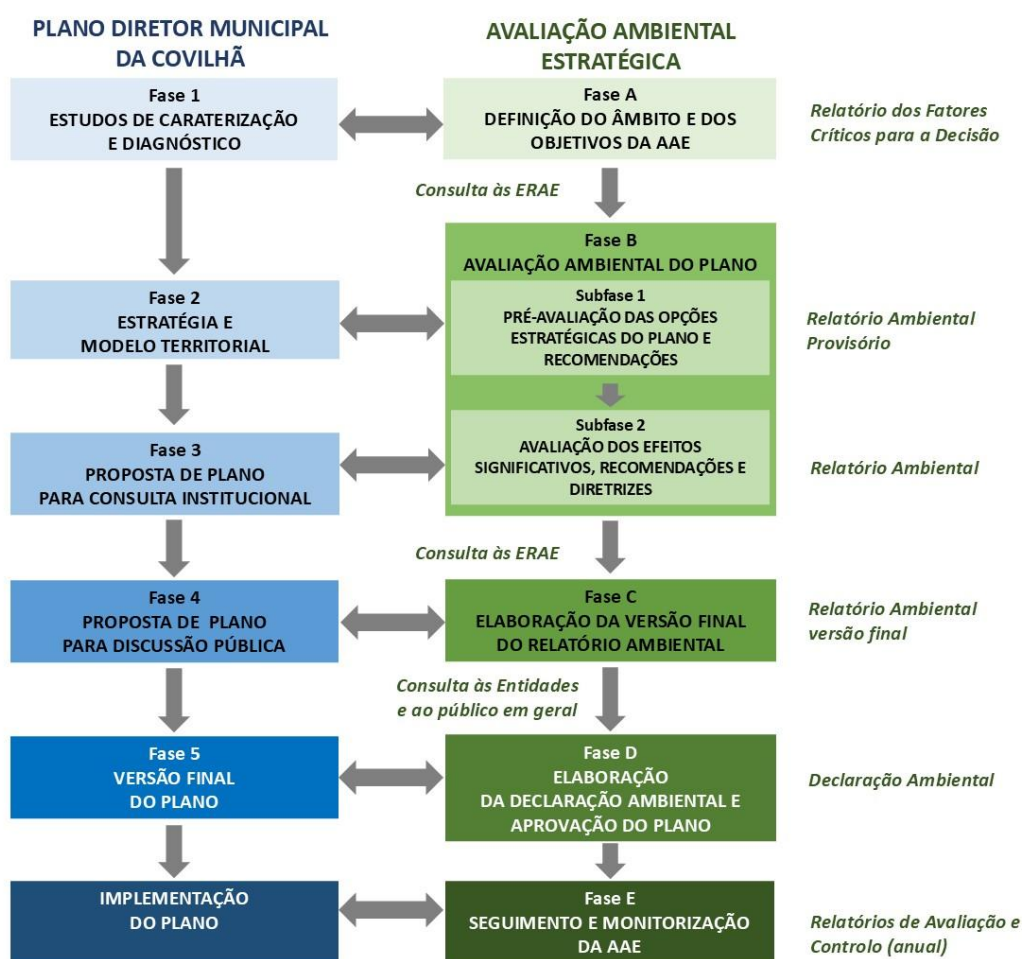


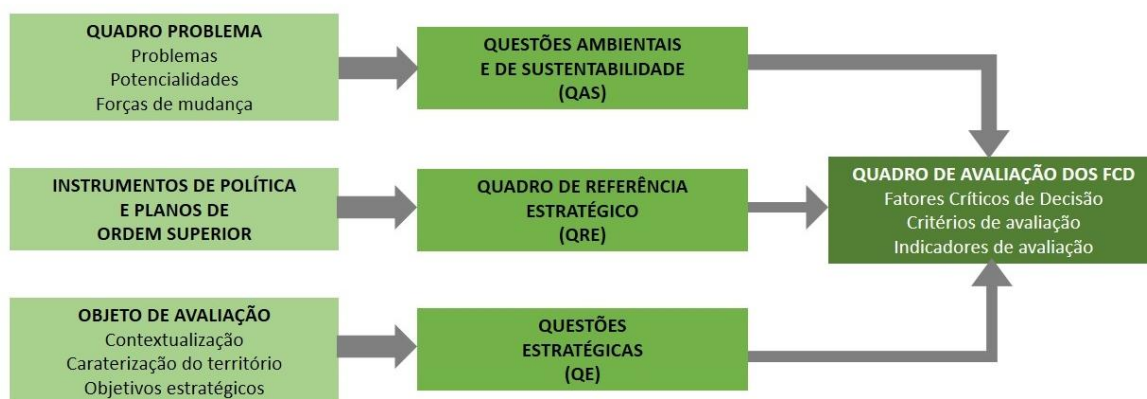
Figura 1. Diagrama global dos procedimentos de AAE da 1.ª Revisão do PDMC



### 3.2.1 FASE A – DEFINIÇÃO DO ÂMBITO E DOS OBJETIVOS DA AAE

Os procedimentos de avaliação ambiental previstos na Fase A visam dar resposta às seguintes obrigações legais: a) determinar o âmbito da avaliação ambiental, isto é, identificar as questões ambientais e de sustentabilidade mais relevantes para a avaliação do plano; b) determinar o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no RA, o qual deve garantir que o nível de detalhe da análise e a informação considerada na avaliação se ajustam ao âmbito territorial do plano e à sua natureza e conteúdo material.

Na Figura 2, apresenta-se o modelo conceptual que sintetiza a metodologia adotada na Fase A. Resumidamente, este modelo conceptual integra as obrigações legais que decorrem do RJAAE, como é o caso da identificação dos objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional (Instrumentos de Política e Planos de Ordem Superior), num procedimento metodológico que culmina na definição do Quadro de Avaliação dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), concretizando, assim, o âmbito da avaliação ambiental (objetivo central da fase antecedente ao presente relatório, que resultou na elaboração do Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão).



**Figura 2.** Metodologia da Fase A – Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental

A definição do *Quadro Problema* permite um mapeamento dos principais problemas, potencialidades e forças motrizes que, numa perspetiva ambiental e de sustentabilidade, caracterizam o território abrangido e/ou influenciado pelo Plano. Esta tarefa pressupõe a realização de um breve diagnóstico que incide sobre os diversos fatores ambientais e de sustentabilidade – biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural e paisagem. É crucial, nesta fase dos trabalhos, aceder às diversas fontes de informação

disponíveis (bases estatísticas, relatórios, estudos e outros planos e programas territoriais), procurando, mais do que desenvolver estudos de grande detalhe, identificar os problemas ambientais já sinalizados no território em causa.

No caso da 1.ª Revisão do PDMC, o Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) e os Estudos de Caracterização e Diagnóstico desenvolvidos no âmbito dos trabalhos do Plano constituem as principais fontes de informação a considerar na definição do Quadro Problema. Complementarmente, são consultadas outras fontes de informação, como é o caso dos dados de caracterização dos recursos hídricos disponíveis no SNIRH (Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos) e no SNIAMB (Sistema Nacional de Informação de Ambiente) e de outros documentos e bases de dados relativos a fatores ambientais e de sustentabilidade que não estejam suficientemente desenvolvidos nos elementos provenientes dos trabalhos do Plano.

Para além da sinalização dos problemas e potencialidades, a análise efetuada permite identificar as forças de mudança (internas e externas) que constituem, de forma direta e/ou indireta, a raiz dos problemas ambientais e de sustentabilidade. Com base no *Quadro Problema*, são identificadas as *Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)*, que mais não são do que uma síntese das questões ambientais e de sustentabilidade determinantes para a avaliação, ajustadas à escala territorial, ao nível de decisão e às oportunidades de desenvolvimento identificadas.

O *Quadro de Referência Estratégico (QRE)* refere-se ao conjunto das macropolíticas que estabelecem o referencial para a avaliação ambiental. Este quadro de avaliação deve identificar os objetivos ambientais e de sustentabilidade de nível internacional, europeu, nacional e regional que se apresentem como relevantes para a avaliação ambiental. Deve, ainda, veicular as orientações e diretrizes estratégicas que presidem à definição das opções estratégicas do Plano. Desta forma, o QRE serve tanto para estabelecer os eixos e critérios da avaliação ambiental, como para permitir uma validação dos objetivos estratégicos do Plano. Não devem ser considerados mais que 30 instrumentos de política e planos de ordem superior, assim como se deve evitar sobreposições (diferentes níveis territoriais de planeamento) e repetições entre instrumentos relativos ao mesmo setor/domínio. Na apresentação de cada um dos instrumentos de política e planos de ordem superior, distinguem-se dois ângulos diferentes de análise – o levantamento das diretrizes e metas ambientais e de sustentabilidade e a descrição da relação com o Plano.

O *Objeto de Avaliação* corresponde ao plano que vai ser alvo da avaliação ambiental, sendo necessário, pelo menos, conhecer, no caso do PDM, o território abrangido pelo plano, o âmbito, natureza e especificidades do plano e os objetivos estratégicos do mesmo. O desenvolvimento desta tarefa

depende da indicação, por parte da entidade responsável pelo Plano, dos objetivos, das prioridades estratégicas e da visão em que o mesmo assenta. Caso se verifique que o quadro estratégico que deverá presidir à elaboração do Plano ainda não se encontra definido, é desenvolvido um diálogo entre as duas equipas – a do Plano e a da AAE – tendo em vista a consecução, em conjunto, desse obstáculo. Refira-se, a este propósito, que o envolvimento da AAE na discussão e definição do quadro estratégico do Plano constitui uma boa forma de potenciar as sinergias entre os dois processos.

Na prática, da apresentação do *Objeto de Avaliação* constará toda a informação necessária à identificação das *Questões Estratégicas (QE)*, as quais constituem, no âmbito da metodologia de AAE, as questões políticas ou desafios críticos fundamentais que afetam obrigações, valores, serviços e custos e que devem ser consideradas para atingir a visão de longo prazo que o Plano advoga.

No âmbito da metodologia de AAE, o *Quadro de Avaliação* resulta da sobreposição entre os três elementos de análise – Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS), Quadro de Referência Estratégico (QRE) e Questões Estratégicas (QE). Esta sobreposição é operacionalizada através de matrizes de correspondência e de outras ferramentas analíticas como é o caso de sessões de *brainstorming*.

Os FCD priorizam, focam e estruturam o exercício de avaliação ambiental. Por forma a garantir o necessário foco, os FCD devem ter uma formulação clara e autoexplicativa e, no caso de um PDM, não devem ser mais do que cinco.

O *Quadro de Avaliação*, estruturado pelos FCD, inclui, ainda, os *critérios de avaliação* e os *indicadores*. Os critérios de avaliação especificam os FCD, tanto de um ponto de vista temático como no que se refere aos objetivos de sustentabilidade a considerar na avaliação. Os indicadores de avaliação são as métricas da avaliação, de índole quantitativa ou qualitativa, que permitem aferir de forma objetiva a *performance* do Plano segundo uma determinada perspetiva ambiental e de sustentabilidade. Os indicadores não devem ser descritivos, mas sim indicativos, e devem incidir sobre dimensões/aspetos que poderão ser objetivamente impactados pelo Plano. Nesse sentido, os indicadores são muito influenciados pelo tipo de plano em avaliação, devendo ser evitada a adoção de indicadores desfasados da realidade territorial e material do plano. No caso específico do PDM, dado o seu carácter eminentemente estratégico, assumem especial relevância os indicadores qualitativos e os indicadores quantitativos indiretos.

Como já se referiu atrás, a articulação entre os dois processos – a elaboração do Plano e a AAE – é central para o sucesso e valor acrescentado da AAE. Na Fase A, esta articulação ocorre, sobretudo,

através da disponibilização à equipa técnica da AAE de diferentes elementos e dados que se apresentam como indispensáveis à definição do âmbito da avaliação ambiental (o REOT, os Estudos de Caracterização e Diagnóstico e outros elementos desenvolvidos no âmbito dos trabalhos do Plano). A identificação dos objetivos estratégicos da 1.ª Revisão do PDMC constitui, assim, a primeira janela crítica de decisão (no âmbito da elaboração do Plano) a que o processo de AAE se encontra “amarrado”.

Na Fase A é desenvolvido, ainda, o *Quadro de Governança* do processo de AAE. Esta é uma ferramenta participativa que visa a criação de uma rede inter-relacionada de instituições e organizações, governamentais ou não-governamentais, e de outros atores relevantes para a gestão do território e para a promoção dos objetivos ambientais e de sustentabilidade à escala municipal. O Quadro de Governança deve identificar os agentes, descrever a forma como se relacionam entre si (e com a entidade responsável pela elaboração do Plano) e referir as responsabilidades que assumem ao nível das questões ambientais e de sustentabilidade tidas como mais relevantes para o exercício de avaliação ambiental. No mínimo, deve ser assegurado o envolvimento dos agentes legalmente definidos (DL n.º 232/2007), designadamente as entidades com responsabilidades ambientais específicas:

- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.

Para além das entidades com responsabilidades ambientais específicas, deverão ser incluídas no Quadro de Governança todas as entidades que integram a CC da 1.ª Revisão do PDMC.

O Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão, concluído em fevereiro de 2022, constituiu o resultado documental da Fase A, sendo que o conteúdo do mesmo foi, necessariamente, objetivo de revisão no seguimento dos pareceres emitidos pelas entidades (sendo essa revisão refletida no conteúdo das subsequentes versões do RA).

### 3.2.2 FASE B – AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO

As boas práticas de AAE de planos com dimensão estratégica, como é o caso dos PDM, preconizam a adoção de uma fase intermédia de avaliação ambiental, dirigida em exclusivo às propostas estratégicas do Plano. Como já se referiu atrás, esta opção garante uma maior capacidade de influência da AAE sobre o conteúdo do Plano, uma vez que possibilita a discussão dos méritos e desvantagens das propostas estratégicas do Plano, de um ponto de vista ambiental e de sustentabilidade, numa fase anterior à definição das soluções e propostas técnicas que consubstanciam a proposta. Assim sendo, distingue-se, na Fase B, uma primeira subfase, de onde resultará um conjunto de recomendações para o processo de planeamento em curso que permitam ajustar as opções estratégicas pré-definidas e contribuir para a conceção de soluções mais sustentáveis, tendo em conta os critérios definidos no Quadro de Avaliação.

Na Figura 3, apresenta-se o modelo conceptual que sintetiza a metodologia da subfase 1 da Fase B. Nesta subfase, prosseguem-se dois tipos de análise: a análise de tendências, que se debruça sobre as dinâmicas territoriais (situação atual e tendências de evolução), e a avaliação das opções estratégicas do Plano, utilizando o Quadro de Avaliação definido na Fase A. O objetivo principal dos trabalhos desta subfase será estabelecer um conjunto de recomendações que a equipa responsável pela elaboração do Plano deve observar na revisão das opções estratégicas e na definição das soluções que constituem a proposta de Plano.



**Figura 3.** Subfase 1 da Fase B – Pré-Avaliação das Opções Estratégicas do Plano

A *análise de tendências* é uma análise dinâmica e tem dois objetivos fundamentais – observar os principais padrões de mudança no território e detetar as respetivas forças de mudança que podem influenciar as tendências futuras. A análise de tendências é estruturada pelo Quadro de Avaliação e traduz-se na recolha de informação (com recurso a alguns dos indicadores de avaliação identificados no quadro de avaliação) relativa a um período temporal suficientemente extenso para mapear os padrões de mudança. Neste âmbito, deve ser dado enfoque à identificação dos problemas ambientais pertinentes para o Plano (considerando, nomeadamente a avaliação e monitorização realizada até ao momento atual), gestão e implementação até à presente data. Os resultados da análise de tendências, permite explorar a relação entre as tendências (históricas) de evolução do território e a variação das forças de mudança (internas e externas). Assim definida, a análise de tendências afasta-se substancialmente dos estudos de caracterização e de diagnóstico que são desenvolvidos no âmbito do processo de elaboração do Plano, os quais são estudos descritivos, normalmente estáticos e relativos a fatores biofísicos e socioeconómicos.

As *opções estratégicas* do Plano são os caminhos possíveis que nos permitem atingir determinados objetivos estratégicos. Diferentes caminhos apresentarão diferentes implicações ambientais e de sustentabilidade. No âmbito da metodologia de AAE, é importante distinguir o conceito de “opções estratégicas” do conceito de “questões estratégicas”. As questões estratégicas apresentam um âmbito puramente político, localizando-se a montante das opções estratégicas. No caso do PDM, as opções estratégicas correspondem, por exemplo, às propostas implícitas no modelo estratégico e no modelo territorial.

A avaliação das opções estratégicas é baseada no Quadro de Avaliação pré-definido e resulta na identificação, por FCD, dos riscos e oportunidades inerentes a cada uma das opções estratégicas avaliadas, tendo em consideração os cenários futuros plausíveis. Trata-se, no fundo, de uma análise prospetiva da *performance* das opções estratégicas do Plano, num contexto territorial cada vez mais marcado pela mudança (climática, tecnológica e social). Desta análise, resultarão recomendações de caráter estratégico que o Plano, nesta fase intermédia, deverá ser capaz de internalizar.

O Relatório Ambiental Provisório, concluído em março de 2024, constituiu o resultado documental da subfase 1 da Fase B, sendo que o conteúdo do mesmo é, necessariamente, objetivo de revisão no seguimento dos pareceres emitidos pelas entidades (sendo essa revisão refletida no conteúdo das versões subsequentes do RA).

As obrigações legais que decorrem do RJAAE determinam a realização de uma avaliação mais detalhada dos efeitos no ambiente da proposta de plano, numa lógica de avaliação mais próxima da



Avaliação de Impacte Ambiental. Assim, a subfase 2 da Fase B, cujo conteúdo consta do presente RA, aprofunda-se e detalha-se a avaliação ambiental, centrando a análise nos efeitos, impactos, riscos e oportunidades das diversas soluções técnicas que compõem o Plano. Este aspeto da metodologia de AAE é particularmente complexo, já que pressupõe a desagregação do Plano nas suas diversas componentes. No caso do PDM, será necessário distinguir as propostas de carácter estratégico (objetivos estratégicos do plano, objetivos específicos, por domínio ou por unidade territorial, e modelo territorial), das propostas de carácter regulamentar (Regulamento e Planta de Ordenamento) e das propostas de carácter operativo (UOPG e Programa de Execução).

Na Figura 4, apresenta-se o modelo conceptual que sintetiza a metodologia da subfase 2 da fase B. Num primeiro momento, desenvolve-se a avaliação dos efeitos significativos das soluções do Plano, cujos resultados possibilitam a identificação das oportunidades e riscos que o mesmo plano acarreta, de um ponto de vista ambiental e de sustentabilidade. O objetivo do exercício de avaliação desenvolvido nesta subfase é: a) a identificação de recomendações para o Plano, que permitam uma otimização das suas propostas; b) a definição das diretrizes para o seguimento.



**Figura 4.** Subfase 2 da Fase B – Avaliação dos efeitos significativos das soluções do Plano, recomendações e diretrizes para o seguimento

Através da avaliação das oportunidades e dos riscos, a AAE deve auxiliar o processo de elaboração do Plano a encontrar as melhores direções ou caminhos a seguir. A AAE pretende, nesta fase, identificar e avaliar os méritos (oportunidades) e inconvenientes (riscos) que, podem resultar, de forma mais ou menos direta, das soluções do Plano.

As diretrizes para o seguimento devem ser identificadas com base na avaliação das oportunidades e riscos das opções e soluções que compõem o Plano. As diretrizes devem ser objeto de interconetividade entre a AAE e os processos de formulação de políticas e planeamento (o processo em curso de elaboração do Plano e futuros processos de planeamento), a fim de se harmonizarem as recomendações, as medidas de monitorização e indicadores e de se assegurarem as sinergias e evitar

conflitos e sobreposições. O programa de seguimento (incluído no RA) deve, assim, incluir as diretrizes de planeamento, gestão e monitorização, incluindo a definição dos indicadores de monitorização e das respetivas metodologias de recolha de informação e atualização. Estes indicadores são de índole quantitativa e passíveis de atualização. O programa de seguimento deve, ainda, clarificar as responsabilidades das diferentes entidades envolvidas no acompanhamento, monitorização e avaliação da implementação do Plano.

O RA, que constitui o produto da Fase B, deve descrever todo o processo de AAE desenvolvido até àquele momento e os respetivos resultados. Como tal, constam do RA os conteúdos mais relevantes que resultaram das duas subfases e a descrição da forma como esses resultados foram internalizados pelo Plano. Conforme referido na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do RJAAE, devem ainda constar do RA as medidas de controlo previstas, em conformidade com o disposto no artigo 11.º do referido regime jurídico, o qual refere, nomeadamente que *“as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adopção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”*.

No que respeita à participação institucional nesta fase da AAE, refira-se a obrigatoriedade de sujeição do RA (acompanhando a proposta de plano) a parecer das entidades com responsabilidades ambientais específicas, que integram o Quadro de Governança. Esses pareceres serão emitidos no âmbito do parecer final que resultará da última reunião da CC e que, nos termos do RJGT, traduz uma decisão global definitiva e vinculativa para toda a Administração Pública (incluindo sobre o RA).

O RA, concluído em abril de 2025, constituiu o resultado documental da subfase 2 da Fase B, sendo que o conteúdo do mesmo é, necessariamente, objetivo de revisão no seguimento dos pareceres emitidos pelas entidades (sendo essa revisão refletida no conteúdo das versões subsequentes do RA).

### 3.2.3 FASE C – ELABORAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO RELATÓRIO AMBIENTAL

Esta fase da metodologia de AAE decorre da eventual necessidade de alterar o conteúdo do RA em função dos resultados da participação institucional. As alterações aqui em causa poderão resultar de incorreções ou imprecisões identificadas nos conteúdos relativos à avaliação ambiental propriamente dita ou de eventuais alterações das propostas do Plano que, pela sua natureza e relevância, justifiquem uma revisão da avaliação ambiental do mesmo.

No que respeita à versão do RA pós-consulta institucional, refira-se que a mesma deve ser elaborada tendo em conta os contributos das diferentes entidades da CC que constam do parecer final. Pela razão apontada atrás, prevê-se, após a emissão do parecer final e da realização de eventuais reuniões de concertação, um momento de articulação Plano/AAE, tendo em vista a comunicação à equipa da AAE de eventuais alterações ao Plano que possam justificar uma revisão do RA.

Nos termos do RJGIT, a proposta de Plano, acompanhada do RA, é sujeita a um período de discussão pública com uma duração não inferior a 30 dias. É no âmbito deste processo de discussão pública que se dará cumprimento à obrigação legal de submissão a consulta pública do projeto de Plano e do respetivo RA (artigo 7.º do RJAAE). Tendo em vista a preparação da consulta pública RA, é elaborado, nesta fase, o Resumo Não Técnico (RNT) do RA, dando cumprimento às boas práticas em matéria de AAE.

Da discussão pública da proposta de Plano e do RA resulta a elaboração do Relatório de Ponderação do Processo de Discussão Pública, no qual são ponderadas as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento e divulgados os resultados. A equipa técnica da AAE deverá ser envolvida neste exercício de ponderação dos contributos recolhidos no período de discussão pública. Em função dos resultados da ponderação dos contributos relativos ao RA, a equipa técnica da AAE procederá à alteração em conformidade do documento. Também nesta etapa do procedimento se afigura indispensável a articulação Plano/AAE para verificar a eventual necessidade de revisão do RA em função de alterações da proposta de Plano.

#### **3.2.4 FASE D – ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL E APROVAÇÃO DO PLANO.**

Nos termos do RJAAE, após a aprovação do Plano, a entidade responsável pela sua elaboração enviará à Agência Portuguesa do Ambiente o Plano aprovado e a uma Declaração Ambiental (DA). O conteúdo da DA é o seguinte:

- A forma como as considerações ambientais e o RA foram integrados no Plano;
- As observações apresentadas durante a consulta institucional e a consulta pública e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;
- As razões que fundaram a aprovação do Plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º do

RJAAE, relativas ao acompanhamento, monitorização e avaliação dos efeitos ambientais do Plano ao longo do seu período de implementação.

A DA constitui, neste quadro, o documento que atesta a conformação do Plano aprovado às recomendações e demais considerações de âmbito ambiental e de sustentabilidade que resultaram do processo de AAE. Para a elaboração deste documento devem ser observadas as orientações da ‘Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de AAE de Planos e Programas’, da Agência Portuguesa do Ambiente, datada de abril 2020.

A DA é obrigatoriamente enviada à APA e às restantes entidades consultadas (conforme identificadas no Quadro de Governança do presente relatório) disponibilizada ao público pela entidade responsável pela elaboração do Plano, através da respetiva página da internet.

### 3.2.5 FASE E – SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO DA AAE

A fase de seguimento e monitorização corresponde à avaliação e controlo da AAE da Revisão do PDM, de acordo com o previsto no art.º 11.º do RJAAE, que se desenvolve de forma contínua, após a aprovação do Plano. Trata-se, como tal, de um procedimento contínuo ou de rotina, ao longo do período de implementação do plano (no caso dos PDM, o período entre os momentos de planeamento), tendo em vista a monitorização e avaliação *ongoing* dos impactos ambientais e de sustentabilidade do Plano.

O programa de seguimento (que consta do RA) é informado pelas diretrizes de planeamento, gestão e monitorização. Deve incluir, para além dos indicadores de monitorização, um sistema expedito de avaliação, um conjunto variado de instrumentos de avaliação e uma equipa responsável.

As atividades de seguimento, no âmbito da AAE, devem estar ancoradas em mecanismos existentes de monitorização de planos e políticas e de avaliação. Para que isso aconteça, é fundamental estabelecer ligações sistemáticas entre os processos de AAE e os ciclos de planeamento/decisão. Neste particular, é da maior relevância a articulação do programa de seguimento com os Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) de nível municipal.

Em síntese, o propósito fundamental desta fase da AAE é o controlo sistemático do desempenho do Plano e a verificação da conformidade dos resultados, bem como a obtenção de contributos para abordar questões inesperadas e emergentes que determinem uma alteração das opções do Plano. Devem ser utilizados indicadores estratégicos e de desempenho, com base em indicadores

normalizados disponíveis a outros níveis territoriais/administrativos, mas recorrendo, também, a alguns dos indicadores de avaliação utilizados no quadro de avaliação dos FCD.

## 4. OBJETO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

### 4.1 NATUREZA E ÂMBITO DE APLICAÇÃO DOS PDM

A Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), aprovada através da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, define a arquitetura do sistema de gestão territorial, estabelecendo quatro níveis de planeamento e gestão do território – nacional, regional, intermunicipal e municipal. Os planos territoriais de âmbito municipal estabelecem, de acordo com as diretrizes estratégicas de âmbito regional e com as opções de desenvolvimento estratégico local, o regime de uso do solo e a respetiva execução.

O Plano Diretor Municipal (PDM), de elaboração obrigatória e com uma área de intervenção correspondente à totalidade do território, tem por objeto a definição da estratégia de desenvolvimento territorial, o estabelecimento do modelo territorial municipal, o desenvolvimento das opções de localização e gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos. Nos termos do artigo 46.º da LBPPSOTU, os planos de âmbito intermunicipal e municipal, como é o caso do PDM, vinculam as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares.

De acordo com artigo 95.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelecido pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio, o PDM tem por base a classificação e qualificação do solo, associada a uma estratégia de desenvolvimento municipal, tornando-o no documento de referência para a elaboração de outros planos municipais, e para o desenvolvimento das intervenções setoriais da administração do Estado no território concelhio.

Nos termos do artigo 115.º do RJIGT, o processo de revisão do PDM implica a reconsideração e a reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das respetivas opções estratégicas, dos princípios e dos objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos e valores territoriais. Por conseguinte, é necessário garantir que o âmbito da avaliação ambiental, expresso nos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), seja suficientemente amplo para incluir todas as dimensões territoriais e setoriais relevantes, que o nível de pormenorização e detalhe da informação considerada se ajuste ao nível territorial do PDM e, sobretudo, que o quadro de avaliação dos FCD seja suficientemente extenso e diverso para poder incluir todas as “dimensões de intervenção” das propostas que integram PDM. Em síntese, a conformação do quadro de avaliação



dos FCD à natureza e âmbito de aplicação do PDM é um aspeto de crucial importância para o sucesso deste exercício de AAE.

#### 4.2 TERMOS DE REFERÊNCIA DA 1.ª REVISÃO DO PDMC

O Plano Diretor Municipal da Covilhã (PDMC) foi publicado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/99, de 23 de outubro, elaborado ao abrigo do DL n.º 69/90, de 2 de março. Este diploma, que regulava, à altura, a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território, encontra-se desfasado do atual contexto legal e estratégico, bem assim como das dinâmicas territoriais que marcaram a evolução do concelho da Covilhã nas duas últimas décadas.

No período de vigência do plano, este foi sujeito a seis alterações: por adaptação ao PP da Palmeira (Edital n.º 908/2009, N.º 159, de 18 de agosto); alterações regulamentares (Aviso n.º 16850/2019, de 22 de outubro); por adaptação ao Plano de Ordenamento do parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) e ao Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato (POACV) (Declaração n.º 94/2000, de 29 de outubro); por adaptação à revogação do PP dos Penedos Altos e PP da Palmeira (Declaração n.º 19/2021, de 18 de fevereiro); alterações regulamentares (Aviso n.º 22920/2022, de 30 de novembro); por adaptação à revisão do PP das Penhas da Saúde – Zona Sul (Declaração n.º 54/2024/2, de 13 de agosto).

Após três anos da entrada em vigor do PDMC (2002), a CMC deliberou o início do procedimento de revisão, que, por ausência de desenvolvimentos, teve reinício em 2008 pelo Edital n.º 1278/2008, de 18 de dezembro, fixando um prazo de 360 dias para a sua elaboração. A abertura deste procedimento veio a caducar, considerando a dependência da elaboração de vários estudos de base, bem como as alterações no quadro legal em matéria de ordenamento do território.

Os trabalhos da 1.ª Revisão do PDMC iniciaram-se com a elaboração do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), aprovado pela Assembleia Municipal a 25 de novembro de 2019. No seguimento da elaboração do REOT, a Câmara Municipal da Covilhã deliberou determinar o reinício do procedimento de Revisão do PDMC, sendo que dessa deliberação, publicada pelo Edital n.º 788/2020, de 13 de julho de 2020.

Nos Termos de Referência da 1.ª revisão do PDMC, é referido que “decorre da necessidade de adequação à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, e da necessidade de

ajustamento à estratégia de desenvolvimento territorial municipal, bem como à necessidade de adequação do plano ao novo quadro jurídico em vigor nas áreas do urbanismo, ambiente e ordenamento do território”, constituindo uma oportunidade para:

- a) Rever o modelo de ordenamento em função da conjuntura económica e social atual;
- b) Adaptar o plano à legislação específica publicada em data posterior à sua entrada em vigor, designadamente à LBGPPSOTU, ao RJGT e demais legislação complementar, nomeadamente o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como de critérios de qualificação e das categorias do solo rústico e do solo urbano;
- c) Substituir a cartografia de referência por adoção de cartografia atualizada e homologada, elaborada no Sistema de Georreferência ETRS89-TM06, por forma a suprir divergências entre a realidade e as plantas em vigor;
- d) Rever/atualizar os termos técnicos e normas no regulamento do Plano, por forma a uniformizar/clarificar interpretações e parâmetros urbanísticos;
- e) Articular o plano com as orientações estabelecidas pelos programas no âmbito nacional, regional e intermunicipal com incidência territorial;
- f) Redelimitar a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional em função da realidade edificada do concelho e em consonância com a legislação aplicável em vigor;
- g) Ponderar as carências e estado do parque habitacional;
- h) Assegurar a qualidade do ambiente sonoro promovendo a distribuição adequada dos usos do território, em função das fontes de ruído existentes e previstas;
- i) Integrar o tema de adaptação às alterações climáticas no processo e conteúdos da política de ordenamento do território, considerando o sistema de gestão territorial, o sistema da mobilidade sustentável, a gestão dos recursos hídricos, a defesa da floresta contra incêndios e os riscos naturais e tecnológicos;
- j) Rever e desenvolver a rede de transportes e de mobilidade (rodoviária, ferroviária e aérea) como meio de promoção da competitividade do território e da vocação turística do território;
- k) Priorizar ações que afirmem o concelho da Covilhã como destino turístico único nas vertentes de paisagem natural, de contacto com a natureza e biodiversidade, em Portugal Continental;
- l) Priorizar ações que afirmem o concelho da Covilhã como referência no contexto nacional e internacional na prática de atividades desportivas de recreio e alta competição, designadamente as relacionadas com a natureza e a altitude;

- m) Priorizar ações que afirmem a designada “Grande Covilhã” como centro urbano de referência no contexto regional e nacional;
- n) Promover a participação ativa dos cidadãos no procedimento de revisão do PDM.

#### 4.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E MODELO TERRITORIAL DA 1.ª REVISÃO DO PDMC

##### CONSTITUI A VISÃO PARA O CONCELHO DA COVILHÃ

Um território dinâmico, sustentável e inovador, que alia a preservação do seu património natural, cultural e arquitetónico ao desenvolvimento económico e social, que aposta na regeneração urbana, na valorização dos seus recursos endógenos e na criação de condições atrativas para a fixação de empresas e da população, promovendo uma elevada qualidade de vida, mobilidade sustentável e competitividade territorial.

Na sequência do diagnóstico e das recomendações do REOT 2019, fixam-se os objetivos estratégicos que orientam a Revisão do PDMC, organizados por eixo estratégico, refletindo as prioridades e desafios identificados para o território municipal.

No quadro seguinte apresentam-se os objetivos estratégicos com maior relevância para o planeamento, programação e intervenção do PDMC, assegurando a sua articulação com a estratégia territorial do Concelho.

**Quadro 1.** Eixos e Objetivos Estratégicos da 1.ª Revisão do PDMC

EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<b>EIXO 1 – REABILITAÇÃO E REGENERAÇÃO TERRITORIAL E URBANA</b>	<b>OE1.</b> Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído
	<b>OE2.</b> Revisão dos perímetros urbanos que garanta uma organização e um crescimento equilibrado dos aglomerados, compatível com a salvaguarda dos recursos naturais e a melhoria da qualidade do espaço urbano
<b>EIXO 2 – COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO</b>	<b>OE3.</b> Competitividade territorial, desenvolvimento económico e qualidade de vida, como forma de fixação de população e rejuvenescimento da sua estrutura etária
<b>EIXO 3 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS</b>	<b>OE4.</b> Sustentabilidade ambiental e valorização dos recursos, valores naturais e da paisagem, compatibilizadas com as necessidades de solo para as atividades económicas, habitacionais e de recreio e lazer
	<b>OE5:</b> Revitalização do setor agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional

EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<b>EIXO 4 – MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURAS</b>	<b>OE6.</b> Reforço e manutenção da política de infraestruturação dos sistemas de abastecimento de água e do saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais
	<b>OE7.</b> Reestruturação e desenvolvimento das infraestruturas viárias em articulação com as infraestruturas pedonais, cicláveis, ferroviárias e aéreas, existentes ou a prever, com vista à promoção de uma mobilidade inter e multimodal sustentável
<b>EIXO 5 – QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL</b>	<b>OE8.</b> Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de caráter social, cultural, desportivo, educativo e de saúde, às necessidades da população

Para cada objetivo estratégico, é definido um conjunto de medidas e ações concretas destinadas a operacionalizar a visão e os objetivos estratégicos estabelecidos. Este conjunto de medidas e ações encontram-se elencadas no capítulo 5 do Relatório da Proposta de RPDMC.

Nesse mesmo Relatório, é apresentado o modelo estratégico, que corresponde à concretização do modelo territorial com a execução do Plano. A Grande Covilhã é o principal centro de atratividade, pretendendo-se, porém, que todos os níveis hierárquicos do sistema urbano sejam qualificados do ponto de vista da oferta de equipamentos e serviços, potenciando a procura daqueles territórios e a criação de riqueza, por essa via. Considerando que os lugares de nível 4 representam as principais perdas de população e têm níveis de acessibilidade mais reduzidos, comparativamente com os restantes, perspetiva-se que este desenvolvimento ocorra essencialmente nos três primeiros níveis, pela proximidade ao primeiro nível e pela relevância na estruturação de todo o sistema urbano.

Por outro lado, no que respeita ao sistema de acessibilidade e transportes, perspetiva-se que os acessos preconizados no plano e, em particular, os acessos pela vertente sul à Serra da Estrela, assim como a variante à cidade, a conclusão do IC6 e infraestrutura multimodal aeroportuária, potenciem o desenvolvimento da cidade da Covilhã, mas também dos Concelhos vizinhos e da Serra da Estrela.

Pretende-se, ainda, dinamizar a migração modal, nomeadamente na concretização de ciclovias e de equipamentos relacionados com a mobilidade ciclável e pedonal, que associados aos equipamentos existentes e/ou propostos, permitam dinamizar a partilha em modos suaves de transporte e, de certa forma, “aplanar a cidade” - proposta que poderá evoluir para o nível supraconcelhio, em particular na ligação com o Fundão, mais permissiva do que para outros Municípios face às condições de orografia do terreno.

A nível socioeconómico, sem prejuízo do reconhecido contributo da Zona Industrial do Canhoso, e das Empresas localizadas fora das zonas industriais, mas igualmente determinantes para o desenvolvimento do tecido económico local, destaca-se como principal aposta do Município a

ampliação da Zona Industrial do Tortosendo. Esta opção resulta não só da escassez de oferta existente, já identificada no Capítulo 3, mas também da sua localização estratégica:

- A nível nacional e regional, face à localização junto à saída sul da A23 enfatizando o Eixo Urbano da Beira Interior definido no PROT-C (eixo longitudinal Guarda, Covilhã-Fundão, Castelo Branco), e devido à confluência (ponto de amarração) do IC6 e que reforça a importância do eixo transversal, também identificada no PROT-C, de ligação a Coimbra e, por essa via, ao litoral;
- A nível local, devido ao acesso facilitado ao Eixo TCT – principal via estruturante da Grande Covilhã, e à EN18, enquanto via que assume maior relevância no que respeita ao acesso à cidade pelo Vale do Zêzere e pela Cova da Beira;
- Na medida em que é atravessada pela linha de caminho de ferro, a ZIT representa também uma mais-valia no que respeita ao robustecimento da rede ferroviária e, por conseguinte, o aumento da capacidade de escoamento de produção, o que, se entende, potenciará os níveis de interesse e de procura. Ainda a este respeito, destaca-se a importância do Corredor Internacional Norte, descrito no Capítulo 3 do presente relatório, que permitiu estabelecer a ligação da Linha da Beira Alta e da Linha da Beira Baixa.

Entende-se, igualmente, que a dinamização da oferta turística, em particular a que decorre da valorização do património edificado, cultural, arqueológico e natural, contribuirá de forma determinante para o desenvolvimento socioeconómico do território municipal, mas também à escala regional.

Por outro lado, não pode ser descurado o potencial existente e a importância dos usos agrícolas e florestais na manutenção e promoção do património natural, mas também na conservação do património identitário da Covilhã, que resulta desta multiplicidade de usos e da correlação das diferentes atividades, que ocorrem de forma transversal e se complementam, independentemente do nível hierárquico que cada lugar representa no sistema urbano e da classificação ou qualificação de solo que lhe seja atribuída por via do processo de planeamento.

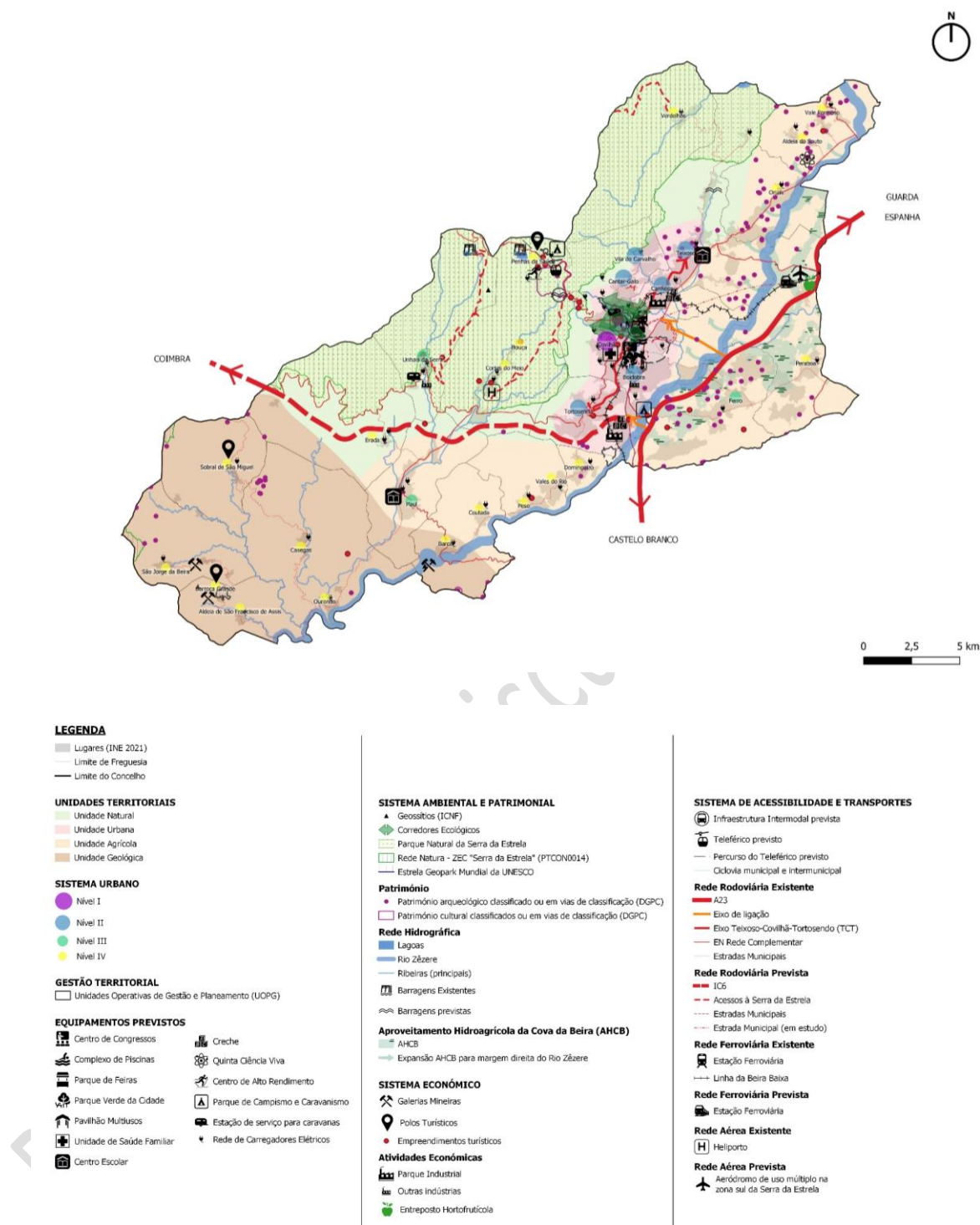


Figura 5. Estruturação do Modelo Territorial Estratégico da 1.ª Revisão do PDMC (Fonte: CMC, 2025)



## 5. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Segundo Partidário (2012), o Quadro de Referência Estratégico (QRE) “*representa as macropolíticas que determinam o referencial para avaliação, definido pelas orientações políticas e respetivos objetivos estabelecidos. Relaciona-se também com outros planos e programas relevantes, o que constitui também uma exigência legal*”. Este quadro identifica as orientações de políticas ambientais e de sustentabilidade relevantes para o PDMC, as quais podem assumir um âmbito europeu, nacional, regional e municipal, fornecendo metas e orientações políticas que definem a direção estratégica, e reconhecendo outras orientações relevantes de planeamento ou programáticas que possam ter sinergias ou conflitos com o objeto de avaliação.

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) da AAE da 1.ª Revisão do PDMC inclui os instrumentos de política e os planos e programas, de âmbito internacional, nacional, regional e municipal, que, tendo em conta o seu âmbito setorial e as orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade que veiculam, se consideram relevantes para o presente exercício de AAE. A lista de documentos de referência considerados é apresentada no quadro seguinte, sendo os mesmos analisados, em maior detalhe, no Anexo II.

**Quadro 2.** Quadro de Referência Estratégico para a AAE da 1.ª Revisão do PDMC

ÂMBITO	DOCUMENTO
Nacional	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
	Estratégia Portugal 2030 Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro
	Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) Portaria n.º193/2021: estabelece as orientações específicas relativas ao circuito financeiro; DL n.º 29-B/2021 de 4 de maio: estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência; DL n.º 53-B/2021 de 23 de junho: estabelece e o regime excecional de execução orçamental e de simplificação de procedimentos dos projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência
	Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNTC) Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro
	Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho
	Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050) Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho

ÂMBITO	DOCUMENTO
	Lei de Bases do Clima Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030) Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio
	Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008
	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro
	Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato (POACV) Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2004, de 31 de março
	Plano Nacional da Água (PNA) DL n.º 76/2016, de 9 de novembro
	Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro Retificado e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2016 de 18 de novembro
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho
	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030) Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro
	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março
	Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR 2030) Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março
	Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos 2030 (PERNU 2030) Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023, de 18 de outubro
	Estratégia dos Biorresíduos DL n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro
	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030) Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro
	Plano Rodoviário Nacional (PRN2000) DL n.º 222/98, de 17 de julho
	Estratégia Turismo 2027 (ET 2027) Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro
	Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP) Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho
	Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio
	Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE) Versão para consulta pública, maio 2020
	Programa de Valorização do Interior (PVI)

ÂMBITO	DOCUMENTO
	Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, de 27 de Março
Regional	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) <a href="https://www.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2025/03/PROT-Centro-2.pdf">https://www.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2025/03/PROT-Centro-2.pdf</a>
	Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS3 do Centro) <a href="https://ris3.ccdrc.pt/">https://ris3.ccdrc.pt/</a>
	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI) Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4) (PGRH RH4) Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5) (PGRH RH5) Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril
Intermunicipal	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-CIMBSE) <a href="https://cimbse.pt/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Intermunicipal-de-Adaptacao-as-Alteracoes-Climaticas.pdf">https://cimbse.pt/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Intermunicipal-de-Adaptacao-as-Alteracoes-Climaticas.pdf</a>
	Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (PE@CIMBSE 2030) <a href="https://www.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2024/02/CIM_BSE_v08072021.pdf">https://www.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2024/02/CIM_BSE_v08072021.pdf</a>
	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Beiras e Serra da Estrela (PAMUS-BSE) 2015
	Programa de Revitalização do Parque Natural Serra da Estrela (PRPNSE) Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024, de 15 de março
Municipal	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município da Covilhã (PMEPC) Aviso n.º 1219/2021, de 19 de janeiro
	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Covilhã (PMDFCI) Aviso n.º 13156/2021, de 13 de julho
	Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) <a href="https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm">https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm</a>
	Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) <a href="https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm">https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm</a>

## 6. QUADRO DE AVALIAÇÃO DA AAE

### 6.1 QUESTÕES ESTRATÉGICAS E QUESTÕES AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE

As Questões Estratégicas (QE) dizem respeito às “*questões políticas fundamentais, ou desafios associados ao objeto de avaliação, que devem ser assegurados para atingir uma visão de futuro e que contribuem para a definição dos FCD*” (Partidário, 2012).

No âmbito da elaboração da 1.ª Revisão do PDMC, considera-se que as QE traduzem as linhas de força para o desenvolvimento territorial do Concelho, permitindo estabelecer o âmbito estratégico do Plano e, dessa forma, delimitar os domínios que poderão vir a ser impactados no seguimento da implementação do mesmo.

Tendo em consideração a caracterização do objeto de avaliação e os objetivos que presidem à 1.ª Revisão do PDMC, foram definidas as seguintes Questões Estratégicas (QE) a considerar na avaliação ambiental:

1. Preservação e valorização dos Recursos, do Património e da Identidade.
2. Prevenção e minimização dos riscos e potencialização da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.
3. Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida.
4. Promover a qualidade e os níveis de saúde e bem-estar da população, bem como o crescimento económico.

No quadro seguinte, apresenta-se a matriz de correspondência entre as QE e os objetivos/diretrizes dos documentos que integram o QRE, assinalando-se aqueles que, de forma mais direta, estabelecem orientações, diretrizes e metas ambientais e de sustentabilidade que deverão ser consideradas, quer na validação e densificação dos objetivos estratégicos do PDM, quer na definição do quadro de avaliação dos FCD.

**Quadro 3. Relação entre as Questões Estratégicas (QE) e o Quadro de Referência Estratégico (QRE)**

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)	QUESTÕES ESTRATÉGICAS (QE)			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	X	X	X	X
Estratégia Portugal 2030	X	X	X	X
Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	X	X	X	X
Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNTC)	X		X	X
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020)	X	X	X	X
Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)		X		
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)	X	X	X	
Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050)	X	X	X	
Lei de Bases do Clima		X	X	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)	X		X	X
Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	X	X	X	
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE)	X		X	X
Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato (POACV)		X	X	X
Plano Nacional da Água (PNA 2015)	X	X	X	
Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI)		X	X	X
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)		X	X	X
PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais	X	X	X	X
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020+ (PERSU 2020+)	X	X	X	X
Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR)	X	X	X	X
Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos 2030 (PERNU)			X	X
Estratégia dos Biorresíduos			X	
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030)	X		X	
Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)		X	X	
Estratégia Turismo 2027 (ET 2027)	X		X	X
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)	X	X	X	X
Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)			X	X
Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE)	X	X	X	X
Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 (ECS 2020)	X	X	X	X
Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)	X			X
Programa de Valorização do Interior (PVI)	X		X	X
Estratégia Regional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3 do Centro)	X			X
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI)				X
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4) (PGRH RH4)	X	X		X
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5) (PGRH RH5)	X	X		X
Plano Regional de Ordenamento do Território Do Centro (PROT-C [Proposta de Plano versão de maio 2011])	X		X	X
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-CIMBSE)	X	X	X	X
Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (PE@CIMBSE 2030)	X		X	X
Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Beiras e Serra da Estrela (PAMUS-BSE)		X	X	X
Programa de Revitalização do Parque Natural Serra da Estrela (PRPNSE)	X	X	X	
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município da Covilhã (PMEPC)		X		X
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Covilhã (PMDFCI)	X	X	X	X
Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)	X	X	X	X
Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC)		X	X	

As Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) são *“determinantes para a avaliação, ajustadas à escala geográfica e nível de decisão, bem como às oportunidades de desenvolvimento identificadas”* (Partidário, 2012), contribuindo para a identificação de problemas e de potencialidades, bem como para a identificação dos FCD.

As questões ambientais, que também podem ser designadas por fatores ambientais, estão estabelecidas em legislação, nomeadamente na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Regime Jurídico da AAE, que indica que *“os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados”*. Para além dos fatores ambientais estabelecidos no Regime Jurídico da AAE, podem ser considerados na formulação das QAS outros aspetos que, de forma mais específica, face às características dos territórios em análise, traduzam as oportunidades de desenvolvimento identificadas.

Tendo em consideração os fatores ambientais legalmente estabelecidos, para os quais se analisou a sua relevância em função das especificidades do objeto de avaliação em causa, considera-se que as QAS a considerar na AAE da 1.ª Revisão do PDMC são as seguintes:

- Biodiversidade, fauna, flora – identificar e avaliar o impacto das propostas do plano na ótica da conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, considerando a valorização e preservação dos tipos de habitat, fauna e flora mais relevantes, bem como a conectividade da estrutura ecológica municipal;
- Solo, água e atmosfera – analisar a influência das opções do plano, ao nível do uso, ocupação e transformação do solo, na gestão racional e melhoria da qualidade dos recursos hídricos e na beneficiação dos recursos florestais, e na qualidade do ar.
- População e saúde humana – avaliar o impacto das opções estratégicas do plano na dinâmica populacional do concelho, na rede de equipamentos coletivos, na aposta no capital humano e nas condições sociais e de saúde da população.
- Atividades económicas e bens materiais – analisar a influência da estratégia de desenvolvimento territorial proposta no plano, no que diz respeito às redes de infraestruturas, acessibilidades e usos do solo e o seu impacto na capacidade de dinamização económica,



criação de emprego, competitividade territorial, atratividade para a captação de investimento e no desenvolvimento socioeconómico sustentado do território.

- Património cultural e paisagem – identificar e analisar os efeitos das propostas do plano ao nível da valorização e preservação da paisagem e património natural, do património cultural (material e imaterial) e da identidade local.
- Fatores climáticos – identificar os impactos das opções estratégicas do plano nas atividades que contribuem mais significativamente para as emissões de gases com efeito de estufa a nível local, bem como analisar os contributos na promoção da resiliência e capacidade de adaptação do território às alterações climáticas.

O quadro seguinte reflete a correspondência entre as QAS e as QE, e onde se pode verificar que os fatores ambientais mais relevantes, dado o âmbito estratégico do Planos, são os seguintes: Solo, Água, Atmosfera, População, Saúde humana, Paisagem e Fatores climáticos.

**Quadro 4.** Matriz de correspondência entre as QAS (ou fatores ambientais) e as Questões Estratégicas (QE)

FATORES AMBIENTAIS	QUESTÕES ESTRATÉGICAS			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Biodiversidade	X	X		
Fauna	X	X		
Flora	X	X		
Solo	X	X	X	
Água	X	X	X	
Atmosfera	X	X	X	
População		X	X	X
Saúde humana		X	X	X
Atividades económicas			X	X
Bens materiais			X	X
Património cultural	X			
Paisagem	X	X	X	X
Fatores climáticos	X	X	X	X

## 6.2 DEFINIÇÃO DOS FCD

Após identificação e descrição (em Anexo) dos instrumentos de política, programas e planos que compõem o QRE, das Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS), e das Questões Estratégicas (QE) que refletem a abordagem estratégica do plano, podem, agora, definir-se os FCD, que estabelecem os temas fundamentais sobre os quais a AAE se deve focar, estruturando todo processo de avaliação ambiental cujos resultados deverão ser consubstanciados no RA.

No âmbito da AAE da Revisão do PDMC, são, assim, considerados os seguintes quatro FCD:

- FCD 1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos
- FCD 2 – Qualidade Ambiental e Riscos
- FCD 3 – Ordenamento e Coesão Territorial
- FCD 4 – Desenvolvimento Socioeconómico

### **FCD 1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos**

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

### **FCD 2 – Qualidade Ambiental e Riscos**

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.

### **FCD 3 - Ordenamento e Coesão Territorial**

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das

populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.

#### **FCD 4 - Desenvolvimento Socioeconómico**

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico e dinamização económica e social do concelho, nomeadamente com o incentivo à instalação de novas empresas e atividades económicas, a revitalização das atividades tradicionais, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a atração de investimento, assim como para a fixação da população residente.

Apresenta-se, na tabela seguinte, a esquematização da correspondência entre os FCD, as QE e os Fatores Ambientais (considerados na definição das QAS), que evidencia a abrangência e caráter integrador dos temas fundamentais do exercício de avaliação ambiental a levar a cabo. Esta tabela demonstra, de forma muito clara, que os FCD, que delimitam o âmbito genérico da avaliação ambiental, refletem, de forma direta e integrada, o âmbito estratégico do Plano e os domínios ambientais e de sustentabilidade mais relevantes no concelho da Covilhã.

**Quadro 5.** Relação entre FCD, QE e Fatores Ambientais

FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	QUESTÕES ESTRATÉGICAS				FATORES AMBIENTAIS												
	QE1	QE2	QE3	QE4	Biodiversidade	Fauna	Flora	Solo	Água	Atmosfera	População	Saúde humana	Atividades económicas	Bens materiais	Património cultural	Paisagem	Fatores climáticos
FCD1 - Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos	X	X			X	X	X	X	X						X	X	
FCD2 - Qualidade Ambiental e Riscos		X	X							X	X	X		X			X
FCD3 - Ordenamento e Coesão Territorial	X		X	X							X	X	X	X			
FCD4 - Desenvolvimento Socioeconómico	X			X							X		X		X	X	

### 6.3 CRITÉRIOS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Uma vez que os FCD constituem o primeiro nível do Quadro de Avaliação da AAE da Revisão do PDMC, importa especificar o conjunto de critérios de avaliação que concretizam o âmbito de cada um dos FCD e os indicadores que constituem os instrumentos de “medida” da performance das propostas e soluções do PDM, de carácter quantitativo e qualitativo.

No quadro seguinte apresenta-se uma descrição dos critérios de sustentabilidade que são adotados para a avaliação dos efeitos significativos do Plano pelo respetivo FCD.

**Quadro 6.** Identificação dos FCD e respetivos Critérios de sustentabilidade

FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
<b>FCD 1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos</b>  Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.	<b>Solo</b> - Avaliação das principais dinâmicas de uso e ocupação do solo e de aproveitamento dos recursos geológicos, assumindo mecanismos de proteção e valorização dos geossítios e dos solos nas áreas com elevado potencial agrícola e/ou associadas a valores ecológicos sensíveis
	<b>Recursos Hídricos</b> - Avaliação das formas de gestão e aproveitamento dos recursos hídricos assumindo o princípio de melhoria da qualidade das massas de água
	<b>Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos</b> - Avaliação das propostas e medidas do plano ao nível da proteção e conservação dos ecossistemas de maior fragilidade e dos valores naturais com estatuto de proteção, bem como a proteção e valorização da estrutura ecológica municipal, a promoção dos espaços verdes urbanos, a continuidade ecológica, a eficiência do desempenho dos serviços de ecossistemas, a valorização da multifuncionalidade e qualidade visual da paisagem e a promoção da identidade local e tendo em conta também a proteção, requalificação e valorização do património arquitetónico e arqueológico, bem como das ações de índole cultural
<b>FCD 2 – Qualidade Ambiental e Riscos</b>  Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.	<b>Ambiente Sonoro e Qualidade do ar</b> - Avaliação das propostas do plano com impacto ao nível da melhoria da qualidade ambiental e saúde humana, em especial no que se refere aos níveis de exposição ao ruído e à poluição atmosférica e qualidade do ar em geral
	<b>Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento Básico</b> - Avaliação das propostas do plano em termos de melhoria global das redes de infraestruturas urbanas (sistema de abastecimento de água, sistemas de tratamento de águas residuais e pluviais) visando a eficiência e sustentabilidade dos sistemas e a qualidade de vida das populações
	<b>Resíduos</b> - Avaliação das propostas do plano em termos de melhoria do ambiente urbano, nomeadamente no que se refere à eficiência do sistema de recolha e tratamento de resíduos e ao acesso equitativo da população
	<b>Energia</b> - Avaliação do contributo global do plano para o aumento da eficiência energética, nomeadamente ao nível do parque edificado, dos sistemas de transporte e mobilidade e das infraestruturas urbanas

FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
	<b>Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos</b> - Avaliação do contributo do plano para a diminuição da vulnerabilidade do território e para a redução da exposição antrópica aos riscos
	<b>Alterações Climáticas</b> - Avaliação do contributo do plano para a diminuição da vulnerabilidade do e adaptação às alterações climáticas
<b>FCD 3 – Ordenamento e Coesão Territorial</b>  Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes	<b>Sistema Urbano</b> - Avaliação das propostas do plano com impacto sobre as dinâmicas de expansão urbana, infraestruturas da rede viária, consolidação dos espaços urbanos, da reabilitação urbana, da promoção da multifuncionalidade dos espaços urbanos e também ao nível dos sistemas de mobilidade urbana, do grau de cobertura territorial e qualidade dos serviços de transporte público e do potencial de transição para modos suaves e outros meios de transporte mais sustentáveis
	<b>Parque Edificado e Habitação</b> - Avaliação da estratégia municipal de habitação (especialmente no que diz respeito à política de habitação social), assumindo como princípio o direito constitucional à habitação e considerando as carências do parque habitacional e as disfunções do mercado imobiliário no atual contexto socioeconómico
	<b>Equipamentos e Serviços Públicos</b> - Avaliação dos efeitos do plano ao nível da implementação da rede equipamentos de utilização coletiva, com garantia da qualidade dos serviços e equidade social e territorial
	<b>Coesão Territorial</b> - Avaliação do contributo do plano para a correção das desigualdades territoriais, nomeadamente ao nível da evolução da população do concelho, da densidade, do envelhecimento populacional e da atratividade do território
<b>FCD 4 - Desenvolvimento Socioeconómico</b>  Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades e a dinamização económica mais ajustada às reais necessidades do Concelho, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a atração de investimento, assim como a fixação da população residente	<b>Dinamização Económica e Emprego</b> - Avaliação do contributo do plano para a promoção do desenvolvimento económico e competitividade do concelho, nomeadamente na qualificação dos recursos humanos e nas condições de acolhimento empresarial
	<b>Atividades Tradicionais e de Base Produtiva</b> - Avaliação do contributo do plano para a promoção e divulgação dos produtos locais, preservação das atividades tradicionais e gestão sustentável das atividades de base produtiva, com ênfase para o setor agropecuário e florestal
	<b>Turismo</b> - Avaliação do contributo do plano para a valorização dos recursos turísticos do concelho, atendendo ao aumento da atratividade e da duração e número de estadias e da captação de novos visitantes, turistas e investidores

Para a operacionalização do exercício de avaliação dos impactos das propostas e opções do Plano, a levar a cabo nas fases subseqüentes deste processo de AAE, são seguidamente identificados os indicadores de avaliação, para cada um dos critérios subjacentes aos FCD, sendo estes constituídos, sempre que necessário, por indicadores de âmbito qualitativo e quantitativo. Os indicadores aqui identificados constituem, assim, a matriz analítica do exercício de previsão e avaliação dos efeitos ambientais decorrentes da implementação do Plano.



Cumulativamente, esta lista de indicadores será considerada na definição dos indicadores de seguimento, isto é, dos indicadores que permitirão monitorizar a implementação do Plano e das diretrizes emanadas do RA. De qualquer forma, interessa clarificar que a lista de indicadores de avaliação (constante do quadro abaixo) será, necessariamente, diferente da lista de indicadores de seguimento, uma vez que se dirige à avaliação *ex-ante* do Plano e não à sua monitorização.

Neste âmbito, importa, igualmente, enquadrar a opção metodológica de se adotarem indicadores de carácter qualitativo, para além dos indicadores do tipo quantitativo. Esta opção tem de ver, sobretudo, com o âmbito material de qualquer PDM, que conjuga opções de carácter estratégico, com propostas regulamentares e decisões programáticas, o que dificulta, em muito casos, a previsão quantitativa dos seus impactos. Estas dificuldades verificam-se, sobretudo, ao nível da análise do impacto de determinadas regras ou normas do PDM em domínios menos tangíveis, como é o caso da paisagem ou do desenvolvimento socioeconómico.

**Quadro 7. Quadro de Avaliação - FCD, Critérios e Indicadores de Avaliação**

<b>FCD 1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos</b>	
<b>Objetivo:</b> Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.	
<b>Critérios de avaliação</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Solo</b>	Proporção de solo artificializado (%)
	Proporção do solo delimitado na Reserva Agrícola Nacional (RAN) (%)
	Proporção do solo delimitado na Reserva Ecológica Nacional (REN) (%)
<b>Recursos Hídricos</b>	Pressões qualitativas pontuais sobre as massas de água (n.º)
	Massas de água com escassez hídrica (n.º) (classe)
<b>Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos</b>	Proporção do solo integrado no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (%)
	Proporção de solo ocupada por florestas de eucalipto (%)
	Áreas de extração de inertes (ha)
	Património cultural (arquitetónico e arqueológico) classificado ou em vias de classificação (n.º)
<b>FCD 2 – Qualidade Ambiental e Riscos</b>	
<b>Objetivo:</b> Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.	
<b>Critérios de avaliação</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Ambiente Sonoro e Qualidade do Ar</b>	Conflito acústico (qualitativo)
	Dias com índice de qualidade do ar bom ou muito bom (%)
<b>Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento Básico</b>	Acessibilidade física e adesão ao serviço de abastecimento de água (%)
	Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais (%)
	Perdas de água do sistema de abastecimento das águas (l/(ramal.dia))
	Percentagem do número total de análises realizadas à água para consumo público, cujos resultados estejam em conformidade com a legislação (Água Segura) (%)
<b>Resíduos</b>	Cobertura territorial da rede de recolha e tratamento de RU (%)
	Resíduos urbanos destinados a aterro e a outros tipos de destino (valorização) (t)
	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (kg/hab)
<b>Energia</b>	Consumo de energia elétrica por ano e tipo de consumo (kWh)
	Classificação energética B, A e A+ dos edifícios (%)
<b>Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos</b>	Área ardida (ha)
	Territórios artificializados em áreas de risco natural (hectares, por tipologia de risco)
	Risco de ocorrência de acidentes com transporte de matérias perigosas em ferrovia e em rodovia (qualitativo)
<b>Alterações Climáticas</b>	Emissões de gases com potencial efeito de estufa (kton)
	Projetos instalados de produção de energia renovável (n.º)
	Proporção de área suscetível à desertificação, nas classes “sub-húmido seco” e “semi-árido” do Índice de aridez (%) na sub-região (NUTS III)

### FCD 3 – Ordenamento e Coesão Territorial

**Objetivo:** Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.

Critérios de avaliação	Indicadores
<b>Sistema Urbano</b>	Proporção de tecido edificado descontínuo (%)
	Eficiência dos territórios artificializados por habitante (%)
	Número de edifícios licenciados por tipo e destino de obra (n.º)
	Proporção de meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%)
<b>Parque Edificado e Habitação</b>	Preço médio da habitação (€/m²)
	Proporção de alojamentos sobrelotados (%)
	Alojamentos vagos ou de segunda habitação (n.º)
	Oferta de habitação social (n.º)
<b>Equipamentos e Serviços Públicos</b>	Equipamentos públicos por freguesia e por estado de conservação (n.º)
	Capacidade de respostas sociais (n.º de lugares)
<b>Coesão territorial</b>	Evolução da população residente no concelho (%)
	Taxa de repulsão na unidade territorial Covilhã (%)
	Proporção de população residente em áreas predominantemente urbanas (%)

### FCD 4 – Desenvolvimento socioeconómico

**Objetivo:** Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades e a dinamização económica mais ajustada às reais necessidades do Concelho, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a atração de investimento, assim como a fixação da população residente.

Critérios de avaliação	Indicadores
<b>Dinamização Económica e Emprego</b>	Níveis de qualificação dos recursos humanos (%)
	Proporção de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional (%)
	Volume de negócios das empresas sediadas no concelho (n.º)
	Superfície da zona industrial ocupada por indústria (ha)
<b>Atividades Tradicionais e de Base Produtiva</b>	Evolução do solo agrícola do concelho (ha)
	N.º de explorações agrícolas (n.º)
	Superfície agrícola utilizada (ha)
	Evolução da área florestal do concelho (ha)
<b>Turismo</b>	Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (n.º)
	Capacidade de alojamento turístico por categoria de estabelecimento (n.º de camas)
	Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes (n.º)
	Taxa líquida de ocupação/cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (%)
	Agentes de animação turística registados (n.º)

## 7. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS E SITUAÇÃO ATUAL

De forma a poder avaliar as opções estratégicas do Plano, importa, numa primeira fase, analisar as tendências de evolução do território municipal que se têm verificado em diversos domínios. Para elaboração desta análise, foram considerados o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), os Estudos de Caracterização e Diagnóstico, entre outras fontes de informação, como é o caso dos dados de caracterização dos recursos hídricos disponíveis no SNIRH (Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos) e no SNIAMB (Sistema Nacional de Informação de Ambiente) e de outros documentos e bases de dados relativos a critérios que não estejam suficientemente desenvolvidos nos elementos provenientes dos trabalhos do Plano.

A Análise de Tendências e Situação Atual apresenta-se organizada de acordo com os diferentes critérios estabelecidos por FCD e, dentro destes, pelo conjunto de indicadores de avaliação pré-estabelecidos.

### 7.1 FCD1 – BIODIVERSIDADE, VALORES CULTURAIS E PAISAGÍSTICOS

O FCD1 pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do concelho.

#### 7.1.1 Solo

O solo constitui um recurso natural não renovável, cujo processo de formação é muito lento, desempenhando funções importantes para os ecossistemas, sendo essencial na economia dos territórios, devido em particular à produção agrícola e florestal. Os solos são ótimos indicadores de estabilidade ambiental e, a maioria das atividades humana desenvolve-se numa relação direta com ele (para habitação, agricultura, produção, etc.).

Segundo a Carta de Uso e Ocupação de Solo (COS), disponibilizada pela DGT para o ano de 2018, os ‘**Territórios artificializados**’ representavam 2117,36 ha (3,8% do território concelhio). A análise comparativa entre os dados de 1995 e 2018 permite aferir um padrão de crescimento das áreas artificializadas, uma vez que em 1995, estas representavam cerca de 2,6% da área total do concelho (1442,43 ha), correspondendo assim a um crescimento em cerca de 46% de Territórios artificializados.

No que diz respeito à conservação da paisagem natural do concelho, recorreu-se à análise da artificialização bruta do solo, que avalia a superfície de territórios agrícolas, florestais, seminaturais e naturais, zonas húmidas e corpos de água que foi artificializada, para um certo período (Condessa, Nicolau, 2022). Entre 1995 e 2018, verificou-se a **conversão** de 679,1 ha (cerca de 1,2% do território concelhio) **de áreas com usos de solo não urbano** (Agricultura, Pastagens, Florestas, SAF e Matos) **para Territórios Artificializados (Quadro 8).**

Da área convertida, destaca-se:

- Crescimento da Rede viária e espaços associados (147,8 ha, 21,7% da área total convertida), a partir de áreas agrícolas, pastagens, floresta e matos.
- Crescimento do Tecido edificado descontínuo (114,5ha, 16,8% da área total convertida), a partir, principalmente, de áreas agrícolas (87,4 ha).
- Crescimento da Indústria<sup>1</sup> (91,4 ha, 13,5% da área total convertida), a partir de áreas agrícolas, pastagens e matos.
- Crescimento do Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal (63,4 ha, 9,3% da área total convertida), a partir, principalmente, de áreas agrícolas (53,4 ha)
- Crescimento das Áreas em construção (54,7 ha, 8 % da área total convertida), a partir de áreas agrícolas, floresta e SAF.
- Crescimento de Pedreiras (31,1 ha, 4,5% da área total convertida), a partir, principalmente de áreas florestais (27 ha).
- Crescimento de Outros equipamentos e instalações turísticas (29 ha, 4,3 % da área total convertida), a partir, principalmente, de áreas agrícolas (25,2 ha).

<sup>1</sup> De acordo com o PUGC, são identificadas duas grandes Zonas Industriais (ZI) no concelho, designadamente a Zona Industrial do Canhoso e a Zona Industrial de Tortosendo, referindo ainda mais 8 ZI de menor expressão no território. As ZI perfazem um total de 215,9 ha, na sua maioria consolidadas, sendo que a ZI do Tortosendo ainda apresenta 58,11 ha por consolidar referente à área e expansão do Plano de Pormenor da ZI de Tortosendo – 3ª fase. Neste âmbito, são identificadas na COS 2018 um total de 35 áreas distintas afetas a esta classe, num total de 201,3 ha, localizadas um pouco por todo território concelhio. Da área total desta classe de uso e ocupação do solo, verifica-se que 117,07 ha é coincidente com as ZI do concelho. **Ou seja, cerca de 42% dos espaços industriais do concelho ocorrem fora de espaços destinados/programados para o efeito.**

- Crescimento do Tecido edificado contínuo predominantemente vertical (28,4 ha, 4,1 % da área total convertida), a partir, principalmente, de áreas agrícolas (26,9 ha).

**Quadro 8.** Conversões de outros usos não urbanos para Territórios Artificializados (entre 1995 e 2018)  
(Fonte: DGT, 1995 e 2018)

Uso e ocupação do solo		Área (ha)		% do total de área convertida	% do Concelho
Classes COS 2018 (N5)	Classes COS 1995 (N1)	Parcial	Total		
Tecido edificado contínuo predominantemente vertical	Agricultura	26,91	28,48	4,19%	0,051%
	Matos	1,57			
Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	Agricultura	53,45	63,43	9,34%	0,114%
	Pastagens	0,22			
	Matos	1,75			
	Florestas	8,01			
Tecido edificado descontínuo	Pastagens	5,24	114,56	16,87%	0,206%
	Agricultura	87,43			
	Florestas	12,37			
	Matos	9,52			
Tecido edificado descontínuo esparsos	Agricultura	41,17	55,04	8,11%	0,099%
	Florestas	2,24			
	Matos	11,64			
Espaços vazios sem construção	Matos	1,00	1,00	0,15%	0,002%
Indústria	Agricultura	42,93	91,42	13,46%	0,165%
	Pastagens	26,30			
	Florestas	1,50			
	Matos	20,68			
Comércio	Agricultura	6,06	9,04	1,33%	0,016%
	Florestas	1,46			
	Matos	1,52			
Instalações agrícolas	Agricultura	1,87	1,87	0,27%	0,003%
Infraestruturas de produção de energia renovável	Agricultura	1,22	2,61	0,38%	0,005%
	Pastagens	1,39			
Infraestruturas de produção de energia não renovável	Florestas	2,22	2,22	0,33%	0,004%
Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais	Agricultura	3,49	3,49	0,51%	0,006%
Rede viária e espaços associados	Agricultura	83,54	147,81	21,77%	0,266%
	Pastagens	19,15			
	SAF	4,19			
	Florestas	20,31			
	Matos	20,61			
Rede ferroviária e espaços associados	Agricultura	0,94	0,94	0,14%	0,002%
Pedreiras	Agricultura	0,52	31,14	4,58%	0,056%
	Pastagens	1,38			
	Florestas	27,13			
	Matos	2,11			
Aterros	Florestas	0,31	0,31	0,05%	0,001%
Lixeiras e Sucatas	Agricultura	1,17	3,21	0,47%	0,006%
	Matos	2,04			



Uso e ocupação do solo		Área (ha)		% do total de área convertida	% do Concelho
Classes COS 2018 (N5)	Classes COS 1995 (N1)	Parcial	Total		
Áreas em construção	Agricultura	24,79	54,76	8,06%	0,099%
	Pastagens	1,10			
	SAF	10,68			
	Florestas	13,69			
	Matos	4,50			
Instalações desportivas	Agricultura	11,15	18,25	2,69%	0,033%
	Florestas	3,65			
	Matos	3,45			
Parques de campismo	Matos	1,41	1,41	0,21%	0,003%
Equipamentos de lazer	Pastagens	3,49	6,32	0,93%	0,011%
	Agricultura	1,78			
	Florestas	1,05			
Outros equipamentos e instalações turísticas	Agricultura	25,28	29,19	4,30%	0,053%
	Matos	3,23			
	Vegetação esparsa	0,68			
Parques e jardins	Pastagens	2,14	12,62	1,86%	0,023%
	Agricultura	9,79			
	Matos	0,68			
TOTAL		679,10	-	-	1,222%

A Carta da **Reserva Agrícola Nacional (RAN)** da Covilhã, inicialmente publicada pela Portaria n.º 166/93, de 11 de fevereiro, passou a ser a que consta no PDMC, publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 124/99, de 23 de outubro e alvo de uma alteração por adaptação (publicada pelo Edital n.º 908/2009 de 18 de agosto). No que diz respeito à conservação do recurso solo, salienta-se que cerca de 8,7% do território da Covilhã (4863 ha) está abrangido por RAN.

Sobrepondo as áreas abrangidas pela RAN com a COS disponibilizada pela DGT (2018), verifica-se que, na sua maioria (74,7 %), estas áreas correspondem a espaços agrícolas, sendo também significativa a ocupação das ‘Florestas’ (13,8%), ‘Matos’ (3,67%) e ‘Pastagens’ (3,5%) (Quadro 9). Observa-se, ainda, um total de 117,8 ha de ‘Territórios Artificializados’ (DGT, 2018) em áreas delimitadas como RAN (2,4% da área total afeta a esta restrição de utilidade pública). Importa referir que, em 1995 apenas 63,6 ha da RAN se encontrava classificada como ‘Territórios Artificializados’, denotando-se um aumento de 85% da área de RAN artificializada com usos não agrícolas (comparativamente a 2018).

**Quadro 9.** Classes de uso e ocupação de solo (COS 2018) integradas em RAN (2009)

Classes COS2018 (nível 1)	Área integrada em RAN	
	ha	%
Territórios artificializados	117,84	2,42%
Agricultura	3621,85	74,48%
Pastagens	172,67	3,55%
Superfícies agroflorestais	2,32	0,05%
Florestas	624,95	12,85%
Matos	178,64	3,67%
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	12,84	0,26%
Massas de água superficiais	131,86	2,71%
<b>TOTAL</b>	<b>4863,01</b>	<b>100%</b>

A **Reserva Ecológica Nacional (REN)** do município da Covilhã, atualmente em vigor, foi aprovada e publicada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 98/98, de 4 de agosto, alterada pela Portaria n.º 499/2010, de 14 de julho, pela Portaria n.º 18/2012, de 20 de janeiro, e pelo Despacho n.º 6977/2020, de 7 de julho.

Relativamente à área do concelho integrada em REN (2020), observa-se que a mesma abrangem cerca de 77% do território (42 654,6 ha). No concelho da Covilhã, estão delimitadas, atualmente as seguintes tipologias de REN: Áreas com Risco de Erosão (33 273,3 ha), Cabeceiras de Linhas de Água (17 926,6 ha), Leitos dos Cursos de Água e Zonas Ameaçadas pelas Cheias (5536,3 ha), Áreas de Máxima Infiltração (2772,7 ha), Escarpas (2363,6 ha), Faixa de Proteção a Lagoas (139,8 ha), Faixa de Proteção a Albufeiras (22,2 ha), Lagoas (17,0 ha), Albufeiras (8,5 ha) e Ínsuas (5,9 ha).

Relativamente à ocupação de solo (DGT, 2018) das áreas integradas em REN (Quadro 10), observa-se que a classe ‘Florestas’ é a mais representativa (52,4%), seguida das áreas de ‘Matos’ (23,2%), ‘Agricultura’ (16,2%), ‘Espaços descobertos ou com pouca vegetação’ (5,7%) e ‘Pastagens’ (1,1%). As outras classes de uso e ocupação do solo situam-se abaixo do 1%; entre estas salientam-se os ‘Territórios artificializados’, sobrepostos com REN numa área total de 373,7 ha (cerca de 0,9% da área total da REN concelhia). Em 1995, os ‘Territórios artificializados’ integrados em REN representavam 191 ha, denotando-se assim, uma tendência de artificialização, comparativamente à cartografia de 2018 (variação positiva de 96%).

**Quadro 10.** Classes de uso e ocupação de solo (COS 2018) integradas em REN (2020)

Classes COS2018 (nível 1)	Área integrada em REN	
	hectares	%
Florestas	22332,28	52,36%
Matos	9908,45	23,23%
Agricultura	6900,31	16,18%
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	2417,32	5,67%
Pastagens	470,12	1,10%
Territórios artificializados	373,67	0,88%
Massas de água superficiais	235,34	0,55%
Superfícies agroflorestais	17,14	0,04%
<b>TOTAL</b>	<b>42654,63</b>	<b>100,00%</b>

No **Quadro 11** apresenta-se a síntese da análise de tendências do Critério de Avaliação ‘Solo’, por indicador de avaliação, identificando o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação.

**Quadro 11.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Solo’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Proporção de solo artificializado (%)	2,6	3,8	46,2%	COS	1995 - 2018
Proporção do solo delimitado na Reserva Agrícola Nacional (RAN) (%)	8,7	-	-	PDM	1999
Proporção do solo delimitado na Reserva Ecológica Nacional (REN) (%)	77,0	-	-	PDM	1999
<b>Notas</b>					
Tem vindo a verificar-se um incremento da proporção de solo artificializado ao longo das últimas décadas, com impacto direto ao nível deste critério.					
Relativamente às áreas integradas na RAN e na REN, não é possível observar uma tendência, indicando-se, como valor base as áreas atualmente em vigor, para cada uma das condicionantes. Importa referir que, no âmbito da proposta de revisão do PDM, serão efetuadas novas propostas de delimitação, tanto para a REN, como para a RAN.					

### 7.1.2 Recursos Hídricos

O concelho da Covilhã insere-se, quase na sua totalidade, na bacia e região hidrográfica do Tejo (sub-bacia hidrográfica do Zêzere), integrando-se no Plano de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH) do Tejo e Oeste (RH 5), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024.

O concelho integra-se ainda, de forma residual (cerca de 0,08 Km<sup>2</sup>), no PGRH do Vouga, Mondego e Lis (RH4), fazendo parte (zona de cabeceira) das bacias do Rio Ceira, Ribeira de Alvoco, Ribeira de Loriga e Ribeira do Piódão. Dada a fraca expressão destas massas de água no concelho da Covilhã, estas não consideradas na presente análise.

Segundo o PGRH (RH5), Covilhã intersecta 26 massas de água superficiais (MAS), cujos estados químico e ecológico, para os três ciclos de planeamento, foi compilado no **Quadro 12**. Considerando o último ciclo de planeamento (2022-2027), relativamente ao estado químico das MAS, observa-se que 11 classificam-se como “Desconhecido”, 11 como “Bom” e 4 como “Insuficiente”. Analisando a evolução entre o 1.º e o 3.º do ciclo de planeamento, verifica-se uma tendência negativa de evolução do estado químico das MAS (4 MAS de estado ‘Bom’ para ‘Insuficiente’), bem como o aumento do desconhecimento (10 MAS de estado ‘Bom’ para ‘Desconhecido’). A diminuição da monitorização da qualidade do estado químico sucede da classificação atribuída no 2.º ciclo de planeamento, onde todas as MAS estão dadas como ‘Desconhecido’, anteriormente classificadas como ‘Bom’ (1.º ciclo de planeamento).

Relativamente ao estado ecológico, segundo o 3.º Ciclo de planeamento (2022-2027) do PGRH, observam-se 2 MAS classificadas como “Medíocres” (Ribeira das Casinhas-PT05TEJ0778 e Ribeiro das Pedras - PT05TEJ0766), 7 MAS classificadas como ‘Razoável’ (Cova da Beira - PT05ART0010A, Rio Zêzere - PT05TEJ0759, Ribeira do Paul - PT05TEJ0761, Rio Zêzere - PT05TEJ0763, Rio Zêzere - PT05TEJ0770, Rio Zêzere - PT05TEJ0771, Ribeira do Moinho - PT05TEJ0776 e Rio Zêzere - PT05TEJ0785) e as restantes 17 MAS como ‘Bom’. Em termos gerais, comparando as classificações entre o 1.º Ciclo e o 3.º Ciclo de Planeamento, a tendência foi da preservação do estado ecológico (14 MAS) e do agravamento (8 MAS). Contudo, verifica-se, ainda assim, a melhoria do estado ecológico de 4 MAS, bem como a melhoria do desconhecimento (2 MAS passaram de ‘Desconhecido’ para ‘Bom’).

Observa-se ainda que, no 2.º Ciclo (2016-2022) havia 4 massas classificadas como ‘Excelente’ (Rio de Beijames - PT05TEJ0744, Ribeira dos Lobos - PT05TEJ0762, Ribeira de Porsim - PT05TEJ0769 e Ribeira do Moinho - PT05TEJ0776), enquanto no 3.º Ciclo (2022-2027) nenhuma massa de água recebeu a classificação de ‘Excelente’.

**Quadro 12.** Classificação do estado (químico e ecológico) das massas de água superficiais da RH5 para o 1.º ciclo de planeamento (2009-2015), o 2.º ciclo de planeamento (2016-2021) e o 3.º ciclo de planeamento (2022-2027).

Código	Designação	Classificação do estado					
		Estado Químico			Estado/Potencial ecológico		
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
PT05ART0010A	Cova da Beira	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Bom
PT05TEJ0740	Rio Zêzere	Bom	Desconhecido	Desconhecido	Bom	Bom	Bom
PT05TEJ0742	Rio Zêzere	Bom	Desconhecido	Desconhecido	Excelente	Bom	Bom
PT05TEJ0743	Ribeira da Gaia	Desconhecido	Desconhecido	Bom	Desconhecido	Razoável	Bom
PT05TEJ0744	Rio de Beijames	Bom	Desconhecido	Bom	Excelente	Excelente	Bom
PT05TEJ0746	Ribeira de Corges	Bom	Desconhecido	Bom	Bom	Bom	Bom
PT05TEJ0747	Ribeira de Caria	Bom	Desconhecido	Bom	Bom	Razoável	Bom
PT05TEJ0749	Ribeira de Alforfa	Bom	Desconhecido	Bom	Bom	Bom	Bom
PT05TEJ0750	Ribeira de Cortes	Bom	Desconhecido	Bom	Bom	Bom	Bom
PT05TEJ0751	Rio Zêzere	Bom	Desconhecido	Desconhecido	Bom	Razoável	Bom
PT05TEJ0754	Ribeira de Corges	Bom	Desconhecido	Bom	Mau	Bom	Bom
PT05TEJ0759	Rio Zêzere	Bom	Desconhecido	Desconhecido	Medíocre	Bom	Razoável
PT05TEJ0761	Ribeira do Paul	Bom	Desconhecido	Bom	Bom	Medíocre	Razoável
PT05TEJ0762	Ribeira dos Lobos	Bom	Desconhecido	Bom	Excelente	Excelente	Bom
PT05TEJ0763	Rio Zêzere	Bom	Desconhecido	Bom	Razoável	Medíocre	Razoável
PT05TEJ0766	Ribeiro das Pedras	Bom	Desconhecido	Bom	Bom	Medíocre	Medíocre
PT05TEJ0769	Ribeira de Porsim	Bom	Desconhecido	Desconhecido	Excelente	Excelente	Bom
PT05TEJ0770	Rio Zêzere	Bom	Desconhecido	Desconhecido	Razoável	Razoável	Razoável
PT05TEJ0771	Rio Zêzere	Bom	Desconhecido	Insuficiente	Razoável	Razoável	Razoável
PT05TEJ0772	Ribeira de Ximassas	Bom	Desconhecido	Desconhecido	Bom	Bom	Bom
PT05TEJ0773	Ribeira de Casegas	Bom	Desconhecido	Desconhecido	Bom	Bom	Bom
PT05TEJ0774	Ribeira do Paul	Bom	Desconhecido	Insuficiente	Bom	Razoável	Bom
PT05TEJ0775	Ribeira de Porsim	Bom	Desconhecido	Desconhecido	Bom	Bom	Bom
PT05TEJ0776	Ribeira do Moinho	Bom	Desconhecido	Desconhecido	Excelente	Excelente	Razoável
PT05TEJ0778	Ribeira das Casinhas	Bom	Desconhecido	Insuficiente	Bom	Bom	Medíocre
PT05TEJ0785	Rio Zêzere	Bom	Desconhecido	Insuficiente	Razoável	Razoável	Razoável

Das **principais pressões (Quadro 13)** sobre o **estado ecológico**, identificam-se: pressões pontuais associadas a descargas de águas residuais urbanas na maioria das MAS (exceto no Rio Zêzere - PT05TEJ0771 e na Ribeira das Casinhas - PT05TEJ0778) e associada a Minas (apenas na Ribeira das Casinhas); pressões difusas associadas à agricultura (no Rio Zêzere - PT05TEJ0759, PT05TEJ0763 e PT05TEJ0771 e no Ribeiro das Pedras); alterações físicas do canal/leito/galeria ripícola/margem das massas de água (apenas na Ribeira do Paul e no Rio Zêzere - PT05TEJ0759 e PT05TEJ0785); a existência de barragens, açudes e comportas para hidroelétrica (apenas no Rio Zêzere - PT05TEJ0785). Neste âmbito, salienta-se que o 2.º ciclo do planeamento apontava de forma mais detalhada as pressões pontuais à época: nomeadamente o mau funcionamento das ETAR de Erada e de Cortes do Meio, como causa para as principais pressões sobre a Ribeira do Paul (PT05TEJ0761), da ETAR Barco I, como causa

para uma das principais pressões sobre o Rio Zêzere (PT05TEJ0771) e a poluição difusa das Minas da Panasqueira como umas das principais pressões sobre o Rio Zêzere (PT05TEJ0785).

**Quadro 13.** Pressões responsáveis pelo estado global das massas de água “inferiores a bom” PGRH – RH5, 3.º Ciclo de planeamento (APA, 2022-2027)

Código	Designação	Pressões responsáveis
PT05TEJ0759	Rio Zêzere	Difusa - Agricultura Difusa - Outra Pontual - Águas Residuais Urbanas Alteração física canal/leito/galeria ripícola/margem das massas de água - Outra Alteração hidromorfológica - Outra
PT05TEJ0761	Ribeira do Paul	Pontual - Águas Residuais Urbanas Alteração física canal/leito/galeria ripícola/margem das massas de água - Outra
PT05TEJ0763	Rio Zêzere	Difusa - Agricultura Pontual - Águas Residuais Urbanas Introdução de espécies e doenças
PT05TEJ0766	Ribeiro das Pedras	Difusa - Agricultura Pontual - Águas Residuais Urbanas Alteração hidrológica - Agricultura
PT05TEJ0770	Rio Zêzere	Pontual - Águas Residuais Urbanas Introdução de espécies e doenças
PT05TEJ0771	Rio Zêzere	Difusa - Agricultura Pressão antropogénica - Outra Alteração física canal/leito/galeria ripícola/margem das massas de água - Outra
PT05TEJ0774	Ribeira do Paul	Pontual - Águas Residuais Urbanas Pressão antropogénica - Outra Alteração física canal/leito/galeria ripícola/margem das massas de água - Outra
PT05TEJ0776	Ribeira do Moinho	Pontual - Águas Residuais Urbanas
PT05TEJ0778	Ribeira das Casinhas	Pontual - Minas
PT05TEJ0785	Rio Zêzere	Difusa - Minas Pontual - Águas Residuais Urbanas Barragens, açudes e comportas - Outra Alteração física canal/leito/galeria ripícola/margem das massas de água - Outra

Relativamente às massas de água subterrâneas, o concelho da Covilhã está incluído totalmente no Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo (PTA0X1RH5), classificado como ‘Bom’ Estado Químico e Estado Ecológico para os três Ciclos de planeamento do PGRH.

Apesar da boa qualidade de água, subsistem áreas associadas a pressões difusas mais localizada, ou pontos específicos associados a descargas de efluentes/rejeição de águas residuais, onde deverão ser tomadas medidas para impedir ou minimizar os efeitos na qualidade da água.

Neste âmbito, importa ainda referir que, segundo dados da APA (fornecidos no processo de revisão do PDMC, ano de 2022), identificavam-se 164 focos de pressão relacionados com poluição das massas de água (superficiais e subterrâneas) presentes no concelho. Destas, destacam-se 6 pressões vindas do setor industrial (2 do setor alimentar e vinho, 3 da indústria extrativa e 1 da indústria transformadora).



Observa-se ainda a existência de 34 ETAR e 124 pressões relativas ao Sistema Autónomo Doméstico (por exemplo as fossas sépticas) relativas a habitações, comércio/serviços ou instalações sociais.

Existem 567 captações de água no território do concelho, sendo estas, na sua grande maioria, do setor Agrícola, com 507 captações (422 captações subterrâneas e 36 superficiais), e 47 captações subterrâneas e 2 superficiais destinadas à gestão dos espaços verdes. No setor urbano existem 27 captações (sendo 25 subterrâneas) e no setor Industrial 24 captações, sendo 14 captações subterrâneas destinadas à indústria transformadora. O **Quadro 14** quantifica as captações da Covilhã, por tipologia e setor de atividade.

**Quadro 14.** Número e tipo de captações, por setor de atividade existentes no concelho da Covilhã (Fonte: APA)

Setor	Subsetor	Tipo de captação	
		Subterrânea	Superficial
Urbano	Abastecimento público	16	1
	Consumo humano	9	1
Outro	Outro	3	3
Indústria	Alimentar e do vinho	7	0
	Extrativa	2	0
	Transformadora	14	1
Energia	Hidroelétrica	0	3
Agrícola	Agricultura	422	36
	Espaços verdes	47	2
Total		567	

De acordo com o PGRH, 25 MAS do concelho apresentavam **índice de escassez** severa (54 %), registando-se, ainda, um nível de escassez desconhecido na massa de água Cova da Beira - PT05ART0010A.

No **Quadro 15** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Recursos Hídricos’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação.

**Quadro 15.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Recursos Hídricos’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Pressões qualitativas pontuais sobre as massas de água (n.º)	-	Pressões Quantitativas: 27 (Alimentar e do vinho - 4; Aquicultura - 1; ETAR Urbana - 18; Outro - 1; Transformadora - 1; Sistema Autónomo Doméstico - 1; Extrativa 1)	-	PGHR	2022 - 2027 (3.º ciclo)
Massas de água com escassez hídrica (n.º) (classe)	-	Escassez Severa (54%): 25 massas de água Desconhecido: Cova da Beira	-	PGHR	2022 - 2027 (3.º ciclo)
<b>Notas</b>					
Do ponto de vista dos recursos hídricos, sinaliza-se o significativo número de focos de pressão sobre as massas de água, que importa monitorizar, nomeadamente tendo em conta o objetivo de atingir o bom estado global da totalidade das massas de água superficiais e subterrâneas, até 2030, conforme determina a meta 6.3 dos ODS, bem como o próprio PGRH-RH4 e RH5.					
É, também, relevante salientar o índice de escassez que já se verifica numa significativa quantidade de massas de água, sendo este um aspeto que importa monitorizar, considerando, nomeadamente, os cenários de alterações climáticas, que apontam, em termos totais, para uma redução da precipitação total, a médio e longo prazo. As medidas de adaptação terão, deste ponto de vista, um papel preponderante.					

### 7.1.3 Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos

No Concelho da Covilhã, observa-se a presença de um elevado valor natural, relacionado com as condições geomorfológicas, orográficas, climáticas e geográficas, que se reflete na presença de vários tipos de habitats e espécies de fauna e flora com relevância de proteção/preservação a nível nacional e comunitário.

Conforme estabelecido Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (DL n.º 142/2008, de 24 de julho), consideram-se áreas classificadas as abrangidas pela Rede Nacional de Áreas Protegidas, pela Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português (Geoparques, Reservas Biosfera, Reservas Biogenéticas e Sítios RAMSAR). O concelho da Covilhã é abrangido, de forma parcial, pelo Parque Natural da Serra da Estrela (PNSR), por áreas da Rede Natura 2000 (ZEC Serra da Estrela e ZEC Complexo do Açor), pela Reserva Biogenética do Planalto Central da Serra da Estrela, pelo sítio RAMSAR do Planalto da Serra da Estrela e troço superior do rio Zêzere e pelo Estrela Geopark Mundial da UNESCO, sendo que, dos 124 Geossítios inventariados no geoparque, 21 encontram-se no concelho.

No concelho da Covilhã, as áreas integradas no **Sistema Nacional de Áreas Classificadas** abrangem 49 764,02 ha, ou seja, 89,6% do território concelhio, das quais:

- 49 764,02 ha integram o Estrela Geopark Mundial, onde se incluem 21 geossítios;
- 14 237,5 ha integram o Parque Natural da Serra da Estrela;
- 14 024, 1 ha integram a ZEC Serra da Estrela (Rede Natura 2000);
- 96,6 ha integram a ZEC Complexo do Açor (Rede Natura 2000);
- 967,9 ha integram na Reserva Biogenética do Planalto Central da Serra da Estrela;
- 57,05 ha integram no sítio RAMSAR do Planalto da Serra da Estrela e troço superior do rio Zêzere.

O Relatório Base do Plano de Gestão da ZEC Complexo do Açor (ICNF, Floradata, Território XXI; 2022)<sup>2</sup>, apresenta a caracterização biológica da área classificada, identificando os tipos de habitat e espécies protegidos pelos Anexos I e II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC<sup>3</sup>, e os elencados nos Anexos IV e V.

Nestes termos, o referido relatório identifica 13 tipos de *habitat* de interesse comunitário que ocorrem nesta ZEC, 5 dos quais são identificados no concelho da Covilhã, designadamente as ‘Charnecas secas europeias’ (4030), ‘Prados oro-ibéricos de *Festuca indigesta*’ (6160), ‘Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica’ (8220), ‘Rochas siliciosas com vegetação pioneira da *Sedo-Scleranthion* ou da *Sedo albi-Veronicion dillenii*’ (8230) e ‘Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*’ (9340).

Das 4 espécies de flora com ocorrência nesta ZEC, 2 são identificadas no concelho, designadamente a *Festuca summilusitana* e *Narcissus asturiensis*. Relativamente às espécies de fauna, o Relatório Base do Plano de Gestão da ZEC Complexo do Açor não identifica nenhuma espécie (do Anexo II da Diretiva Habitats) com presença significativa no território concelhio. Neste âmbito, importa referir que, segundo a Ficha do SIC Complexo do Açor (elaborada no âmbito do Plano Setorial da RN 2000, 2006) são identificadas 8 espécies de fauna constantes do Anexo B-II do DL n.º 49/2005 de 24/02, e 10 espécies de fauna constantes do Anexo B-IV do DL n.º 49/2005 de 24/02. A referida Ficha do SIC refere ainda que este SIC (atualmente designado ZEC, no âmbito do DR 1/2020 de 16 de março) é importante para o Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e particularmente para a Salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), atendendo a que se trata de uma área de elevada diversidade genética e de maior vulnerabilidade para a espécie.

<sup>2</sup> Documento preliminar, disponibilizado aos municípios no âmbito do período de consulta dirigida que decorreu entre janeiro e fevereiro de 2022.

<sup>3</sup> Todos os tipos de habitat referenciados como tendo representatividade A, B ou C e todas as espécies com dimensão populacional A, B ou C.

De acordo com a informação disponível no Relatório Base do Plano de Gestão da ZEC Serra da Estrela (ICNF, Floradata, Território XXI; 2022)<sup>4</sup>, importa referir que, dos 21 **tipos de habitat de interesse comunitário** que ocorrem na ZEC Serra da Estrela, 18 são identificados no concelho da Covilhã. Destes, salientam-se os habitats prioritários para conservação (constantes do Anexo B-I do DL n.º 49/2005), designadamente as ‘Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*’ (6220), ‘Formações herbáceas de *Nardus*, ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)’ (6230) e ‘Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Freixo excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*)’ (91E0).

Das 9 **espécies de flora** identificadas no Plano de Gestão da ZEC Serra da Estrela, 7 encontram-se em território concelhio, designadamente *Bruchia vogesiaca*, *Centaurea langei* subsp. *Rothmalerana*, *Festuca elegans* subsp. *Merinoi*, *Festuca henriquesii*, *Festuca summilusitana*, *Veronica micrantha* e *Narcissus asturiensis*, sendo esta última, uma espécie prioritária para conservação (espécies constantes do Anexo B-II do DL n.º 24/02).

As 14 **espécies de fauna** identificadas no Plano de Gestão da ZEC ocorrem ou, têm potencial de ocorrer no concelho da Covilhã, nomeadamente a *Barbastella barbastellus*, *Chioglossa lusitanica*, *Euphydryas aurinia*, *Euplagia quadripunctaria*, *Galemys pyrenaicus*, *Geomalacus maculosus*, *Iberolacerta monticola*, *Lacerta schreiberi*, *Lutra lutra*, *Oxygastra curtisii*, *Proserpinus proserpina*, *Pseudochondrostoma polylepis*, *Rhinolophus euryale*, *Rhinolophus hipposideros*.

Os Estudos de Caracterização (CMC, 2022) referem ainda que na área do PNSE existe uma grande diversidade de espécies, estando muitas delas classificadas, no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, como estando em perigo ou como sendo espécies vulneráveis, incidindo principalmente ao nível dos mamíferos (morcegos) e avifauna. A avifauna constitui o grupo mais representativo de vertebrados do PNSE, sendo de destacar a presença de 60 espécies alvo de medidas de conservação nacionais e europeias, como por exemplo, a *Ciconia nigra* (Cegonha-preta), *Aegypius monachus* (Abutre-preto), *Aquila chrysaetos* (Águia-real), *Milvus milvus* (Milhano), *Elanus caeruleus* (Peneireiro-cinzento), *Falco peregrinus* (Falcão-peregrino) e *Gallinago gallinago* (Narceja-comum). A Serra da Estrela apresenta vários espaços silvestres onde surgem espécies de mamíferos como *Genetta genetta* (Geneta), *Felis silvestris* (Gato-bravo), *Meles meles* (Texugo) e diversas espécies de morcegos como o *Nyctalus leisleri* (Morcego-arborícola-pequeno), *Tadarida teniotis* (Morcego-rabudo) e *Myotis blythii*

<sup>4</sup> Documento preliminar, disponibilizado aos municípios no âmbito do período de consulta dirigida que decorreu entre janeiro e fevereiro de 2022.

(Morcego-rato-pequeno). A distribuição das espécies de anfíbios faz-se de acordo com a altitude, sendo estes, abundantes, no Planalto Central. São de destacar o *Bufo calamita* (Sapo-corredor), *Alytes obstetricans* (Sapo-parteiro), *Hyla arborea* (Rela) e *Rana perezi* (Rã-verde), estando esta última amplamente distribuída por todo o PNSE, enquanto as outras são mais abundantes com maior altitude.

A área de ocorrência de alguns dos valores referidos (sobretudo aqueles que estão associados aos sistemas húmidos) coincide, em parte, com os Corredores Ecológicos delimitados no Programa Regional de Ordenamento Florestal – Centro Interior (PROF-CI). Estes corredores estão associados à Serra da Estrela e aos vales da Ribeira do Paul e do Rio Zêzere, designadamente a Sub-Região Homogénea (SRH) – Estrela, a SRH – Torre, SRH – Raia Norte e SRH – Cova da beira. Entre os objetivos gerais do PROF-CI (Capítulo D) para estas sub-regiões homogéneas, destacam-se os seguintes:

- Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
- Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal;
- Diminuir a perigosidade de incêndio florestal na componente associada ao ordenamento de cada SRH, tendo em conta a orientação da resposta Nacional aos incêndios de 2017 e as consequências desses incêndios em cada uma das SRH;
- Contribuir para a conservação do solo e da água em geral e em particular para a conservação da água nas bacias das albufeiras de águas públicas;
- Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas;
- Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta;
- Promover sistemas de exploração florestal articulados com o ordenamento cinegético e silvopastoril;
- Promover o aproveitamento de outros recursos silvestres, no quadro dos sistemas de exploração florestal;
- Promover a utilização turística dos espaços florestais;
- Aumentar o apoio técnico aos proprietários gestores florestais, com base no desenvolvimento da extensão florestal.

No âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, importa ainda referir que as áreas florestais apresentam uma expressão muito significativa neste território (46,7% do território, cerca de 25 928 ha). Segundo os dados da COS 2018, as **florestas alóctones** ocupam 1663,7 ha (6,4% da área total do

concelho) sendo afetadas, sobretudo, as Florestas de eucalipto (1142,6 ha, cerca de 4,4% da área total de floresta), Florestas de **espécies invasoras** (440,8 ha, cerca de 1,7% da área total de floresta) e Florestas de outras resinosas (80,3 ha). Dentro das espécies invasoras florestais presentes no concelho, destacam-se *Acacia dealbata* e *Ailanthus altissima*. Segundo o *Invasoras.pt* observa-se também a presença da *Phytolaca americana*.

De referir ainda, segundo os Estudos de Caracterização, a presença da Vespa velutina (espécie invasora em Portugal, desde 2016), sendo que o município da Covilhã entre 2019 e 2021, efetuou diversas ações de extermínios na tentativa de controlo desta espécie. *“A localização e destruição dos ninhos, embrionários ou definitivos, é particularmente eficaz até finais de julho/agosto, período em que se inicia a criação das vespas fundadoras nos ninhos, uma vez que interrompe definitivamente o ciclo reprodutivo da Vespa Velutina no ninho. A folhagem existente dificulta a identificação dos ninhos, especialmente entre junho e setembro, pois geralmente encontram-se implantados em locais de difícil visibilidade, nomeadamente em copas de árvores. Após este período, no Outono, caso as árvores sejam de folha caduca, diminui a dificuldade em identificar e localizar ninhos, uma vez que os mesmos passam a ser visíveis do solo.”* (CMC, 2022)

Tirando partido do valor natural intrínseco deste território, identificam-se, no concelho da Covilhã, um conjunto de 19 percursos pedestres (Pequenas Rotas (PR) e outros percursos/trilho), totalizando 209,2 km. O território concelhio é ainda incluído em rotas supramunicipais, integrando a Grande Rota do Zêzere (GR33), Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal (GR22), Caminho de Santiago e a Rota do Miradouros (Estrela Geopark).

Os Estudos de Caracterização elaborados no âmbito da revisão do PDM referem que *“o concelho tem ainda excelentes “Vistas panorâmicas” que permitem usufruir da sua beleza paisagística. Em primeiro lugar destaca-se a estrada que liga a Covilhã a Torre que sobe pela encosta da Serra com um horizonte a perder de vista para toda a região da Beira. Destacam-se também as estradas que interligam os aglomerados do vale do rio Zêzere (Vales do Rio, Peso, Coutada, Barco) situados na base da Serra da Estrela e que permitem usufruir paisagens deslumbrantes para as encostas declivosas da Serra, e que, de uma forma natural, constituem miradouros para o referido festo. Encontra-se na mesma situação a estrada que liga Castanheira, Peraboa e Ferro (EM506). E também de mencionar toda a estrada que liga Unhais da Serra até a Barragem da Cova do Viriato.”*

Ainda como pontos de interesse turístico/paisagístico, natural e ecológico, em território concelhio, destacam-se o Rio Zêzere e as suas 8 praias fluviais: Piscina-Praia Fluvial do Ourondinho, Piscinas

Naturais de Cortes do Meio, Praia Fluvial da Vila do Carvalho, Praia Fluvial de Sobral de São Miguel, Praia Fluvial de Unhais da Serra, Praia Fluvial de Verdelhos, Praia Fluvial do Ourondo e Praia Fluvial do Paul. Neste âmbito os Estudos de Caracterização referem: *“O desenvolvimento turístico assenta na valorização das praias e piscinas naturais, detentoras de um elevado potencial para a prática balnear e de turismo, deve ser implementado um programa de monitorização onde constem entre outros o controlo da qualidade da água, a avaliação de condições de segurança e funcionamento das instalações de apoio, por forma a identificar e alterar potenciais problemas.”*

No âmbito do restauro ecológico, a Câmara Municipal da Covilhã tem vindo a desenvolver ações de limpeza de cursos de água no concelho, através de candidaturas a programas da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Foi feita uma intervenção envolvendo a “totalidade” da Ribeira da Goldra e “alguns troços” da Ribeira da Carpinteira com trabalhos que envolvem a desmatização na proximidade do leito, trabalhos orientados para a limpeza de zonas atingidas por incêndios. O mesmo programa aprovou também intervenções em cursos de água em freguesias rurais. Foram feitas intervenções no Rio Zêzere, na freguesia do Barco e vários afluentes naquela freguesia, e nas Ribeiras do Paul, Cortes e Erada que também foram atingidas por incêndios. (CMC, 2022)

Atendendo à natureza geológica do território da Covilhã, este concelho inclui um conjunto importante de recursos geológicos e minerais, cuja exploração interfere no sistema natural e paisagístico do concelho. De acordo com os dados da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), verificam-se 2 **explorações de massas mineiras (pedreiras)**, licenciadas, designadamente “Tarrastal” (com uma área de 1,5 ha, dedicada à exploração de ardósia) e a “Prazo-oeste” (com uma área de 4,6 ha, dedicada à exploração de granito). A pedreira “Prazo-oeste”, segundo os Estudos de Caracterização (CMC, 2022), não se encontra em atividade, faltando a implementação de medidas de recuperação paisagística para ser considerada abandonada.

Observa-se ainda quatro **concessões mineiras** concedidas, designadamente:

- “Panasqueira”, com área total de 1913 ha, sendo que 1717,5 ha se encontram em território concelho;
- “Argemela”, com área total de 403 ha, sendo que 293,3 ha se encontram em território concelho;
- “Tapada dos Mortuórios”, com área total de 175,2 ha, sendo que 14,7 ha se encontram em território concelho;



- “Cabeço da Argemela”, com área total de 5 ha, sendo que 4,1 ha se encontram em território concelhio;

Entre estas destaca-se, pela sua importância histórica, mas também económica (mesmo atualmente), o jazigo da Panasqueira. De acordo com o Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal (DGEG), este jazigo começou a ser explorado em 1896, mantendo-se até à atualidade. Este Roteiro refere, também que, só desde 1947, já se produziram mais de 100.000 toneladas de concentrado de volframite. Esta mina continua a ser *“um ativo muito importante, por ter uma reserva de uma matéria-prima que a União Europeia considera crítica, e por isso prioritária”*, sendo que *“existem reservas provadas de 691 000 toneladas e prováveis de 970 000”* (<https://www.cm-covilha.pt/>).

Apesar da sua importância, são bastante marcantes, do ponto de vista paisagístico e ambiental, as consequências diretas da exploração, destacando-se, para além das pressões relacionadas com os recursos hídricos (já referidas anteriormente, no âmbito da análise dos dados do PGRH) as extensas áreas de escombrelas e depósitos de inertes sem o devido enquadramento paisagístico, que cobrem uma boa parte do território envolvente.

Segundo os Estudos de Caracterização (CMC, 2022), no concelho da Covilhã, *“devido aos elevados valores de radioatividade nas explorações mineiras de volfrâmio, é necessário conhecer esta realidade, bem como necessárias ações de resolução ambiental, que impeçam a sua libertação. Importa referir que a atividade extrativa se encontra regulamentada por legislação específica no âmbito da gestão do território e da preservação e valorização dos diversos usos do solo e, também, os regimes jurídicos da REN e RAN estabelecem a compatibilidade da atividade extrativa com estas classes de espaço, tal como referido no início deste parecer. Deverá assim ficar salvaguardado em termos de ocupação do espaço para futuras pretensões de exploração de pedreiras e salvaguardar futuras áreas de expansão, podendo ainda ser prevista a existência de explorações de recursos geológicos nalgumas classes de espaço do solo rustico bem como a coexistência de atividades transformadoras associadas.”*

Salienta-se, ainda, a existência de uma **exploração de água mineral natural** (Unhais da Serra - cadastro HM-18), com 181,83 ha de concessão, apresentando um perímetro de proteção fixado pela Portaria n.º 43/2017, DR 21, Série I, 30-01-2017. Esta exploração encontra-se associada a um empreendimento turístico (Sociedade Termal Unhais da Serra, S.A.) (<https://hidrogenoma.dgeg.gov.pt/agua-mineral-natural/unhais-da-serra>).

Nos quadros seguintes, apresenta-se a listagem de património classificado e em vias de classificação, de acordo com o Anexo I do Regulamento da proposta da 1.ª revisão do PMDC.

**Quadro 16.** Património Classificado no concelho da Covilhã

CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	MONUMENTO / IMÓVEL	LEGISLAÇÃO HABILITANTE	FREGUESIA / UNIÃO DAS FREGUESIAS (UF)
Conjunto de Interesse Público	CC 18	Conjunto arquitetónico composto pelo edifício do Teatro-Cine da Covilhã, pelo edifício da Câmara Municipal da Covilhã, pelo edifício dos CTT e pelo edifício da Caixa Geral de Depósitos	Portaria n.º 448/2014, 16 de junho	UF Covilhã e Canhoso
Imóvel de Interesse Público	CC 04	Capela de Santa Cruz	Decreto n.º 42 692 de 30 de novembro de 1959	UF Covilhã e Canhoso
	CC 05	Capela de São Martinho	Decreto n.º 45327 de 25 de outubro de 1963	UF Covilhã e Canhoso
	CC 06	Casa dos Ministros	Decreto n.º 5/2002 de 19 de fevereiro	UF Covilhã e Canhoso
	CC 08	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Decreto n.º 1/86 de 3 de janeiro	UF Covilhã e Canhoso
	CC 11	Edifício de interesse histórico existente dentro das muralhas do Castelo da Covilhã	Decreto n.º 28/82 de 26 de fevereiro	UF Covilhã e Canhoso
	CC 12	Igreja da Misericórdia	Decreto n.º 67/97 de 31 de dezembro	UF Covilhã e Canhoso
	CC 13	Troço de calçada romana junto à estação de caminho de ferro da Covilhã	Decreto n.º 26-A/92 de 1 de junho	UF Covilhã e Canhoso
	CC 14	Conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã	Decreto n.º 28/82 de 26 de fevereiro	UF Covilhã e Canhoso
	CC 17	Muralhas da cidade da Covilhã	Decreto n.º 1/86 de 3 de janeiro	UF Covilhã e Canhoso
	CC 19	Pelourinho da Covilhã	Decreto n.º 23 122 de 11 de outubro de 1933	UF Covilhã e Canhoso
	Orj 01	Castro de Orjais e ruínas de uma construção junto à Capela de Nossa Senhora das Cabeças	Decreto n.º 26-A/92 de 1 de junho	Orjais
Imóvel de Interesse Municipal	TXS 01	Capela de Santo Cristo	Decreto n.º 43073 de 14 de julho de 1960	UF Teixoso e Sarzedo
	CC 02	Casa das Morgadas	Decreto n.º 28/82 de 26 de fevereiro	UF Covilhã e Canhoso
	CC 09	Casa Morão	Boletim Municipal n.º 16 de 31 de julho de 2008	UF Covilhã e Canhoso
	CC 10	Colégio das Freiras	Boletim Municipal n.º 16 de 31 de julho de 2008	UF Covilhã e Canhoso
	CC 20	Sanatório dos Ferroviários	Edital de 28 julho de 2009	UF Covilhã e Canhoso
	CM 02	«Memória» da expedição da sociedade de Geografia à Serra da Estrela, presidida pelo Dr. Sousa Martins, em 1881.	Decreto n.º 95/78 de 12 de setembro	Cortes do Meio

CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	MONUMENTO / IMÓVEL	LEGISLAÇÃO HABILITANTE	FREGUESIA / UNIÃO DAS FREGUESIAS (UF)
Monumento de Interesse Público	CC 07	Palacete Jardim	Portaria n.º 577/2022, de 7 de julho (inclui ZEP)	UF Covilhã e Canhoso
	CC 15	Fábrica de António Estrella / Júlio Afonso	Portaria n.º 795/2022, de 16 de novembro (inclui ZEP)	UF Covilhã e Canhoso
	Era 01	Capela de São Sebastião	Portaria n.º 740-V/2012 de 24 de dezembro (inclui ZEP)	Erada
	Paul 01	Igreja da Nossa Senhora da Assunção, Matriz do Paul	Portaria n.º 550/2014 de 4 de julho	Paul
Monumento de Interesse Municipal	CC 01	Edifício Sede do Club União da Covilhã	Edital n.º 464/2017, de 30 de junho	UF Covilhã e Canhoso
	CC 03	Estendadoiro de Lãs das Escadinhas do Castelo	Edital n.º 463/2017, de 30 de junho	UF Covilhã e Canhoso
Sítio de Interesse Municipal	BC 01	Castro da Argemela	Edital n.º 701/2021, de 22 de junho (inclui ZEP)	UF Barco e Coutada

**Quadro 17.** Património em vias de classificação no concelho da Covilhã

CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	MONUMENTO / IMÓVEL	LEGISLAÇÃO HABILITANTE	FREGUESIA / UNIÃO DAS FREGUESIAS (UF)
Classificação de âmbito nacional	CM 01	Tapada do Dr. António incluindo o sistema hidráulico e duas casas	Anúncio n.º 127/2019 de 3 de julho	Cortes do Meio
Conjunto de interesse público	CC 16	Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira	Anúncio n.º 257/2016 de 07 de dezembro	UF Covilhã e Canhoso
Interesse Municipal	Dom 01	Casa dos Castelo Branco	Despacho de 11 de agosto de 1998 do Ministro da Cultura	Dominguizo
Monumento de Interesse Municipal	CC 21	Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão	Aviso 2127/2024 de 26 de janeiro	UF Covilhã e Canhoso
	CC 22	Tinte da Travessa do Tinte	Aviso n.º 5970/2025/2, de 3 de março	UF Covilhã e Canhoso
	CC 23	Casa Nave Catalão	Aviso n.º 6098/2025/2, de 5 de março	UF Covilhã e Canhoso

Para além do património classificado e em vias de classificação, o Anexo I do Regulamento da proposta da 1.ª revisão do PMDC apresenta, também, a listagem dos elementos do património não classificado (arquitetónico e arqueológico):

- No que diz respeito ao património arquitetónico não classificado, são inventariados 355 imóveis: 157 de Arqueologia Industrial, 110 de Arquitetura Civil Privada, 50 de Arquitetura Civil Pública e 38 de Arquitetura Religiosa. Destes 355 elementos patrimoniais, 222 localizam-se na UF Covilhã e Canhoso;

- Relativamente ao património arqueológico não classificado, são inventariados um total de 197 sítios, estando apenas 145 localizados, com maior representatividade, em termos numéricos, na freguesia de Ferro (34 sítios), na UF de Teixoso e Sarzedo (23 sítios), na UF de Vale Formoso e Aldeia do Souto (23 sítios) e na freguesia de Orjais (17 sítios).

No **Quadro 18** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação

**Quadro 18.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Proporção do solo integrado no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (%)	25,9	25,9	-	ODS	2011 - 2022
Proporção de solo ocupada por florestas de eucalipto (%)	1,3	2,1	80%	COS	1995 - 2018
Áreas de extração de inertes (ha)	170,8	136,0	-20,3%	COS	2007 - 2018
Património cultural (arquitetónico e arqueológico) classificado ou em vias de classificação (n.º)	<u>Classificado</u> CIP: 0 IIP: 11 IIM: 2 MIP: 0 MIM: 0 SIM: 0  <u>Em vias de classificação</u> n.a. (s/ dados)	<u>Classificado</u> CIP: 1 IIP: 12 IIM: 5 MIP: 4 MIM: 2 SIM: 1  <u>Em vias de classificação</u> Âmbito Nacional: 1 CIP: 1 IM: 1 MIM: 3	<u>Classificado</u> CIP: - (+1) IIP: 9,1% IIM: 150% MIP: - (+4) MIM: - (+2) SIM: - (+1)  <u>Em vias de classificação</u> n.a. (s/ dados relativos a 1999)	PDM	1999 - 2025

#### Notas

Num território marcado pela significativa incidência de áreas classificadas, destaca-se como crítica a necessidade de inverter a tendência de crescimento da área ocupada por espécies alóctones, com particular destaque, também, para o controlo da proliferação de espécies invasoras.

A disciplina relativa à revelação e aproveitamento de massas e depósitos minerais é também um aspeto crítico do desenvolvimento concelhio, não só pelas marcas, em termos paisagísticos e ambientais, das explorações mais antigas e daquelas que se encontram, ainda, em funcionamento, bem como pelo potencial deste território (que se materializou, por exemplo, até um passado recente, na existência de extensas áreas com pedidos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, associados, nomeadamente, à exploração de lítio).

Por último, destaca-se o esforço que tem sido efetuado na inventariação e georreferenciação do património cultural (sobretudo o património arquitetónico), bem como em novos processos de classificação. Desde o ano de 1999 (data de publicação do PDM em vigor), registaram-se novas classificações em todas as categorias avaliadas. No que diz respeito ao património em vias de classificação, destacam-se os processos a decorrer, com datas mais recentes, com vista à classificação como Monumentos de Interesse Municipal da Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão (ano de 2024), do Tinte da Travessa do Tinte (ano de 2025) e da Casa Nave Catalão (ano de 2025).

## 7.2 FCD2 – QUALIDADE AMBIENTAL E RISCOS

O FCD2 pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.

### 7.2.1 Ambiente Sonoro e Qualidade do Ar

Para uma análise genérica das questões mais relevantes em termos de ambiente sonoro, foi considerada a informação dos Mapas de Ruído (Sonometria, CMC, 2025), que integra os elementos da 1.ª revisão do PDMC. Da leitura do relatório que acompanha a elaboração destes mapas retém-se que:

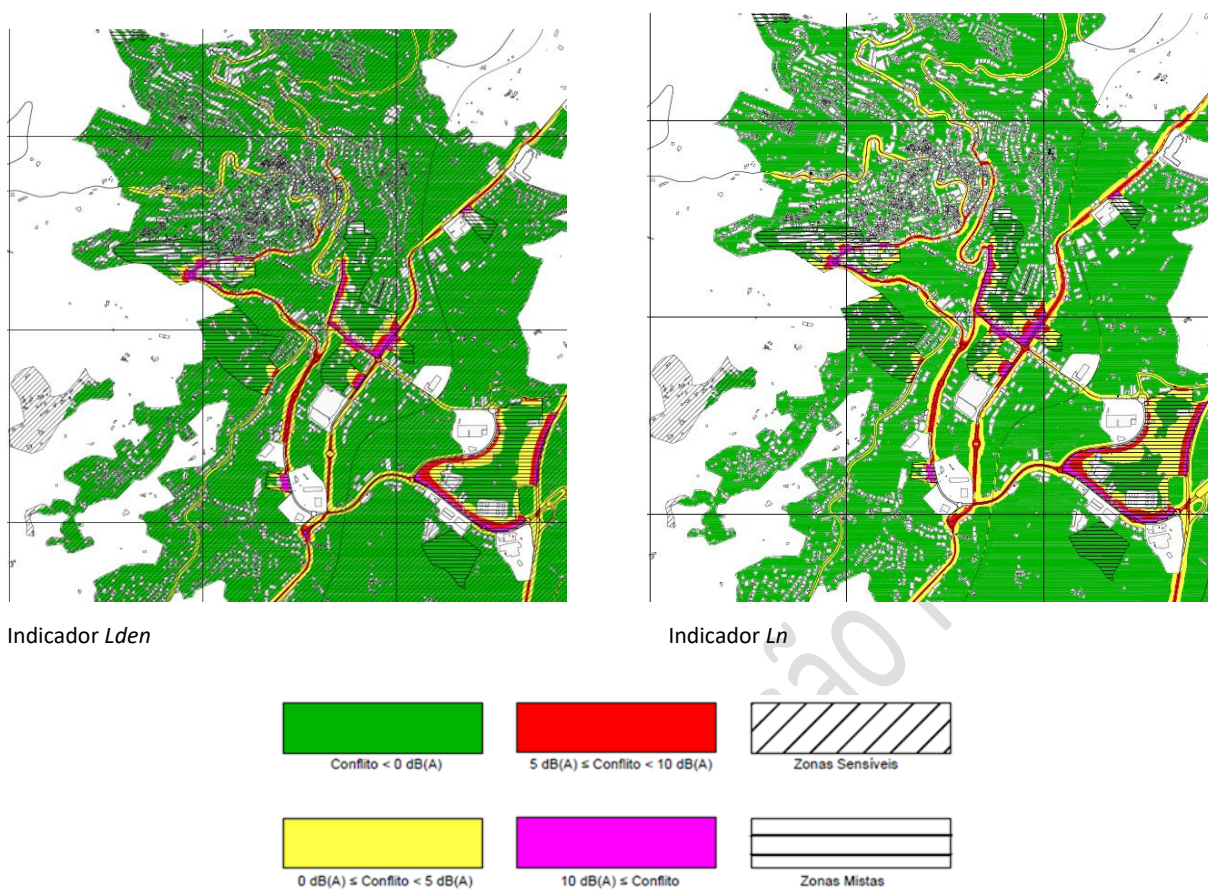
- Os mapas de zonamento acústico identificam as zonas mistas<sup>5</sup> e zonas sensíveis<sup>6</sup> existentes no município;
- Para as zonas mistas e zonas sensíveis, encontram-se definidos, nos termos definidos pelo Regulamento Geral de Ruído, os valores limite admissíveis em termos de exposição ao ruído diurno-entardecer-noturno (indicador  $L_{den}$  – 24 horas) e ao ruído noturno (indicador  $L_n$  – 23h00 às 07h00);
- Os mapas de conflito resultam da sobreposição dos mapas de ruído com os mapas de zonamento acústico, identificando as zonas (mistas ou sensíveis) onde se ultrapassam os valores limite de exposição.

Na figura seguinte apresenta-se um excerto dos mapas de conflito relativos à situação existente (isto é, considerando o PDM atualmente em vigor), para os indicadores  $L_{den}$  e  $L_n$ , na cidade da Covilhã.

<sup>5</sup> «Zona mista» - a área definida em Plano Municipal de Ordenamento do Território, cuja ocupação seja afeta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível.

<sup>6</sup> «Zona sensível» - a área definida em Plano Municipal de Ordenamento do Território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período noturno.





**Figura 6.** Excertos excerto dos mapas de conflito relativos à situação existente, para os indicadores  $L_{den}$  e  $L_n$ , na cidade da Covilhã. (Sonometria, CMC, 2025)

No referido relatório (Sonometria, CMC, 2025) são mencionadas as principais conclusões em termos de ambiente sonoro no concelho e, particularmente, da exposição atual ao ruído:

- O tráfego rodoviário é o tipo de fonte de Ruído Particular mais relevante a nível concelhio em termos de população exposta. Neste âmbito, destaca-se particularmente a A23, a par da EN18 e de outras vias urbanas, que também apresentam emissões sonoras de alguma relevância;
- Uma parte significativa das indústrias encontram-se dentro de espaços de atividades económicas, o que por si ajuda a mitigar os efeitos indesejados de uma acentuada dispersão deste tipo de fonte de ruído (ex.: as zonas industriais do Tortosendo e do Canhoso, tendo algumas atividades ruidosas dentro da zona industrial, apresentam uma contribuição reduzida fora do limite das zonas industriais). Não obstante, existem algumas unidades industriais

dispersas pelo município, sendo que estas, de um modo geral, não se encontram muito próximas de recetores sensíveis;

- As Minas da Panasqueira têm uma contribuição em termos de emissão sonora elevada nas áreas envolventes, tanto no período diurno como noturno, sendo praticamente toda a sua envolvente ocupada por habitação a uma cota superior ao das minas, estando também localizadas áreas de lazer/desportivas bastante próximas do perímetro industrial.

O DL n.º 102/2010, estabelece o regime de avaliação e gestão da **qualidade do ar** (transpondo as Diretivas n.º 2008/50/CE e n.º 2004/107/CE e revogando o DL n.º 276/99), tendo por base a consideração dos efeitos nefastos que a poluição atmosférica tem sobre a saúde das populações e o meio ambiente, bem como a necessidade de tomar medidas para dar cumprimento aos valores limite estabelecidos e aos níveis críticos.

Na rede de medição nacional da qualidade do ar, o concelho da Covilhã é abrangido pela estação de medição do Fundão (freguesia de Salgueiro, concelho do Fundão). Segundo os dados do INE (**Quadro 19**) referentes ao “Índice de qualidade do ar (dias)”, entre 2006 e 2018, de uma forma geral, denota-se uma melhoria da qualidade do ar, sendo que até 2013 registavam-se percentagens entre os 10 – 16% de dias classificados como “Médio” e percentagens a rondar os 80% de dias classificados como “Bom”. Após 2014, a percentagem de dias avaliados como “Bom” situa-se sempre acima dos 82%, registando-se as percentagens mais elevadas nos anos de 2017 e 2018, com 88,8% e 88,2%, respetivamente.

**Quadro 19.** Índice de qualidade do ar (2006-2018) (Fonte: INE)

Período de referência dos dados	Muito Bom	Bom	Médio	Mau	Fraco
2006	5%	78%	15%	0%	3%
2007	4%	84%	11%	0%	1%
2008	5%	85%	9%	0%	1%
2009	5%	78%	16%	0%	0%
2010	2%	80%	16%	0%	2%
2011	9%	83%	7%	0%	0%
2012	12%	80%	7%	0%	1%
2013	5%	79%	14%	0%	2%
2014	6%	88%	6%	0%	0%
2015	4%	87%	9%	0%	0%
2016	6%	83%	9%	0%	2%
2017	3%	89%	7%	0%	2%
2018	9%	88%	3%	0%	0%



No **Quadro 20** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Ambiente Sonoro e Qualidade do Ar’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação

**Quadro 20.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Ambiente Sonoro e Qualidade do Ar’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Conflito acústico (qualitativo)	-	-	-	Mapas de Ruído 1.ª Revisão do PDM da Covilhã (Sonometria, CMC, 2025)	2025
Dias com índice de qualidade do ar bom ou muito bom (%)	83,0	97,0	16,9%	INE	2006 - 2018
Notas					
-					

### 7.2.2 Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento Básico

O abastecimento de água na Covilhã é assegurado por duas empresas municipais: a ICOVI - Infraestruturas e Concessões da Covilhã, que gere o sistema em alta, desde a captação, tratamento e adução de água para a distribuição; e a ADC – Águas da Covilhã, que se encarrega pelo sistema em baixa, abastecendo a população. A ICOVI dispõe de 9 sistemas de abastecimento (todos dentro do concelho), sendo a Barragem da Cova do Viriato, o maior, que abastece 43 241 habitantes, servindo os restantes 8, (Cambões, Verdelhos, Casegas, Sobral de S. Miguel, Paúl, Vale Formoso / Aldeia do Souto, Bouça e Ourondo) 5767 habitantes, de acordo com dados da ICOVI de 2019<sup>7</sup>. A ADC distribui a água a partir de 2 estações elevatórias e 52 reservatórios. Este sistema de abastecimento, em 2022 servia 25 978 alojamentos, garantindo a **acessibilidade física** a 93%, sendo a **adesão** ao serviço de apenas 78,6%, segundo os dados da ERSAR para esse ano. Da informação existente à data no site da ADC (<https://www.aguasdacovilha.pt/>), este sistema serve a totalidade da zona urbana da Covilhã, incluindo as sedes de freguesia e as povoações adjacentes, correspondendo a 46 457 habitantes residentes, estimando-se que apenas 1018 habitantes áreas rurais mais isoladas não têm ligação à rede pública de abastecimento. Relativamente à qualidade deste sistema, em 2022 verificou-se 100% das **análises realizadas à água para o consumo público em conformidade com a legislação** e as **perdas reais de água** de 54 l/(ramal.dia).

<sup>7</sup>Em [https://icovi.pt/sistema\\_atual.php](https://icovi.pt/sistema_atual.php), consultado em abril de 2024

Considerando o consumo de água, a ADC disponibiliza informação por tipo de cliente (**Quadro 21**), revelando um maior volume água consumido no setor doméstico, uma vez que é o cliente predominante, seguido do setor comercial e industrial/obras/rega.

**Quadro 21.** Número e Consumos de Água por Tipo de Cliente (ADC, 2018)

Tipo de Cliente	N.º de Clientes	Consumo (m3)
Doméstico	25 165	1 555 576
Comercial	2083	187 639
Industrial/Obras/Rega	198	192 627
Outros	258	38 922
Serviços Públicos A.L./Instituições sem Fins Lucrativos	262	127 462

As empresas ICOVI e ADC são também responsáveis pelo sistema de drenagem das águas residuais, sendo o tratamento das águas residuais domésticas concessionado à empresa Águas da Serra (AdS), SA, desde 2005. Esta infraestrutura conta com 45 estações de tratamento, sendo 23 de tratamento secundário e as restantes fossas sépticas e ainda 3 estações elevatórias, segundo a informação do site (<https://www.aguasdaserra.pt/infraestruturas>). De acordo com as fichas da ERSAR para 2022, a **acessibilidade física do serviço** é de 86% e de **adesão** de apenas 88,7%, sendo a **acessibilidade física ao tratamento** de 100%. Relativamente à drenagem das águas pluviais, considera-se que integram o sistemas de drenagem das águas residuais, não havendo informação da existência de um sistema separativo.

No **Quadro 22** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento Básico’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação.

**Quadro 22.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento Básico’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Acessibilidade física e adesão ao serviço de abastecimento de água (%)	-	Acessibilidade Física: 93,0 Adesão ao Serviço: 78,6	-	ERSAR	2022
Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais (%)	-	Acessibilidade Física do Tratamento: 100,0 Acessibilidade Física do Serviço: 86,0 Adesão ao Serviço: 88,7	-	ERSAR	2022
Perdas de água do sistema de abastecimento e de drenagem das águas residuais (l/(ramal.dia))	73,0	54,0	-26,0%	ERSAR	2018 - 2022
Percentagem do número total de análises realizadas à água para consumo público, cujos resultados estejam em conformidade com a legislação (Água Segura) (%)	99,6%	99,7%	0,1%	ODS	2014 - 2021
<b>Notas</b>					
Do ponto de vista da acessibilidade física ao abastecimento e saneamento, importa considerar que os valores mais recentes que foi possível apurar ainda não permitem cumprir as Metas 6.1 e 6.2, definidas ao nível dos ODS Local ( <a href="https://odslocal.pt/">https://odslocal.pt/</a> ), para o horizonte 2030: 95% dos alojamentos servidos por abastecimento de água; e 90% dos alojamentos servidos por drenagem de águas residuais.					
No entanto, quanto às análises à água para consumo humano, os valores que se conseguiram apurar para 2021 davam conta do cumprimento da Meta 6.1 estabelecida ao nível dos ODS Local, para o horizonte 2030, ao nível da Água Segura: 99% da água controlada e de boa qualidade para consumo humano.					
Ao nível das perdas no sistema de abastecimento o valor observado em 2022 foi também bastante satisfatório, nomeadamente tendo em conta as metas estabelecidas no PENSAARP2030: “Destacam-se como metas a atingir em 2030 perdas reais de água em baixa não superiores a 90 l/ramal/dia em zonas urbanas e a 3 m3/(km.dia) em zonas rurais”. Importa, também garantir, de acordo com este instrumento analisado no QRE, a existência de um plano de ação para o controlo de afluições indevidas”.					

### 7.2.3 Resíduos

Segundo a informação da ERSAR, a gestão da recolha de resíduos sólidos urbanos (RU) é da responsabilidade da ADC, cuja **cobertura territorial da rede**, tem vindo a decrescer, uma vez que em 2011 servia 34 791 alojamentos (assegurando uma acessibilidade física ao serviço de 99%) passando em 2020 a 29 595 alojamentos (acessibilidade física do serviço de 83%). Em 2022, não há dados para o n.º de alojamentos servidos e a acessibilidade física do serviço.

Analisando o volume de RU geridos (t) por tipo de destino (**Quadro 23**), para o período de 2017 a 2022, houve em termos globais um aumento dos RU geridos, em 51%, bem como um favorecimento do volume de RU enviados para aterro, em cerca de 132,6%. Enquanto em 2017, 36% dos RU foram para aterro e 53% para valorização orgânica, em 2022 este balanço quase inverteu, passando a 55% e 35%,

respetivamente. Quanto à valorização multimaterial, esta mantém-se com valores inferiores a 12% revelando ainda assim um decréscimo de volume gerido no período de referência.

**Quadro 23.** Volume e proporção de resíduos urbanos geridos (t) por ano e tipo de destino (INE)

Tipo de destino	2022		2021		2020		2019		2018		2017	
	t	%	t	%	t	%	t	%	t	%	t	%
Aterro	14 987	55	13 763	53	11 114	58	8730	46	6376	33	6444	36
Valorização energética	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valorização orgânica	9487	35	10 102	39	6144	32	7987	42	10 950	56	9457	53
Valorização multimaterial	2654	10	2181	8	2065	11	2144	11	2156	11	2090	12
<b>Total</b>	<b>27 127</b>	<b>100</b>	<b>26 046</b>	<b>100</b>	<b>19 324</b>	<b>100</b>	<b>18 861</b>	<b>100</b>	<b>19 482</b>	<b>100</b>	<b>17 991</b>	<b>100</b>

Quanto ao **serviço de recolha seletiva**, esta infraestrutura é assegurada pela empresa intermunicipal *RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.*, que abrange 14 municípios da região das Beiras e Serra da Estrela. A cobertura da rede na Covilhã tem vindo a melhorar, se considerarmos o n.º de ecopontos existentes no concelho, havendo apenas 167, em 2011, valor que aumenta para 341, em 2018, e a quantidade de RU recolhidos seletivamente por habitante (**Quadro 24**). Por outro lado, se avaliarmos a acessibilidade física do serviço de recolha seletiva regista-se uma leve redução da sua qualidade de 73% em 2011 e a 64% em 2022, mantendo-se, contudo, uma avaliação qualitativa “boa”, segundo os dados da ERSAR.

**Quadro 24.** Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/ hab.) por ano (INE)

Período de referência dos dados	kg/ hab	Período de referência dos dados	kg/ hab
<b>2022</b>	66	<b>2016</b>	44
<b>2021</b>	64	<b>2015</b>	45
<b>2020</b>	57	<b>2014</b>	35
<b>2019</b>	53	<b>2013</b>	26
<b>2018</b>	50	<b>2012</b>	9
<b>2017</b>	47	<b>2011</b>	6

No **Quadro 25** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Resíduos’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação.

**Quadro 25.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Resíduos’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Cobertura territorial da rede de recolha e tratamento de RU (n.º de alojamentos)	34 791,0	29 595,0	-14,9%	ERSAR	2011 - 2020
Resíduos urbanos destinados a aterro e a outros tipos de destino (valorização) (t)	17 991,0	27 127,0	50,8%	INE	2017 - 2022
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (kg/hab)	6,0	66,0	1000,0%	INE	2011 - 2022
<b>Notas</b>					
O aspeto mais crítico, da análise efetuada, relaciona-se com a diminuição, entre 2011 e 2020, da cobertura territorial da rede de recolha e tratamento de RU, aspeto que importa contrariar. Salienta-se, porém, um aumento muito significativo da quantidade total de RU destinados a aterro e a outros tipos de destino (da qual se pode depreender um aumento da produção de resíduos per capita).					
No âmbito da Meta 11.6 dos ODS Local, importa referir que, em 2023 o Município recolhia seletivamente 16% dos RU (valor abaixo da meta de 25% estabelecida para 2030), depositando em aterro 58,6% dos RU (ainda acima da meta de redução para 51,4%, estabelecida para 2030).					
Refira-se, a este nível, que o PERSU 2030 estabelece o objetivo de aumento da recuperação de resíduos através da rede de ecocentros (considerando como ano base 2019): em 10%, até 2025; e em 30% até 2030.					

## 7.2.4 Energia

A rede de distribuição elétrica na Covilhã é explorada pela EDP Distribuição, responsável pelas infraestruturas de alta e média tensão e cobre a totalidade da população do concelho.

Analisando os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Geologia e Energia (DGEG) e pelo INE sobre esta infraestrutura (**Quadro 26**), relativamente ao período de 2011 a 2022, em termos gerais, regista-se uma tendência negativa do total do **consumo de energia elétrica**. Esta tendência não é linear, mas oscilante, verificando-se dois períodos de redução de consumo, entre 2011 e 2012 (-8%) e entre 2018 e 2020 (-10%), bem como dois períodos de aumento de consumo energético, entre 2012 e 2018 (+4%) e entre 2020 e 2022 (+15%).

**Quadro 26.** Consumo de energia elétrica (kWh) por ano e tipo de consumo (INE, DGEG)

Ano	Doméstico	Não doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação das vias e edifícios públicos*	Outros	Total
2022	68 187 710	75 080 455	65 447 720	1 734 878	12 547 349	28 313	223 026 426
2021	67 046 548	62 539 351	53 464 923	1 825 940	12 363 613	35 350	197 275 725
2020	66 222 764	59 923 596	52 787 692	1 607 746	13 119 383	34 102	193 695 283
2019	63 301 477	57 671 268	65 670 328	1 814 267	19 129 722	0	207 587 062
2018	65 134 233	57 708 856	72 355 217	2 055 882	18 309 505	21 037	215 584 730
2017	60 858 945	57 778 248	65 538 003	2 899 800	20 568 060	0	207 643 056
2016	66 374 580	62 000 355	68 626 119	2 806 901	15 658 110	25 157	215 491 222

Ano	Doméstico	Não doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação das vias e edifícios públicos*	Outros	Total
2015	63 334 095	56 011 016	67 187 280	2 855 335	21 836 862	28 025	211 252 613
2014	65 132 657	53 628 559	69 512 392	2 444 670	22 000 598	25 541	212 744 417
2013	68 184 923	61 090 413	48 397 248	2 385 891	27 475 644	133 679	207 667 798
2012	67 901 308	50 044 270	59 754 612	3 062 041	27 258 821	138 814	208 159 866
2011	71 584 438	42 928 610	70 163 962	3 300 998	37 779 851	148 696	225 906 555

\* Soma dos consumos para "Iluminação das vias públicas" e "Iluminação interior de edifícios do Estado".

A análise desagregada por tipo de consumo, mostra que a maioria dos consumos se distribui entre os setores doméstico, não doméstico e indústria. O setor da indústria, para o período identificado, regista valores de consumo, com variações semelhantes à tendência oscilatória do consumo energético total. Quanto aos consumos não domésticos, verifica-se uma tendência crescente entre 2022 e 2011 (variação de 75%), enquanto os consumos domésticos, mantêm uma constância, apresentando valores entre 60 000 000 e 70 000 000 kWh (variação de -5%).

Considerando os consumos da Iluminação das vias e edifícios públicos, regista-se para o período de referência uma redução para quase um terço do consumo elétrico, tendência que não é linear havendo uma variação negativa abrupta em 2015, seguida de um aumento dos consumos no ano consequente.

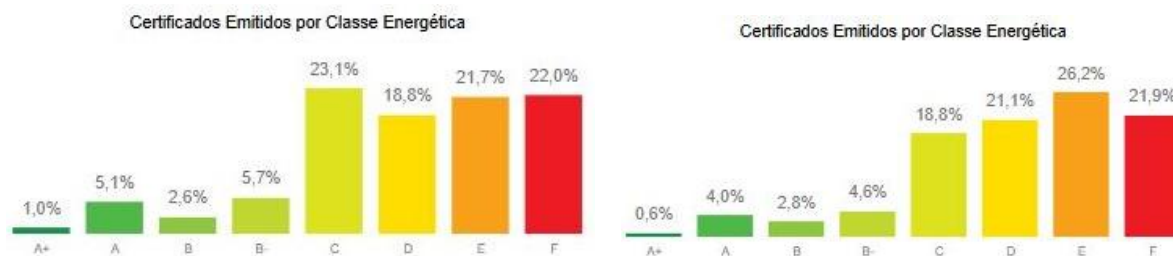
Os valores relativos aos consumos domésticos por habitante vêm verificar uma redução, tendo diminuído de 4382 kWh/hab para 4238,2 no período de 2011 a 2021 (-3%) (**Quadro 27**). Esta tendência não é linear, registando-se dois períodos de redução significativos, entre 2011 e 2012 (-7%) e entre 2018 e 2020 (-9%).

**Quadro 27.** Consumo de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência (INE)

Ano	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Consumo (kWh/ hab)	4238,2	4141,4	4420,8	4548,8	4332,9	4446,6	4314,4	4300,6	4143,6	4094,3	4382,4

Quanto à certificação energética, segundo os dados da plataforma de Estatística do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios da ADENE – Agência para a Energia, desde 2014 a 2024, a **classe energética do parque edificado certificado** na Covilhã mais comum é a “C”, reunindo 23,1% dos certificados emitidos (Gráfico 1). Apesar disso, quando comparado com a média do distrito de Castelo Branco, verifica-se, no concelho da Covilhã, uma percentagem mais elevada de certificados emitidos com classe A+ (1,0% na Covilhã e 0,6% a nível distrital) ou A (5,1% na Covilhã e 4,0% a nível distrital). Durante o período referido, o concelho da Covilhã foi, dentro do distrito de Castelo Branco, aquele

onde foram emitidos um maior número de certificados (num total de 8528 certificados, a uma média entre 532 e 1095 por ano).



**Gráfico 1.** Proporção de certificados emitidos por classe energética na Covilhã (imagem superior) e a nível do distrito de Castelo Branco (imagem inferior) (ADENE, 2024)

No **Quadro 28** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação 'Energia', por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação.

**Quadro 28.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação 'Energia'

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Consumo de energia elétrica por ano e tipo de consumo (kWh)	225 906 555,0	223 026 426,0	-1,3%	INE e DGEG	2011 - 2022
Classificação energética B, A e A+ dos edifícios existentes (%)	9,3	8,7	-6,5%	Estatística do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios da ADENE – Agência para a Energia	2014 - 2024
<b>Notas</b>					
Tem vindo a verificar-se uma tendência global (mas não linear) ao nível do consumo de energia elétrica, que resulta, entre outros aspetos, de uma melhoria ao nível da eficiência energética.					
Contudo, esta não foi, ainda, suficiente, para dar cumprimento aos objetivos da Meta 7.3 dos ODS Local: em 2022, registou-se um Consumo doméstico de energia elétrica de 1476 kWh/hab. (acima da meta de 942 kWh/hab. estabelecida para 2030); em 2022, o Consumo de energia elétrica na iluminação das vias públicas foi de 199,3 kWh/hab. (acima da meta de 92,7 kWh/hab. estabelecida para 2030).					
Importa, também, promover uma melhoria da eficiência energética ao nível do edificado, considerando que o Município ainda se encontra ainda longe da Meta 7.3 dos ODS Local: 64% do parque edificado com classificação energética A a C, até 2030. Note-se que, em 2024, no concelho da Covilhã, estas classes energéticas correspondiam a cerca de 37,5 % dos certificados emitidos.					

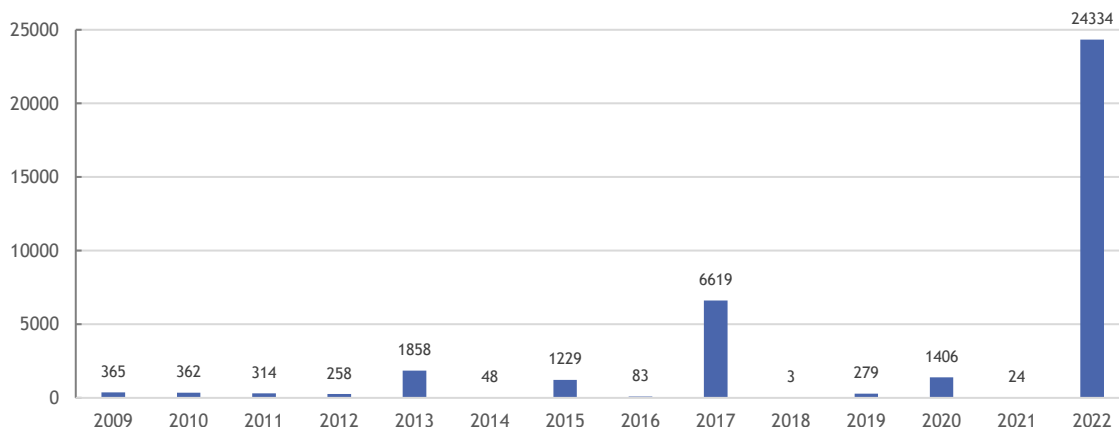
### 7.2.5 Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos

O estudo dos riscos naturais para o concelho da Covilhã considerou, numa primeira fase, o risco de incêndio, onde se analisaram as ocorrências no período compreendido entre 2009-2022 e a



classificação das áreas de perigosidade alta e muito alta identificadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) para 2021-2030, elaborado em 2021.

No período analisado (**Gráfico 2**) registaram-se três anos com incêndios de grande magnitude: um mais recente, em 2022, de grandes proporções, que percorreu uma área de 24 334 ha; outro em 2017, percorrendo uma área ardida de 6619 ha; e um outro em 2013 com 1858 ha de área ardida.



**Gráfico 2.** Distribuição anual da área ardida (2009-2022) (ICNF)

Quanto à **perigosidade de incêndio rural**, o PMDFCI 2021-30 (CMC, 2021) representa cerca de 4,6% do território concelhio na classe “alta” e 18,7% em classe “muito alta”, em áreas que se situam sensivelmente entre os 500 e 1100 metros de altitude, na zona de meia encosta, e ainda no extremo sul do concelho, adjacente ao Fundão (**Figura 7**).

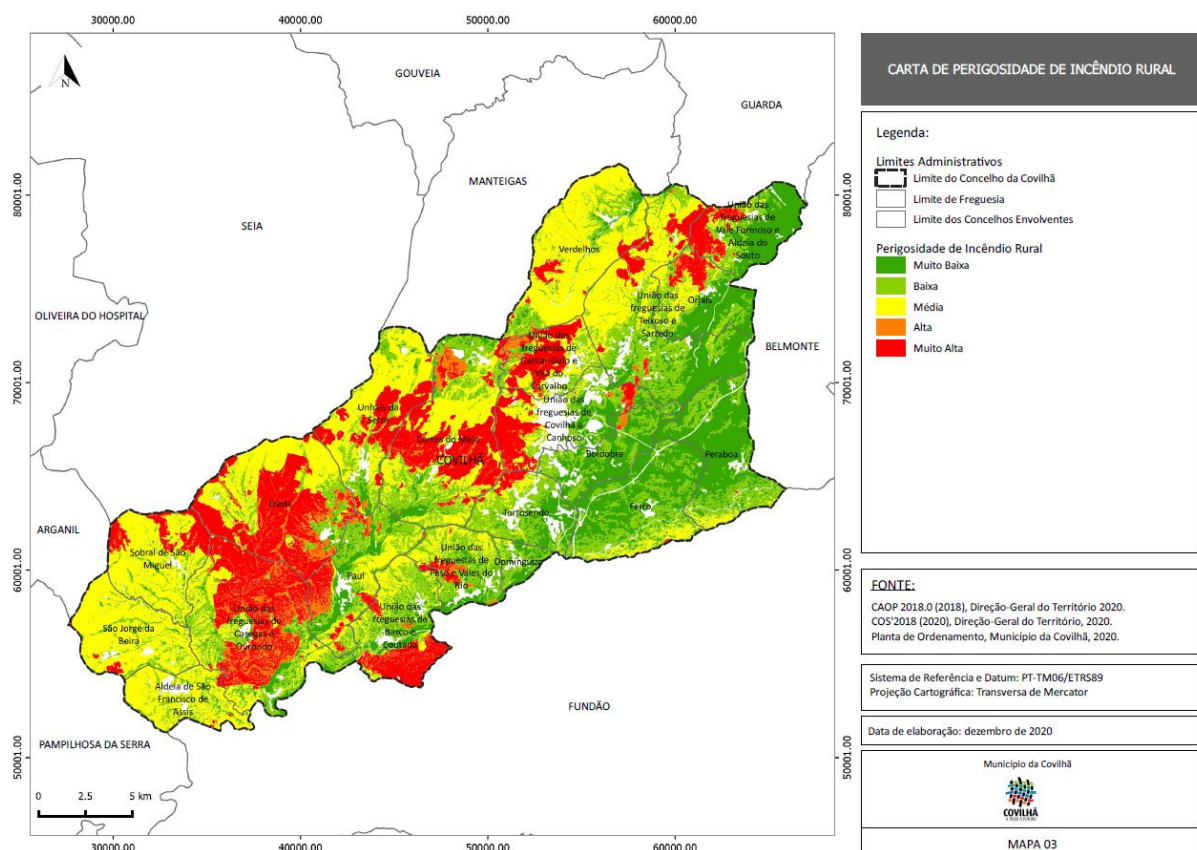


Figura 7. Carta de Perigosidade de Incêndio Rural para a Covilhã (CMC, 2021)

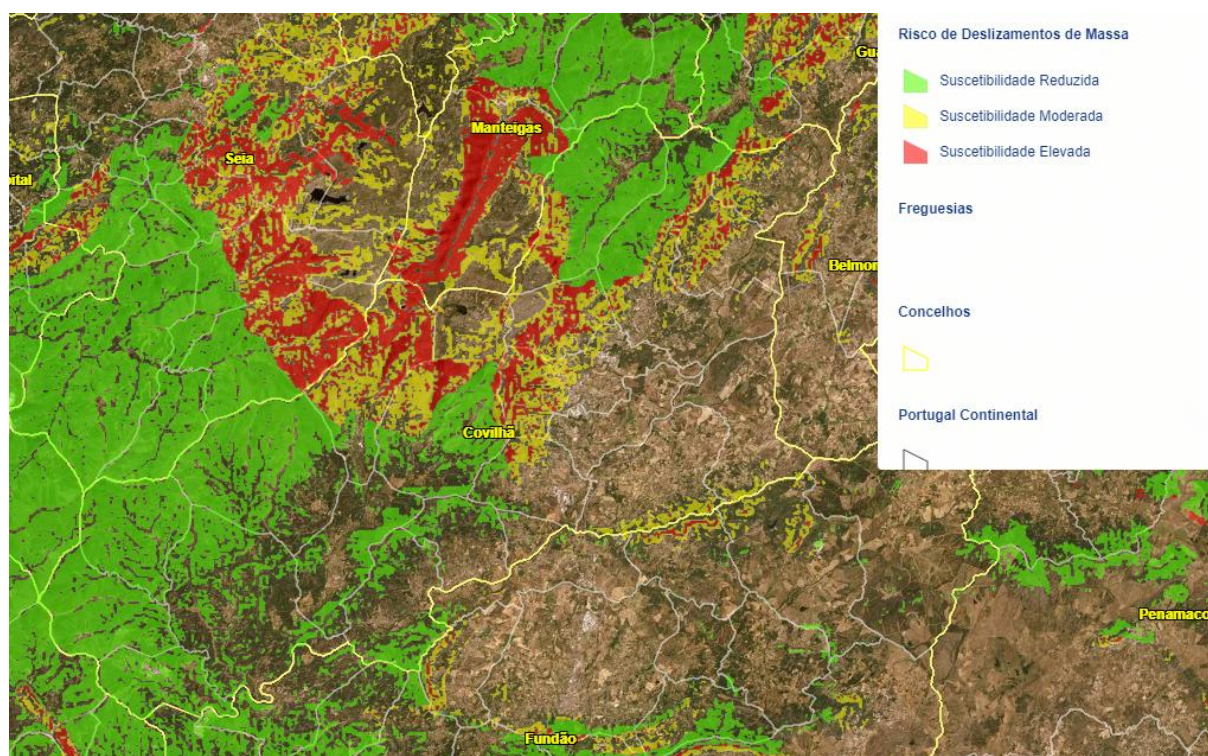
O território da Covilhã está inserido na bacia hidrográfica do rio Zêzere, estando, por isso, exposto ao **risco de cheia**, em períodos e fenómenos de intensa precipitação, que resultam no aumento do caudal e do nível de água do seu leito e dos seus afluentes. Este risco encontra-se identificado na tipologia da REN em vigor (CMC, 1999) 'Zonas Ameaçadas pelas Cheias'; esta tipologia da REN abrange diversos cursos de água no concelho, embora com maior expressão territorial no leito do Rio Zêzere. A ocupação humana nesta bacia hidrográfica tem alguma expressão, salientando-se cerca de 82 ha identificados, na COS, como 'Territórios Artificializados' (DGT, 2018), integrados em 'Zonas Ameaçada pelas Cheias'; destes 82 ha, 34% correspondem a 'Tecido Edificado Contínuo', 27% a 'Tecido Edificado Descontínuo' e 21% a 'Rede viária e espaços associados' (DGT, 2018).

O risco existente, a este nível, no rio Zêzere, esteve na origem da classificação, no final da década de 1980, da respetiva Zona Adjacente (que abrange o rio e toda a área inundável contígua às suas margens), através da Portaria n.º 849/87, de 3 de novembro. Esta mesma Portaria refere que *"as várzeas ou baixas marginais ao troço do rio Zêzere compreendido entre a vila de Manteigas e a sua confluência com a ribeira de Porsim, a jusante da sede da freguesia de Silvares, do concelho do Fundão,*

*na extensão de cerca de 75 km, são constituídas por terrenos de aluvião, provenientes da erosão das suas encostas ou cabeceiras, que nelas se foram depositando ao longo de milhares de anos por acção da expansão das cheias ocorridas, da divagação dos seus leitos, das plantações de salgueiros e outros arbustos do mesmo tipo e das obras de defesa longitudinais e transversais que, oportunamente, foram executadas em certos locais”. À data de publicação desta Portaria (no final da década de 1980), constatava-se, também, a necessidade de controlar, através da adequada proteção jurídica, as “actividades relacionadas com a extracção de materiais inertes, destinados à construção civil, que, a prosseguirem de forma anárquica, poderão ocasionar, a mais ou menos curto prazo, a destruição das baixas inundadas do rio Zêzere e seus afluentes na área da Cova da Beira, o que, a verificar-se, poderia comprometer a execução da obra de regadio projectada para aquela zona, para além dos prejuízos de ordem ambiental que neste momento já se fazem sentir de forma alarmante”.*

Outro dos ricos naturais associado ao concelho da Covilhã passa pela **instabilidade de vertentes e ocorrência** (ou probabilidade de ocorrência) **de movimentos de massas**.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município da Covilhã, elaborado em 2015 e revisto em 2019, identifica o movimento de vertentes como um risco de grau extremo, dada a probabilidade de ocorrência (média-alta) e o grau de gravidade (população, ambiente, socioeconómica). A informação disponível no Portal InfoRiscos, baseada na Avaliação Nacional de Risco (2019) e analisada nos Estudos de Caracterização (CMC, 2022), representa, na Covilhã, áreas de suscetibilidade moderada e elevada associada as áreas mais declivosas, nas freguesias de Unhais da Serra, Cortes do Meio, Cantar-Galo e UF Vila do Carvalho e Covilhã e Cardoso, Orjais, UF Vale Formoso e Aldeia do Souto.



**Figura 8.** Mapa de Risco de Deslizamento de Massa para a Covilhã (Portal InfoRiscos, Avaliação Nacional de Risco, 2019)

Foram ainda analisadas as áreas da REN em vigor integradas na tipologia ‘Escarpas’ (que constituíam, de acordo com o anterior Regime Jurídico da REN, uma tipologia autónoma da REN, menos abrangente - e que posteriormente passaram a integrar a atual tipologia ‘Áreas de instabilidade de vertentes’, conforme estabelecido no DL n.º 124/2019, de 28 de agosto). Considerando os ‘Territórios Artificializados’ da COS (DGT, 2018), encontram-se apenas 2 ha na tipologia ‘Escarpas’, situados na UF de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, na freguesia de Cortes do Meio e na UF da Covilhã e Canhoso.

No PMEPC da Covilhã, para além dos riscos naturais acima analisados (incêndios, cheias e instabilidade de vertentes), identificaram-se ainda, com grau de risco “elevado”, os seguintes: ondas de calor, secas, sismos, nevões e ondas de frio. O Portal InfoRiscos (2019), os Estudos de Caracterização (CMC, 2022), o PGRH-RH5 (APA, 2023) e outros documentos de referência, apresentam a cartografia relativa a estes riscos, sendo a partir desta base de dados que foram analisados **outros riscos naturais com incidência** no concelho:

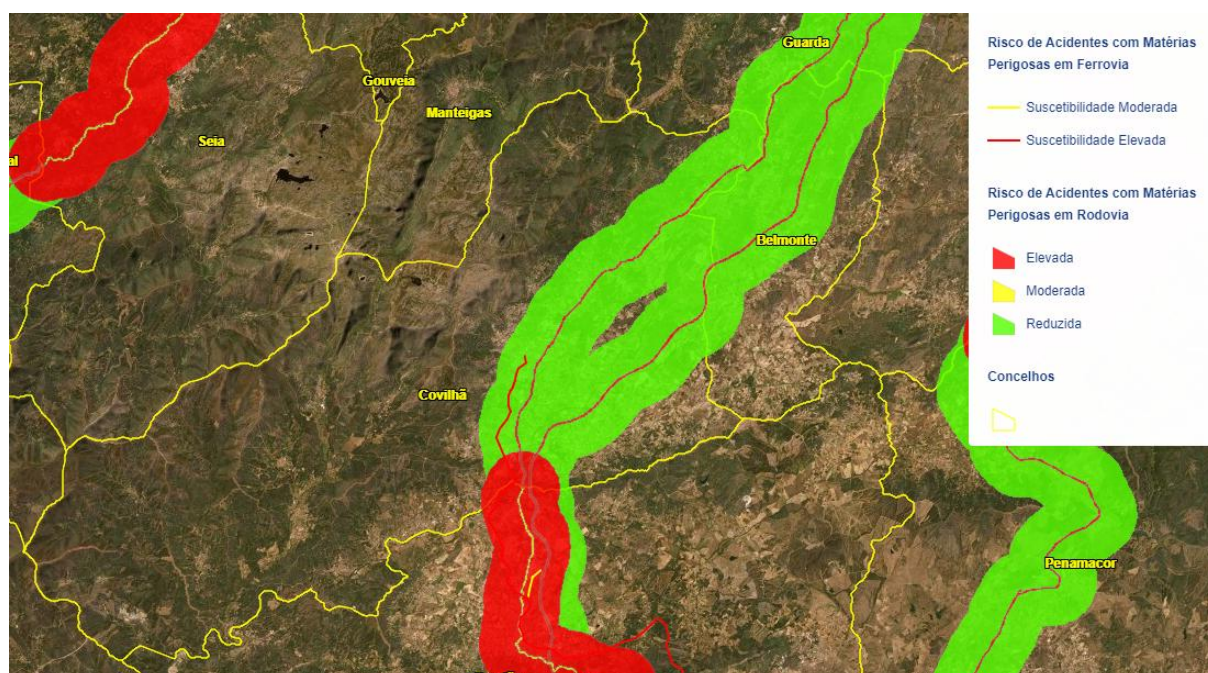
- Ondas de Calor: a Covilhã apresenta uma suscetibilidade muito elevada e elevada à ocorrência de ondas de calor, sendo que a mais classe muito elevada de risco abrange todas as freguesias,



à exceção da UF Casegas e Ourondo, Sobral de São Miguel, São Jorge da Beira e Aldeia de São Francisco de Assis.

- Seca: o concelho encontra-se, na totalidade, em áreas de suscetibilidade elevada, uma vez que, apesar de não se assistirem a períodos de seca muito longos sem precipitação, ocorrem outros, de média duração e frequência pontual (2017, 2004-06, 1994-95, 1990-92). Além dos períodos de seca, outro indicador que demonstra a suscetibilidade para a seca é o Índice WEI+. Para o *Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego*, verifica-se uma classificação de Escassez Elevada (WEI+ de 49%); as massas de águas superficiais são, na totalidade, classificadas como Escassez Severa (WEI+ 54%), o que, considerando os cenários de mudança climática, agravam o grau de risco à seca no concelho.
- Sismos: por possuir um subsolo de origem granítica, o risco de ocorrência de sismos é reduzido, embora, na UF da Covilhã e Canhoso, bem como na freguesia de Unhais da Serra, exista suscetibilidade elevada de ocorrência de sismos.
- Nevões: os nevões (queda de neve prolongada no tempo e sobre uma área extensa) ocorrem com frequência na região mais montanhosa da Serra da Estrela, que no caso da Covilhã corresponde às freguesias de Aldeia S. Francisco de Assis, S. Jorge da Beira, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Sarzedo, Unhais da Serra e Pedras Lavradas à Covilhã. Este fenómeno com mais suscetibilidade entre dezembro e março, pode condicionar o acesso a estes aglomerados urbanos, agravando o seu isolamento, abastecimento de bens essenciais e até cortes nas infraestruturas de eletricidade.
- Ondas de frio: o concelho da Covilhã apresenta suscetibilidade moderada ao risco de vagas de frio, que corresponde a períodos onde a temperatura desce muito rapidamente e se prevê que esse estado de tempo vá durar alguns dias.

De acordo com a informação extraída do Portal InfoRiscos do PNRCC, analisou-se o **risco de ocorrência de acidentes com transporte de matérias perigosas** em ferrovia e em rodovia (Figura 9). Para o concelho da Covilhã o risco associado às vias estruturantes EN18 e A23 é reduzido, enquanto o identificado para a ferrovia é de suscetibilidade elevada, uma vez que a linha da Beira Baixa serve a zona Industrial de Tortosendo.



**Figura 9.** Mapa de risco de ocorrência de acidentes com transporte de matérias perigosas (Portal InfoRiscos, Avaliação Nacional de Risco, 2019)

No **Quadro 29** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação.

**Quadro 29.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação 'Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos'

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Área ardida (ha)	1,3	4,1	211,5%	ODS	2009 - 2015 e 2016 - 2023
Territórios artificializados em zonas ameaçadas pelas cheias (ha)	48,1	82,1	70,8%	COS	1995 - 2018
Territórios artificializados em áreas de instabilidade de vertentes (ha)	1,9	1,9	0,0%	COS	1995 - 2018
Risco de ocorrência de acidentes com transporte de matérias perigosas em ferrovia e em rodovia (qualitativo)	-	Reduzido (Rodovia) e Suscetibilidade elevada (Ferrovia)	-	Portal InfoRiscos	2019

#### Notas

Do ponto de vista do ordenamento do território, mas também da salvaguarda de pessoas, bens e das atividades económicas existentes no concelho, será determinante atender a este conjunto de riscos, sobretudo os associados à ocorrência de cheias, incêndios e movimentos de massa.

Os riscos naturais existentes exigem, da parte do Município da Covilhã, opções estratégicas e outras medidas de adaptação, já que, pela sua dimensão, natureza e complexidade destes riscos, não será possível ou viável outro tipo de atuação de mitigação/“na fonte” (com exceção do que diz respeito ao risco relacionado com transporte de matérias perigosas).

No que diz respeito à ocorrência de incêndios, o planeamento da gestão integrada dos fogos rurais deverá contribuir, de acordo com o PNGIFR, para que: a percentagem dos incêndios com mais de 500ha se fixe abaixo de 0.3% do total de Incêndios; e a área ardida acumulada no período da década seja inferior a 660.000 ha.

### 7.2.6 Alterações Climáticas

O concelho da Covilhã encontra-se numa região climática com características mediterrânicas, onde há tipicamente uma escassez de pluviosidade por mais de 3 meses por ano, sendo, por isso, vulnerável à escassez de água, em casos de reduzida humidade acumulada no solo. O maciço da Serra da Estrela funciona como elemento regulador da precipitação e dos ventos, sendo responsável pelo microclima do concelho.

De forma a analisar o posicionamento do município relativamente à ação climática, procurou-se identificar as **iniciativas e projetos de gestão municipal que contribuem para a mitigação e adaptação às alterações climáticas**. Neste âmbito, salienta-se a existência do Plano Intermunicipal para as Alterações Climáticas (PIAAC) da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMRBSE), elaborado em 2019, no qual os municípios se comprometem a realizar um conjunto de medidas de mitigação alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável. As ações previstas no PIAAC foram classificadas de acordo com a prioridade de adaptação, num processo participativo entre os diversos atores regionais e decisores/técnicos municipais. No respetivo relatório estão elencadas ainda as fontes de financiamento e os instrumentos de apoio à concretização destas ações, desde os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), Programas de Financiamento Europeus, Assistência ao Desenvolvimento de Projetos, Instrumentos de Instituições Financeiras e Regimes de Financiamento Alternativo.

Para efeitos de identificação dos investimentos e iniciativas municipais de adaptação e mitigação dos fenómenos climáticos extremos, apresentam-se aqui os projetos aprovados através de alguns destes instrumentos e fundos, nomeadamente do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso



de Recursos (POSEUR) e do Programa Operacional do Centro (Centro 2020), complementando com alguns projetos contratualizados e registados no Portal BASE - Contratos Públicos Online. Foram analisadas as operações aprovadas pelo Programa Operacional do Centro para o Município da Covilhã e financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para o período de 2015 a 2022 (**Quadro 30**) para os para os objetivos temáticos “04 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores” e “06 - Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética”.

**Quadro 30.** Fundo Total Aprovado (FEDER) do Programa Operacional do Centro para o Município da Covilhã (<http://centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados>, dados exportados 09/11/2022)

Nome da Operação	Fundo Total Aprovado (€)
<b>Eixo Prioritário - 06 - Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)</b>	<b>2 246 309</b>
Renovação do parque habitacional dos Bairros Sociais do Cabeço e da Quinta da Alâmpada existente no plano da eficiência energética	2 246 309
<b>Eixo Prioritário - 07 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)</b>	<b>571 526</b>
"Este Zêzere que nos une" projeto intermunicipal de valorização do património cultural	294 616
Requalificação do Miradouro do Alto dos Livros, zona envolvente e acessos	81 703
Valorização do Património Natural do concelho da Covilhã	195 207
<b>Eixo Prioritário - 09 - Reforçar a rede urbana (CIDADES)</b>	<b>6 305 409</b>
+ ACESSO Promoção de Acessibilidade Inclusiva – Praça do Município e Zona Envolvente (Covilhã)	125 053
Centro de incubação e apoio ao empreendedorismo	631 212
Centro de Inovação Cultural da Covilhã	3 027 166
Criação de rede de bicicletas elétricas para uso público	743 493
Requalificação de edifícios para uso habitacional e de comércio e de espaço público envolvente: Pátio dos Escuteiros	477 152
Requalificação do Edifício da Central de Camionagem e sua envolvente	61 694
Requalificação urbana do espaço público na Avenida Frei Heitor Pinto e estrada do Sineiro, na Covilhã	1 080 075
Sistemas de informação para transportes públicos	159 564
<b>Total Geral</b>	<b>9 123 244</b>

O **Quadro 31** apresenta as operações aprovadas entre 2016 e 2022 pelo POSEUR para os Eixos Prioritários “Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores”, “Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos” e “Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos”.

**Quadro 31.** Operações aprovadas pelo POSEUR e respetivo fundo comunitário aprovado para o Município da Covilhã (<https://poseur.portugal2020.pt/pt/projetos/pesquisa-de-candidaturas/>, dados exportados 09/11/2022)

Nome da Operação	Financiamento Comunitário Aprovado (€)
<b>Eixo Prioritário - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores</b>	<b>2 447 991</b>
Autocarros Limpos - Município da Covilhã	304 548
Eficiência energética no edifício da 6ª Fase da Universidade da Beira Interior	97 603
Eficiência energética no edifício da Biblioteca Central da Universidade da Beira Interior	98 359
Eficiência energética no edifício da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Ernesto Cruz) da Universidade da Beira Interior	180 668
Eficiência energética no edifício da Reitoria da Universidade da Beira Interior	162 119
Eficiência energética no edifício das Ciências Farmacêuticas da Universidade da Beira Interior	40 660
Eficiência energética no edifício do Centro de Informática da Universidade da Beira Interior	67 939
Eficiência Energética nos edifícios da 1.ª-5.ª Fase da Universidade da Beira Interior	364 246
Eficiência energética nos edifícios das Engenharias da Universidade da Beira Interior	265 078
Melhoria da Eficiência Energética do Edifício Residência II	171 709
Melhoria da eficiência energética do Edifício Residência VII - Pedro Álvares Cabral	386 289
U-Bike Portugal Operação UBI	308 773
<b>Eixo Prioritário - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos</b>	<b>2 391 123</b>
Abertura de Rede Secundária de FGC associados a troços da Rede Viária Florestal de acesso à Rede Primária de FGC e a Pontos de Água, sobre o domínio público na freguesia de Cortes do Meio - Covilhã	237 161
Alteração do edifício dos Bombeiros Voluntários da Covilhã	444 150
AMCBadapt- Ações de sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas	139 052
Aquisição de Veículos Operacionais de Proteção e Socorro VOPS - Covilhã	113 240
Estratégia Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Região das Beiras e Serra da Estrela EIAAC Beiras e Serra da Estrela	120 566
REDE de DEFESA da FLORESTA CONTRA INCENDIOS, em áreas sob gestão do ICNF	548 753
Sistema de Acompanhamento Remoto e Apoio à Decisão Operacional (SARADO)	788 202
<b>Eixo Prioritário -Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos</b>	<b>2 581 710</b>
Dinamização e Otimização dos modos de Recolha Seletiva Multimaterial na Resiestrela, para cumprimento das metas do PERSU 2020	1 266 254
Implementação de uma estratégia de Prevenção, Controlo e Erradicação da Vespa velutina na Região das Beiras e Serra da Estrela	289 565
Programa de controlo e redução de perdas no sistema de distribuição de água do Concelho da Covilhã	446 803
Projeto para a conservação, recuperação e proteção de Habitats e espécies com estado de conservação desfavorável e com estatuto de proteção legal no Parque Natural da Serra da Estrela	579 088
<b>Total</b>	<b>7 420 824</b>

Para além das candidaturas aprovadas referidas, os Estudos de Caracterização apresentam, também, uma lista de projetos e investimentos no âmbito da ação climática, compilados no **Quadro 32**.

**Quadro 32.** Projetos públicos aprovados no âmbito do QCAIII, do QREN e do Portugal 2020 (Fonte: Câmara Municipal da Covilhã, 2022).

Designação	Investimento Total	Valor elegível	Valor participado
<b>Projetos públicos aprovados no âmbito do QCAIII, no concelho da Covilhã (Fonte: Câmara Municipal da Covilhã).</b>			
Despoluição da Ribeira da Goldra	423.968,00	313.196,24	234.897,18
Despoluição da Ribeira da Carpinteira	928.094,00	629.153,99	471.865,49
<b>Projetos públicos aprovados no âmbito do QREN (2007-2013)</b>			
Parque Florestal	285.205,74	285.205,74	228.164,59
Jardim Botânico	478.463,89	419.899,89	335.919,91
Elevador do Parque da Goldra	851.475,00	612.150,00	489.720,00
Elevador do Jardim Público	958.899,97	869.802,78	695.842,22
<b>Projetos públicos aprovados no âmbito do Portugal 2020</b>			
Criação de rede de bicicletas elétricas para uso público	874 697,19	874 697,19	743 492,61
Valorização do Património Natural do Concelho da Covilhã (Património Natural)	229 655,00	229 655,00	195 206,75
Apoio à destruição dos ninhos de vespa velutina 2019	10 000,00	10 000,00	10 000,00

Do portal BASE - Contratos Públicos Online, identificaram-se ainda algumas ações relevantes neste contexto, como o desenvolvimento de uma aplicação móvel ("*SmartClimAMCB*") destinada disponibilização de informação sobre projeções climáticas e outras informações relevantes no âmbito das alterações climáticas para os Municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Covilhã, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso.

Em janeiro de 2024, o Município da Covilhã aprovou o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC), conforme previsto na Lei e Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro). O PMAC reúne as medidas de adaptação às alterações climáticas, dedicadas à minimização dos riscos, e as medidas de mitigação, destinadas à redução das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE). No PMAC da Covilhã são identificadas 38 medidas de adaptação e mitigação, desagregadas em: infraestruturas verdes, infraestrutura cinzentas e medidas não-estruturais. As medidas previstas no PMAC foram articuladas com o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC), que havia sido, anteriormente, elaborado pelo Município da Covilhã.

Quanto as Emissões de Gases Poluentes Atmosféricos, os Inventário Nacional de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (INERPA), disponibilizados pela APA, permitem caracterizar o concelho da Covilhã, em termos de **emissões por fonte** (Grandes categorias de fonte –

GFNR<sup>8</sup>) de poluição e por tipo de gás, para os anos de 2015, 2017 e 2019. Para efeitos de avaliação deste indicador, analisaram-se apenas os gases com potencial efeito de estufa (CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O), para as três séries de dados disponíveis, conforme se observa no **Quadro 33**.

Observa-se que, com a exceção dos registos de emissões para o ano 2017, para os restantes anos, as atividades mais poluentes são os transportes rodoviários (emissões de dióxido de carbono), os resíduos e a pecuária (emissões de metano) e a atividade agrícola (emissões de óxido nitroso). Identifica-se uma contribuição significativa de emissões de fonte natural em 2017, em consequência dos incêndios florestais desse ano.

**Quadro 33.** Emissões de Gases de Efeitos de Estufa (GEE) para os anos de 2015, 2017 e 2019 expressa em kton, por fonte de emissão.

Categorias de fonte de emissão	2015			2017			2019		
	CO2	CH4	N2O	CO2	CH4	N2O	CO2	CH4	N2O
A – Produção de energia elétrica e	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
B – Indústria Transformadora	25,845	0,002	0,001	20,420	0,001	0,001	19,588	0,001	0,001
C – Outra Combustão Estacionária	16,772	0,041	0,002	15,923	0,040	0,002	17,512	0,039	0,002
D - Emissões Fugitivas	0,000	0,005	0,000	0,000	0,003	0,000	0,000	0,004	0,000
E - Uso de Solventes e outros Produtos	0,885	0,000	0,001	0,850	0,000	0,001	0,943	0,000	0,001
F - Transportes Rodoviários	57,833	0,004	0,002	58,943	0,003	0,002	61,106	0,003	0,002
G – Navegação Nacional	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
H - Aviação internacional e doméstica	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
I – Maquinaria Móvel e Outras fontes (não rodoviária)	3,255	0,000	0,001	2,798	0,000	0,001	2,804	0,000	0,001
J – Resíduos	0,000	0,560	0,003	0,000	0,492	0,003	0,000	0,456	0,003
K – Pecuária	0,000	0,371	0,001	0,000	0,384	0,001	0,000	0,392	0,001
L – Outros Agrícolas	0,446	0,005	0,023	0,389	0,005	0,021	0,284	0,005	0,021
M – Outros	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
N - Natural	24,974	0,124	0,002	120,984	0,618	0,009	2,036	0,016	0,000
<b>Total</b>	<b>130,011</b>	<b>1,111</b>	<b>0,034</b>	<b>220,307</b>	<b>1,548</b>	<b>0,039</b>	<b>104,272</b>	<b>0,916</b>	<b>0,031</b>

<sup>8</sup> **A – Produção de energia elétrica e calor** (inclui incineração municipal de resíduos e combustão biogás com aproveitamento energético); **B – Indústria Transformadora** (Combustão), Processos Industriais e Uso de Produtos; **C – Outra Combustão Estacionária** (Comercial/Institucional, Residencial, Agricultura/Pescas); **D - Emissões Fugitivas** (produtos de petróleo, gás natural, ventilação e queima de gases em refinarias, geotermia); **E - Uso de Solventes e outros Produtos** (fungicidas, aplicações de revestimento, desengordurantes, produtos de limpeza a seco, uso de produtos químicos, impressão); **F - Transportes Rodoviários** (veículos ligeiros e pesados, de mercadorias e passageiros, ciclomotores e motociclos, evaporação de gasolina, desgaste de pneus e travões, abrasão de estradas); **G – Navegação Nacional**; **H - Aviação internacional e doméstica**; **I – Maquinaria Móvel (não rodoviária) e Outras fontes não rodoviária** (ex.: transporte ferroviário, embarcações de pesca, aviação militar); **J – Tratamento biológico ou Incineração de resíduos, Gestão de águas residuais, Outros resíduos**; **K – Pecuária** (Fermentação Entérica e Gestão de efluentes pecuários); **L – Outros Agrícolas (Cultivo do arroz, Produção de Culturas e Solos Agrícolas, Queima de Resíduos de Culturas no Campo)**; **M – Outros**; **N - Natural** (Incêndios florestais).

No âmbito do critério Alterações Climáticas, importa também aferir a posição do concelho relativamente à transição energética, analisando os **projetos e infraestruturas de produção de energia renováveis**, tendo em conta a sua relevância para os objetivos de neutralidade carbónica assumidos a nível nacional e europeu. De acordo com a informação geográfica disponibilizada pela DGEG (geovisualizador) e pela COS (DGT, 2018), na Covilhã existem várias infraestruturas de produção de energia renovável provenientes de diversas fontes:

- Centrais solares – Identificação de duas pequenas explorações na categoria de “*Infraestruturas de produção de energia renovável*” (COS, 2018) com uma área de 2,6 ha (1,4 +1,6);
- Centrais hídricas: Identificação de 4 mini-hídricas ao longo do vale da Ribeira de Alforfa, denominadas Covão Da Nave, Cantinho, Alforfa e Estrela (de montante para jusante), ligadas entre si abastecidas pela Barragem do Covão do Ferro. Este sistema foi promovido pela Hidroelétrica da Ribeira de Alforfa S.A. em 1935 com a construção da barragem;
- Parques eólicos – A Covilhã tem, no seu território, 3 Parques Eólicos situados nos limites do concelho, duas ao longo da Serra de Alvoaça em confrontação com Seia (Parque eólico da “Serra de Alvoaça” e das “Beiras”) e uma na Serra do Açor, próximo do Cabelo da Cebola, em confrontação com Arganil (Parque Eólico do Alto Arganil). O conjunto de aerogeradores que constituem estes parques são 71 encontrando-se 24 na Covilhã.

Encontra-se ainda sob parecer favorável de PIP e com licença concedida pela DGEG o projeto para a “Central Fotovoltaica, Linha e Corredor de Transporte até à Suspensão da Boidobra”, com cerca de 52 ha à exploração da Glacierchapter, Lda localizada na Quinta de Carvalho (Boidobra), deliberado e publicado no Boletim Municipal da CMC, a 1 de setembro de 2022.

Relativamente à **suscetibilidade do solo à desertificação**, foi consultada a informação disponibilizada pelo Observatório Nacional e Desertificação (<https://desertificacao.pt/>), com o objetivo de aferir esta tendência territorial no concelho da Covilhã. Segundo esta fonte, as áreas suscetíveis à desertificação são áreas delimitadas pela espacialização do índice de aridez, que expressa a razão entre a precipitação anual e a evapotranspiração potencial anual. Deste modo, foi considerado o indicador disponibilizado pelo Observatório da DGT que identifica as áreas do índice de aridez classificadas como “sub-húmido seco” e “semi-árido” ao nível da sub-região (NUTS III), para os períodos de 1990 e 2010. Assim, para a sub-região das Beiras e Serra da Estrela observa-se um agravamento da proporção de área suscetível à desertificação de 181,7%.

Confrontando com o mesmo índice para períodos anteriores, onde nenhuma parte do território se encontrava suscetível à desertificação, verifica-se uma tendência para o seu agravamento.

No **Quadro 34** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Alterações Climáticas’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação.

**Quadro 34.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Alterações Climáticas’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Emissões de gases com potencial efeito de estufa (kton)	130,01 (CO <sub>2</sub> ) 1,11 (CH <sub>4</sub> ) 0,03 (N <sub>2</sub> O)	104,27 (CO <sub>2</sub> ) 0,92 (CH <sub>4</sub> ) 0,03 (N <sub>2</sub> O)	-20% CO <sub>2</sub> -18% CH <sub>4</sub> -9% N <sub>2</sub> O	APA	2015 - 2019
Projetos instalados de produção de energia renovável (n.º)	-	Centrais Solares: 2 Centrais Hídricas: 4 Parques Eólicos: 3	-	-	2018
Proporção de área suscetível à desertificação, nas classes “sub-húmido seco” e “semi-árido” do Índice de aridez (%) na sub-região (NUTS III)	14,41	40,64	181,7%	DGT	1990 - 2010
<b>Notas</b>					
Do ponto de vista deste critério, importa referir a necessidade de melhoria da eficiência energética, nomeadamente ao nível do parque edificado e dos sistemas de transporte e mobilidade e das infraestruturas urbana, reduzindo o consumo energético do setor doméstico para 942 kWh/hab e da iluminação pública para 92,7 kWh/hab, até 2030 (Meta 7.3 dos ODS Local) e contribuindo para que 64% do parque edificado beneficie de classificação energética superior a C (Meta 7.3 dos ODS Local).					
Alinhado com esta estratégia, deverão ser promovidas medidas para a redução de emissões de GEE (p.e. Reduzir entre 45 % e 55 % as emissões de GEE registadas em 2005), de modo a atingir uma emissão total de GEE de 47,1 kt CO <sub>2</sub> eq (Meta 13.2 dos ODS) até 2030, alinhadas com uma trajetória de neutralidade carbónica até 2050 conforme no PNEC 2030.					

### 7.3 FCD3 – ORDENAMENTO E COESÃO TERRITORIAL

O FCD 3 pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.



### 7.3.1 Sistema Urbano

A análise da **proporção de tecido edificado descontínuo** teve por base a consulta das áreas ocupadas pelas classes de 'Tecido Urbano Contínuo' e 'Tecido Urbano Descontínuo', ou 'Tecido Edificado Contínuo' e 'Tecido Edificado Descontínuo' para a versão mais recente (DGT, 2018), dada a sua expressão no território da Covilhã. Para a análise do indicador a proporção do tecido edificado descontínuo, face ao total do tecido edificado. A COS para 1995 não foi considerada, uma vez que não existe desagregação para a classe de 'Territórios artificializados'. Assim, os resultados da contabilização das áreas afetas a cada uma das subclasses e respetiva evolução no período entre 2007 e 2018 são apresentados na Tabela 1, sendo apenas analisada a variação para os períodos de referência onde a classificação dos territórios se manteve. Verifica-se, neste âmbito, um aumento da proporção do tecido edificado descontínuo para os vários períodos de análise, com um crescimento mais expressivo no último período (2015-2018), com uma variação positiva de 35,2% (aumento de 352,6 ha).

**Tabela 1.** Proporção do tecido edificado/urbano descontínuo entre 2007, 2010, 2015 e 2018 (Fonte: DGT, 2007, 2010, 2015, 2018)

Classe da COS	Proporção (%)   Área (ha)				Taxa de Variação (%)		
	2007	2010	2015	2018	2007-2010	2010-2015	2015-2018
Proporção de 'Tecido edificado/urbano descontínuo'	33%	34%	38%	52%	0,8%	13,0%	35,2%
Tecido edificado/urbano contínuo	880,1	882,1	827,8	811,1	0,2	-6,2	-2
Tecido edificado/urbano descontínuo	443,2	449,3	510,3	862,9	1,4	13,6	69,1

Para o indicador da **eficiência dos territórios artificializados por habitante**, recorreu-se ao Observatório de Indicadores da DGT, que calcula a variação percentual do território artificializado per capita num dado período (normalizado para 10 anos). Os resultados deste indicador reportam-se para os períodos de 2010-2015 e 2015-2018, uma vez que dependem da COS. Comparando os dados para os dois intervalos de tempo, verifica-se a redução da eficiência, passando de 14,1% (2010-2015) para 11,2% (2015-2018).

A Covilhã tem evoluído no sentido de promover a **reabilitação urbana**, quer pelo desenvolvimento de planos como a elaboração do PARU e pela delimitação de um conjunto de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). Em 2015, o município aprovou a delimitação de 28 ARU em centros urbanos, tendo



caducado, uma vez que nos anos seguintes, não foram aprovadas operações de reabilitação urbana (ORU), à exceção da ARU do Centro Urbano da Covilhã e da ARU do Centro Urbano da Vila do Carvalho. Em 2018, o Município torna a aprovar a delimitação de ARU para os mesmos centros urbanos, mantendo as delimitações anteriores, contudo, redefiniu os incentivos municipais e benefícios fiscais. Encontram-se, atualmente, em elaboração 23 ORU, estando já 5 aprovadas (Covilhã, Unhais, Paul, Coutada e Barco), para cada uma das áreas para as quais foram aprovadas ARU, e em fase de Discussão Pública a ORU do Centro Urbano da Covilhã (ELH, 2021). Assim, designam-se as 28 ARU:

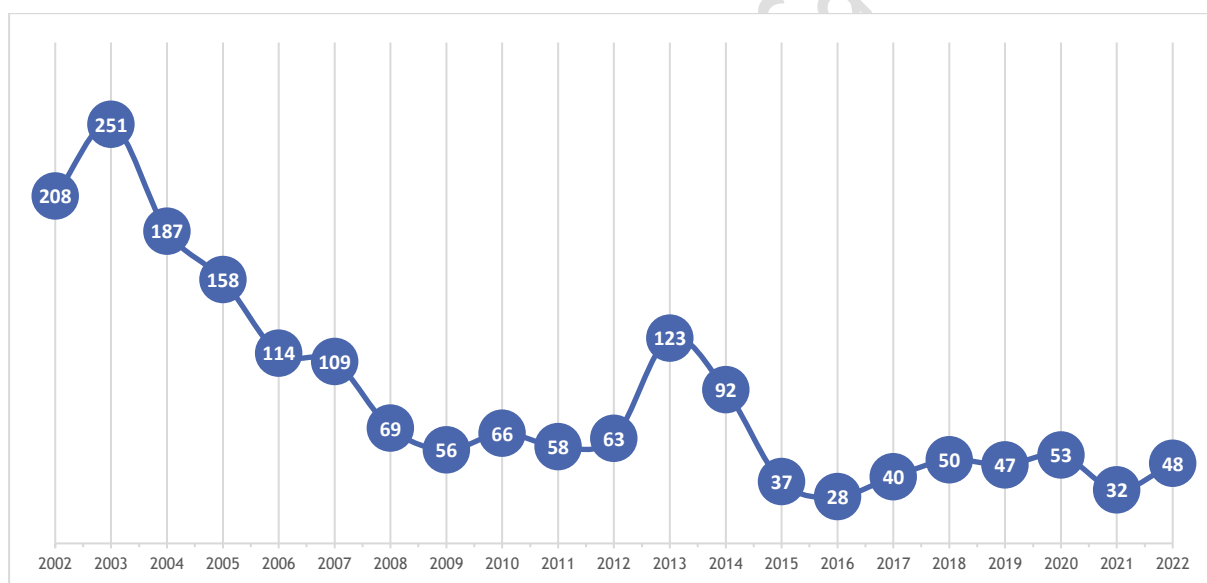
1. Centro Urbano De Cantar Galo
2. Centro Urbano Da Aldeia De São Francisco De Assis
3. Centro Urbano Da Aldeia Do Souto
4. Centro Urbano Da Boidobra
5. Centro Urbano Da Covilhã
6. Centro Urbano Da Erada
7. Centro Urbano Da Vila Do Carvalho
8. Centro Urbano De Casegas
9. Centro Urbano De Cortes Do Meio
10. Centro Urbano De Coutada
11. Centro Urbano De Dominguiso
12. Centro Urbano De Orjais
13. Centro Urbano De Ourondo
14. Centro Urbano De Peraboa
15. Centro Urbano De Sobral De São Miguel
16. Centro Urbano De São Jorge Da Beira
17. Centro Urbano De Teixoso
18. Centro Urbano De Unhais Da Serra
19. Centro Urbano De Vale Formoso
20. Centro Urbano De Vales Do Rio
21. Centro Urbano De Verdelhos
22. Centro Urbano Do Barco
23. Centro Urbano Do Canhoso
24. Centro Urbano Do Ferro
25. Centro Urbano Do Paul
26. Centro Urbano Do Peso

## 27. Centro Urbano Do Sarzedo

## 28. Centro Urbano Do Tortosendo

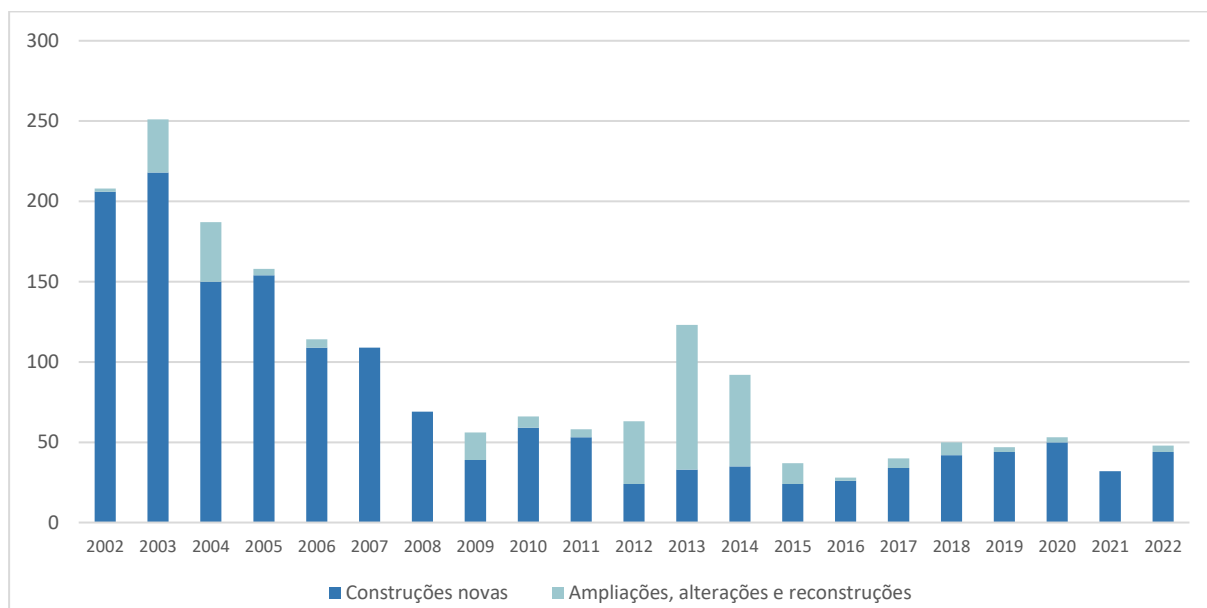
Salienta-se ainda, a candidatura do município ao Programa Operacional do Centro (Centro 2020) para eficiência energética dos edifícios de habitação social, já referida anteriormente (**Quadro 30**) dos quais foram selecionados o Bairro do Património, na Covilhã (3 edifícios/12 frações); o Bairro da Quinta da Alâmpada, em Boidobra (28 edifícios/109 frações); o Bairro Rua Nova do Souto, em Tortosendo (3 edifícios/36 frações); e o Bairro do Cabeço, também em Tortosendo (18 edifícios/148 frações).

Apesar das iniciativas municipais para a reabilitação do parque edificado, de acordo com os dados do INE, relativamente ao **número de edifícios licenciados por tipo de obra e de utilização**, não se tem mostrado muito dinâmica. Verifica-se uma evolução globalmente negativa no número de edifícios licenciados, de 2002 a 2022, apesar de algumas irregularidades que se traduzem, ao longo das últimas décadas (**Gráfico 3**).



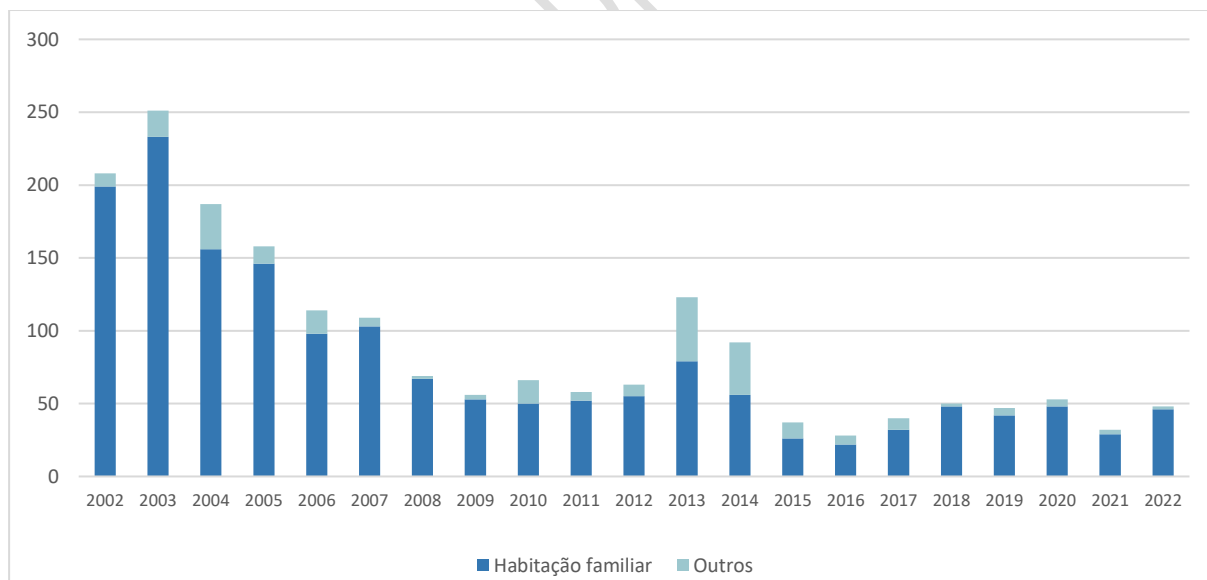
**Gráfico 3.** Evolução do número de edifícios licenciados (2002 – 2022) (INE).

Quanto à tipologia da obra destes licenciamentos, regista-se uma redução no número de novas construções, atingindo o menor valor em 2016. Quanto as ampliações, alterações e reconstruções, verifica-se que o período entre 2012 e 2014 foi o que apresentou o maior número desse tipo de obras (**Gráfico 4**).



**Gráfico 4.** Evolução do número de edifícios licenciados por tipo de obra (2002 – 2022) (INE).

O destino de obra destes edifícios licenciados é predominantemente de habitação familiar conforme demonstra o **Gráfico 5**, em detrimento de outros usos (agrícola, industrial e comercial).



**Gráfico 5.** Evolução do número de edifícios licenciados por tipo de destino de obra (2002 – 2022) (INE).

A mobilidade sustentável na Covilhã foi impulsionada pelas intervenções do Programa Polis (Sociedade constituída em 2001), focadas sobretudo na melhoria das **acessibilidades pedonais**. As intervenções

do Programa Polis resultaram na concretização do Elevador e escadinhos de Santo André. Estavam ainda previstas, neste programa, outras intervenções *“conforme consta do Plano de Mobilidade Pedonal (que prevê a criação de diversas pontes pedonais e elevadores) e do projeto de renovação e criação de espaços públicos, alguns dos quais em execução ou com candidaturas ao QREN já aprovadas”* (CMC, 2020b). Existem, neste, momento várias estruturas elevatórias e pontes de acessibilidade pedonal, que ligam o centro histórico da Covilhã com a área urbana de Penedos Altos a norte e a área urbana imediatamente a sul (Estação Ferroviária da Covilhã), das quais:

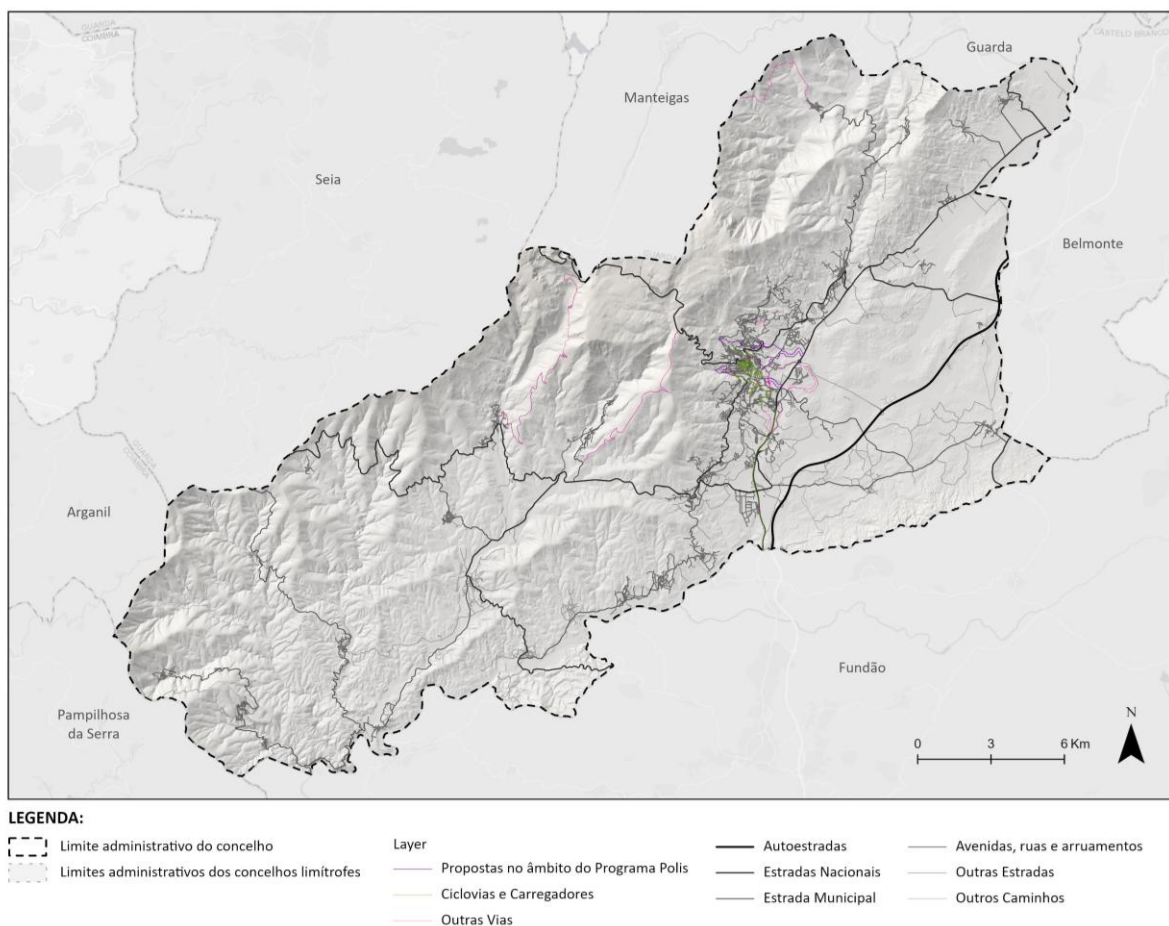
- Elevadores do Jardim Público (2015) – Conjunto dois elevadores construídos em patamares que ligam o Jardim Público (centro urbano antigo) à área urbana (bairro operário) de Penedos Altos através da Ponte Pedonal da Carpinteira;
- Ponte Pedonal da Carpinteira – Faz a travessia pedonal no vale da ribeira da Carpinteira com 52m de altura e extensão de cerca de 220m de comprimento e 4,40m de largura; vale da Carpinteira. A sua construção permitiu juntamente com os elevadores do jardim, reduzir em cerca de 30 minutos o antigo trajeto entre Penedos Altos e o centro histórico.
- Elevador de Santo André (2009) - Liga a Rua Marquês D’Ávila e Bolama, no cimo da Calçada Alta, à Rua António Augusto de Aguiar, conectando o centro da cidade antiga ao Mercado Municipal. Tem um desnível de 90 metros estando associada a Escadaria de Stº André, com 162 degraus, que serve a população quando o elevador não funciona.
- Elevador da Goldra (2013) – Liga o estacionamento do alto do Parque da Goldra (610m) à Rua Marquês D’Ávila e Bolama (635m), permitindo conectar a Biblioteca Central e o Polo I da Universidade da Beira Interior à parte baixa da cidade via Parque da Goldra.
- Funicular de São João (2013) - Tem 200m de extensão vencendo um desnível 62m aproxima a zona de outro bairro tradicional da Covilhã, o Bairro do Rodrigo ao Largo de São João de Malta.

No âmbito da mobilidade, destaca-se também o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS-BSE) da CIM das Beiras e Serra da Estrela, um documento operacional, que tem como objetivo suportar o processo de candidatura dos municípios no quadro de financiamento Portugal 2020. Neste documento, pretende-se identificar e desenvolver propostas de intervenção (**Quadro 35**) em cada município, de acordo com os objetivos específicos e linhas de intervenção definidos.

**Quadro 35.** Número de propostas do plano de ações do PAMUS para o município da Covilhã, por âmbito.  
(CIMRBSE, 2020).

Âmbito das Propostas	N.º de Propostas
Mobilidade Ciclável e pedonal	12 propostas
Transportes Coletivos	2 propostas
Segurança Rodoviária	2 propostas
Estacionamentos em Via Pública	3 propostas
Serviços Administrativos no Âmbito dos Transportes	2 propostas

Relativamente à **mobilidade ciclável**, destacam-se diversas vias partilhadas, com marcação de faixas cicláveis no pavimento (*"sharrow"*) em ruas de muita inclinação. Além disso, as ciclovias estão presentes (com exceção de um troço), exclusivamente no centro urbano da Covilhã, não sendo passíveis de utilização para trajetos de maiores distâncias. Um dos principais obstáculos no âmbito da mobilidade suave prende-se, também, com as grandes diferenças de cota e elevadas pendentes existentes numa grande parte do território concelhio, nomeadamente no seu principal centro urbano.

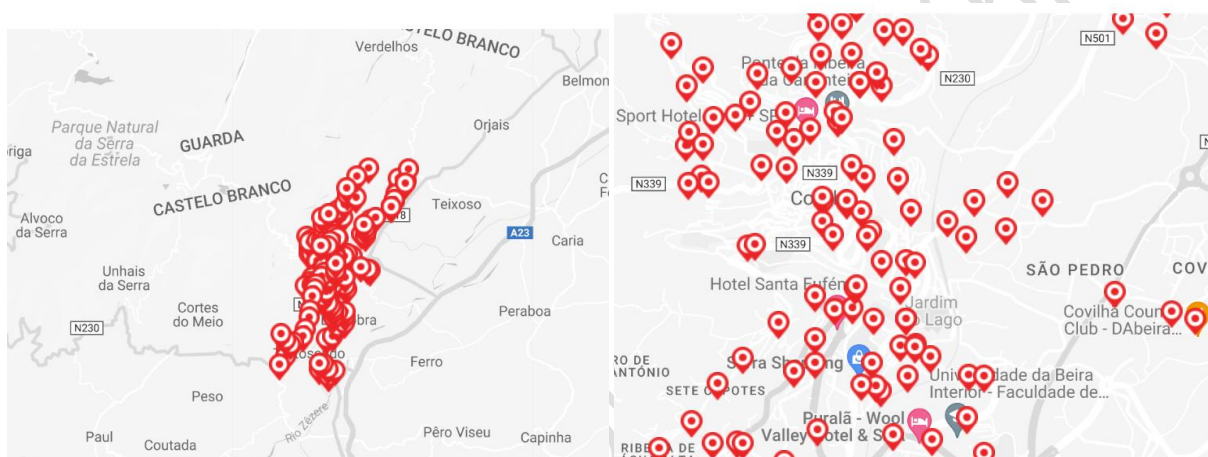


**Figura 10.** Rede Viária e Rede de Modos Suaves Municipal (CMC, 2022)

Quanto à **mobilidade intermodal**, foi celebrado um contrato de concessão relativo ao sistema de mobilidade da Covilhã, celebrado com a empresa MoviCovilhã Lda. (empresa do grupo Transdev e atual concessionária da rede de transportes públicos) de valor de 9,2 milhões de euros e com validade de 10 anos. O sistema integra “(...) para além de transporte público urbano, tem ainda carreiras para a Serra da Estrela, estacionamento tarifado, mobilidade suave com bicicletas e trotinetes elétricas, elevadores e funiculares” (<https://noticiasdacovilha.pt/sistema-de-mobilidade-recebe-aval-do-tribunal-de-contas/>). Em 2023, este sistema foi integrado no sistema de mobilidade *Covilhã Mobilidade*, na fase II de implantação das medidas do PAMUS (<https://covilhamobilidade.pt/Index>).

Relativamente ao **Sistema de Transportes Públicos** na Covilhã, o mesmo está concessionado a duas empresas: o serviço na Grande Covilhã e na parte norte do concelho é assegurado pela “*Transdev - Transportes Urbanos da Covilhã*”, enquanto na parte sul é assegurado pela “*Auto Transportes Do Fundão, Lda.*” (ATF) (CMC, 2022).

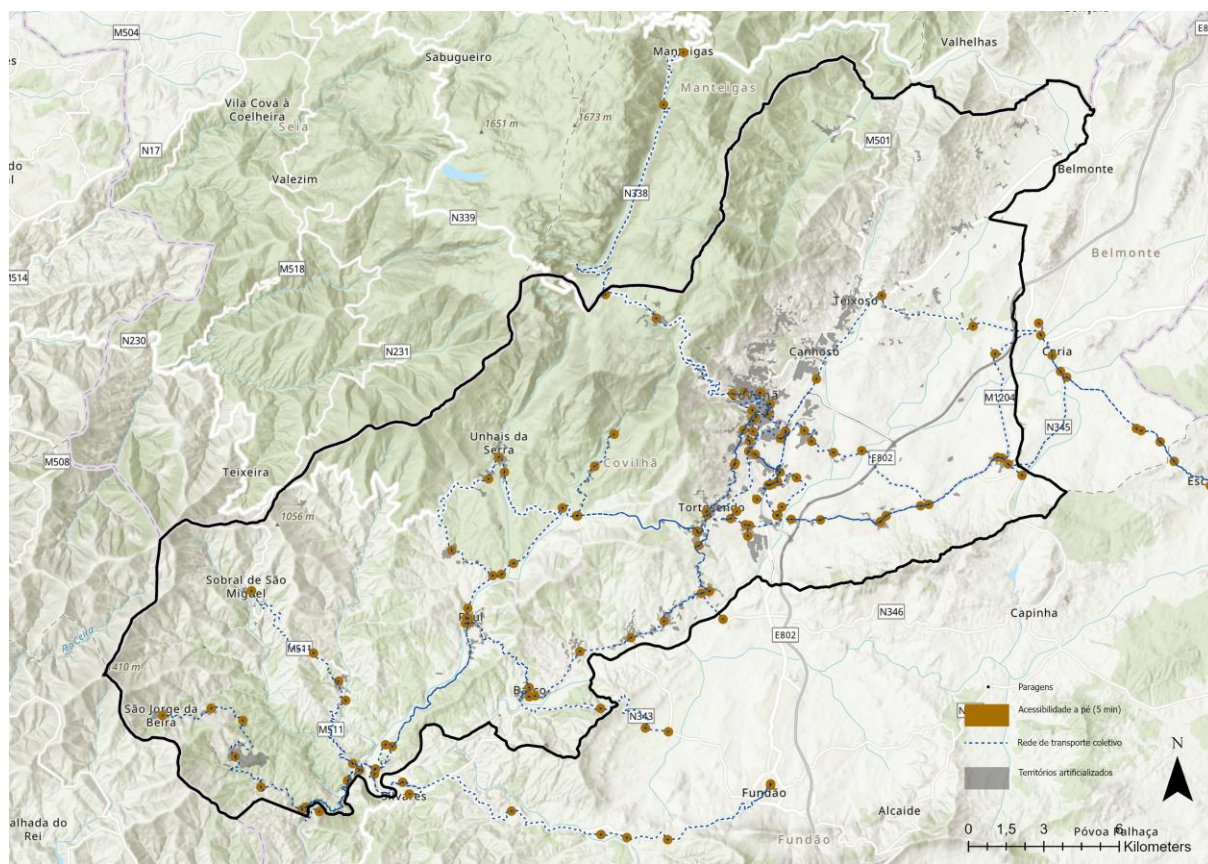
De acordo com os dados disponíveis no site oficial da Transdev, relativo à secção dos Transportes Urbanos da Covilhã, foi possível identificar as paragens de autocarro cuja distribuição cobre, em termos globais, o sistema urbano da Covilhã servindo os aglomerados urbanos da UF Teixoso e Sarzedo, UF da Covilhã e Canhoso, Boidobra e Tortosendo (**Figura 11**).



**Figura 11.** Mapa das paragens da rede dos Transportes Urbanos da Covilhã (Extraído a 11/11/2022 de <https://www.transdev.pt/horarios/covilha>)

De forma a analisar a cobertura territorial da restante rede de transporte, promovida pela ATF, foi aferida a acessibilidade das paragens disponíveis (considerando uma distância de 250 metros que pode ser percorrida em 5 minutos a pé) aos aglomerados habitacionais, recorrendo aos ‘Territórios artificializados’ da COS (DGT, 2018) (**Figura 12**). Da análise desta figura, constata-se que a maioria aglomerados estão servidos de transporte coletivo, à exceção de localidades do nordeste da Covilhã, como Verdelhos, Orjais, Vale Formoso e a Aldeia do Souto, totalmente desprovidos de acesso à rede de transporte.





**Figura 12.** Acessibilidade à rede de transporte coletivo

Analisando os **tipos de meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares** por local de residência (INE, 2011), verifica-se uma tendência global de preferência do automóvel, correspondendo a 67% da média concelhia das deslocações, estando apenas 9 das 31 localidades analisadas acima desta proporção (Teixoso, Cantar-Galo, UF de Covilhã e Canhoso, Ferro, Tortosendo e Boidobra). Existem, contudo, algumas localidades onde esta tendência não é tão expressiva (a baixo de 50%) e os modos suaves (a pé e de bicicleta) e o transporte coletivo têm mais utilidade. Estes casos, que correspondem a aglomerados rurais mais isolados, foram assinalados na **Tabela 2**, cujos resultados estão ordenados no sentido crescente de utilização do automóvel ligeiro.

**Tabela 2.** Proporção do meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%) por local de residência (à data dos Censos 2011, INE)

Local de Residência	Proporção de meio de transporte utilizado (%)				
	Modos suaves*	Transportes Coletivos**	Motociclo	Automóvel ligeiro	Outro
Total do concelho	17%	15%	1%	67%	0%
Casegas	30%	39%	0%	30%	1%
Verdelhos	31%	30%	0%	38%	0%
Erada	20%	39%	0%	41%	0%
Sobral de São Miguel	31%	27%	0%	41%	1%
Aldeia de S. Francisco de Assis	36%	13%	2%	48%	1%
São Jorge da Beira	30%	18%	1%	51%	1%
Vale Formoso	13%	32%	2%	52%	1%
Cortes do Meio	13%	33%	0%	53%	1%
Unhais da Serra	28%	18%	0%	53%	0%
Ourondo	18%	25%	0%	57%	0%
Coutada	18%	23%	0%	58%	1%
Peso	24%	17%	1%	58%	0%
Paul	28%	13%	1%	59%	0%
Barco	16%	25%	1%	59%	0%
Sarzedo	20%	20%	0%	60%	0%
Peraboa	15%	22%	1%	61%	1%
Vila do Carvalho	8%	29%	1%	62%	0%
Orjais	18%	19%	0%	62%	0%
Aldeia do Souto	19%	15%	3%	63%	0%
Vales do Rio	19%	18%	0%	64%	0%
Covilhã (São Pedro)	26%	9%	0%	64%	0%
Dominguizo	14%	19%	1%	66%	0%
Teixoso	15%	17%	0%	67%	1%
Cantar-Galo	6%	26%	1%	67%	0%
Covilhã (Conceição)	19%	12%	0%	69%	0%
Ferro	12%	16%	1%	70%	2%
Covilhã (Santa Maria)	23%	6%	0%	70%	0%
Covilhã (São Martinho)	19%	9%	1%	72%	0%
Tortosendo	16%	11%	0%	72%	0%
Boidobra	9%	14%	0%	76%	0%
Canhoso	8%	13%	1%	79%	0%

\*Forma agregados o n.º de deslocações “A pé” e de “Bicicleta”

\*\* Foram agregados o n.º de deslocações de “Autocarro”, “Transporte coletivo da empresa ou da escola”, “Metropolitano” e “Comboio”

No **Quadro 36** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Sistema Urbano’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação.

**Quadro 36.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Sistema Urbano’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Proporção de tecido edificado descontínuo (%)	33,0%	52,0%	57,6%	DGT	2007- 2018
Eficiência dos territórios artificializados por habitante (%)	14,1	11,2	-20,6%	DGT	2010 - 2015 e 2015 - 2018
Número de edifícios licenciados por tipo e destino de obra (n.º)	Habitação Familiar: 199 Outros: 9	Habitação Familiar: 46 Outros: 2	Habitação Familiar: -77% Outros: -78%	INE	2002 - 2022
Proporção do meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%)	-	67% (Automóvel); 17% (Modos suaves); 15% (Transportes coletivos); 1% (Motociclo).	-	INE	2011
<b>Notas</b>					
<p>Importa, no âmbito deste critério, destacar a necessidade de contrariar a descontinuidade/dispersão do tecido edificado, melhorando a eficiência dos territórios artificializados por habitante.</p> <p>Destaca-se, também, a necessidade de promover uma menor dependência do uso do automóvel nos movimentos pendulares, através de uma promoção do uso do transporte público e dos modos suaves.</p>					

### 7.3.2 Parque Edificado e Habitação

No concelho da Covilhã, verifica-se que o parque habitacional apresenta uma evolução globalmente negativa, com a diminuição, ao longo das últimas décadas, do número de edifícios licenciados e transacionados. Por outro lado, a evolução dos rendimentos dos agregados familiares, não permite acompanhar o crescimento significativo dos encargos com habitação suportados pelas famílias, seja pela escassez de oferta no mercado de arrendamento, seja pela eventual debilidade socioeconómica dos proprietários de alojamentos, que condicionam a sua manutenção e reabilitação.

Para avaliar a evolução do indicador **preço médio da habitação**, foi analisado o valor médio das vendas de alojamentos familiares por m<sup>2</sup>, para os 4.º trimestres de 2019, 2020, 2021 e 2022 e, também o 3.º trimestre de 2023, respetivamente, da base de dados do INE. Identifica-se, pelos dados obtidos, uma variação positiva (Tabela 3), acima da média da sub-região Beiras e Serra da Estrela (+23%) em todos período em análise. Contudo, esta evolução do preço médio das vendas por m<sup>2</sup> é significativamente

inferior comparativamente à evolução média nacional (44%), refletindo o contexto demográfico deste concelho rural.

**Tabela 3.** Preço médio das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares relativos aos resultados dos últimos 12 meses (INE, 2024).

Localização Geográfica	Valor mediano das vendas por m <sup>2</sup> de alojamentos familiares (€)					Taxa de Variação (%)				
	4.º Trimestre de 2019	4.º Trimestre de 2020	4.º Trimestre de 2021	4.º Trimestre de 2022	3.º Trimestre de 2023	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2019-2023
Portugal	1094	1190	1297	1484	1579	9	9	14	6	44
Beiras e Serra da Estrela	515	569	550	570	575	10	-3	4	1	12
Covilhã	672	722	731	776	828	7	1	6	7	23

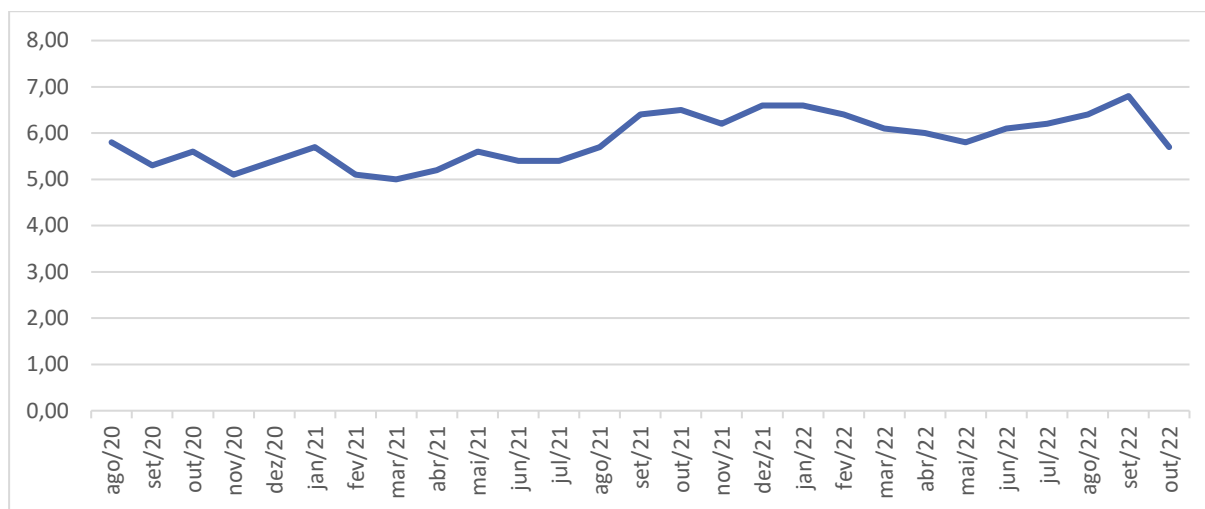
Relativamente ao universo de alojamentos arrendados, que corresponde a 32%, em 2021, verifica-se que 44% das rendas mensais enquadram nos escalões de 200-399,99€ e 26% no escalão 100-199,99€ (Quadro 37).

**Quadro 37.** Proporção de alojamentos arrendados por escalão (INE CENSOS, 2021)

Escalão da renda mensal	Alojamentos arrendados (%)
<50€	11,1
50€ - 99,99€	10,1
100€ - 199,99€	25,7
200€ - 399,99€	44,2
400€ - 649,99€	8,1
650€ - 999,99€	0,8
>=1000€	0,1

De forma a complementar a informação referida, contribuindo com dados para anos mais recentes, o **Gráfico 6** apresenta a evolução dos preços de arrendamento publicitados entre agosto de 2020 a outubro de 2022, os quais apresentam com algumas oscilações a estabilização entre 5 a 6€/m<sup>2</sup>.

**Gráfico 6.** Evolução dos preços de arrendamento da habitação (€/m<sup>2</sup>) publicitado entre agosto de 2020 e outubro de 2022 no concelho (Fonte: <https://www.idealista.pt/>).



De acordo com os dados do INE sobre a ocupação dos alojamentos familiares clássicos, no concelho da Covilhã, em 2021 dos 35 628 alojamentos 8% encontravam-se **sobrelotados**, 15% estavam **vagos** e 28% são **residência secundária** (Quadro 38).

**Quadro 38.** N.º de Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, sobrelotados, secundária e vagos (INE, 2021)

Unidades Territoriais	Clássicos (N.º)	De residência habitual (N.º)	Alojamento sobrelotado (N.º)	Alojamento sobrelotado (%)	Uso sazonal ou secundário (N.º)	Uso sazonal ou secundário (%)	Vagos (N.º)	Vagos (%)
Beiras e Serra da Estrela	182977	90258	6234	6,9	63806	34,9	28913	15,8
<b>Covilhã</b>	<b>35628</b>	<b>20259</b>	<b>1522</b>	<b>7,5</b>	<b>9898</b>	<b>27,8</b>	<b>5471</b>	<b>15,4</b>
Aldeia de São Francisco de Assis	503	204	12	5,9	195	38,8	104	20,7
Boidobra	1646	1284	70	5,5	234	14,2	128	7,8
Cortes do Meio	1097	331	25	7,6	648	59,1	118	10,8
Dominguizo	686	400	23	5,8	138	20,1	148	21,6
Erada	653	280	17	6,1	236	36,1	137	21,0
Ferro	1193	650	56	8,6	327	27,4	216	18,1
Orjais	547	294	23	7,8	210	38,4	43	7,9
Paul	1172	588	33	5,6	391	33,4	193	16,5
Peraboa	688	349	33	9,5	241	35,0	98	14,2
São Jorge da Beira	658	238	12	5,0	411	62,5	9	1,4
Sobral de São Miguel	490	148	4	2,7	248	50,6	94	19,2
Tortosendo	3102	2175	178	8,2	418	13,5	509	16,4
Unhais da Serra	1024	478	42	8,8	478	46,7	68	6,6
UF de Barco e Coutada	819	324	8	2,5	384	46,9	111	13,6
UF de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	2411	1507	115	7,6	439	18,2	465	19,3
UF de Casegas e Ourondo	920	275	11	4,0	528	57,4	117	12,7
UF de Covilhã e Canhoso	12928	8068	643	8,0	2621	20,3	2239	17,3
UF de Peso e Vales do Rio	1063	491	39	7,9	374	35,2	198	18,6



Unidades Territoriais	Clássicos (N.º)	De residência habitual (N.º)	Alojamento sobrelotado (N.º)	Alojamento sobrelotado (%)	Uso sazonal ou secundário (N.º)	Uso sazonal ou secundário (%)	Vagos (N.º)	Vagos (%)
UF de Teixoso e Sarzedo	2664	1678	119	7,1	734	27,6	252	9,5
UF de Vale Formoso e Aldeia do Souto	642	273	29	10,6	282	43,9	87	13,6
Verdelhos	722	224	30	13,4	361	50,0	137	19,0

Relativamente, à **sobrelotação**, esta entende-se como a insuficiência de divisões num espaço de habitação (uma ou mais divisões), que se apura através da relação entre a composição do agregado familiar e o número de divisões da habitação<sup>9</sup>. Encontram-se 11 ( $\geq 7,5\%$ ) freguesias com proporção de sobrelotação superior à média concelhia, destacando-se a freguesia de em Verdelhos com 13,4% dos alojamentos sobrelotados e a UF de Vale Formoso e Aldeia do Souto com uma taxa de 10,6%.

Quanto aos alojamentos **vagos**, encontram-se 11 freguesias cuja taxa é superior à média concelhia, referindo os casos mais graves, onde esta proporção atinge 21,6% em Dominguiço, 21 % em Erada e 20,7% na Aldeia de São Francisco de Assis.

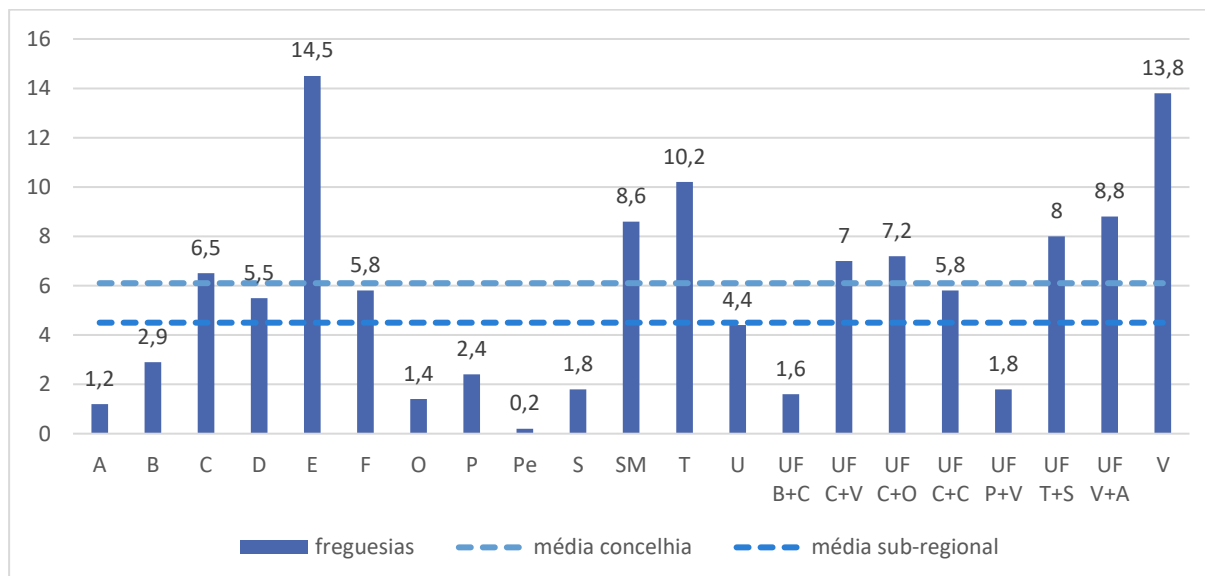
A **residência secundária** é mais frequente nas freguesias do Parque Natural da Serra da Estrela, como São Jorge da Beira (60,2), Cortes do Meio (59,1%), UF de Casegas e Ourondo (57,4%).

Para analisar as **famílias com dificuldades no acesso à habitação**, foi consultada a Estratégia Local de Habitação (ELH) da Covilhã (aprovada em abril e março de 2021), bem como, o respetivo Acordo de Colaboração (CMC e IHRU), onde estão sinalizados os agregados e pessoas que vivem em condições indignas, tendo-se identificado 150 agregados que correspondem a 344 pessoas nesta situação.

Do relatório da ELH (CMC, 2020a), foi ainda possível extrair informação relativa ao **edificado com necessidades de reparação ou degradados, desagregada por freguesia**, e cujos resultados foram compilados no **Gráfico 7**. A média concelhia (6,1%) mostra uma taxa superior à média da sub-região (4,5%), tendência que se agrava para as freguesias de Erada (14,5%), Verdelhos (13,8%), Tortosendo (10,2%) entre outras.

<sup>9</sup> A definição de “espaço de habitação sobrelotado”, de acordo com o INE: “espaço de habitação correspondente a um número de divisões que é insuficiente para a dimensão e perfil demográfico do agregado. Considera-se que o número de divisões é suficiente quanto existe uma divisão comum, uma divisão para cada casal, uma divisão para cada adulto, uma divisão para cada duas pessoas do mesmo sexo com idades entre os 12 e os 17 anos, uma divisão para cada pessoa de sexo diferente com idades entre os 12 e os 17 anos, uma divisão para cada duas pessoas com menos de 12 anos. Este conceito estatístico é usado no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR).

**Gráfico 7.** Edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (%) (Fonte: ELH, 2020a)



A - Aldeia de São Francisco de Assis; B – Boidobra; C - Cortes do Meio; D – Dominguiço; E – Erada; F – Ferro; O – Orjais; P – Paul; Pe – Peraboia; S - São Jorge da Beira; SM - Sobral de São Miguel; T – Tortosendo; U - Unhais da Serra; UF (B+C) - União das freguesias de Barco e Coutada; UF (C+V)- União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho; UF (C+O) - União das freguesias de Casegas e Ourondo; UF (C+C) - União das freguesias de Covilhã e Canhoso; UF (P+V) - União das freguesias de Peso e Vales do Rio; (UF T+S) - União das freguesias de Teixoso e Sarzedo; UF (V+A) - União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto; V -Verdelhos.

Relativamente à habitação social, considerando os dados de 2018 (INE), o município detinha 695 alojamentos de habitação social, o representa cerca de 2% dos alojamentos. De acordo com a informação proveniente da ELH, existem 14 bairros sociais dos quais constituem 719 alojamentos (Tabela 31).

**Tabela 31.** Parque habitacional do Município da Covilhã (Fonte: Documento Orientações Estratégicas – Políticas de Habitação, CMC, 2018)

Bairros	N.º alojamentos
Boidobra – Bº Quinta da Alâmpada	192
Covilhã – Bº Penedos Altos	10
Covilhã – Rua Cidade do Fundão	34
Covilhã – Bº Património/Pe. Américo	12
Covilhã Dispersas	24
Covilhã – Pré-Fabricadas	10
Covilhã – Rua 1.º de maio	36
Covilhã – Rua Mateus Fernandes/Bº Rodrigo/Bº Estação	36
Covilhã – Rua Pinhal do Gaiteiro	12



Bairros	N.º alojamentos
Teixoso – Bº das Nogueiras	135
Tortosendo – Bº do Cabeço	148
Tortosendo – Rua Boavida CB	6
Tortosendo – Rua Nova do Souto	40
Vila do Carvalho – Sítio do Pouso	24
<b>Total</b>	<b>719</b>

Quanto ao estado de ocupação, em 2018, identificam-se 44 alojamentos livres da bolsa de habitação social municipal, nas freguesias de Boidobra e de Tortosendo e nas UF de Covilhã e Canhoso, de Cantar-Galo e Vila do Carvalho e de Teixoso e Sarzedo. Dos alojamentos vagos estes são compostos essencialmente por habitações de tipologia T2 (68,2%) e de tipologia T3 (22,7%).

No **Quadro 39** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Parque Edificado e Habitação’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação

**Quadro 39.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Parque Edificado e Habitação’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Preço médio da habitação (€/m²)	672,0	828,0	23,2%	INE	4.º Trimestre de 2019 - 3.º Trimestre de 2023
Proporção de alojamentos sobrelotados (%)	23,5	9,5	-59,7%	INE	1991 - 2011
Alojamentos vagos ou de segunda habitação (n.º)	14 128,0	15 369,0	8,8%	INE	2011 - 2021
Oferta de habitação social (n.º)	-	695,0	-	INE	2018
Notas					
<p>Importa, no âmbito deste critério, assegurar e zelar pelo direito constitucional à habitação, tendo em conta, nomeadamente, as carências do parque habitacional e as disfunções do mercado imobiliário no atual contexto socioeconómico, contribuindo para o cumprimento das metas dos ODS Local, que estabelecem, para o horizonte de 2030, a redução do preço médio da habitação para 320 €/m² e da taxa de esforço (Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento) para 22,3%.</p>					

### 7.3.3 Equipamentos e Serviços Públicos

Sobre os **equipamentos e serviços públicos e de utilização coletiva** o **Quadro 40** compila a sua contabilização por tipologia e freguesia em 2022. Para os 686 equipamentos e serviços identificados no concelho verifica-se que dois terços destes pertencem às tipologias de Desporto e Lazer (30%) e de Turismo (29%), que se distribuem essencialmente em Cortes do Meio (23 desportivos; 85 turísticos), UF de Covilhã e Canhoso (51 desportivos; 75 turísticos). Estas freguesias agregam metade da oferta municipal (17% e 34%, respetivamente), tendo as restantes uma oferta equilibrada havendo sempre pelo menos 1 equipamento desportivo/lazer ou de saúde.

**Quadro 40.** Número de Equipamentos e serviços de utilização coletiva por tipologia e por freguesias da Covilhã (CMC)

Unidade Territorial	Saúde	Educação e Formação	Apoio Social	Cultura	Desporto e Lazer	Segurança e Proteção Civil	Académico e de Investigação	Turísticos	Administrativos
Concelho	80	72	23	28	204	14	1	202	62
Aldeia de São Francisco de Assis	3	2	2	1	3	1	0	0	2
UF de Barco e Coutada	2	1	1	1	7	0	0	1	3
Boidobra	2	2	1	0	17	0	0	7	2
UF de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	1	3	0	1	12	0	0	2	3
UF de Casegas e Ourondo	2	0	0	2	8	0	0	3	0
Cortes do Meio	1	2	0	1	23	1	0	84	5
UF Covilhã e Canhoso	37	32	12	4	51	7	1	75	15
Dominguizo	1	2	0	2	3	0	0	1	2
Erada	2	0	2	0	6	0	0	2	3
Ferro	2	2	1	1	6	0	0	2	3
Orjais	1	1	1	0	2	0	0	1	2
Paul	2	3	1	2	11	2	0	1	3
Peraboa	3	2	1	2	1	0	0	2	2
UF de Peso e Vales do Rio	4	3	0	3	6	0	0	0	3
São Jorge da Beira	1	1	0	1	4	0	0	0	2
Sobral de São Miguel	1	0	0	1	4	0	0	1	2
UF de Teixoso e Sarzedo	6	4	0	2	6	2	0	7	2
Tortosendo	4	6	0	2	18	1	0	2	2
Unhais da Serra	2	2	1	1	9	0	0	11	2
UF Vale Formoso e Aldeia do Souto	2	2	0	0	3	0	0	0	2
Verdelhos	1	2	0	1	4	0	0	0	2

Relativamente ao **estado de conservação** destes equipamentos, foi apenas possível encontrar informação para os equipamentos públicos desportivos, a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal 2021-2030 (PEDD 2021-30), cujos dados foram compilados no Quadro 41.

**Quadro 41.** Equipamentos desportivos por freguesia, estado de conservação e atividade (Fonte: PEDD 2021-30)

Freguesias	Equipamentos desportivos	Desativados	Mau estado
Aldeia de São Francisco de Assis	5	2	Polidesportivo (Piso em betão)
Boidobra	7	0	-----
Cortes do meio	8	1	Campo ténis (betão) (Penhas saúde)
Dominguiso	2	1	-----
Erada	4	1	-----
Ferro	5	2	-----
Orjais	1	0	-----
Paul	4	0	-----
Peraboa	4	0	-----
São Jorge da Beira	3	1	-----
Sobral de São Miguel	2	1	Polidesportivo (muito mau)
Tortosendo	9	1	Piscina (sintético)
Unhais da Serra	6	1	-----
Verdelhos	3	1	-----
Barco/Coutada	6	2	-----
Casegas/Ourondo	4	2	Polidesportivo (betão)
Cantar Galo/Vila do Carvalho	9	1	Minicampo (betão) (muito mau)
Covilhã/Canhoso	70	0	Pista (Tartan) 2 Campos Ténis (betão) APA
Peso/Vales do Rio	4	2	-----
Teixoso/Sarzedo	11	1	Minicampo (G.D. Atalaia)
Vale Formoso/Aldeia do Souto	7	1	Piscina recreativa (sintético)

Refere-se ainda a informação da Assembleia Municipal de 13 abril de 2009 que propõe a alteração da Carta Educativa e aponta a necessidade de reabilitação e reconversão das escolas:

- EB1/JI dos Penedos Altos;
- EB1/JI da Barroca Grande e EB1/JI do Paul;
- EB1/JI da Boidobra e EB1/JI do Rodrigo;
- EB1/JI do Largo da Feira;
- EB1/JI do Teixoso.

Quanto às respostas sociais, de acordo com o site oficial da Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio>), na Covilhã, em 2020, havia 2921 lugares nas várias instituições de apoio social, dos quais 35% encontram-se em estruturas residenciais para pessoas idosas, 22% em

serviço de apoio domiciliário para idosos, 21 % em centros de dia, 19% em creches, 2% em Centro de atividades e capacitação para a inclusão (deficiência) e 1% em lar residencial.

**Quadro 42.** Capacidade de respostas sociais para 2020 (Fonte: Carta Social)

Tipologia de resposta social	Número de lugares	%
Creche	553	19%
Centro de atividades e capacitação para a inclusão (deficiência)	60	2%
Lar residencial	24	1%
Centro de dia	622	21%
Estrutura residencial para pessoas idosas	1012	35%
Serviço de apoio domiciliário (idosos)	650	22%

No **Quadro 43** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Equipamentos e Serviços Públicos’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação

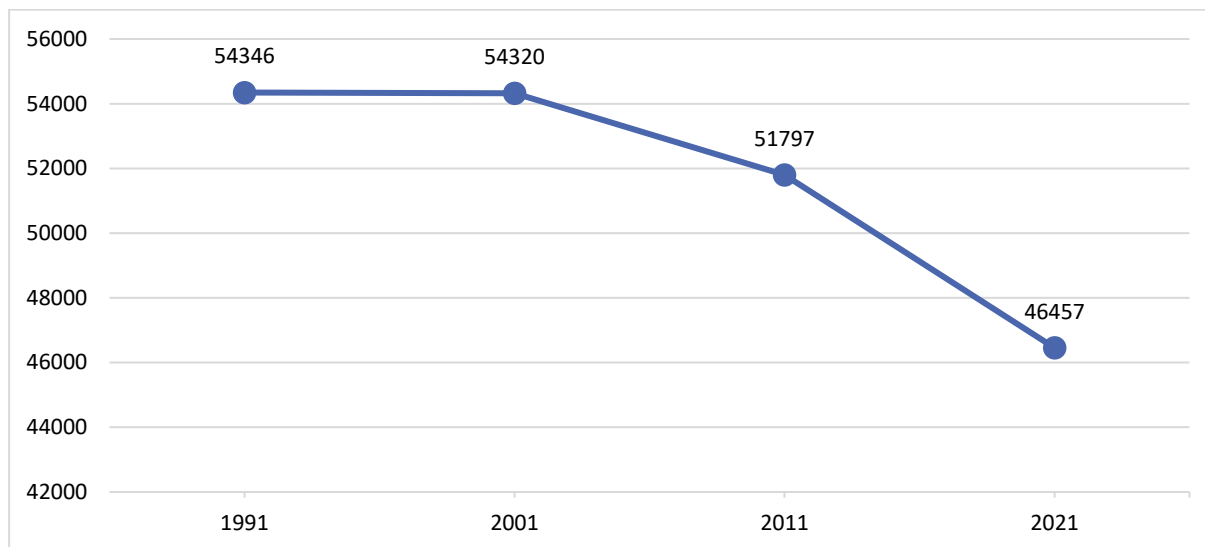
**Quadro 43.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Equipamentos e Serviços Públicos’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Equipamentos públicos por freguesia e por estado de conservação (n.º)	-	686,0	-	-	2022
Capacidade de respostas sociais (n.º de lugares)	-	2 921,0	-	Site oficial da Carta Social de Covilhã	2020
<b>Notas</b>					
Importa, no âmbito deste critério, assegurar uma cobertura adequada em termos de equipamentos públicos, com particular destaque para os associados ao setor social, promovendo, simultaneamente, a preservação do bom estado de conservação dos equipamentos existentes.					

### 7.3.4 Coesão Territorial

Conforme se verifica no **Gráfico 8**, entre 1991 e 2021, o concelho da Covilhã apresenta uma trajetória marcadamente decrescente da **população residente**, assistindo-se a uma perda total de 7889 residentes durante aquele período de 30 anos (-15% face a 1991).

**Gráfico 8.** Evolução da população residente na Covilhã (1991-2021) (Fonte: INE)



A evolução demográfica negativa registada pelo concelho da Covilhã nos 4 últimos momentos censitários não se manifesta da mesma forma por freguesia, identificando-se através da leitura da Tabela 4, um agravamento deste fenómeno mais numas freguesias do que noutras.

**Tabela 4.** Evolução da variação da população residente na Covilhã, por freguesia (1991-2021) (Fonte: INE)

FREGUESIA	1991	2021	VARIAÇÃO (%)
Aldeia de São Francisco de Assis	1396	489	-65%
Boidobra	1880	3167	+ 68%
Cortes do Meio	809	746	-8%
Dominguizo	1154	1018	-12%
Erada	963	575	-40%
Ferro	1646	1554	-6%
Orjais	980	663	-32%
Paul	1728	1363	-21%
Peraboa	1147	817	-29%
São Jorge da Beira	1063	504	-53%
Sobral de São Miguel	744	294	-60%
Tortosendo	4654	5217	+ 12%
Unhais da Serra	1539	1049	-32%
União das freguesias de Barco e Coutada	1250	723	-42%

FREGUESIA	1991	2021	VARIAÇÃO (%)
União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	5277	3212	-39%
União das freguesias de Casegas e Ourondo	1275	598	-53%
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	19017	18220	-4%
União das freguesias de Peso e Vales do Rio	1683	1256	-25%
União das freguesias de Teixoso e Sarzedo	3956	3876	-2%
União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto	1005	616	-39%
Verdelhos	833	500	-40%
<b>CONCELHO</b>	<b>53999</b>	<b>46457</b>	<b>-30%</b>

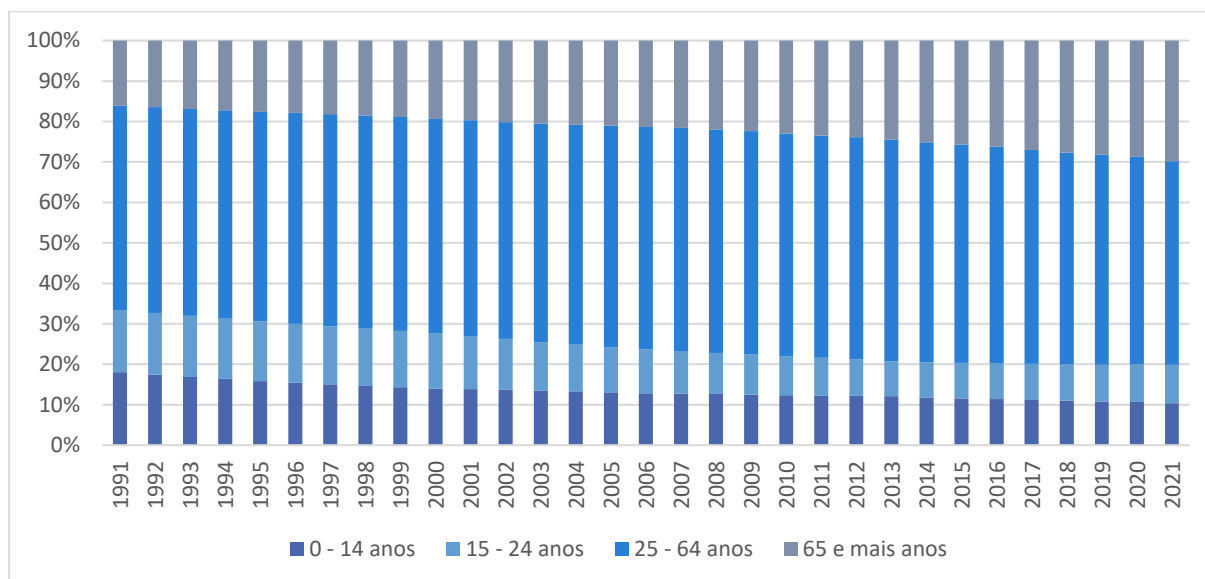
Considerando o período entre 1991 e 2021, as freguesias que apresentam perdas demográficas mais expressivas, mais de 50%, são a da Aldeia de São Francisco de Assis (-65%), Sobral de São Miguel (-60%), UF de Casegas e Ourondo (-53%), UF Melo/Nabais (-20%) e São Jorge da Beira (-53%). Houve, contudo, um aumento nas freguesias de Boidobra (+68%) e Tortosendo (+12%) que corresponde ao aumento populacional entre 1991 e 2001, tendo no último momento censitário evoluído no sentido contrário. A regressão populacional é mais grave nas freguesias mais isoladas especialmente no extremo poente do concelho, nos aglomerados serranos.

A análise da evolução da **representatividade populacional dos diferentes grupos etários (Gráfico 9)** no concelho da Covilhã, permite constatar um processo de envelhecimento demográfico, que combina os efeitos da diminuição da população jovem com o aumento do número de idosos.

Ao longo das últimas três décadas a Covilhã tem vindo, progressivamente, a perder jovens (0 a 24 anos) (-49%) assim como a população adulta ativa (25 a 64 anos) (-15%) e, por outro lado, a ganhar idosos (65 ou mais anos) (+58%).



**Gráfico 9.** Evolução da proporção da população residente, por grupo etário (1991-2021)  
(Fonte: Recenseamento e Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, INE)



Em 1991, o grupo dos jovens com menos de 15 anos representava 18% da população, enquanto em 2021 passa a corresponder a apenas 10%. A população de jovens em idade ativa (15 a 24 anos) sofre, igualmente, uma redução, passando de 15% em 1991 para 9% em 2018. Por sua vez, o grupo de indivíduos com 65 ou mais anos, que, em 1991, já detinha um peso de 16%, passa a representar 30% da população em 2021. Identificou-se ainda para o grupo etário de 25 a 64 anos o aumento de população até 2007 seguida de uma redução até 2021, mantendo, porém, uma representatividade de 51% na demografia do concelho.

Analisando a **Taxa de Repulsão Interna** para a Covilhã, no período de 2001 e 2011, verifica-se um aumento algo significativo (9,38%), contudo inferior à taxa identificada para a sub-região da Cova da Beira (Tabela 5). Por taxa de repulsão entende-se como a proporção entre a população residente, que 5 anos antes residia na unidade territorial e já não reside, e a população residente na unidade territorial.

**Tabela 5.** Taxa de repulsão interna (%) por Local de residência (Fonte: INE)

Unidade geográfica	Taxa de repulsão interna (%) por Local de residência		Variação (2001-2011)
	2001	2011	
Cova da Beira	3,5	4,02	14,86%
Covilhã	4,8	5,25	9,38%

No que se refere à **proporção de população residente por tipologia de área urbana** (INE, 2011), verifica-se que quase metade da população da Covilhã habita em áreas predominantemente urbanas, o que contraria a média da sub-região, Beiras e Serra da Estrela, que é predominantemente rural. (Tabela 6). Por outro lado, a restante população vive em áreas predominantemente rural (28%) e mediantemente urbanas (25%).

**Tabela 6.** População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Tipologia de áreas urbanas (Fonte: INE, 2011)

Unidade geográfica	Área predominantement e urbana	Área mediantemente urbana	Área predominantement e rural	Total de residentes
Beiras e Serra da Estrela	33%	21%	46%	236023
Covilhã	48%	25%	28%	51797

No **Quadro 44** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Coesão Territorial’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação

**Quadro 44.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Coesão Territorial’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Evolução da população residente no concelho (n.º)	54 346,0	46 375,0	-14,7%	INE	1991 - 2023
Taxa de repulsão na unidade territorial Covilhã (%)	4,8	5,3	9,4%	INE	2001 - 2011
Proporção de população residente em áreas predominantemente urbanas (%)	-	48,0	-	INE	2011
<b>Notas</b>					
No âmbito deste critério, merece destaque a perda populacional ao longo das últimas décadas.					
Importa, deste ponto de vista, promover políticas de maior atratividade e fixação de população no concelho, bem como correção das desigualdades territoriais existentes.					

## 7.4 FCD4 – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

O FCD4 pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades,

com destaque para as tradicionais e de base produtiva, e a dinamização económica mais ajustada às reais necessidades do Concelho, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado.

#### 7.4.1 Dinamização Económica e Emprego

Ao nível da **qualificação dos recursos humanos**, no concelho da Covilhã analisou-se a população residente por nível de escolaridade mais elevado completo dos dados censitários de 2021 (Tabela 7). Os resultados identificam que 88% dos residentes completaram algum nível de escolaridade, uma proporção relativamente baixa. Verifica-se também um grau de especialização reduzido, tendo a maioria dos residentes completado o ensino básico (50%).

**Tabela 7.** População residente por nível de escolaridade mais elevado completo (2021, INE)

Nível de escolaridade	Residentes (N.º)	Residentes (%)
Nenhum	5560	12%
Básico - 1.º ciclo	11828	25%
Básico - 2.º ciclo	4407	9%
Básico - 3.º ciclo	6983	15%
Secundário	9464	20%
Pós-secundário	400	1%
Superior	7813	17%

Foi analisada a evolução da população ativa para o período de 1981 a 2021 que se considera como a população com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada). A Tabela 8 apresenta a proporção de **população ativa pela população residente ou taxa de atividade**, tendo-se registado uma variação negativa global para o período de referência dos dados (-13%). O decréscimo da taxa de atividade decorre de uma perda recente relativa ao período de 2001 a 2021, redução de 53,8% para 47,2%, precedida de um momento anterior onde aumentou de 52,2% para 53,8%.

**Tabela 8.** Evolução da taxa de atividade (%) na Covilhã de 1960 a 2021 (PORDATA, 2021)

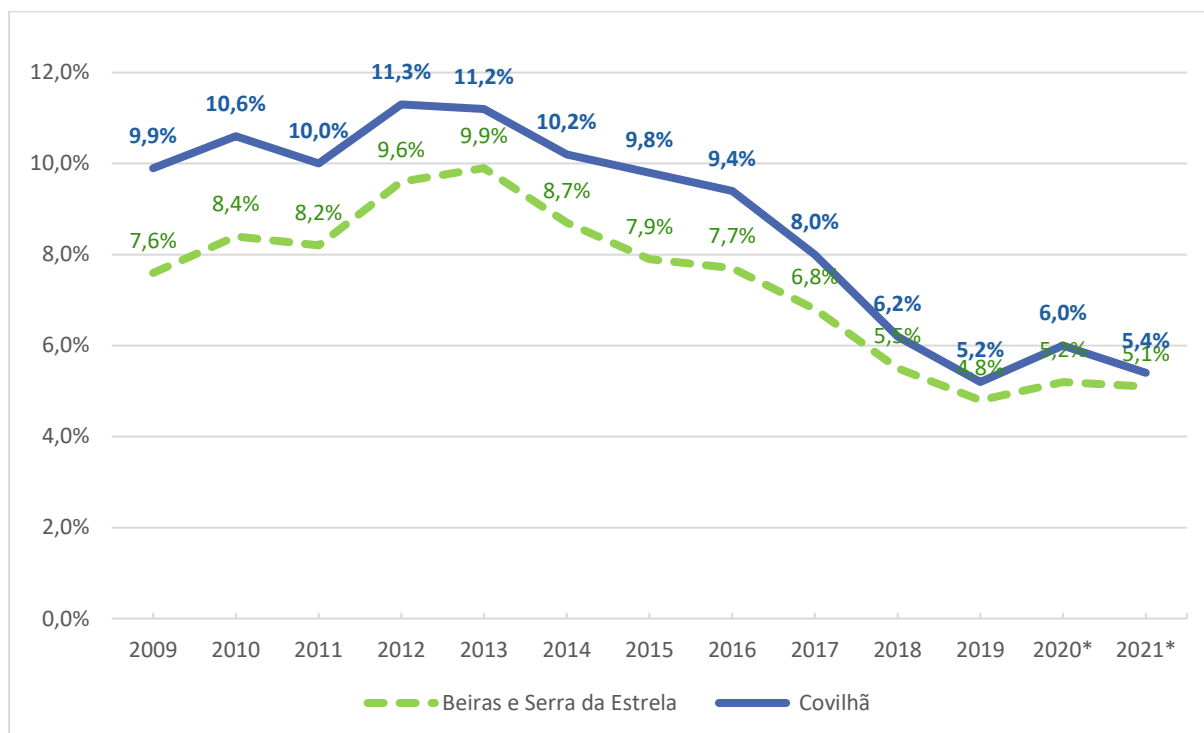
Período de referência	1981	1991	2001	2011	2021*	Variação 1981-2021
Taxa de atividade (%)	54,4	52,1	53,8	50,7	47,2	- 13%

Relativamente ao desemprego, considerando os dados censitários disponibilizados pela PORDATA sobre a taxa de desemprego e compilados na Tabela 9, regista-se uma diminuição desta proporção, na última década de referência de dados. De forma a complementar com informação mais recente, analisou-se a evolução da proporção do número de inscritos entre 2009 e 2021 (**Gráfico 10**). Esta análise vem confirmar o aumento do desemprego até 2013, tendência que se inverte nos anos seguintes, decrescendo até 2019 para 5,2% de indivíduos inscritos no centro de emprego relativamente à população residente.

**Tabela 9.** Evolução da taxa de desemprego entre 2001, 2011 e 2021 (INE, 2021)

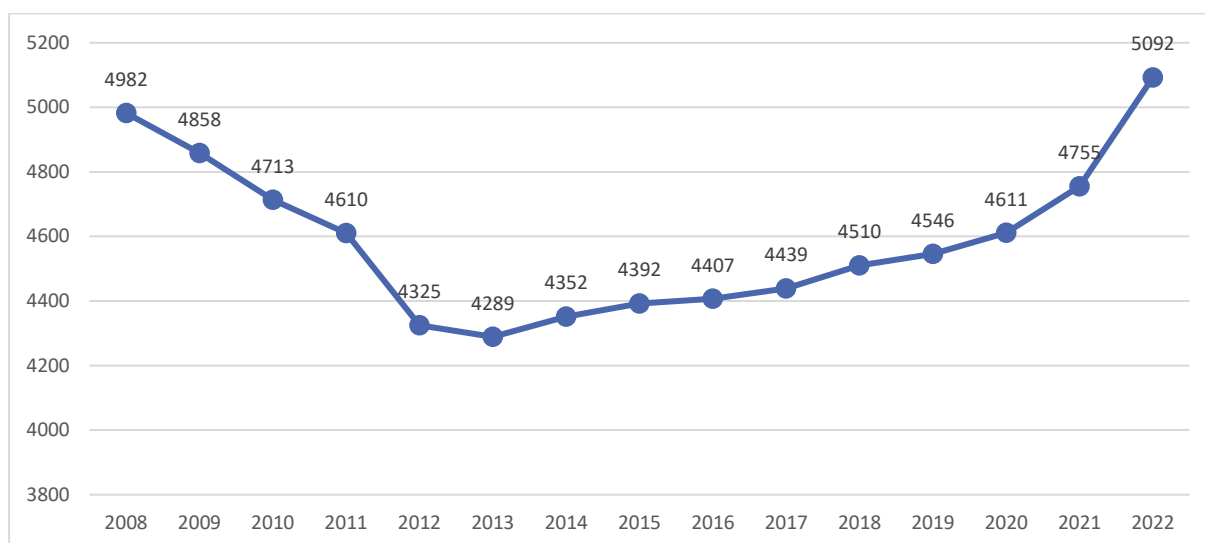
Unidade territorial	2001	2011	2021	Variação 2001-2011 (%)	Variação 2011-2021 (%)
<b>Centro</b>	5,7	10,98	6,02	+ 91,2	- 45,0
<b>Covilhã</b>	7,2	14,33	7,69	+98,6	- 46,2

**Gráfico 10.** Evolução da proporção de população residente com 15 a 64 anos inscritos no centro de desemprego (PORDATA)



A análise da dinâmica empresarial na Covilhã resultou do estudo da evolução do número de empresas sediadas no concelho, número de estabelecimentos (Empresa ou parte de uma empresa cuja atividade se localiza no concelho), volume de negócios e quantidade de pessoal ao serviço destas empresas por setor de atividade.

Regista-se para o período de 2008 a 2013, um decréscimo da quantidade de **empresas sediadas** no concelho (-14%), seguido por um aumento, menos acentuado, entre 2013 e 2020 (+8%). Após 2020, há um aumento de 10% e até superação, no número de empresas no concelho, atingindo o valor de 5092 (**Gráfico 11**). O volume de empresas no concelho é na sua maioria de pequenas e médias empresas (PME), havendo apenas 5 grandes empresas sediadas em 2022.



**Gráfico 11.** Evolução do número de empresas sediadas na Covilhã (INE, 2022)

A análise setorial da dinâmica empresarial (Tabela 10) revela a predominância do setor terciário, tanto ao nível do **volume de negócios** (55% em 2020) como na **quantidade de estabelecimentos** no concelho (80% em 2020).

A concentração da atividade económica neste setor é uma tendência que se mantém no período de referência analisado (2008 e 2020) e que depende essencialmente do comércio por grosso e a retalho, atividade que atingiu um volume de negócios em 2020 de 209 715 534€ (31% do total desse ano) e que domina 20% dos estabelecimentos empresariais da Covilhã.

O setor secundário tem também uma expressão significativa, ainda que menor, empregando 6151 pessoas em 2020 (+10% do que em 2008), tendência que tem aumentado, e que resulta da forte atividade da indústria transformadora (30% do volume de negócios em 2020), como produção de lanifícios (fabrico típico do concelho) quer na fabricação de têxteis como de vestuário.

O setor secundário tem também uma expressão significativa, ainda que menor, empregando 6151 pessoas em 2020 (+10% do que em 2008), tendência que tem aumentado, e que resulta da forte atividade da indústria transformadora (30% do volume de negócios em 2020), como produção de lanifícios (fabrico típico do concelho) quer na fabricação de têxteis como de vestuário. Considerando a evolução de 2008 a 2020 verifica-se que, enquanto se mantém a terciarização do tecido empresarial, existe um aumento da empregabilidade no setor secundário (+10%) em prejuízo do setor terciário (-9%).



Considerando a evolução de 2008 a 2020 verifica-se que, enquanto se mantém a terciarização do tecido empresarial, existe um aumento da empregabilidade no setor secundário (+10%) em prejuízo do setor terciário (-9%).

O setor primário na Covilhã resulta da atividade económica relativa à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, cuja evolução mantém uma expressão diminuta para o período dos dados, verificando-se uma ligeira redução do pessoal ao serviço (-1%) e um aumento de 3% da proporção de estabelecimentos empresariais dedicados a este setor.

**Tabela 10.** Evolução da dinâmica empresarial. Proporção do volume de negócios, pessoal ao serviço e estabelecimentos entre 2008 e 2020 por setor de atividade. (INE)

Setor de atividade	Volume negócios (%)			Pessoal ao serviço (%) das Empresas			Estabelecimentos (%)		
	2008	2020	Var. (%)	2008	2020	Var. (%)	2010	2020	Var. (%)
Primário	4%	4%	0%	5%	4%	-1%	3%	7%	3%
Secundário	44%	42%	-3%	35%	45%	10%	14%	13%	-1%
Terciário	52%	55%	3%	60%	50%	-9%	82%	80%	-2%

**Correspondência entre os setores e o Código das Atividade Económicas (CAE)**

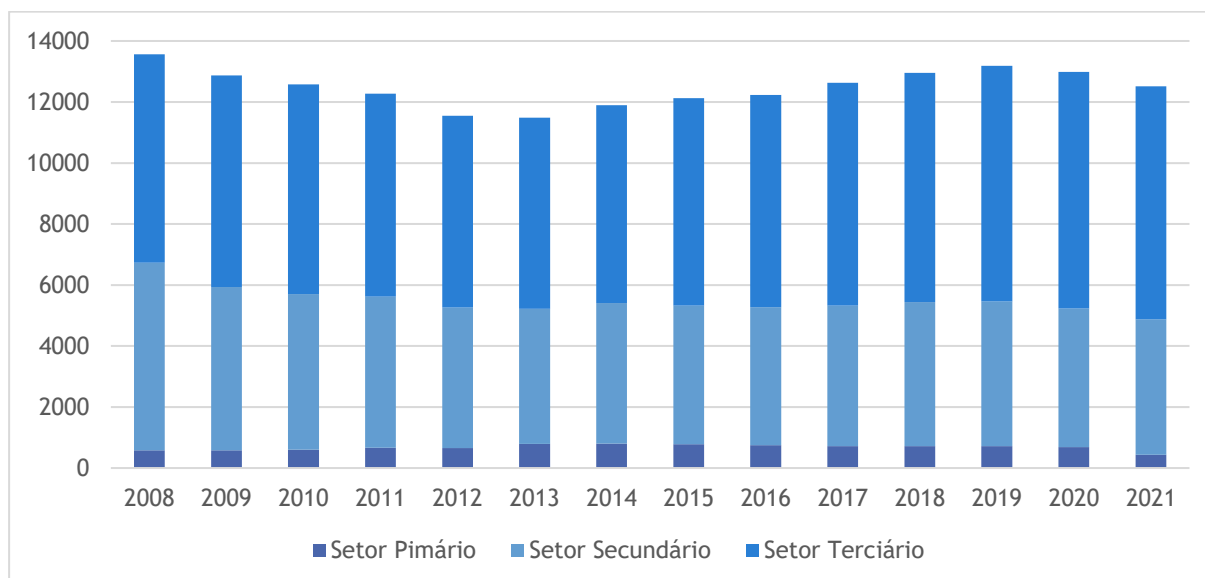
**Primário:** Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indústrias extrativas.

**Secundário:** Indústrias transformadoras; Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; Construção.

**Terciário:** Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; Transportes e armazenagem; Alojamento, restauração e similares; Atividades de informação e de comunicação; Atividades imobiliárias; Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; Atividades administrativas e dos serviços de apoio; Educação; Atividades de saúde humana e apoio social; Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; Outras atividades de serviços.

A análise desagregada da evolução do pessoal ao serviço por setor de atividade por ano (**Gráfico 12**), permite verificar que o crescimento da empregabilidade no setor secundário é uma tendência recente (desde 2016) acompanhada de um aumento da população empregada até 2019.

**Gráfico 12.** Evolução do pessoal ao serviço (N.º) de empresas por setor de atividade (INE).



O PDM em vigor qualifica 134 ha como ‘Espaços Industriais’, dos quais 84 ha estão sujeitos a plano de pormenor (PP) e regendo-se pelo respetivo regulamento. Verifica-se, porém, para os restantes espaços industriais identificados no PDM uma qualificação desadequada à ocupação existente, tendo por sua vez o Plano de Urbanização da Grande Covilhã (aprovado pelo Aviso n.º 15208/2010, de 30 de julho) procedido à sua correção e ajustes cartográfico, delimitando a ocupação industrial existente e prevendo ainda uma área de 58,1 ha a programar para a Zona Industrial de Tortosendo. Encontram-se em vigor os PP da Zona Industrial de Canhoso (Aviso n.º 11712/2012, de 3 de setembro) com área de 55 ha e o PP da Zona Industrial de Tortosendo (Revisão aprovada no Edital n.º 248/2008, de 13 de março) com 81 ha, tendo sido consideradas para efeitos da avaliação do grau de ocupação das ZI por indústria, apenas as áreas existentes (excluindo-se as sujeitas a programação). Para estas ZI verifica-se um progressivo aumento da sua ocupação, passando de 89,9% para 94,8%, que resulta numa variação positiva de 5,5% (**Tabela 11**).

**Tabela 11.** Proporção de área das ZI de Canhoso e Tortosendo ocupadas por indústria (%) (DGT, 2007, 2010, 2015, 2018)

Período de análise	Proporção de área das ZI de Canhoso e Tortosendo ocupadas por indústria (%)
2007	89,9
2010	92,5
2015	93,9
2018	94,8

Relativamente às atividades de investigação e de inovação, considera-se relevante referir a existência de parques tecnológicos e de centros de incubação de empresas sediadas no concelho, nomeadamente:

- **Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã SA (Parkurbis):** Situado na Zona Industrial de Tortosendo, é um dos parceiros da UBI e incubadora de empresas da região da Beira Interior, cujas instalações do edifício central do Parque foram inauguradas em 2005. Os principais objetivos do Parkurbis é assegurar uma ligação dinâmica entre a UBI (oferta de I&D) e o tecido empresarial (necessidades). No ano de 2015, entrou no ranking de “Top 10 University Associated Business Incubators 2015”.
- **Data Center:** É uma unidade de armazenamento e processamento de dados em funcionamento permanente da Altice Portugal situada a nascente da EN18 com cerca de 22 523 m<sup>2</sup> de área de implantação. Este centro constitui um conjunto de equipamentos informáticos e respetivos componentes associados, tais como servidores, software, equipamentos de redes e mecanismos de telecomunicações, entre outros, e que desempenham funções fulcrais no suporte empresarial. O edifício foi projetado e concebido pelo arquiteto Carrilho da Graça, sobre o antigo aeródromo da Covilhã, mantendo parte desta infraestrutura (inaugurado em 2013). O Data Center é também parceiro da UBI, colaborando na formação de novos colaboradores através de uma pós-graduação em Tecnologias de Informação para data centers.
- **UBI Medical:** Situado a poente da EN18, na proximidade da UBI e do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, trata-se de uma infraestrutura, com cerca de 2000 m<sup>2</sup> de área de implantação. A UBI Medical divide-se em duas unidades, um conjunto de laboratórios de investigação coordenados por docentes da UBI, e uma área de incubação de empresas inovadoras no domínio da saúde e de soluções tecnológicas associadas.
- **Centro de Incubação e Apoio ao Empreendedorismo da Covilhã:** Intervenção prevista no PEDU da Covilhã (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), partiu da requalificação do anterior edifício da antiga PSP, na Rua António Augusto de Aguiar, para um espaço de instalação de micro e pequenas empresas. O Centro conta com um conjunto de 6 gabinetes para empresas, 16 lugares de coworking, 2 espaços para oficinas (Makers), auditórios, um gabinete administrativo, uma sala de reuniões, um bar e zonas de convívio.

No **Quadro 45** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Dinamização Económica e Emprego’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação

**Quadro 45.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Dinamização Económica e Emprego’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Níveis de qualificação dos recursos humanos (%)	-	Nenhum: 12% Básico – 1.º ciclo: 25% Básico – 2.º ciclo: 9% Básico – 3.º ciclo: 15% Secundário: 20% Pós-Secundário: 1% Superior: 17%	-	INE	2021
Proporção de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional (%)	7,2	7,69	-46,2%	INE	2001 - 2021
Volume de negócios das empresas sediadas no concelho (n.º)	4 982,0	5 092,0	2,2%	INE	2008 - 2022
Grau de ocupação das ZI por indústria (%)	89,9	94,8	5,5%	DGT	2007 - 2018
<b>Notas</b>					
Importa, do ponto de vista deste critério, promover o desenvolvimento económico concelhio e a criação de novos empregos nas fileiras económicas estratégicas, de forma a atingir a meta de 3,2% de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional para 2030 (Meta 1.5 dos ODS Local).					

#### 7.4.2 Atividades Tradicionais e de Base Produtiva

Conforme já referido anteriormente, o setor primário tem uma presença pouco expressiva no concelho, quer ao nível da produção de valor económico como na empregabilidade, contribuindo para a desvalorização das atividades tradicionais e de base produtiva relacionadas com a agricultura e silvicultura.

No sentido de identificar os **produtos de qualidade certificada existentes no concelho**, distinguem-se os seguintes produtos agrícolas e alimentícios no **Quadro 46**. Nenhum dos produtos certificados identificados são exclusivos da Covilhã, havendo alguns mais específicos estando a produção limitada aos municípios da Cova da Beira (Maçã, Pêssego e Cereja da Cova da Beira), aos municípios limítrofes do fundão (Cereja do Fundão), à região da Serra da Estrela (Queijo, Requeijão e Borrego).

**Quadro 46.** Produtos agrícolas e géneros alimentícios certificados existentes na Covilhã (Fonte: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural)

Produtos agrícolas e géneros alimentícios	Regime de certificação	Ano da certificação
Queijo Serra da Estrela	DOP	2016
Azeites da Beira Interior (Azeite da Beira Alta, Azeite da Beira Baixa)	DOP	2016
Borrego Serra da Estrela	DOP	2016
Requeijão Serra da Estrela	DOP	2016
Cabrito da Beira	IGP	2016
Cereja da Cova da Beira	IGP	2017
Pêssego da Cova da Beira	IGP	2017
Maçã Bravo de Esmolfe	DOP	2017
Cereja do Fundão	IGP	2018
Maçã da Cova da Beira	IGP	2018
Azeitona Galega da Beira Baixa	IGP	2018

A análise da evolução do solo com uso agrícola, partiu da quantificação das áreas relativas à megaclassa de “Áreas agrícolas e agroflorestais” da Carta de Uso e Ocupação do Solo nos anos de 1995 e 2007, convertida nas megaclasses “Agricultura”, “Pastagens” e “Superfícies agroflorestais” (SAF) para os anos de 2015 e 2018, cujos dados foram compilados na **Tabela 12**. Considerando o primeiro período de referência, regista-se uma redução substancial da área de uso agrícola (-10%). No período mais recente, entre 2015 e 2018, identifica-se um decréscimo na área de “Pastagens” (-36%) e das SAF (-15%), assim como um leve aumento da classe “Agricultura”.

**Tabela 12.** Evolução da área classificada pelas megaclasses relativas ao uso agrícola para 1995, 2007, 2015, 2018

Megaclassa	Área (ha)		Variação	
	2007	1995	ha	%
Áreas agrícolas e agroflorestais	13216	14747	-1531	-10,4%
	2018	2015	ha	%
Agricultura	12555	12507	48	0,4%
Pastagens	884	1380	-496	-35,9%
Superfícies agroflorestais	74	88	-14	-15,9%

Analisando a área de uso agrícola através da classificação desagregada da COS 2018 para a megaclassa “Agricultura”, identifica-se uma dominância da ocupação de “Culturas temporárias de sequeiro e regadio” com quase metade da área agrícola, seguida de área de “Mosaicos culturais e parcelares complexos” com 20% e de “Pomares” com 13%. Esta distribuição revela o carácter heterogéneo das áreas agrícolas que corresponde a *“associações entre culturas temporárias, pastagens, culturas permanentes e áreas naturais” e “Inclui culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes, culturas temporárias ou permanentes cultivadas sob coberto florestal, áreas de mosaicos de culturas temporárias, pastagens e culturas permanentes, e paisagens em que as culturas e pastagens se encontrem misturadas com áreas naturais ou semi-naturais.”* (DGT, 2018)

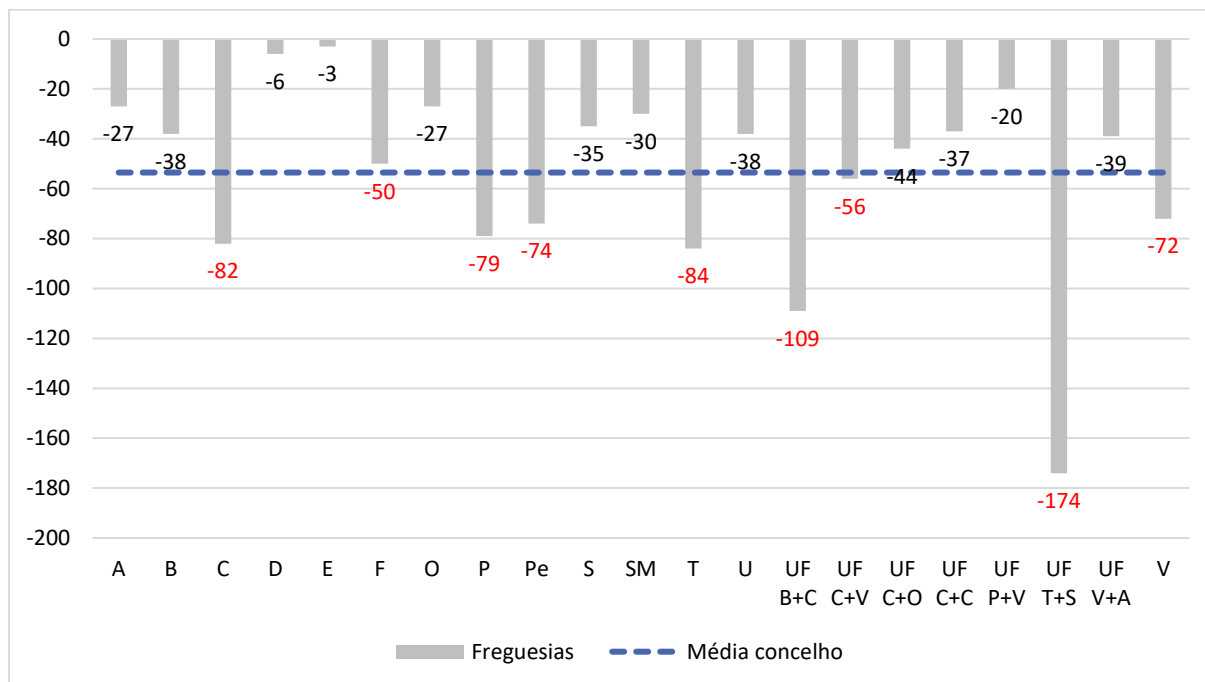
**Tabela 13.** Área de ocupação agrícola por classes de nível 4 da COS para 2018 (DGT, 2018)

Classe da COS (nível 4)	Área (ha)	Área (%)
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	6151	49%
Vinhas	437	3%
Pomares	1638	13%
Olivais	982	8%
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a pomar	7	0%
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	69	1%
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2542	20%
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	727	6%
Agricultura protegida e viveiros	2	0%

Quanto ao **número de explorações agrícolas**, o **Gráfico 13** apresenta a sua variação das últimas 3 décadas por freguesia, considerando a média concelhia. Regista-se um decréscimo generalizado por todas as unidades geográficas, num total de -1124 no concelho, com perdas significativas nas UF de Teixoso e Sarzedo e UF de Barco e Coutada.



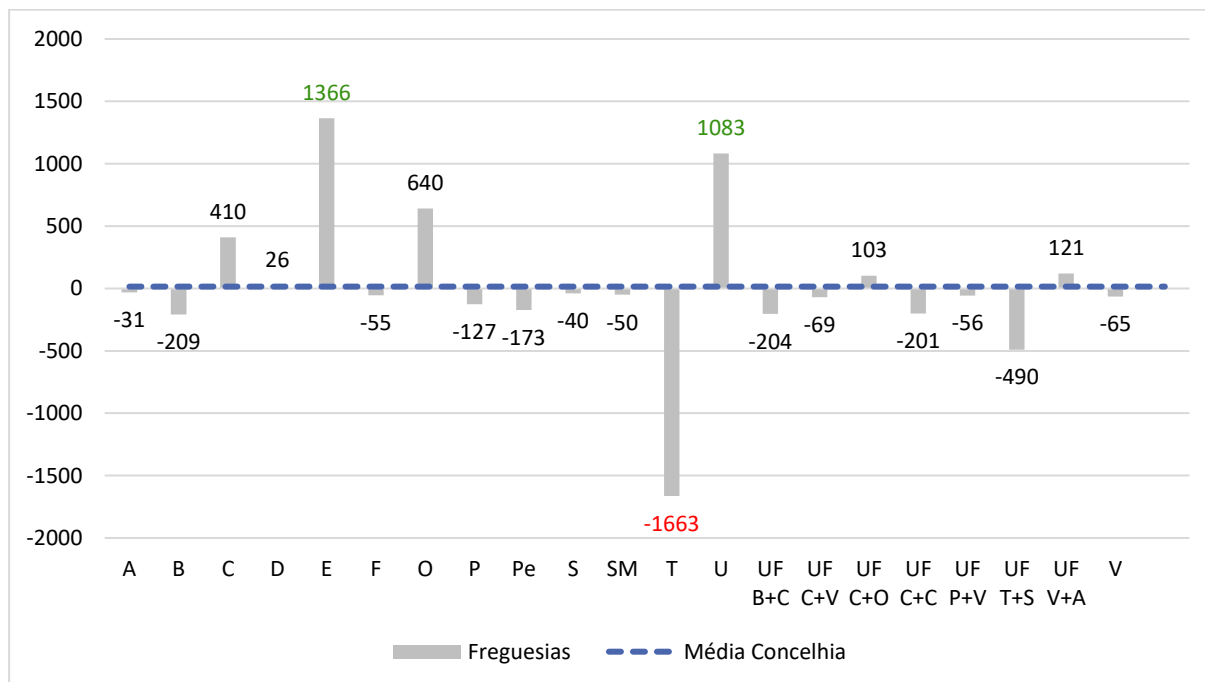
**Gráfico 13.** Variação no número de explorações agrícolas, por freguesia (1999-2019) (Fonte: INE, 2019)



A - Aldeia de São Francisco de Assis; B – Boidobra; C - Cortes do Meio; D – Dominguiço; E – Erada; F – Ferro; O – Orjais; P – Paul; Pe – Paraboa; S - São Jorge da Beira; SM - Sobral de São Miguel; T – Tortosendo; U - Unhais da Serra; UF (B+C) - União das freguesias de Barco e Coutada; UF (C+V)- União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho; UF (C+O) - União das freguesias de Casegas e Ourondo; UF (C+C) - União das freguesias de Covilhã e Canhoso; UF (P+V) - União das freguesias de Peso e Vales do Rio; (UF T+S) - União das freguesias de Teixoso e Sarzedo; UF (V+A) - União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto; V -Verdelhos.

Quanto à **superfície agrícola utilizada (SAU)**, o balanço global do concelho da variação entre 1999 e 2019 (**Gráfico 14**) é de um aumento de 315 ha, devendo-se sobretudo ao crescimento substancial da ocupação agrícola nas freguesias de Erada e Unhais da Serra, tendência que se verifica em outras freguesias ainda que com menor expressão, como Cortes do Meio, Dominguiço, Orjais, UF de Cantar-Galo e Vila do Carvalho e de Vale Formoso e Aldeia do Souto. Por outro lado, registaram-se perdas de SAU nas restantes freguesias, destacando-se a freguesia de Tortosendo onde houve uma perda de 1663 ha.

**Gráfico 14.** Variação da superfície agrícola utilizada (SAU) em ha, por freguesia (1999-2019) (Fonte: INE, 2019)



A - Aldeia de São Francisco de Assis; B – Boidobra; C - Cortes do Meio; D – Dominguiço; E – Erada; F – Ferro; O – Orjais; P – Paul; Pe – Peraboa; S - São Jorge da Beira; SM - Sobral de São Miguel; T – Tortosendo; U - Unhais da Serra; UF (B+C) - União das freguesias de Barco e Coutada; UF (C+V)- União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho; UF (C+O) - União das freguesias de Casegas e Ourondo; UF (C+C) - União das freguesias de Covilhã e Canhoso; UF (P+V) - União das freguesias de Peso e Vales do Rio; (UF T+S) - União das freguesias de Teixoso e Sarzedo; UF (V+A) - União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto; V -Verdelhos.

O fracionamento do solo rural foi aqui analisado como o número e proporção de parcelas agrícolas com área menor a 1 ha. A partir dos dados do IFAP relativamente ao emparcelamento agrícola na Covilhã encontram-se 6917 parcelas, constituindo num total de 11 618 ha de área agrícola, das quais 54% são inferiores a 1ha.

A análise da **evolução da área de uso florestal** resultou da comparação da informação da COS para os anos de 1995 e 2007, que mantiveram a estrutura da classificação de nível 1 “Florestas e meios naturais e semi-naturais” e para os anos de 2015 a 2018, já com esta classe desagregada em “Florestas”, “Matos” e “Espaços descobertos ou com pouca vegetação”. No período de referência identifica-se um aumento da área florestal contribuindo com um crescimento de 2%, fator que pode ser influenciado pela própria reclassificação da COS (p.e. desagregação da “Vegetação herbácea natural” anteriormente classificada como “Pastagens permanentes”). Quanto ao período mais recente houve um aumento da área de “Matos” de 8% e uma redução de 2% da área ocupada por “Florestas”.

**Tabela 14.** Evolução da área classificada pelas megaclasses relativas ao uso florestal para 1995, 2007, 2015, 2018

Megaclassa	Área (ha)		Variação	
	2007	1995	ha	%
Florestas e meios naturais e semi-naturais	40067	39169	+ 898	2,3%
	2018	2015	ha	%
Florestas	25928	26436	-508	-1,9%
Matos	11131	10305	826	8,0%
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	2602	2511	90	3,6%

De forma a enriquecer a análise sobre as características da ocupação florestal no concelho, foram quantificadas as áreas das classes desagregadas de ocupação florestal, nível 4, da COS mais recente (2018) conforme a Tabela 15. Verifica-se uma predominância da “Florestas de pinheiro-bravo” ocupando quase 80% da área florestal, tendência que se mantém nas cartas anteriores.

**Tabela 15.** Área de ocupação florestal por classes de nível 4 da COS para 2018 (DGT, 2018)

Classe da COS (nível 4)	Área (ha)	Área (%)
Florestas de sobreiro	25	0%
Florestas de outros carvalhos	1724	7%
Florestas de castanheiro	200	1%
Florestas de eucalipto	1143	4%
Florestas de espécies invasoras	441	2%
Florestas de outras folhosas	1884	7%
Florestas de pinheiro-bravo	20421	79%
Florestas de pinheiro manso	9	0%
Florestas de outras resinosas	80	0%

Enquanto à proporção da **área florestal sujeita a instrumentos de gestão** verifica-se que entre 2011 e 2022 a proporção se manteve no município, cerca de 25,6%. Essa área está, sobretudo, localizada na área do Parque da Serra da Estrela.

No **Quadro 47** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Atividades Tradicionais e de Base Produtiva’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação.

**Quadro 47.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Atividades Tradicionais e de Base Produtiva’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Evolução da área agrícola do concelho (ha)	13 305,9	12 533,9	-5,8%	COS	1995 - 2018
N.º de explorações agrícolas (n.º)	2 942,0	1 734,0	-41,1%	INE	1989 - 2019
Superfície agrícola utilizada (ha)	12 763,0	14 338,0	12,3%	INE	1989 - 2019
Evolução da área florestal do concelho (ha)	27 492,4	26 083,7	-5,1%	COS	1995 - 2018
<b>Notas</b>					
Face à desaceleração expressa em alguns dos indicadores associados às atividades tradicionais e de base produtiva, importa criar condições para que os atuais produtores agrícolas e silvicultores possam continuar a desenvolver essas atividades, que são vitais para o tecido económico local, mas também para a conservação de um conjunto de valores naturais que estão na base da existência de um conjunto de áreas classificadas no concelho e para a minimização dos riscos naturais (particularmente o risco de incêndio).					

### 7.4.3 Turismo

Analisados os dados disponibilizados pelo Turismo de Portugal através do Registo Nacional de Turismo (RNT) e do Sistema de Informação Geográfica do Turismo (SIGTUR), a oferta de **estabelecimentos de alojamento turístico na Covilhã** corresponde, em maio de 2024, a 40 unidades (12% da oferta disponível na sub-região Beiras e Serra da Estrela). Estes empreendimentos integram 12 unidade hoteleiras, 13 Casas de Campo, 10 Agroturismos, 2 Parques de Campismo e/ou Caravanismo, 2 Turismos de Habitação e uma Pousada. Para além destes estabelecimentos, acresce-se a oferta de alojamento local que corresponde a 260 unidades, 23% da oferta sub-regional.

O **Quadro 48** apresenta a **capacidade de alojamento por tipologia de empreendimentos turísticos** dos estabelecimentos referidos, tendo-se verificado para o concelho que o conjunto dos empreendimentos turísticos e alojamentos locais existentes possuem a capacidade para 5812 utentes.

A oferta de alojamento turístico distribui-se no território de forma heterogénea, concentrando-se na sede do concelho (13 ET + 125 AL) e nos aglomerados pertencentes ao Parque da Serra da Estrela como as freguesias de Cortes do Meio (8 ET + 73 AL) e Unhais da Serra (3 ET + 14 AL).

**Quadro 48.** Alojamentos turísticos na Covilhã (Fonte: SIGTUR, 2022)

Categoria	N.º de Estabelecimentos	N.º de Camas Fixas/Utentes (Capacidade)
<b>Agroturismo</b>	10	118
<b>Casa de Campo</b>	13	168
<b>Hotel</b>	12	1361

Categoria	N.º de Estabelecimentos	N.º de Camas Fixas/Utentes (Capacidade)
Parque de Campismo/Caravanismo	2	2457
Pousada	1	184
Turismo de Habitação	10	118
Alojamento Local	260	1406
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>5812</b>

\*Dado relativo ao N.º de campistas e/ou caravanistas (utentes)

Quanto ao número de **dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes**, recorre-se aos dados disponibilizados pelo INE sobre os estabelecimentos hoteleiros, que permitem constatar entre 2014 e 2021, o aumento da ocupação dos alojamentos turísticos quer ao nível concelhio como sub-regional, verificando-se um aumento de 67,4 da proporção de dormidas por 100 habitantes.

**Quadro 49.** N.º de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes (2014-2021)  
(Fonte: INE)

Unidade Territorial	N.º de dormidas por 100 habitantes		Variação (2021-2014)
	2021	2014	
Covilhã	464,9	414,9	50
Beiras e Serra da Estrela	302,5	235,1	67,4

Relativamente à ocupação dos alojamentos turísticos, utilizou-se o indicador de **Taxa líquida de ocupação/cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico**, que corresponde à proporção das dormidas pelas camas disponíveis no período de referência (Tabela 16). Comparativamente à sub-região, a Covilhã tem uma ocupação dos estabelecimentos turísticos superior, verificando-se, contudo, uma tendência regressiva (- 8,1%). Esta variação negativa é relativa ao período entre 2018 e 2020, tendo reduzido de uma taxa de 43% para 29%, podendo estar relacionada com os efeitos conjunturais do contexto pandémico. Contudo, no ano mais recente regista-se uma leve recuperação tendo aumentado a ocupação líquida de 29,4% para 32,5%.

**Tabela 16.** Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos de alojamento turístico. (Fonte: INE)

Unidade Geográfica	Período de Referência	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação	Total
Covilhã	2021	36,2	23	16,5	32,5
	2017	46,2	21,9	14,9	40,6
Beiras e Serra da Estrela	2021	28,8	15,3	20	23,7
	2017	34,8	16,6	18,6	27

De acordo com Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e pelo Registo Nacional dos Agentes de Viagens e Turismo (RNAVT) do Turismo de Portugal (TdP), na Covilhã existem 25 **Agentes de Animação Turística** registados e 4 Agentes de Viagens e Turismo, correspondendo a 25% e 13%, respetivamente, das entidades que operam na sub-região Beiras e Serra da Estrela.

No **Quadro 50** apresenta-se a síntese da análise de tendências relativa ao Critério de Avaliação ‘Turismo’, por indicador de avaliação, identificando-se o valor base e o valor mais recente, para o período analisado, bem como a respetiva fonte de informação.

**Quadro 50.** Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Turismo’

Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano
Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (n.º)	-	40 ET (12 unidade hoteleiras, 13 Casas de Campo, 10 Agroturismos, 2 Parques de Campismo e/ou Caravanismo, 2 Turismos de Habitação e uma Pousada) 260 AL	-	RNT	2024
Capacidade de alojamento turístico por categoria de estabelecimento (n.º de camas)	-	5812 (4406 em ET e 1406 em AL)	-		2022
Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes (n.º)	414,9	464,9	12,1%	INE	2014 - 2021
Taxa líquida de ocupação/cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (%)	40,6	32,5	-20,0%	INE	2017 - 2021
Agentes de animação turística registados (n.º)	-	25	-	RNAAT e RNAVT	2025
<b>Notas</b>					
No âmbito deste critério, importa dar conta da capacidade já instalada, do ponto de vista do alojamento turístico e das empresas a atuar no setor. O aumento de dormidas tem vindo a denotar uma cada vez maior procura deste território, embora seja de assinalar uma diminuição da taxa líquida de ocupação, aspeto que importa salientar.					

## 8. AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO E RECOMENDAÇÕES PARA O PLANO

### 8.1 Avaliação dos Efeitos Significativos da Proposta Preliminar e Recomendações para o Plano

Seguindo os pressupostos metodológicos descritos no capítulo 3, o processo da 1.ª Revisão do PDMC decorreu em paralelo com a presente AAE, incluindo uma fase intermédia da Fase B, correspondente à Subfase 1 – Pré-Avaliação das Opções Estratégicas do Plano e Recomendações, na qual, além da análise de tendências, se efetuou uma pré-avaliação das propostas de plano (que se encontrava, à data, numa fase preliminar de desenvolvimento).

Nessa fase da AAE, foram avaliados os efeitos significativos das soluções e das propostas técnicas que consubstanciavam a proposta de Revisão do PDM submetida para efeitos da 1.ª Reunião da CC, considerando as implicações ambientais e de sustentabilidade das opções tomadas, num quadro de interação horizontal entre a equipa do Plano e a equipa responsável pela AAE. Para tal, foi produzido um conjunto de quadros de avaliação de efeitos significativos, por FCD, dos quais constava a avaliação das propostas preliminares do plano, considerando a descrição dos efeitos, a sua natureza o tipo de efeito, a ocorrência e a duração, conforme se pode observar no extrato (exemplo) apresentado na **Figura 13**.



FCD1 – BIODIVERSIDADE, VALORES CULTURAIS E PAISAGÍSTICOS	FCD2 – QUALIDADE AMBIENTAL E RISCOS	FCD3 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E COESÃO TERRITORIAL	FCD4 – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO
Solos Recursos hídricos Valores naturais e paisagísticos Património cultural	Ambiente sonoro e Qualidade do ar Infraestruturas de abastecimento e saneamento básico Resíduos Energia Riscos Naturais e Industriais Alterações climáticas	Mobilitade Sistema Urbano Parque edificado e habitação Equipamento e serviços públicos Coesão territorial	Dinamização económica e emprego Atividades tradicionais e de base produtiva Turismo
<b>OE1 - Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído</b>			
Constitui uma oportunidade para melhorar a eficiência da utilização do recurso solo, numa perspetiva de maior adequação com a conservação dos valores naturais e paisagísticos, do património arquitetónico e arqueológico, e da paisagem	Constitui uma oportunidade para a melhoria da eficiência ao nível das infraestruturas territoriais, nomeadamente de abastecimento e saneamento básico.	A estruturação de um modelo territorial alicerçado nos valores económicos e recursos locais beneficia o ordenamento e coesão territorial do concelho.  A regeneração urbana, tanto contribui para a modernização e qualificação do parque habitacional, como para o reforço da vivência humana e por conseguinte, da consolidação do sistema urbano.	Através da regeneração e reabilitação urbana, poderá ser criada uma oportunidade para promover a fixação da população residente.
Uma visão centrada na reabilitação e regeneração dos territórios existentes (onde se assume, se incluem os aglomerados existentes) coloca o enfoque em áreas onde já existe, naturalmente, uma afetação dos valores naturais, podendo, desta forma, contribuir para preservar as áreas de maior valor natural e paisagístico.	Constitui uma oportunidade para a implementação de ações de mitigação, nomeadamente a melhoria da eficiência energética em edifícios pré-existent, ou aspetos como a minimização de custos e de emissões relacionadas com a recolha de resíduos.		Constitui uma oportunidade muito direta no âmbito do critério Turismo, podendo contribuir para aumentar as taxas de ocupação do alojamento turístico no concelho, bem como para captar novos investimentos no âmbito deste setor
A valorização do património construído será essencial para evitar a perda de uma parte da identidade concelhia e de alguns dos seus traços mais marcantes. Este objetivo estratégico poderá traduzir-se num aumento do conhecimento nesta matéria, mas também da capacidade de resposta (em termos de recursos humanos e económicos) aos desafios que se colocam no âmbito da conservação/recuperação e reconversão de determinados imóveis.	A regeneração dos territórios existentes poderá também passar por uma nova abordagem das infraestruturas verde e azul, contribuindo para a criação de sumidouros de carbono e dotando o Município de uma maior capacidade de resposta no âmbito da adaptação às alterações climáticas.		Importa, no entanto, acautelar eventuais riscos sobre as atividades tradicionais de base produtiva, sobretudo nos casos em que as mesmas ocorrem em áreas de interface urbano-rural que possam vir a ser influenciadas, de forma indireta, por ações de reabilitação e regeneração de maior escala.
No entanto, a reabilitação e regeneração dos territórios existentes, e a eventual "carga"	No entanto, a reabilitação e regeneração dos territórios existentes, e a eventual "carga" adicional		

**Figura 13.** Extrato (exemplo) do quadro de avaliação de efeitos significativos da proposta preliminar do Plano

Após essa avaliação preliminar dos efeitos, foi elaborado um conjunto de recomendações preliminares, cujo conteúdo foi enviado à equipa responsável pela elaboração do Plano, para ponderação e eventual alteração de aspetos concretos da proposta (de Plano). Importa referir que a equipa do Plano acolheu, na generalidade, às recomendações apresentadas nessa fase, cuja ponderação consta dos quadros seguintes.

**Quadro 51.** Acolhimento no Plano das recomendações para o FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos

FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
a. As áreas que constituem servidão ou restrição de utilidade pública devem ser objeto de medidas de proteção especial, em conformidade com o regime jurídico próprio, sendo indicados os usos e ocupações preferenciais e admissíveis para conservação e valorização dos recursos em causa, mas também as utilizações condicionadas, restringidas, interditas e suscetíveis de perturbar os seus objetivos específicos	As medidas de proteção associadas a áreas abrangidas por Servidões ou Restrições de Utilidade Pública (SRUP) encontram-se devidamente salvaguardadas nos respetivos regimes legais, os quais são integrados no Regulamento do Plano. Assim, consideram-se implicitamente definidos os usos admissíveis e as restrições aplicáveis, com vista à prossecução dos objetivos específicos que fundamentam a constituição dessas servidões e restrições, nomeadamente a proteção dos recursos em causa.  O Regulamento do Plano contempla, ainda, disposições específicas para salvaguarda de áreas de proteção funcional associadas a infraestruturas que, embora ainda não estejam abrangidas por servidões formalmente constituídas, exigem medidas preventivas é o caso, por exemplo, das normas que asseguram a delimitação de zonas de proteção em torno de captações de água destinadas ao abastecimento público.

FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
b. Garantir um ajuste do modelo de ordenamento/conformidade com as disposições que decorrem do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (cujo Programa que o irá substituir se encontra em fase de elaboração) e do Regime Jurídico da Rede Natura 2000, bem como dos Planos de Gestão da ZEC Serra da Estrela (tendo em conta a versão que foi disponibilizada no âmbito do processo de consulta dirigida ou outra que possa ser recolhida junto do ICNF) e da ZEC Complexo do Açor (sujeita a Discussão Pública entre os dias 01 e 28 de março de 2024)	<p>As orientações normativas que decorrem destes instrumentos de gestão territorial foram integradas no regulamento do Plano, estando igualmente representadas em algumas das peças desenhadas que integram o conteúdo documental do Plano.</p> <p>Os usos e atividades permitidos nas diferentes categorias de solo, bem como os regimes a elas associados foram articulados com as normas previstas para estas áreas de salvaguarda. No entanto, foram identificadas algumas situações de incompatibilidade com as disposições do POPNSE (Capítulo 4 do Relatório), o que implicará a necessidade de tramitação de um procedimento de ratificação do PDMC.</p>
c. Considerar, paralelamente, o disposto no Plano Estratégico do Geopark Estrela 2018-2022, nomeadamente ao nível dos vetores estratégicos, áreas de atuação e plano de ação (entre outros)	<p>A abordagem desenvolvida na proposta de Plano destaca a relevância dos 25 geossítios integrados no Estrela Geopark, localizados no concelho da Covilhã.</p> <p>Atendendo à importância destas áreas, associadas a fenómenos geológicos ou ocorrências de reconhecido valor científico, o Regulamento do Plano contempla um conjunto de disposições destinadas a salvaguardar a manutenção da sua integridade. Para tal, são identificados os atos e atividades sujeitos a condicionamento e/ou interdição, com vista a assegurar a respetiva preservação e valorização.</p> <p>Os geossítios existentes no concelho da Covilhã encontram-se representados na Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural.</p>
d. Articulação do PDM com os instrumentos de ordenamento florestal (PROF Centro Interior) e com os instrumentos (existentes e futuros) de defesa e gestão integrada da floresta, numa lógica de compatibilização entre as práticas silvícolas e de gestão, o desenvolvimento económico e a conservação dos valores naturais. No âmbito do PROF Centro Interior, destacam-se os objetivos gerais estabelecidos para as Sub-Regiões Homogéneas da Estrela (zona norte do concelho), da Torre (zona noroeste do concelho), da Cova da Beira (zona sudoeste do concelho) e da Raia Norte (zona sudeste do concelho), bem como as normas a seguir nos corredores ecológicos coincidentes com linhas de água (conforme se trate de linhas de água permanentes ou torrenciais/temporárias), em função das distâncias ao leito: preservação de tipos de habitat protegidos, utilização de espécies autóctones nas ações de (re) arborização e não realização de mobilizações do solo mecânicas que alterem o perfil da margem	<p>O Plano assegura a salvaguarda das disposições decorrentes do PROF-CI, designadamente no que respeita às ações florestais, estabelecendo-se expressamente no Regulamento que “qualquer ação florestal a realizar em solo rústico deve enquadrar-se nas normas aplicáveis do PROF-CI”.</p> <p>A identificação integral das orientações e determinações do PROF-CI com incidência no concelho da Covilhã encontra-se vertida em Anexo do Regulamento, sendo igualmente salvaguardada a aplicação das condicionantes e/ou restrições definidas por outros regimes legais de proteção, bem como os princípios gerais de ordenamento definidos para cada categoria de qualificação do uso do solo.</p> <p>Desta forma, garante-se a conformidade com os modelos gerais de silvicultura, de gestão florestal e de organização territorial estabelecidos pelo PROF-CI, assim como com as normas específicas e as espécies a privilegiar em cada uma das Sub-Regiões Homogéneas (SRH) com incidência no território municipal, como é o caso da Torre, SRH.</p> <p>Complementarmente, o Regulamento do Plano integra, ainda, um conjunto de normas específicas para os corredores ecológicos associados às linhas de água, em conformidade com o estabelecido no PROF-CI, correspondendo a uma das componentes que integra a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) no seu nível Fundamental.</p>
e. Regularizar as ações de arborização e rearborização, incluindo as de área inferior a 0,5 ha, garantindo o seu enquadramento no RJAAR, nos termos legalmente aplicáveis, nomeadamente quanto à verificação das condições de povoamento florestal e dos procedimentos exigíveis	<p>O RJAAR, nos termos dos artigos 2.º, 3.º e 3.º-A, aplica-se a todas as ações de arborização e rearborização, independentemente da área intervencionada, salvo as exceções previstas legalmente. A definição de “povoamento florestal”, prevista na alínea b) do artigo 3.º, estabelece os limiares técnicos (<math>\geq 0,5</math> ha e <math>\geq 20</math> m de largura), que determinam a exigibilidade ou dispensa de autorização ou comunicação prévia. Assim, ações com área inferior a 0,5 ha podem estar dispensadas de procedimento administrativo, mas mantêm-se sujeitas ao regime substantivo do RJAAR e à legislação florestal e ambiental em vigor. Neste contexto, a proposta de Plano assegura o enquadramento legal e técnico de todas as ações de arborização e rearborização, incluindo as realizadas em áreas inferiores a 0,5 ha, obrigando ao cumprimento das normas aplicáveis do PROF-CI, as quais foram integradas no Regulamento do Plano.</p>

FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
<p>f. Atenuar as pressões sobre as massas de água do concelho, propondo medidas e ações específicas que visem a diminuição das cargas poluentes identificadas no PGRH, nomeadamente</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Pressão difusa relacionada com os setores agrícola e/ou pecuário (Rio Zêzere, Ribeiro das Pedras);</li> <li>ii. Pressão difusa relacionada com o setor mineiro (Rio Zêzere);</li> <li>iii. Pressões pontuais relacionadas com descarga de águas residuais urbanas (Rio Zêzere, Ribeira do Paul, Ribeiro das Pedras, Ribeira do Moinho);</li> <li>iv. Pressões pontuais relacionadas com o setor mineiro (Ribeira das Casinhas).</li> </ul>	<p>A proposta de Plano assume como prioritária a supressão das carências diagnosticadas em matéria de infraestruturas urbanas, em particular as que resultam da ausência de rede de drenagem de águas residuais em algumas áreas urbanas sujeitas a programação.</p> <p>Este conjunto de ações encontra-se devidamente inscrito no Programa de Execução e Plano de Financiamento (PEPF) e será, posteriormente, integrado nos planos de atividades e orçamentos municipais.</p> <p>No Regulamento, é igualmente assumida a integração de disposições que visam a salvaguarda dos recursos hídricos, sendo exigido, ao nível do solo rústico, como requisito imperativo para a viabilização da edificação, a adoção de soluções técnicas individuais comprovadamente eficazes e ambientalmente sustentáveis sempre que não existam redes públicas de infraestruturas ou outros sistemas públicos que assegurem função equivalente.</p>
<p>g. Estabelecer regras para a salvaguarda dos cursos de água existentes (com destaque para o corredor ribeirinho do Zêzere), devendo ser dada particular atenção à preservação dos leitos e margens das linhas de água, de modo a contrariar a artificialização e ocupação das mesmas, nomeadamente nas áreas urbanas, devendo as linhas de água ser mantidas, preferencialmente, sem artificialização e integradas nos espaços verdes</p>	<p>As normas associadas à salvaguarda dos cursos de água existentes encontram-se integradas, de forma generalizada, no Regulamento do Plano, no qual se assume que, nas ações de manutenção e outras intervenções a executar nos leitos e margens das linhas de água, deve ser promovida a conservação e o restauro das galerias ripícolas, assegurando o cumprimento de um conjunto de condições.</p> <p>Salienta-se, ainda, que a REN faz parte integrante da Estrutura Ecológica Fundamental (EEF), e que os elementos da rede hidrográfica não integrados na REN fazem parte da Estrutura Ecológica Complementar (EEC), sendo estas componentes agregadas à EEM. Assim, para além do disposto em regimes jurídicos específicos, as normas com incidência na EEM privilegiam ações e determinam interdições que visam a valorização ambiental, ecológica, biofísica e paisagística desta estrutura.</p> <p>Complementarmente, no PEPF são previstas ações de recuperação dos corredores ecológicos da Ribeira da Carpinteira (ação P.01) e da Ribeira da Goldra (ação P.02), na cidade da Covilhã.</p>
<p>h. Em sede de regulamento, salvaguardar que, na eventual omissão de linhas de água na representação gráfica constante na Planta de Condicionantes, se aplica às mesmas todas as disposições referentes à servidão administrativa do domínio público hídrico</p>	<p>No Regulamento do Plano é estabelecida uma norma sobre os recursos hídricos, onde se determina que a condicionante legal é aplicável às linhas de água encontradas no local, no caso de desfazamentos entre a representação constante da Planta de Condicionantes.</p>
<p>i. Dada a sensibilidade de algumas áreas/massas de água do concelho, deve ser salvaguardado no Regulamento a condição de que a água destinada a consumo humano terá de ter origem na rede pública de abastecimento da água, conforme previsto no n.º 3 do Artigo 42.º do DL n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua atual redação</p>	<p>O Regulamento do Plano não assume, de forma expressa, que a água destinada a consumo humano tenha obrigatoriamente origem na rede pública de abastecimento de água.</p> <p>Entende-se que tal disposição não é determinante para a salvaguarda da água para consumo humano, uma vez que o âmbito da aplicação do regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano (DL n.º 69/2003, de 21 de agosto) estabelece as condições que devem ser observadas nos sistemas de abastecimento particulares que sirvam menos de 50 pessoas ou que sejam objeto de consumos inferiores a 10 m³ por dia.</p> <p>De salientar que estes sistemas de abastecimento particulares podem ocorrer, previsivelmente, em situações excecionais associadas à edificação isolada em solo rústico e também nas áreas de edificação dispersa, o que é permitido pelo DR n.º 15/2015, de 19 de agosto, uma vez que, nesta categoria do solo rústico, é possível recorrer a soluções adequadas às suas características.</p>

FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
j. Acautelar os objetivos de qualidade fixados para as zonas protegidas definidas ao abrigo da Lei da Água: captações de água para consumo humano; proteção de espécies aquáticas de interesse económico; águas de recreio, incluindo zonas balneares; zonas vulneráveis e zonas sensíveis; zonas designadas para a proteção de habitats e fauna e flora selvagens; áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	<p>A proposta de Plano é enquadrada por um Quadro Estratégico de Referência que integra um conjunto de diretrizes e orientações estratégicas, algumas das quais enquadradas em instrumentos de política de ordenamento do território de âmbitos distintos. Entre estes, incluem-se alguns instrumentos relacionados os recursos hídricos, nomeadamente o Plano Nacional da Água, o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030), o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (PGRH - RH4), o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH RH5) e o Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato (POACV).</p> <p>Genericamente, as orientações que vinculam os particulares foram devidamente consideradas e integradas no Regulamento do Plano, sendo disso exemplo as disposições constantes do POACV.</p> <p>De salientar, igualmente, as salvaguardas estabelecidas em torno das captações de água para consumo humano, sendo para o efeito consideradas as restrições associadas aos perímetros de proteção legalmente constituídos, tendo sido definido, em sede de Regulamento do Plano, um conjunto de medidas que visam a salvaguarda das captações de água sobre as quais ainda não se verifica a existência de perímetros de proteção publicados.</p>
k. Nas diversas categorias do Solo Rústico, deverão ser estabelecidos índices máximos de ocupação do solo (em função da área total do terreno/parcela), aplicáveis nomeadamente, a construções de apoio às atividades do setor florestal, a estufas e instalações pecuárias, entre outros	<p>O Regulamento do Plano estabelece os regimes de edificabilidade a observar nas diversas categorias e subcategorias do solo rústico, garantindo, deste modo, o controlo da carga edificatória admissível.</p> <p>No caso de instalações e edifícios de apoio às atividades agrícolas, pecuárias, florestais e silvopastoris, bem como de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços diretamente ligados àquelas atividades, é definido um conjunto de normas relativas aos seguintes parâmetros:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Altura da fachada (AF) máxima;</li> <li>Número de pisos;</li> <li>Índice de impermeabilização do solo (IIS) máximo; e</li> <li>Área de implantação máxima.</li> </ol>
l. Deverá assegurar-se que as novas construções respeitem os padrões de qualidade arquitetónica, e que, em áreas de elevado valor paisagístico, respeitem os padrões tradicionais. Neste âmbito, as construções de uso habitacional e de apoio à atividade agrícola, bem como as afeitas a aproveitamento turístico, deverão ser objeto de integração paisagística, tendo como objetivo promover uma relação harmoniosa das mesmas com a envolvente	<p>Em sede de Regulamento, são estabelecidas normas que asseguram que, no âmbito do controlo prévio de qualquer operação urbanística, é garantida a adequada inserção urbanística e paisagística, em artigo próprio. Assume-se, assim, a necessidade de adequação das edificações às morfotipologias e características do ambiente construído na envolvente, nomeadamente no que concerne à escala, proporção e organização volumétrica.</p>
m. Antecipar e acautelar a expectável pressão que poderá vir a surgir no futuro, relacionada com eventuais intenções futuras de implantação de novas áreas de produção de energia renovável ou novas áreas de prospeção, pesquisa ou exploração de recursos geológicos	<p>A proposta de Plano consagra, em sede de Regulamento, a possibilidade de exploração de recursos energéticos renováveis, em artigo próprio, admitindo-se, como uso compatível, a prospeção, pesquisa e exploração de massas e depósitos minerais em todas as categorias e subcategorias de solo rústico, com exceção dos espaços agrícolas de conservação, espaços florestais de proteção, espaços naturais e paisagísticos, aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa, sem prejuízo do disposto nos regimes das SRUP e outras condicionantes previstas na lei.</p> <p>No Regulamento do Plano é igualmente salvaguardada a limitação à instalação de infraestruturas e equipamentos de produção de energia renovável, não sendo admitidas ocupações territoriais contínuas em áreas superiores a 5 hectares, devendo os espaços de descontinuidade apresentar uma largura superior a 20 metros.</p> <p>O modelo de ordenamento proposto contempla, ainda, a qualificação de solos como “Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos”, permitindo a instalação de atividades associadas à prospeção, pesquisa e exploração de depósitos minerais, massas minerais e recursos hidrogeológicos e geotérmicos.</p>



FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
n. Assumir a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) enquanto instrumento essencial do desenvolvimento sustentável do território concelhio, incluindo os sistemas que garantem, de forma mais significativa, a prestação dos serviços de ecossistemas. Na delimitação da EEM deverá promover-se um desenho orgânico e pouco retalhado, tendo por base os “links” da infraestrutura verde e azul, dando particular importância às zonas de interface entre o meio urbano e rural, promovendo também uma maior interligação das “ilhas” ou enclaves de verde no meio urbano, reforçando também, desta forma, a continuidade da EEM em contexto urbano	<p>A EEM da Covilhã é entendida como um sistema territorial estruturante, assumindo como princípio fundamental a preservação e salvaguarda de áreas essenciais e de recursos naturais indispensáveis à sustentabilidade ambiental do concelho. Para o efeito, integra os usos possíveis em espaço natural, bem como o suporte de atividades complementares em espaço rural e urbano.</p> <p>No âmbito da delimitação da EEM, foram assumidos como objetivos primordiais: a promoção da biodiversidade, através da proteção de tipos de habitat prioritários e da requalificação de ecossistemas degradados; a promoção da conectividade entre os tipos de habitat, através dos corredores ecológicos, que viabilizam a instalação da flora, a circulação/fluxos de fauna, a par da prestação de serviços de ecossistemas; e o fomento da multifuncionalidade destas áreas, promovendo o equilíbrio entre os espaços naturais e urbanos, bem como entre as áreas de recreio e lazer e as áreas de conservação da biodiversidade.</p> <p>Na delimitação da EEM foram considerados como elementos determinantes os corredores ecológicos principais e secundários, salvaguardando-se, assim, os corredores associados às principais linhas de água e aos corredores ecológicos estabelecidos pelo PROF-CI.</p> <p>A EEM integra, ainda, áreas nucleares com valores e elementos naturais de relevo, incluindo as existentes no interior das áreas urbanas, considerados fundamentais para o equilíbrio ecológico, a proteção ambiental e a fruição humana. Na sua globalidade, estas áreas que integram a Estrutura Ecológica Municipal, promovem uma leitura de continuidade com as diversas componentes da EEF e da EEC com a EEU.</p>
o. Qualificar as áreas de reconhecido interesse natural e paisagístico do concelho como “Espaços Naturais e Paisagísticos” (artigo 21.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto), sendo particularmente importante o estabelecimento de normas regulamentares que permitam a preservação dos valores naturais e paisagísticos, nomeadamente das áreas que não se encontrem sujeitas, legalmente, a regimes de salvaguarda específicos	<p>O modelo de ordenamento proposto qualifica determinados solos como Espaços Naturais e Paisagísticos, onde se incluem as áreas de maior valor natural e as zonas sujeitas a regimes de salvaguarda mais exigentes, nomeadamente as áreas classificadas que integram a Rede Natura ou o PNSE, bem como as áreas de reconhecido interesse natural e paisagístico com função ecológica relevante, desde que o seu uso dominante não seja agrícola, florestal ou de exploração de recursos geológicos ou energéticos.</p> <p>Devido à sua natureza, estes solos estão sujeitos a várias interdições gerais, bem como a restrições decorrentes dos regimes de salvaguarda e proteção associados ao PNSE. No entanto, são permitidos alguns usos e atividades, embora a título excecional.</p> <p>No Regulamento do Plano, estabelece-se, ainda, que, em quaisquer obras de edificação, deve ser garantido um tratamento paisagístico adequado, visando o enquadramento e valorização paisagística, a estabilização das terras, a redução dos impactos visuais negativos, a qualificação dos espaços envolventes e a preservação do coberto vegetal e da arborização existente nas áreas adjacentes.</p>
p. As disposições regulamentares do PDM (nomeadamente as relativas aos “Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos” ou “Espaços Destinados a Equipamentos, Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações”) deverão permitir a manutenção dos processos biofísicos que suportam os recursos e valores naturais, bem como a prevenção dos riscos, identificados pelos sistemas da REN	<p>De uma forma geral, a edificação em solo rústico assume caráter excecional, sendo permitida apenas quando indispensável às ocupações ou atividades dominantes.</p> <p>Relativamente aos usos e atividades permitidos e os regimes associados às diversas categorias e subcategorias do solo rústico, as normas estabelecidas no Regulamento do Plano garantem a preservação dos valores naturais e paisagísticos em presença, especialmente nas áreas sujeitas a regimes de salvaguarda ou proteção legal. Esta salvaguarda é reforçada pela aplicação de específicos, nomeadamente os da Rede Natura 2000, da REN e do POPNSE, cujas disposições estão integradas no Regulamento do PDM.</p> <p>Complementarmente, no PEPF é prevista uma ação que visa a recuperação ambiental de áreas de exploração mineira (ação P.04)</p>
q. Nas áreas referidas no ponto anterior, deverão ser a preservadas as estruturas da paisagem, os vales abertos e encaixados com elevada qualidade visual, as turfeiras, os lameiros e outras áreas de pastagem, as áreas de cultura em socos, as galerias ripícolas, entre outros	(ver ponderação do ponto anterior)

FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
r. Promover uma maior preocupação com a incorporação da infraestrutura verde e de outras soluções de construção sustentável nas obras de urbanização e edificação, através da criação de normas regulamentares específicas e da sua futura inclusão nas intervenções a promover pelo Município e no desenvolvimento de cadernos de encargos destinados à aquisição de projetos de especialidades	<p>A incorporação da infraestrutura verde em contexto urbano é salvaguardada no Plano, estando, inclusivamente, previstas duas subcategorias de solo — Espaços Verdes de Enquadramento e Espaços Verdes de Utilização Coletiva — que integram áreas e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos lugares. Estes espaços desempenham funções essenciais no equilíbrio ecológico e na qualificação ambiental e paisagística do sistema urbano, podendo associar-se a usos de recreio e estada ou assumir uma função meramente de enquadramento.</p> <p>Esta abordagem é também refletida no PEPF, onde são integradas ações destinadas à requalificação e reabilitação da estrutura verde, nomeadamente em algumas UOPG. Destacam-se, neste âmbito, a UOPG 3 (São João), para a qual se prevê a criação de um espaço verde de utilização coletiva que assegure a ligação entre a zona alta e a zona baixa da cidade da Covilhã, e a UOPG 7 (Parque), onde se propõe a instalação de um Parque Urbano através da criação de espaços verdes de utilização coletiva e equipamentos de apoio vocacionados para funções de recreio e lazer, em articulação com os equipamentos existentes no Complexo Desportivo da Covilhã. Adicionalmente, encontra-se também prevista a ampliação de dois parques verdes no concelho, designadamente o Parque Duppington, em Boidobra, e o Parque Verde do Paul.</p> <p>Em sede regulamentar, são ainda previstas normas que promovem a adoção de soluções de construção sustentáveis, no quadro das disposições relacionadas com a adaptação e mitigação das alterações climáticas.</p> <p>As questões relativas à elaboração de cadernos de encargos para aquisição de projetos de especialidades extravasam o âmbito do Plano. No entanto, devem ser devidamente acauteladas aquando da definição dos termos de referência para a elaboração dos respetivos projetos.</p>
s. A regulamentação dos usos permitidos nos Espaços Verdes deverá incluir disposições específicas relativas à preservação das galerias ripícolas, preservação da topografia existente, preservação das árvores de grande porte em bom estado fitossanitário, promoção da flora autóctone, implementação de pavimentos permeáveis ou semipermeáveis, promoção de zonas de retenção e infiltração de água, entre outras	<p>As normas relativas à salvaguarda das galerias ripícolas estão consagradas no Regulamento do Plano, enquadradas nas disposições gerais aplicáveis ao solo rústico e ao solo urbano, onde se integra a categoria de Espaços Verdes, desagregada em duas subcategorias — Espaços Verdes de Enquadramento e espaços Verdes de Utilização Coletiva.</p> <p>São igualmente previstas, em sede de Regulamento, normas que promovem a utilização de materiais permeáveis, a redução da impermeabilização dos solos e a preservação da topografia existente, com especial incidência em áreas de solo rústico.</p> <p>As questões relacionadas com a proteção da floresta autóctone e adoção de soluções que privilegiem a utilização de espécies nativas estão também asseguradas no Regulamento do Plano.</p> <p>Como medidas de adaptação e resiliência a fenómenos meteorológicos extremos o Regulamento do Plano prevê, ainda, a criação de bacias de retenção e a modelação do terreno de forma a favorecer a infiltração de águas pluviais, nomeadamente em novos espaços verdes.</p>
t. Ponderar, ao nível do regime aplicável aos arruamentos públicos, o estabelecimento de parâmetros desejáveis relativos à arborização, à largura mínima aconselhada para caldeiras/trincheiras de plantação/faixas centrais e para faixas marginais de enquadramento à rede viária, tendo em vista o melhor enquadramento paisagístico, a melhoria da qualidade do ar e um maior conforto bioclimático	<p>O Regulamento do Plano prevê que, na construção de novas vias e nas intervenções de reordenamento ou requalificação de vias existentes, devem ser observadas as características e parâmetros técnicos constantes no Documento Normativo do Instituto de Mobilidade e dos Transportes (IMT) e em Regulamento Municipal próprio, sendo que, na área de intervenção do PNSE, os projetos de abertura, ampliação o beneficiação de acessos viários devem incluir um projeto de integração paisagística, um estudo geotérmico e a inventariação dos valores naturais afetados com a execução dos trabalhos.</p>
u. Promover ações e medidas de reabilitação e renaturalização fluvial, seja enquanto ações autónomas, ou enquanto parte integrante das propostas/projetos de criação de percursos pedestres e infraestruturas de recreio e lazer associadas a zonas ribeirinhas	<p>A proposta do Plano salvaguarda que as ações de manutenção e outras intervenções a realizar nos leitos e margens das linhas de água devem promover a conservação e o restauro das galerias ripícolas.</p> <p>Complementarmente, estão previstas propostas orientadas para a criação de percursos pedestres e infraestruturas de recreio e lazer, integradas em UOPG, bem como ações inscritas no PEPF que visam a recuperação dos corredores ecológicos da Ribeira da Carpinteira (ação P.01) e da Ribeira da Goldra (ação P.02), na cidade da Covilhã.</p>

FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
v. Garantir a elaboração de carta(s) temática(s) do património, com identificação do património urbanístico e arquitetónico (ex.: áreas de interesse urbanístico/arquitetónico, núcleos e lugares, conjuntos e imóveis de valor patrimonial), património natural (ex.: árvores e arvoredo de interesse público, património geológico e geomorfológico) e património arqueológico, incluindo a representação das respetivas áreas de salvaguarda/zonas de proteção/zonas <i>non aedificandi</i>	<p>Os elementos que integram o sistema patrimonial existente encontram-se devidamente representados nas Plantas de Ordenamento e/ou de Condicionantes, constando igualmente a sua identificação noutros elementos que integram o conteúdo documental do Plano, designadamente no Regulamento, onde se definem os regimes de salvaguarda a observar, em função das diversas tipologias e regimes de classificação, e no Relatório.</p> <p>Complementarmente, no PEPF é prevista uma ação que consiste no levantamento, inventariação e classificação do património natural e arqueológico do concelho (ação P.03).</p>
w. Propor ações de reabilitação, conservação e valorização do património cultural (nomeadamente em imóveis municipais) e reavaliar a pertinência da (re)abertura de processos com vista à classificação de imóveis inventariados. Destaca-se, este âmbito, o vasto património associado à indústria de lanifícios, nomeadamente os imóveis de grande escala, existentes no centro urbano da Covilhã, que deverão merecer uma abordagem específica e particularmente cuidada, dada a complexidade associada a eventuais ações de reabilitação, não só do ponto de vista arquitetónico e urbanístico, mas também do ponto de vista das situações de risco associadas (ex.: contenção e estabilização de taludes e zonas escarpadas) e dos valores naturais eventualmente afetados (ex.: cursos de água que atravessam estas unidades industriais e cuja presença era parte intrínseca do funcionamento das mesmas)	<p>O Plano releva a importância do património enquanto elemento identitário da riqueza cultural da Covilhã e preconiza a salvaguarda das suas características.</p> <p>Nesse sentido, determina-se, em sede regulamentar, que qualquer intervenção deve ter como objetivo prioritário a preservação e valorização dos bens imóveis, sendo admitidas obras de conservação, alteração e ampliação, desde que não desvirtuem as características arquitetónicas existentes, nem as condições biofísicas e paisagísticas que contribuíram para o seu valor.</p> <p>Por outro lado, é admitida a demolição de partes da edificação que correspondam a intervenções de data posterior à sua origem e que contribuam para a descaracterização do edifício.</p>
x. Garantir, nos empreendimentos de grande magnitude e nas operações urbanísticas que impliquem grandes movimentos de terra e alteração da topografia, bem assim como nas operações urbanísticas de reabilitação urbana, normas regulamentares específicas que tenham em conta eventuais achados arqueológicos	<p>As normas relativas a eventuais achados arqueológicos encontram-se devidamente salvaguardadas no Regulamento do Plano, onde se estabelecem disposições que asseguram a proteção de vestígios arqueológicos, que no subsolo quer à superfície, durante a realização de quaisquer operações urbanísticas ou implementação de projeto de outra natureza, designadamente redes de infraestruturas, intervenções ao nível do solo e subsolo, incluindo os trabalhos de modelação de terrenos, bem como as intervenções de natureza agrícola e florestal.</p>
y. As eventuais intervenções de melhoria da rede de acessibilidades rodoviárias que venham a ser previstas, deverão garantir a minimização dos impactos ao nível da fragmentação da paisagem, da afetação dos valores naturais e dos valores culturais, apresentando soluções (ex.: ao nível do traçado) e medidas que permitam minimizar os problemas que possam vir a resultar (ou a agravar-se) por via destas intervenções	<p>Considerando as características físicas e funcionais da rede rodoviária existente e prevista no concelho da Covilhã, estão previstas ações relacionadas com o prolongamento de vias existentes ou a criação de novas ligações, que poderão também ter impactos relevantes na paisagem, cujos efeitos importa minimizar. As restantes ações previstas no PEPF destinam-se, sobretudo, ao reforço das acessibilidades, consistindo maioritariamente em intervenções de requalificação e beneficiação da rede rodoviária existente, não se encontrando, em virtude da sua natureza e reduzida expressão territorial, sujeitas a procedimento de AIA.</p> <p>Em sede de Regulamento, estabelece-se que a construção de infraestruturas, o alargamento de estradas e a limpeza de taludes em zonas adjacentes a linhas de água não podem implicar o aterro nem a destruição dos cursos de água ou da vegetação existente. Adicionalmente, na área de intervenção do PNSE, os projetos de abertura, ampliação ou beneficiação de acessos viários devem incluir um projeto de integração paisagística, um estudo geotécnico e a inventariação dos valores naturais afetados pela execução dos trabalhos.</p>



FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
<p>z. Garantir um eficaz enquadramento paisagístico das áreas de acolhimento empresarial/industrial existentes ou previstas, bem como um eficaz controlo da proliferação e dispersão de unidades industriais fora dos espaços destinados a esta atividade (os quais apresentam consequências bastante negativas ao nível da qualidade da paisagem)</p>	<p>O modelo de ordenamento proposto privilegia a instalação de atividades económicas em áreas devidamente vocacionadas e infraestruturadas para esse fim, sendo residual a presença de estabelecimentos industriais em solo rústico (oito áreas classificadas como Espaços de Atividades Industriais, num total de 17,6 hectares). A admissibilidade de atividades de natureza industrial em solo rústico encontra-se, na generalidade, associada às atividades dominantes, nomeadamente as atividades agrícolas, pecuárias ou florestais, estando estas devidamente regulamentadas.</p> <p>Em solo urbano, os espaços destinados a atividades económicas com maior expressão territorial estão enquadrados em UOPG, designadamente a UOPG 8 (Ponte Pedrinha), que visa o reforço da oferta de espaços para a instalação atividades industriais, de armazenagem e/ou logística, diretamente associadas à produção agrícola, sendo que a respetiva execução depende da elaboração de PP. A elaboração deste PP planos de pormenor garantirá a estruturação dos espaços destinados à instalação de atividades económicas, a definição das soluções de desenho urbano e a articulação do edificado com o espaço público envolvente, incluindo-se ainda propostas de estruturação de espaços verdes e de integração paisagística. De referir, ainda, que o concelho dispõe já de duas áreas especificamente vocacionadas para atividades económicas — as Zonas Industriais do Canhoso e do Tortosendo — cuja ocupação se encontra regulada por instrumentos de gestão territorial com eficácia legal.</p> <p>Em Espaços de Atividades Económicas, o Regulamento do Plano assegura, no âmbito das operações urbanísticas, a adequada integração urbana dos novos edifícios ou ampliações através da aplicação do conceito de morfotipologia dominante. Nos casos em que as unidades industriais ou de armazenagem confinem com espaços residenciais, prevê a utilização de uma faixa verde contínua de proteção, com largura suficiente para a minimização dos impactos visuais e ambientais resultantes da atividade industrial.</p>
<p>aa. Prever disposições regulamentares que garantam a internalização da valorização dos serviços dos ecossistemas em sede de mecanismos perequativos a adotar no âmbito da execução do Plano</p>	<p>O Plano inclui normas que valorizam os serviços dos ecossistemas através de mecanismos de compensação, integrados no Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU). Este fundo, a definir em Regulamento Municipal próprio, prevê o apoio fundiário e financeiro a ações de proteção e valorização ambiental e/ou urbanística, bem como a cedência de terrenos para infraestruturas, equipamentos e espaços verdes públicos.</p>
<p>bb. Promover a adoção das figuras legais “Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística” e “Programa de Financiamento Urbanístico”, previstas no RJGT, tendo em vista a eventual afetação de mais-valias urbanísticas à remuneração dos serviços dos ecossistemas</p>	<p>O FMSAU é um instrumento incluído no regime económico-financeiro da execução do Plano. A sua criação decorre da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU) e encontra-se devidamente integrada na proposta de Plano, nomeadamente no Regulamento e no PEPF, garantindo-se, assim, as orientações para a sua futura adoção e gestão. O Programa de Financiamento Urbanístico, embora com outra designação, encontra-se igualmente incluído no PEPF.</p>

**Quadro 52.** Acolhimento no Plano das recomendações para o FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos

FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
a. Avaliar os serviços prestados ao nível dos sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e das águas pluviais, nomeadamente nas áreas que se prevê que venham a ser objeto de classificação como solo urbano, uma vez que a existência ou previsão destas e outras infraestruturas justificam (ou não) a reclassificação do solo urbanizável/rústico em solo urbano	<p>A avaliação dos serviços de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e pluviais ultrapassa o âmbito direto do Plano.</p> <p>No entanto, a classificação do solo baseou-se nos critérios definidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, nomeadamente na existência — ou previsão no horizonte do Plano — de infraestruturas urbanas e dos serviços associados, como os sistemas de abastecimento de água e saneamento, sendo que a sua concretização deve estar prevista no PEPF e refletida nos planos de atividades e orçamentos municipais.</p> <p>Neste contexto, o Plano define uma estratégia orientada para a consolidação das áreas urbanas, através da delimitação dos perímetros urbanos e da identificação de áreas sujeitas a programação, agrupadas em três tipologias: Áreas Urbanas Não Infraestruturadas (AUNI), Áreas Urbanas a Consolidar (AUC) e Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG).</p> <p>Com base nos critérios adotados, foram identificadas várias áreas, em diferentes freguesias, que embora apresentem características de consolidação urbana, ainda não são servidas por redes públicas de abastecimento de água e/ou de drenagem de águas residuais. Para estas áreas, o Plano prevê intervenções específicas de infraestruturização.</p> <p>Algumas AUC, devido à sua dimensão, à forma como se inserem no tecido urbano e à falta de uma estrutura consolidada e/ou infraestruturas, exigem soluções de conjunto que incluem também a criação das redes básicas.</p> <p>Foram, ainda, delimitadas, áreas sem estrutura urbana consolidada nem infraestruturização, mas com relevância estratégica para o desenvolvimento do urbano. Estas áreas foram enquadradas como UOPG e são acompanhadas de programação própria, que inclui a execução das infraestruturas necessárias.</p> <p>Todas estas áreas com programação definida estão devidamente integradas no PEPF, garantindo-se a sua futura inscrição nos instrumentos de gestão municipal, nomeadamente nos planos de atividades e orçamentos.</p>
b. Fomentar a consolidação das áreas urbanas já servidas por infraestruturas, de modo a rentabilizar as redes existentes de abastecimento de água e saneamento, incentivando, simultaneamente, a ligação dos edifícios existentes a estas redes (ex.: estabelecimento de um período de regularização beneficiando de redução das taxas de ligação)	<p>A promoção de operações urbanísticas de reabilitação, consolidação e colmatção da malha urbana, tanto em solo urbano como nos aglomerados rurais, é assumida como um objetivo estratégico do Plano.</p> <p>Estas ações enquadram-se na revisão do modelo de desenvolvimento territorial, que valoriza a regeneração dos espaços já existentes e a proteção e valorização do património. Estão igualmente alinhadas com o objetivo de reforçar e manter a política de infraestruturização das redes de abastecimento de água e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais.</p> <p>A concretização deste objetivo assenta em propostas de infraestruturização para áreas incluídas nos perímetros urbanos que ainda não dispõem, na totalidade, de redes urbanas básicas, devidamente inscritas no PEPF. A execução dessas infraestruturas criará as condições necessárias para a sua rentabilização e permitirá a ligação dos edifícios já existentes às redes de água e saneamento.</p>
c. Manter e/ou promover a eficácia dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, quer em condições normais de funcionamento quer em situação de acidente, anomalia ou em ações de manutenção programadas, promovendo, designadamente, a existência de equipamentos de reserva nos sistemas elevatórios, dimensionados para assegurarem individualmente as condições de projeto e operando conjuntamente em situações de emergência.	<p>A manutenção da eficácia dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais não se enquadra diretamente no âmbito material do Plano, nem nas competências diretas da Câmara Municipal da Covilhã (CMC).</p> <p>Por delegação da CMC, estas responsabilidades estão atribuídas à empresa municipal ADC – Águas da Covilhã, E.M., que assegura a gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente. Entre os serviços abrangidos incluem-se a distribuição de água, a drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais, o tratamento de águas residuais urbanas, a limpeza pública, a recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, bem como a manutenção de parques e jardins no concelho da Covilhã.</p>

FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
d. Prever requisitos específicos na regulamentação de atividades a instalar, nomeadamente nas áreas de acolhimento empresarial, e no que se refere ao tratamento e drenagem das águas residuais	<p>De acordo com o disposto no Regulamento do Plano condições gerais de edificação, a possibilidade de edificar num determinado prédio depende da verificação cumulativa de várias condições. Entre estas, destaca-se a exigência de que, quando localizado em solo urbano, o terreno esteja servido por via pública pavimentada e disponha, pelo menos, de infraestruturas públicas de energia elétrica, abastecimento de água e drenagem de águas residuais.</p> <p>Na ausência destas condições, a edificação em solo urbano, incluindo nas áreas qualificadas como espaços de atividades económicas, só é permitida mediante a celebração de contrato entre o requerente e a Câmara Municipal. Este contrato deve respeitar os termos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), garantindo a execução das infraestruturas necessárias ou a assunção dos respetivos encargos, assegurando o seu funcionamento por um período não inferior a 10 anos.</p>
e. Integrar, no Programa de Execução, medidas que visem a redução da produção de resíduos e o reforço da rede de recolha seletiva, nomeadamente de bio resíduos, no concelho (incluindo os territórios mais rurais)	<p>A implementação de medidas orientadas para a redução da produção de resíduos e o reforço da rede de recolha seletiva ultrapassa o âmbito do Plano, uma vez que estas competências não são asseguradas diretamente pela Câmara Municipal. A responsabilidade pela gestão e operação dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos está atribuída à empresa municipal ADC - Águas da Covilhã, E.M., entidade, com personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que detém as competências necessárias para a implementação das políticas municipais nesta área, bem como para a gestão operacional dos serviços associados.</p>
f. Identificar e cartografar as áreas de conflito, relativas ao zonamento acústico, de forma que se possam identificar, de forma direta, quais as áreas alvo de priorização no desenvolvimento do Plano Municipal de Redução de Ruído	<p>O zonamento acústico e a delimitação das zonas de conflito acústico resultam do Mapa de Ruído, elaborado no âmbito do procedimento de revisão do Plano. A Planta de Ordenamento - Zonamento Acústico representa as zonas mistas, as zonas sensíveis e as zonas de conflito acústico.</p> <p>Para além da identificação destas zonas, o Regulamento do Plano define o regime aplicável, estipulando que as zonas onde os níveis de ruído excedem os limites legalmente estabelecidos (zonas de conflito acústico) devem ser objeto de um Plano Municipal de Redução de Ruído ou, na sua ausência, da aplicação das medidas previstas no Regulamento Geral do Ruído.</p>
g. Promover medidas e ações orientadas para o uso eficiente da água e para melhoria da eficiência hídrica nos projetos de edifícios e de infraestruturas (diminuição de perdas na rede, reutilização de águas pluviais ou águas residuais tratadas para rega de espaços verdes, etc.)	<p>As medidas e ações que promovem o uso eficiente da água e a melhoria da eficiência hídrica em projetos de edifícios e infraestruturas estão previstas no Regulamento do Plano. Neste âmbito, a Câmara Municipal pode recorrer à redução de encargos urbanísticos como instrumento de incentivo à realização de operações urbanísticas que incorporem equipamentos, tecnologias e/ou processos que promovam a utilização racional da energia e da água e à maximização da eficiência no uso das mesmas, visando evitar desperdícios, otimizar consumos e promover a sustentabilidade energética e hídrica, conforme estabelece o FMSAU.</p>
h. O modelo de ordenamento territorial e o regulamento do Plano deverão internalizar a minimização de riscos, nomeadamente os diretamente impactados por fenómenos de alterações climáticas (incêndios, cheias e inundações, movimentos de massa em vertentes, erosão do solo, etc.), bem como os que resultam de riscos tecnológicos associados à exposição de pessoas a poluição química e substâncias perigosas. Para tal, será muito importante a articulação entre o modelo de desenvolvimento previsto para o concelho, os principais riscos identificados no PMEPC e as áreas integradas na REN, particularmente as Áreas de Prevenção de Riscos Naturais: Zonas Ameaçadas pelas Cheias, Áreas de Instabilidade de Vertentes, Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo	<p>O Regulamento do Plano contempla as matérias relacionadas com a minimização dos riscos associados às alterações climáticas, bem como os riscos de origem tecnológica, nomeadamente os que resultam da exposição humana a poluição química e substâncias perigosas.</p> <p>A abordagem utilizada é de carácter preventivo, estando previstas no Regulamento disposições que contribuem para a adaptação às alterações climáticas e para a mitigação dos seus efeitos. Estão também definidos condicionamentos específicos para a instalação de unidades agropecuárias e de outras atividades consideradas insalubres ou perigosas.</p> <p>Adicionalmente, é estabelecido um regime próprio para as zonas inundáveis, que define os critérios a observar em matéria de edificação nestas áreas. Este regime contempla as restrições já definidas pelo regime jurídico da REN.</p> <p>Importa, ainda, destacar que a delimitação da REN, realizada em simultâneo com a elaboração do modelo de ordenamento, permitiu acautelar e/ou minimizar riscos e reduzir a probabilidade de conflitos na ocupação e uso do território.</p>

FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
i. Definir, em regulamento, uma distância mínima a garantir entre os locais de instalação de novos estabelecimentos que se enquadrem na categoria superior de estabelecimentos com substâncias perigosas e os “Aglomerados Rurais”, “Espaços de Ocupação Turística”, “Espaços de Equipamentos e Infraestruturas” e de qualquer perímetro urbano	<p>O Regulamento do Plano permite a instalação de atividades suscetíveis de serem consideradas insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas que apresentem boas acessibilidade rodoviária e uma localização que garanta as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Distância mínima de 500 m aos espaços naturais e paisagísticos, aos imóveis e elementos que integram o património cultural e aos perímetros urbanos, salvaguardando que, no caso destes últimos, se localizem fora do seu campo visual;</li> <li>b) Distância mínima de 200 m aos aglomerados rurais, aos limites de empreendimentos turísticos, equipamentos de animação turística ou áreas de recreio e lazer, edifícios de habitação, comércio, serviços ou equipamentos de utilização coletiva (...).</li> </ul>
j. Caso se venham, no futuro, a instalar, no concelho, estabelecimentos enquadrados no regime de Prevenção de Acidentes Graves (PAG), deverão ser tidas em consideração as zonas de perigosidade associadas a estes estabelecimentos (de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 10.º do DL n.º 150/2015, de 5 de agosto), sendo que, quando as mesmas vierem a ser aprovadas, deverão integrar a Planta de Condicionantes do PDM e outros Planos Municipais em vigor	<p>A futura instalação de estabelecimentos sujeitos ao regime de PAG seguirá os procedimentos administrativos estabelecidos no DL n.º 150/2015, de 5 de agosto. Nesse sentido, será realizada uma avaliação, com base na quantidade e perigosidade das substâncias presentes nos estabelecimentos a licenciar, para determinar as zonas de perigosidade a serem observadas (primeira e segunda zona de perigosidade), conforme a legislação em vigor.</p> <p>A proteção das distâncias de segurança será assegurada pelo Município no âmbito de um futuro procedimento de alteração ou revisão do Plano, devendo as zonas de perigosidade associadas aos estabelecimentos ser integradas na Planta de Condicionantes.</p>
k. Tendo em conta a existência de infraestruturas de transporte de gás no concelho (Ferro, Boidobra, UF de Covilhã e Canhoso, UF de Teixoso e Sarzedo, Orjais e UF de Vale Formoso e Aldeia do Souto), deverão as mesmas constar da Planta de Condicionantes. Deve, também, ser tido em conta o regime aplicável às servidões necessárias à implantação das infraestruturas das concessões de gás natural. Salienta-se, entre outras, as condicionantes relativas às operações de preparação do solo, à plantação de árvores e arbustos, bem como à proibição de construções de qualquer tipo, em faixas a definir, em função do respetivo escalão (pressão de serviço) do gasoduto	<p>O gasoduto de alta pressão (ou de 1.º escalão) que atravessa transversalmente a área nascente do concelho da Covilhã encontra-se representado na Planta de Condicionantes – Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas. Adicionalmente, o Regulamento do Plano identifica a SRUP associada a esta infraestrutura.</p> <p>As servidões e condicionantes associadas a esta infraestrutura decorrem da legislação em vigor. No entanto, importa salientar que a sua identificação nos elementos do Plano não dispensa a consulta da legislação específica, nomeadamente no que se refere às faixas de proteção, aos traçados mais rigorosos ou à possível existência de cartografia mais atual ou detalhada.</p>
l. Elaborar carta de zonas inundáveis (conforme previsto no DL n.º 364/98, de 21 de novembro), assim que a tipologia de ‘Zonas Ameaçadas pelas Cheias’ estiver delimitada e aprovada, incluindo a respetiva delimitação na planta de Ordenamento. Estabelecer, em sede de regulamento, restrições necessárias para fazer face aos riscos de cheia	<p>As zonas inundáveis encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Riscos.</p> <p>Devido às suas características, localização e risco de inundação, estas áreas estão sujeitas a um regime específico, previsto no artigo do Regulamento do Plano sobre as Zonas Inundáveis, que condiciona a sua ocupação e sujeita qualquer ação de edificação ou demolição nestas áreas a autorização ou parecer prévio da autoridade nacional em matéria de recursos hídricos.</p>
m. Nas zonas referidas no ponto anterior, e sem prejuízo de outras restrições, deve ser interdita a execução de aterros e outros obstáculos que interfiram negativamente com o escoamento das águas da rede hidrográfica, nomeadamente, e por princípio, a construção de novas edificações (devendo o uso preferencial ser direcionado para a transformação em áreas verdes e permeáveis de utilização coletiva)	<p>Nas Zonas Inundáveis, o Regulamento do Plano interdita, entre outras ações, a execução de aterros e quaisquer outras intervenções que possam alterar o sistema natural de escoamento, nomeadamente aquelas que obstruam a circulação das águas.</p> <p>Adicionalmente, o Regulamento estabelece, como regra, a interdição da edificação de novas construções nessas áreas, prevendo, no entanto, algumas exceções para situações devidamente justificadas e enquadradas como excecionais.</p>
n. Nas áreas eventualmente sujeitas a inundações, a pretensão de ocupação ou de regeneração urbana deve ser antecedida de estudos detalhados, de modo a salvaguardar a segurança de pessoas e bens	<p>A realização de ações consideradas excecionais, que permitam intervenções de natureza construtiva em Zonas Inundáveis, fica sujeita ao cumprimento, cumulativo, de um conjunto de princípios gerais e condições. Entre estas, destaca-se a exigência de que a cota do piso inferior da edificação seja superior à cota da cheia definida para o local ou, caso não seja possível, nas operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, devem ser adotadas medidas adequadas de proteção contra inundações, devendo, para o efeito, os requerentes/projetistas demonstrar a compatibilidade da operação com o risco associado.</p>



FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
o. Promover a implementação de sistemas urbanos de drenagem sustentável (sobretudo na cidade da Covilhã), que permitam a infiltração e/ou a diminuição dos caudais de ponta afluentes às linhas de água e o risco de cheias rápidas, implementando soluções nos espaços verdes (ex.: bacias de retenção secas, poços de infiltração), arruamentos (ex. separadores centrais de arruamentos rebaixados para captação das águas de escorrência) e outros espaços públicos (ex.: pavimentos permeáveis)	A implementação de sistemas de drenagem sustentável, com vista à diminuição dos caudais de ponta afluentes às linhas de água e à diminuição do risco de cheias, encontra-se acautelada no Regulamento do Plano. Para o efeito, são previstas normas que promovem a criação de bacias de retenção, detenção ou infiltração a montante dos aglomerados urbanos, bem como a utilização de materiais permeáveis ou semipermeáveis nos espaços exteriores. No Regulamento é também valorizado o papel dos novos espaços verdes no processo de adaptação dos centros urbanos às alterações climáticas. Com esse objetivo, estabelece-se que o seu desenvolvimento deve garantir a utilização de pavimentos permeáveis, uma modelação do terreno favorável à infiltração das águas pluviais e uma estrutura vegetal adaptada às condições edafoclimáticas locais.
p. Estabelecer um índice de impermeabilização máximo em determinadas categorias de espaço	O Regulamento do Plano estabelece um Índice de Impermeabilização do Solo (IIS) máximo nos Espaços Agrícolas (todas as subcategorias), nos Espaços Florestais (todas as subcategorias) e nos Espaços Naturais e Paisagísticos (Solo Rústico), bem como na subcategoria Espaços Verdes de Utilização Coletiva (Solo Urbano).
q. Promover uma gestão adequada dos espaços florestais e de outros espaços naturais (nomeadamente as áreas de matos), tendo em conta a necessidade de prevenção do risco de incêndio, as atividades de pastoreio que podem estar associadas à diminuição do risco, mas também a necessidade de compatibilização da gestão da biomassa com a conservação dos valores naturais	A gestão dos espaços florestais e de outros espaços naturais, entre as quais as áreas de matos, segue as orientações do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI). O Regulamento do Plano estabelece que qualquer ação florestal a realizar em solo rústico deve respeitar as normas aplicáveis do PROF-CI, aplicando-se, cumulativamente, as condicionantes e/ou restrições impostas por outros regimes legais de proteção e os princípios gerais de ordenamento definidos para cada categoria/subcategoria de uso do solo.
r. Integrar no Plano, em termos de modelo de ordenamento e ao nível do Programa de Execução, propostas que incentivem a transição para economias de baixo carbono, focando-se na estruturação e incentivo ao uso do transporte coletivo, na implementação de práticas de construção sustentável no edificado e equipamentos coletivos, definindo eventuais condições de eficiência energética e conforto bioclimático para novas edificações ou reabilitação de imóveis integrados em UOPG ou ARU	O incentivo à utilização de transportes públicos encontra-se previsto no Plano, estando refletido, nomeadamente, no programa da UOPG 4 (Pedregal), que define como um dos seus objetivos a criação de uma infraestrutura intermodal de transportes, promovendo a articulação entre os sistemas ferroviário, rodoviário e aeronáutico. O PEPF contempla, igualmente, um conjunto de ações que contribuirão para a implementação de soluções de mobilidade suave, designadamente a ampliação da Rede de Modos Suaves na cidade da Covilhã e o reforço da ligação ao concelho do Fundão, através do metro de superfície e de uma ciclovia. Adicionalmente, o Regulamento do Plano dispõe sobre matérias relacionadas com a mobilidade suave, nomeadamente as redes ciclável e pedonal, promovendo a adoção de modos de transporte alternativos ao automóvel, sobretudo em deslocações de curta distância. Este enquadramento regulamentar incentiva a articulação destas redes com os sistemas de transporte público de passageiros, promovendo a acessibilidade e a sustentabilidade no território. No que se refere às medidas e ações orientadas para práticas de construção sustentável, o Regulamento do Plano reconhece a importância da adoção de “soluções arquitetónicas adequadas ao clima e valorizadoras da paisagem e da identidade regional, com adequada inserção na envolvente e na morfologia do terreno.”
s. Ponderar a inclusão, no Programa de Execução, do desenvolvimento de um estudo sobre a qualidade do ar no concelho, identificando as situações críticas e as maiores fontes de emissão de poluentes, que sirva de apoio ao desenvolvimento de medidas de melhoria e monitorização da qualidade do ar (e de redução da emissão de gases com efeito de estufa)	A realização de um estudo sobre a qualidade do ar no concelho extravasa o âmbito material do Plano, razão pela qual não se encontra prevista a sua elaboração no PEPF. No entanto, tal estudo poderá ser promovido a qualquer momento, sempre que se verifique uma necessidade efetiva, à escala municipal e/ou local, nomeadamente em função da localização de atividades com potencial para gerar poluição atmosférica.
t. Ponderar a inclusão, no Programa de Execução, do desenvolvimento de um estudo que avalie o estado de contaminação na área envolvente às principais concessões mineiras (em funcionamento ou encerradas), bem como dos potenciais efeitos ao nível da dispersão de contaminantes em áreas limítrofes, com destaque para o rio Zêzere	No PEPF encontra-se prevista uma ação que visa a recuperação ambiental de áreas de exploração mineira (ação P.04).

FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
u. Incluir, na proposta de plano, outras disposições regulamentares relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	<p>O Regulamento do Plano integra um conjunto de normas orientadas para a adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas.</p> <p>A abordagem adotada contempla diversas intervenções que contribuem para a melhoria do ambiente urbano e define ações destinadas a promover uma efetiva adaptação e resiliência face a fenómenos meteorológicos extremos.</p> <p>Complementarmente, são igualmente assumidos objetivos associados à promoção da eficiência ambiental dos recursos, bem como à identificação e implementação de medidas que visem a redução das emissões de gases com efeito de estufa.</p>



**Quadro 53.** Acolhimento no Plano das recomendações para o FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial

FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
a. Fomentar a consolidação urbana da cidade da Covilhã, mas também do um conjunto de aglomerados rurais, nomeadamente Bairro de Santo António, Meia Légua e Lameiras, favorecendo, em sede regulamentar, as operações urbanísticas tendentes à colmatação e consolidação da malha urbana pré-existente	<p>A consolidação e colmatação urbana dos principais aglomerados do concelho da Covilhã são objetivos estratégicos da proposta de Revisão do PDMC.</p> <p>O modelo de ordenamento proposto traduz esta intenção, ao privilegiar a redução das áreas classificadas como solo urbano e, em consequência, ao reforçar a necessidade de promover a edificação dentro dos perímetros já existentes. Esta dinâmica será especialmente visível na sede concelhia, dado que é na cidade da Covilhã que se concentram grande parte das atividades económicas e das funções complementares à habitação.</p> <p>Este objetivo é, ainda, reforçado pela delimitação de Áreas Urbanas a Consolidar (AUC), tanto na sede de concelho como noutros aglomerados principais do sistema urbano. Destaca-se também o conjunto de intervenções previstas para dotar de infraestruturas algumas Áreas Urbanas Não Infraestruturadas (AUNI), o que contribuirá para uma consolidação urbana mais eficaz e estruturada.</p>
b. Promover a contenção da urbanização fragmentada e da edificação dispersa, nomeadamente na periferia dos principais aglomerados (com destaque para a cidade da Covilhã) e ao longo da rede viária, contribuindo para um objetivo fundamental consignado no PNPT	<p>O modelo territorial proposto pelo Plano assenta claramente na delimitação dos perímetros urbanos. O novo modelo de ordenamento e o sistema urbano que lhe está associado visam conter a fragmentação do território, promovendo uma ocupação mais coesa e estruturada. Esta contenção territorial é especialmente relevante nos principais aglomerados urbanos do concelho, nomeadamente na Covilhã, Boidobra, Tortosendo, Cantar-Galo, Vila do Carvalho, Canhoso e Teixoso.</p>
c. Garantir que a reclassificação do solo rústico para solo urbano apenas ocorre com caráter excecional, sendo limitada aos casos de inexistência de áreas urbanas disponíveis e comprovadamente necessárias ao desenvolvimento económico e social e à indispensabilidade de qualificação urbanística (conforme disposto no RJGT)	<p>O caráter excecional da reclassificação do solo rústico está salvaguardado em artigo próprio no Regulamento do Plano, em conformidade com o disposto no RJGT. Esta reclassificação só pode ocorrer nos termos da legislação em vigor e deve cumprir, cumulativamente, as condições estabelecidas no Regulamento do Plano.</p>
d. Promover a multifuncionalidade dos aglomerados rurais e incentivar a diversificação de atividades no espaço rústico, procurando garantir condições para a correção das desigualdades territoriais existentes no concelho, mas também para uma maior atratividade destes territórios, criando condições para a fixação da população em áreas territoriais com desvantagens específicas	<p>O modelo de ordenamento definido na proposta de Revisão do Plano prevê a delimitação de solos qualificados como aglomerados rurais.</p> <p>Os aglomerados rurais compreendem as áreas edificadas com estrutura e características morfológicas associadas à atividade agrícola ou a formas tradicionais de povoamento em espaço rural, neles se admitindo, para além do uso habitacional, uma diversidade de usos compatíveis com o solo rústico.</p> <p>Assim, são admitidas, entre outras, instalações e edificações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais, determinadas tipologias de empreendimentos turísticos, estabelecimentos comerciais e de serviços, estabelecimentos industriais diretamente ligados à atividade agropecuária, equipamentos de utilização coletiva e instalações de apoio ao recreio e lazer.</p> <p>A diversidade de usos permitida nestes aglomerados contribui, de forma inequívoca, para a multifuncionalidade destes espaços, reforçando a sua atratividade e promovendo a fixação de população e de atividades económicas.</p>

FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
e. Reforçar a política municipal de reabilitação urbana, tendo em conta a pouca dinâmica que tem havido neste âmbito (apesar das 28 ARU delimitadas no concelho), a dominância muito significativa de novas construções no universo do total de obras licenciadas e o elevado número de alojamentos familiares vagos. Neste âmbito, importa promover Operações de Reabilitação Urbana (ORU), através da elaboração de Programas Estratégicos de Reabilitação urbana (PERU), implementando incentivos fiscais, apoio técnico e financeiro, que permitam aos proprietários preservarem e recuperarem imóveis com interesse patrimonial e/ou carácter identitário, bem assim como o garantir condições regulamentares mais favoráveis (em termos de edificabilidade) às operações urbanísticas de reabilitação	<p>O quadro estratégico do PDM assenta numa visão que estabelece como um dos seus objetivos estratégicos a revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos tecidos urbanos existentes e na proteção e valorização do património cultural. Esta visão inclui a promoção de processos integrados de regeneração e reabilitação urbana, bem como as operações urbanísticas de reabilitação, consolidação e colmatação da malha urbana.</p> <p>Para concretizar a política municipal de reabilitação urbana, o Município da Covilhã delimitou, efetivamente, 28 ARU, das quais cinco já têm ORU aprovadas, destacando-se, pela sua dimensão e relevância no sistema urbano municipal, a ORU da ARU do Centro Urbano da Covilhã.</p> <p>Apesar da relevância desta matéria, a continuidade da política municipal de reabilitação urbana não depende diretamente do PDM, uma vez que é expetável a elaboração de novas ORU nas ARU já delimitadas. Estes instrumentos, embora autónomos, partilham objetivos com o PDMC e constituem uma oportunidade estratégica para a concretização das suas orientações, beneficiando ainda de mecanismos e financiamentos próprios que viabilizam a execução das ações e programas que venham a ser definidos.</p>
f. Promover a continuidade das políticas municipais ao nível da habitação social e a internalização, pelo Plano, das prioridades em matéria de diversificação e acessibilidade ao mercado local de habitação, nomeadamente tendo em conta o aumento que se tem verificado ao nível das taxas de esforço e da pressão dos custos com habitação	<p>As questões relacionadas com a habitação acessível estão devidamente acauteladas na proposta de Plano. Neste âmbito, são previstas, em sede regulamentar no artigo dedicado ao fomento da habitação acessível, medidas que incentivam este tipo de habitação, nomeadamente através da majoração dos índices de edificabilidade e da redução dos encargos urbanísticos aplicáveis.</p>
g. Estabelecer diretrizes estratégicas para reforço dos equipamentos coletivos, de soluções de transporte gratuito para acesso aos serviços públicos e/ou de unidades móveis (ex.: de saúde), permitindo fazer face às assimetrias verificadas entre as áreas centrais do concelho (Orjais, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel e UF Vale Formoso e Aldeia do Souto) e os restantes aglomerados rurais	<p>A proposta do Plano integra, no modelo de ordenamento, a qualificação de áreas destinadas à localização de equipamentos de utilização coletiva, em solo urbano (subcategoria Espaços de Equipamentos) e em solo rústico (subcategoria Espaços Destinados a Equipamentos). Para estas áreas, são ainda estabelecidas disposições específicas relativas aos regimes de edificabilidade.</p> <p>O reforço do parque de equipamentos de utilização coletiva está inequivocamente associado a várias UOPG previstas, destacando-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– UOPG 12 (Torre), com ocupações associadas a equipamentos;</li> <li>– UOPG 15 (São Tiago), onde se prevê a instalação de <i>cohousing</i> e centro geriátrico com residências sénior e serviços de apoio;</li> <li>– UOPG 6 (Saúde), vocacionada para a instalação de equipamentos afetos a atividades académicas e saúde, de investigação e funções complementares e compatíveis;</li> <li>– UOPG 4 (Pedregal), cujo programa assenta na consolidação urbana sustentada através da instalação de equipamentos desportivos, em complementaridade com os equipamentos já existentes; e</li> <li>– UOPG 7 (Parque), onde se propõe a criação de um Parque Urbano sustentado na criação de espaços verdes de utilização coletiva e equipamentos de apoio associados a funções de recreio e lazer e nas complementaridades com os equipamentos já existentes no Complexo Desportivo da Covilhã.</li> </ul> <p>Adicionalmente, o PEPF prevê um domínio de intervenção especificamente dedicado aos Equipamentos, no qual se contempla um conjunto de ações que visam a construção de novos equipamentos e a reabilitação/requalificação dos existentes.</p>

FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
h. Equacionar propostas que incentivem a transição para economias de baixo carbono, focando-se na estruturação e incentivo ao uso do transporte público, contrariando, deste modo, a tendência que vem sendo cada vez mais notória, nas últimas décadas, para a opção de transportes individuais motorizados na escolha modal nos movimentos pendulares	<p>O incentivo à utilização de transportes públicos encontra-se previsto no Plano, estando refletido, nomeadamente, no programa da UOPG 4 (Pedregal), que define como um dos seus objetivos a criação de uma infraestrutura intermodal de transportes, promovendo a articulação entre os sistemas ferroviário, rodoviário e aeronáutico.</p> <p>O PEPF contempla, igualmente, um conjunto de ações que contribuirão para a implementação de soluções de mobilidade suave, designadamente a ampliação da Rede de Modos Suaves na cidade da Covilhã e o reforço da ligação ao concelho do Fundão, através do metro de superfície e de uma ciclovía.</p> <p>Adicionalmente, o Regulamento do Plano dispõe sobre matérias relacionadas com a mobilidade suave, nomeadamente as redes ciclável e pedonal, promovendo a adoção de modos de transporte alternativos ao automóvel, sobretudo em deslocações de curta distância. Este enquadramento regulamentar incentiva a articulação destas redes com os sistemas de transporte público de passageiros, promovendo a acessibilidade e a sustentabilidade no território.</p>
i. Promover uma rede de percursos cicláveis de que possam servir as deslocações pendulares de trabalho de nível local, as quais poderão ser alicerçadas, em complemento, nas redes de transportes públicos.	(ver ponderação do ponto anterior)
j. Definir parâmetros específicos relativos às faixas cicláveis e/ou pedonais (ex.: largura da faixa ciclável), a incluir no Regulamento, que permitam balizar o desenho das mesmas, para os diferentes perfis dos arruamentos e em função das categorias de espaço com que se sobrepõem	<p>O Regulamento do Plano assegura a definição dos parâmetros de dimensionamento dos espaços-canal destinados à implementação de percursos para modos suaves, nomeadamente pedonais e cicláveis. Estes parâmetros foram definidos com base nas normas técnicas aplicáveis ao projeto deste tipo de infraestruturas, considerando os usos dominantes na envolvente e a hierarquia da rede rodoviária, com a qual estes percursos estabelecem relações de coexistência funcional.</p>
k. Adotar medidas que fomentem a melhoria das condições de acesso no espaço público e ao edificado (especialmente equipamentos e serviços públicos) das pessoas com mobilidade condicionada	<p>A adoção deste tipo de medidas extravasa o âmbito do Plano.</p> <p>No entanto, importa sublinhar que esta matéria se encontra devidamente regulada por legislação específica, designadamente pelo DL n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua redação atual. Assim, presume-se que todas as operações urbanísticas, em sede de projeto, assegurarão o cumprimento das normas relativas à acessibilidade.</p>
l. Definição das formas e modalidades de perequação compensatória, incluindo a justa repartição de benefícios e encargos e a redistribuição das mais-valias fundiárias, procurando integrar os diferentes níveis territoriais do planeamento e da programação – as unidades operativas de planeamento e gestão, os planos de pormenor e as unidades de execução – e mobilizando os diversos sistemas e instrumentos de execução previstos no RJGT	<p>As formas e modalidades de perequação compensatória encontram-se enquadradas no Regulamento do Plano, concretamente no Título IV - Programação e Execução do Plano. Neste enquadramento, são identificadas e regulamentadas as Áreas de Execução Programada (AEP) do Plano, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Áreas Urbanas Não Infraestruturadas (AUNI);</li> <li>b) Áreas Urbanas a Consolidar (AUC);</li> <li>c) Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG).</li> </ul>

**Quadro 54. Acolhimento no Plano das recomendações para o FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico**

FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
a. Promover ações e medidas (materiais e imateriais) que visem combater o isolamento físico e a exclusão social em algumas áreas mais rurais concelho	<p>A diversidade funcional prevista na proposta de Plano, sobretudo nos Aglomerados Rurais e nas Áreas de Edificação Dispersa, contribui para a multifuncionalidade desses espaços. Este fator assume particular relevância na valorização da atratividade destas áreas, promovendo a fixação de população e de atividades económicas e sociais, e contribuindo, consequentemente, para a redução do isolamento físico e social das comunidades locais.</p>

FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
b. Salvar a integridade das áreas essenciais para o desenvolvimento e competitividade e das atividades tradicionais de base produtiva, bem como dos investimentos estruturantes (públicos ou privados) com impacto social e económico e determinantes para a viabilidade das explorações, nomeadamente: áreas de RAN; manchas agrícolas contínuas de dimensão significativa; áreas de culturas permanentes; áreas abrangidas por obras de aproveitamentos hidroagrícolas e respetivas estruturas de captação, transporte e distribuição de água, áreas abrangidas por projetos de reestruturação fundiária e/ou beneficiadas por caminhos agrícolas e rurais; bem como outras áreas submetidas a investimentos destinados a aumentarem a capacidade produtiva dos solos	<p>A proposta de Plano salvaguarda a integridade das áreas essenciais ao desenvolvimento e à competitividade das atividades tradicionais de base produtiva. No solo rústico, assume-se como objetivo a proteção do solo enquanto recurso natural escasso e não renovável, bem como a preservação das áreas com reconhecida aptidão para usos agrícolas, pecuários e florestais, para a exploração de recursos geológicos e energéticos, ou ainda para a conservação da natureza e da biodiversidade. Adicionalmente, prevê-se o enquadramento de ocupações e usos que, por serem incompatíveis com o espaço urbano, não justificam a classificação como solo urbano.</p> <p>Com base neste princípio, promove-se, no solo rústico, a complementaridade funcional entre os usos dominantes previstos para cada categoria e subcategoria de solo, assegurando a articulação com regimes específicos — como os da RAN e da REN — e com as disposições aplicáveis às áreas de salvaguarda. Entre estas, destacam-se as que se inserem no território do PNSE e nas áreas sujeitas ao regime de proteção da Albufeira da Cova do Viriato.</p> <p>As áreas abrangidas por aproveitamentos hidroagrícolas são objeto de regulamentação própria, visando garantir a proteção das infraestruturas de transporte e distribuição de água associadas às operações de regadio.</p>
c. Fomentar a implementação de espaços de apoio direcionados para a criação e modernização de empresas ligadas ao setor agrícola, nomeadamente em eventuais equipamentos de incubação/laboratórios de empresas que se possam vir a criar, considerando o decréscimo que se tem vindo a verificar ao nível da população agrícola e do número de explorações (em quase todas as freguesias do concelho), bem como o facto do agrícola poder dar uma contribuição significativa para a atração de investimento e criação de emprego nas áreas mais rurais do concelho (sendo a preservação desta atividade determinante, nomeadamente, para a diminuição do risco de incêndio)	<p>Tendo em conta os objetivos estratégicos da revisão do PDMC, em particular o reforço da competitividade territorial, o desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de fixar a população e rejuvenescê-la, o Plano aposta na criação de espaços para instalação de atividades económicas em diversas freguesias do concelho, visando a distribuição de atividades geradoras de emprego.</p> <p>Neste contexto, destaca-se a proposta da UOPG 8 (Ponte Pedrinha), que tem como principais objetivos aumentar a oferta de espaços para atividades industriais, de armazenagem e/ou logística, desde que diretamente ligadas à produção agrícola. Também está prevista a integração de funções de apoio administrativo, comércio e serviços associados às principais atividades das empresas, prevendo-se a criação de uma infraestrutura de apoio que promova a criação e modernização de empresas do setor agrícola, de modo a reverter o declínio observado nesse setor.</p>
d. Integrar nas propostas do PDM a aposta no desenvolvimento da qualificação tecnológica e de competências digitais da população residente e em medidas que permitam a diminuição do fosso digital entre os territórios urbanos e os territórios rurais, bem como entre as gerações mais novas e a população idosa (cada vez mais representativa no universo da população residente)	<p>A proposta do Plano não inclui ações diretas destinadas ao reforço da qualificação tecnológica e das competências digitais da população. Trata-se de uma matéria que extrapasa o âmbito material do PDM, devendo, contudo, ser considerada no quadro de um futuro projeto educativo municipal e da Carta Educativa, de forma a potenciar as reformas e os investimentos previstos na dimensão Transição Digital do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).</p> <p>É igualmente expetável que, no contexto de futuros processos de infraestruturação, seja promovido o reforço das redes de telecomunicações, contribuindo, em articulação com a crescente cobertura de serviços móveis, para mitigar a “exclusão digital” ainda sentida em algumas zonas rurais do concelho.</p>

FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
e. Priorizar a concentração das atividades industriais e comerciais de grande escala em áreas estrategicamente destinadas para o efeito e servidas por infraestruturas existentes ou cuja execução esta prevista (a execução efetiva destas infraestruturas deve ser condição prévia obrigatória para a instalação das atividades)	<p>Tendo em conta os objetivos estratégicos que orientam a Revisão do PDMC — em particular, o OE3 que visa o reforço da “competitividade territorial, desenvolvimento económico e qualidade de vida, como forma de fixação da população e rejuvenescimento da sua estrutura etária” —, o modelo de ordenamento proposto prevê a delimitação de solos vocacionados para a instalação de atividades económicas.</p> <p>Para além da consolidação dos espaços de atividades económicas já existentes, como a Zona Industrial do Canhoso e a Zona Industrial do Tortosendo, destaca-se a área proposta da UOPG 8 (Ponte Pedrinha), que visa reforçar a oferta de espaços destinados a atividades industriais, de armazenagem e/ou logística. De referir, também, em solo rústico, a UOPG 14 (Água d’Alta) orientada para captação de recursos hidrominerais.</p> <p>Importa sublinhar que, devido à sua relevância estratégica e territorial, estas UOPG estão devidamente enquadradas no PEPF do Plano, prevendo-se a execução programada das infraestruturas urbanas necessárias ao desenvolvimento das atividades económicas a instalar.</p>
f. Promover medidas de atração e de fixação de novas atividades económicas, nomeadamente no que tem a ver com a localização, qualificação e infraestruturização das áreas industriais/empresariais	<p>O modelo territorial proposto integra um conjunto de medidas com contributo decisivo para a modernização, diversificação e desenvolvimento do setor económico local, entre as quais se destaca a delimitação de áreas qualificadas como Espaços de Atividades Económicas. Para além das Zonas Industriais do Canhoso e do Tortosendo, destacam-se alguns polos industriais com expressão no sistema económico concelhio, localizados nas freguesias de Unhais da Serra, Paul, Boidobra e Ferro.</p> <p>Com vista à operacionalização dos objetivos estratégicos em matéria de desenvolvimento económico, merecem destaque as propostas que visam a instalação futura de atividades económicas, industriais, nomeadamente aquelas enquadradas em UOPG, como a UOPG 14 (Água d’Alta) e a UOPG 8 (Ponte Pedrinha).</p> <p>A implementação destas propostas, pela sua dimensão territorial e relevância estratégica como áreas de acolhimento empresarial, será precedida da elaboração de planos de pormenor e obedecerá a um programa específico de execução, no qual se definirá o desenvolvimento das soluções de infraestruturização adequadas ao tipo de atividades económicas a instalar.</p>
g. Promover processos participativos de envolvimento da população residente na tomada de decisões e na proposta de novas intervenções físicas ou imateriais, dando continuidade às iniciativas já existentes (ex.: Orçamento Participativo)	<p>O direito de participação encontra-se devidamente salvaguardado no atual quadro legal aplicável ao ordenamento do território, designadamente no RJIGT (Vd. artigo 6.º - Direito de participação). Esta garantia aplica-se a todas as pessoas, singulares e coletivas, incluindo associações representativas de interesses ambientais, económicos, sociais e culturais.</p> <p>Este direito abrange a possibilidade de apresentação de sugestões e pedidos de esclarecimento no âmbito dos procedimentos previstos no RJIGT — entre os quais se incluem os procedimentos de revisão do PDM — junto das entidades responsáveis pela elaboração dos programas e planos territoriais. Inclui, ainda, a faculdade de propor a celebração de contratos para planeamento e de intervir nas fases de discussão pública.</p> <p>Neste contexto, considera-se que o processo participativo se encontra legalmente assegurado, não se justificando, no âmbito do processo de revisão do PDM, a promoção de mecanismos adicionais de participação.</p>
h. Promover a qualificação dos desempregados inscritos no Centro de Emprego, bem como a sua integração, de modo progressivo, no mercado de trabalho	<p>A proposta do Plano não contempla ações diretas orientadas para a qualificação da população desempregada e a sua subsequente integração no mercado de trabalho, uma vez que esta matéria extravasa o âmbito material do Plano e as competências da Câmara Municipal</p> <p>Não obstante, reconhece-se a relevância desta temática, devendo a sua abordagem ser considerada no âmbito de um futuro projeto educativo municipal e integrada na Carta Educativa, com vista a potenciar as reformas e investimentos futuros dirigidos à qualificação da população escolar e da população em idade ativa.</p>



FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico	
Recomendações para o Plano	Acolhimento no Plano
i. Criar condições para o desenvolvimento sustentável do setor do turismo de natureza, alicerçado nos múltiplos e diversificados recursos turísticos existentes (com destaque para a Serra da Estrela) nomeadamente ao nível das disposições regulamentares aplicáveis à instalação de novos estabelecimentos e à construção de infraestruturas de apoio à atividade	<p>A instalação de empreendimentos turísticos é admitida na generalidade das categorias e subcategorias de solo estabelecidas no modelo territorial proposto, variando as tipologias permitidas consoante a distinção entre solo rústico e solo urbano.</p> <p>As normas que definem as tipologias de empreendimentos turísticos admitidas em cada categoria e subcategoria de solo, bem como os respetivos regimes aplicáveis, encontram-se estabelecidas no Regulamento do Plano, incluindo a possibilidade de instalação de diversas tipologias de empreendimentos turísticos na área abrangida pelo PNSE.</p> <p>Sem prejuízo dos condicionalismos decorrentes dos regimes de proteção definidos no POPNSE, os empreendimentos turísticos que se destinem à prestação de serviços de alojamento a turistas em áreas classificadas ou em áreas com valores naturais, e que disponham de um conjunto adequado de instalações, estruturas e equipamentos, bem como de serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza ou a interpretação ambiental, podem ser reconhecidos como Turismo de Natureza ou associados a uma marca nacional de áreas classificadas, pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), nos termos do disposto no DL n.º 15/2014, de 23 de janeiro.</p>
j. Garantir a articulação do traçado de rotas temáticas, percursos pedestres e ecovias com a delimitação da EEM e com a passagem pelos núcleos rurais de maior valor cultural e paisagístico do concelho, bem como com as infraestruturas de recreio e lazer existentes ou previstas, reforçando a vocação turística destes territórios	<p>As propostas do Plano no domínio da mobilidade e acessibilidade integram um conjunto de ações que visam o reforço da rede de percursos pedonais e cicláveis.</p> <p>Embora estas ações não se encontrem expressamente identificadas enquanto medidas específicas e espacializadas individualmente, o Regulamento do Plano estabelece normas orientadoras que promovem intervenções no espaço público, articuladas com a rede de transportes públicos e com as infraestruturas de apoio à mobilidade suave.</p> <p>Ainda que estas orientações incidam predominantemente sobre a mobilidade em contexto urbano, poderão igualmente suportar a criação de percursos que assegurem a ligação entre núcleos rurais e/ou locais de reconhecido valor cultural e paisagístico, contribuindo, assim, para o reforço da vocação turística desses territórios.</p>

## 8.2 Avaliação dos Efeitos Significativos da Proposta Final

Neste subcapítulo, foram identificados e avaliados os efeitos significativos da proposta final do Plano, incluindo a respetiva descrição do efeito, bem como a classificação de acordo com os parâmetros pré-estabelecidos. Seguindo a estrutura de avaliação pré-definida, para cada um dos FCD, são analisadas as diferentes propostas (regulamentares, de ordenamento e programáticas), organizadas em função dos eixos e objetivos estratégicos da 1.ª Revisão do PDMC, por forma a garantir que a avaliação efetuada se ajusta ao conteúdo material e documental do Plano.

Os resultados desta avaliação possibilitaram a identificação das oportunidades e riscos que o mesmo plano acarreta, de um ponto de vista ambiental e de sustentabilidade, bem como à elaboração de recomendações para otimização das suas propostas e à definição das diretrizes para o seguimento.



### 8.2.1 Avaliação dos Efeitos Significativos do Plano (FCD 1)

A identificação e descrição dos efeitos relevantes para o “FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos” encontra-se no **Quadro 55**, sendo que, além da natureza do efeito (positivo/negativo), se avaliam ainda outros parâmetros como o tipo de efeito (direto, indireto, cumulativo e sinérgico), a ocorrência (curto/médio/longo prazo) e a duração (temporário ou permanente).

**Quadro 55. FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos | Avaliação dos efeitos significativos do Plano**
**FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos**

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
<b>EIXO 1 – REABILITAÇÃO E REGENERAÇÃO TERRITORIAL E URBANA</b>				
OE1. Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património cultural	Incentivo à revitalização e reabilitação urbana ao reduzir os encargos urbanísticos ou de taxas municipais para operações urbanísticas de reabilitação urbana e/ou de reabilitação de edifícios, desde que contribuam para: o aumento da oferta de arrendamento acessível; aumento da habitação a custos controlados; comércio de rua, utilização pública de espaços verdes privados; ou que promovam a demolição de edifícios sem valia arquitetónica, urbanística ou cultural (art.º 132º).	Requalificação de edifícios devolutos, valorizando o património cultural e a imagem urbana.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Fomento à habitação acessível, através da majoração do IUS e da redução de encargos urbanísticos em operações urbanísticas que destinem, pelo menos, 25% da sua área de construção total a habitação de custos controlados.	Ampliação ou alteração de uso de edifícios subutilizados para habitação, preservando a malha urbana tradicional.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Programação e planeamento de quatro ações no domínio do Património, nomeadamente a recuperação do corredor ecológico e do edificado da Ribeira da Carpinteira e Goldra, o levantamento, inventariação e classificação do património natural e arqueológico do concelho e a recuperação ambiental de áreas de exploração mineira.	Reabilitação do corredor ecológico, restaurando conectividade de habitats e valorizando património natural.	Positivo	Efeito direto, permanente e a longo prazo.
		Mitigação das dissonâncias ambientais e paisagísticas.	Positivo	Efeito direto, permanente e a longo prazo.
		Potencial risco de contaminação das massas de água subterrâneas, na mobilização de solos contaminados.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a curto prazo.
		Potencial risco de perturbação de populações de espécies protegidas, por via da intervenção em áreas sensíveis.	Negativo	Efeito indireto, permanente e a longo prazo.

### FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
OE2. Revisão dos perímetros urbanos que garanta uma organização e um crescimento equilibrado dos aglomerados, compatível com a salvaguarda dos recursos naturais e a melhoria da qualidade do espaço urbano	Aumento de 22,8 % do Solo Urbano relativamente à qualificação de solo urbano em vigor, de 1999 (foram considerados os espaços urbanos, urbanizáveis e industriais), que corresponde à reclassificação de 1,9% do concelho para urbano, sobretudo nas categorias de solo EH (36,7% da área reclassificada) e EUBD (34,9% da área reclassificada), e que resulta em 31,2% de áreas, entretanto, artificializadas (338,11ha);	Oportunidade para a criação de espaços verdes de utilização coletiva, valorizando a ecologia urbana.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Ameaça de afetação dos recursos solo e água, do coberto vegetal e dos valores naturais e culturais, por via da potencial capacidade construtiva prevista para estas áreas.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Alteração da hierarquia dos aglomerados urbanos, com base na densidade populacional e com os serviços/equipamentos presentes, distinguindo o perímetro da Covilhã dos restantes lugares organizados no nível 1 e distinção das vilas de Paul, Ferro e Unhais da Serra, dos restantes aglomerados do nível 2, passando estes a integrar o nível 4.	Preservação dos núcleos históricos principais, reforçando a identidade local.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação de áreas sem estrutura urbana estabilizada e/ou infraestruturadas (vazios urbanos), que carecem de consolidação urbana, como Áreas Urbanas a Consolidar, a executar de forma sistemática (preferencialmente precedidas de Unidades de Execução que assegurem um desenho urbanístico de conjunto e integrado na malha urbana), sendo requalificadas para a subcategoria de Espaços Verdes de Enquadramento no caso do incumprimento do prazo definido no PEPF (art.º 124.º).	Salvaguarda da gestão sustentável do solo, ao fazer depender a eventual urbanização destes vazios urbanos da existência de condições económicas que permitam o seu efetivo desenvolvimento.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Estabelecimento de um regime de edificabilidade que integra índices de impermeabilização e de ocupação do solo ou de áreas máximas de construção, em função da morfotipologia dominante, das características das diferentes categorias de solo e da sua vocação/aptidão.	Controlo da volumetria edificada e da morfotipologia dominante, contribuindo para o reforço da identidade cultural e melhoria da qualidade paisagística.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	Baixa taxa de artificialização (55,5%) da área proposta como solo urbano, devido à aplicação do critério de delimitação dos perímetros urbanos, que inclui faixas de 50 metros e 100 metros a partir de áreas infraestruturadas, nas áreas urbanas locais e nas áreas industriais, respetivamente, e que se encontra ocupada predominantemente por agricultura de proximidade para consumo próprio (Mosaicos culturais e parcelares complexos e Culturas temporárias de sequeiro e regadio) nas categorias de EH (25%) e EUBD (59%).	Rigidez regulamentar poderá impedir a construção de novos edifícios de valor arquitetónico inovador.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Conservação de áreas de interface urbano-rural (incluindo hortas) dentro do perímetro urbano (mantendo um IOS de 0,5 e IUS de 0,4 em EH e EUBD), contribui para uma estrutura ecológica funcional e integrada, promovendo a produção alimentar de proximidade, a multifuncionalidade do solo urbano, a qualidade de vida urbana, a preservação dos recursos solo e água, a continuidade ecológica (ex.: ao longo das linhas de água) e a regulação térmica em ambiente urbano.	Positivo	Efeito sinérgico, permanente, a médio e longo prazo.
		Contributo negativo para a economia do recurso solo e água.	Negativo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Conversão de algumas áreas agrícolas em territórios artificializados, contribuindo para a degradação da paisagem agrícola nas novas áreas construídas.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Aumento da capacidade construtiva das áreas qualificadas em solo urbano em 27,6%, quando considerado o potencial máximo construtivo estabelecidos pelos índices de utilização do solo propostos no regulamento, comparativamente com os índices de	Aumento do potencial de utilização, sendo uma oportunidade para a reabilitação urbana, preservando a identidade local.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	construção bruta do regulamento em vigor, para as várias categorias de solo, que resulta, cumulativamente, do incremento do IUS e dos perímetros urbanos.	Risco de fragmentação da paisagem e quebra dos “links” ecológicos nas zonas de interface urbano-rural, através de uma maior concentração construtiva em áreas agrícolas, florestais ou naturais, reduzindo as interações ecológicas entre habitats.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Melhoria da qualidade das massas águas superficiais e dos ecossistemas ribeirinhos, por via da rentabilização das redes públicas de saneamento e da progressiva substituição por soluções individuais.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Programação das operações de infraestruturação básica nas áreas urbanas não infraestruturadas (AUNI), com um custo estimado de cerca de 2,6 Milhões de euros, totalmente afeto ao investimento municipal	Contributo para a boa qualidade das massas águas superficiais, por via da garantia de infraestruturação como condição para o desenvolvimento dos perímetros urbanos propostos	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Potencial ameaça de afetação dos recursos solo e água, do coberto vegetal e dos valores naturais e culturais, por via da potencial capacidade construtiva prevista para estas áreas.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Estabelecimento do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU) que serve de apoio fundiário e financeiro à concretização do Plano, nomeadamente em operações de salvaguarda e valorização ambiental e/ou urbanística	Oportunidade para o financiamento de projetos espaços verdes públicos ou recuperação de áreas degradadas para o efeito.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	(infraestruturas, equipamentos, espaços verdes públicos e ao desenvolvimento da política municipal de habitação), como mecanismo de compensação no usufruto de mais-valias pelos proprietários dos terrenos.	Potencial ameaça de afetação dos recursos solo e água, do coberto vegetal e dos valores naturais e culturais, por via do aumento da edificabilidade (mais-valias).	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Definição no artigo 82.º das condições gerais de edificabilidade que prezam pela valorização da imagem urbana e da preservação das características morfotipológicas das operações urbanísticas, assegurando os alinhamentos e recuos dominantes, a moda da altura da fachada da frente urbana, volume e proporção.	Melhoria da qualidade visual da paisagem, sobretudo em ambiente urbano, contribuindo, também, para a preservação da envolvente ao património arquitetónico classificado e inventariado.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Diversificação funcional das categorias de solo estruturada com base na identificação de usos dominantes, complementares e compatíveis, refletindo as especificidades territoriais e uma gestão de solo sustentável, ao permitir mais usos dominantes nas áreas onde se prevê a habitação e ao restringir usos dominantes (EC, EH, AR e AED) e privilegiar os complementares nas áreas de base produtiva (EA, EF, EAI).	Salvaguarda da gestão sustentável do solo de acordo com a sua aptidão e ocupação atual.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Ameaça de afetação dos recursos solo e água, do coberto vegetal e dos valores naturais e culturais, por via da potencial capacidade construtiva prevista para estas áreas.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

### EIXO 2 – COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

OE3. Competitividade territorial, desenvolvimento económico e qualidade de vida, como forma de fixação de população e rejuvenescimento da sua estrutura etária	Qualificação de 17,55 ha em solo rústico na categoria de "Espaços de Atividades Industriais" destinadas à instalação de indústrias, unidades de armazenamento e logística, estufas, centros ou parques de desenvolvimento tecnológico e de investigação, bem como incubadoras.	Risco de contaminação dos solos e das massas de água, afetando os valores naturais em solo rústico.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Minimização das eventuais dissonâncias ambientais e visuais, devido à qualificação e ordenamento de áreas de uso industrial e	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.



**FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos**

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		consequente redução da dispersão de unidades industriais em solo rústico.		
	Qualificação de 10,7 ha na categoria de "Espaços de Uso Especial - Espaços Turísticos", em solo urbano, e de 25,3 ha em "Espaços de Ocupação Turística", em solo rústico, destinados à ocupação turística, estando os primeiros condicionados ao respeito pela morfotipologia dominante e os segundos às tipologias de empreendimentos compatíveis com o rústico.	Valorização de recursos naturais e culturais, reforçando atratividade territorial.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Definição de parâmetros de edificabilidade mais flexíveis e ajustados às atividades e instalações admitidas, diferenciando consoante os usos dominantes previstos para cada categoria de solo, usos complementares ou compatíveis.	Potencial aumento da pressão humana sobre habitats sensíveis.	Negativo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.
		Controlo da qualidade visual da paisagem.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação de 373,4 ha na categoria de "Espaços de Atividades Económicas" em áreas já vocacionadas para o uso industrial (41% já estão ocupadas por "Indústria"), na proximidade dos acessos rodoviários, dos quais 38% estão sujeitos a programação (AUNI, UOPG 04 – Pedregal, UOPG 05 - Grande Covilhã, UOPG 8 - Ponte Pedrinha e UOPG 10 - São Francisco).	Afetação dos recursos naturais (solos, água e biodiversidade), através da ocupação empresarial e económica.	Negativo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Minimização das eventuais dissonâncias ambientais e visuais, devido à qualificação e correto ordenamento de áreas de uso industrial.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação da UOPG 8 - Ponte Pedrinha em solo urbano que tem como objetivos: Reforço da oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades industriais, de armazenagem e/ou logística, desde que diretamente associadas à produção agrícola; Integração de funções de apoio administrativo, de comércio e serviços, diretamente relacionadas com a atividade principal; Colmatação urbana das preexistências edificadas associadas a funções habitacionais.	Potencial afetação de valores naturais.	Negativo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.
		Eventual alavancagem das atividades de produção agrícola que se encontrem diretamente associadas às infraestruturas a construir, com benefícios ao nível dos serviços de ecossistemas que são garantidos por	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		este tipo de atividades do setor primário.		
<b>EIXO 3 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS</b>				
OE4. Sustentabilidade ambiental e valorização dos recursos, valores naturais e da paisagem, compatibilizadas com as necessidades de solo para as atividades económicas, habitacionais e de recreio e lazer	Incentivo à sustentabilidade ambiental ao reduzir os encargos urbanísticos e taxas municipais para operações urbanísticas que adotem equipamentos/tecnologias conducentes à eficiência de consumos de recursos, nomeadamente coberturas e paredes vegetadas ou unidades de produção de energia para autoconsumo (art.º 133.º).	Favorecimento da qualidade visual da paisagem urbana.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Redução das pressões sobre as massas de água, através de menores consumos, resultantes da melhoria da eficiência hídrica no edificado.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Salvaguarda das áreas reclassificadas como solo urbano, pelos regimes específicos das servidões e restrições de utilidade pública que condicionam a utilização e ocupação do solo conforme definidos no regime de cada categoria de solo, estando 60,3% abrangidas pela EEM, 11,5% pelo POPNSE e 2,1% pelo DPH.	Salvaguarda da gestão sustentável do solo de acordo com as condicionantes legais.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Regulação de atividades e usos interditos em solo urbano, para além dos dispostos nos regimes das servidões e restrições de utilidade pública vigentes, com vista à salvaguarda ambiental, tais como a interdição de depósito de resíduos e cortes ou arranques de maciços arbóreos espontâneos ou naturais (art.º 81.º).	Proteção de maciços arbóreos espontâneos ou naturais.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação da UOPG 3 - São João (6,2 ha) e UOPG 7 - Parque (135,3 ha) em solo urbano, com o objetivo de criar espaços verdes de utilização coletiva e reforçar e colmatar carências ao nível da acessibilidade pedonal e ciclável, fortalecendo a estrutura verde urbana.	Integração de espaços verdes na malha urbana, melhorando conectividade ecológica e garantindo o cumprimento de um conjunto de serviços de ecossistemas associados.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
OE5: Revitalização do setor agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional	Qualificação das áreas ocupadas por sistemas agrossilvopastoris ou por usos agrícolas e silvícolas alternados (1279 ha; 2,3% do concelho) como "Espaços mistos de uso silvícola e agrícola".	Preservação do mosaico agrossilvopastoril, mantendo diversidade de habitats.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Apesar do decréscimo da área classificada como rústico, pouco significativo (-1,1%), a proposta reclassifica aproximadamente 514 ha para rústico, anteriormente em espaços urbanizáveis (289 ha), urbanos (218 ha) e industriais (7 ha), para as categorias de EA e para EF, em 46% e 35%.	Contributo para a proteção do solo e para a salvaguarda das áreas com reconhecida aptidão para usos agrícolas, pecuários e florestais.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Previsão no PEPF de ações de requalificação e construção de equipamentos com vista a valorizar os espaços agrícolas e naturais e paisagísticos, nomeadamente: revitalização da Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, criação de entreposto hortofrutícola nas imediações do novo aeródromo, requalificação do Parque de Campismo de Tortosendo, criação do Centro Náutico de Tortosendo, ampliação do Parque Duppington e do Parque Verde do Paul, criação do Parque Verde da Cidade.	Requalificação de equipamentos/edifícios devolutos, valorizando o património cultural e a paisagem rural.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Valorização das atividades do setor primário associadas a alguns dos equipamentos que se prevê requalificar, contribuindo para a preservação do mosaico agrossilvopastoril, mantendo os serviços de ecossistemas associados.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Reforço da funcionalidade agrícola e pecuária, através da regulação dos vários usos complementares, necessários à modernização e	Preservação do mosaico agrossilvopastoril, mantendo diversidade de habitats.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	viabilização económica das explorações, salvaguardando a gestão sustentável do solo (definição de áreas máximas de construção).	Eventual intensificação da atividade agrícola em áreas com processos mais “industrializados”, com potencial degradação da qualidade do solo e afetação dos recursos hídricos.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

### EIXO 4 – MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURAS

OE6. Reforço e manutenção da política de infraestruturização dos sistemas de abastecimento de água e do saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais	Delimitação de áreas parcialmente infraestruturadas como Áreas Urbanas Não Infraestruturadas, a executar de forma não sistemática, através de operações urbanísticas avulsas, ficando suspensos os licenciamentos urbanísticos no caso do incumprimento do prazo definido no PEPF para dotação das redes públicas de infraestruturas básicas em falta (art.º 124.º).	Potencial ameaça de afetação do solo e risco de contaminação dos recursos hídricos.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Eventual preservação da dispersão construtiva e de uma menor coerência da imagem urbana em certas áreas, por via da execução não sistemática e/ou da extinção do prazo previsto no PEPF para dotação das redes públicas de infraestruturas básicas em falta (o que inviabiliza qualquer dinâmica de licenciamento urbanístico até à efetiva infraestruturização da área em causa).	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Previsão no PEPF da construção de duas barragens (Cortes e Atalaia), bem como da intervenção e melhoramento das barragens existentes, de modo a reforçar da disponibilidade hídrica do concelho.	Potenciais impactes na biodiversidade e nos fluxos migratórios de espécies de fauna e flora associados aos habitats ribeirinhos.	Negativo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Melhoria da capacidade de resposta aos cenários de escassez hídrica cada vez mais frequentes, através da	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		existência de reservas hídricas para os mais variados fins.		
OE7. Reestruturação e desenvolvimento das infraestruturas viárias em articulação com as infraestruturas pedonais, cicláveis, ferroviárias e aéreas, existentes ou a prever, com vista à promoção de uma mobilidade inter e multimodal sustentável	Programação e planeamento de UOPG em solo urbano que preveem a requalificação do espaço público e criação de percursos e ligações associadas a modos suaves de circulação, tais como a UOPG 1 - Carpinteira, UOPG 3 - São João e UOPG 6 - Saúde.	Integração de espaços verdes na urbanização, beneficiando a estrutura ecológica urbana.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Previsão em PEPF de 20 ações de investimento no domínio das infraestruturas viárias, acessibilidade e mobilidade, 10 delas destinadas à melhoria das infraestruturas viárias do concelho, destacando-se ainda a criação de uma infraestrutura aeroportuária, de uma infraestrutura intermodal de transportes, de um cais ferroviário de mercadorias e da ligação Covilhã - Fundão através de metro de superfície.	Oportunidade de criação de corredores verdes, alinhamentos arbóreos e infraestruturas urbanas de drenagem sustentável, associados às infraestruturas viárias a construir ou às vias a requalificar, contribuindo para a melhoria da conetividade ecológica.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Afetação direta do recurso solo, por via da construção de novas infraestruturas	Negativo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Risco de fragmentação da paisagem associado à construção de grandes infraestruturas, reduzindo as interações ecológicas entre habitats.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
EIXO 5 – QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL				
OE8. Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, desportivo,	Programação e planeamento de UOPG que preveem a construção ou melhoria de espaços verdes ou de equipamentos, tais como a UOPG 12 - Torre e UOPG 15 - São Tiago em solo rústico e UOPG 02 - Poldras, UOPG 03 - São João, UOPG 04 - Pedregal, UOPG 05 - Grande Covilhã, UOPG 06 - Saúde, UOPG 07 - Parque e UOPG 10 - São	Contributo para o equilíbrio ambiental do espaço urbano e para a minimização da degradação dos recursos naturais e das funções ecológicas asseguradas	Positivo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, proteção e defesa do património arqueológico, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hídricos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
educativo e de saúde, às necessidades da população	Francisco em solo urbano, afetos a diferentes atividades (de saúde, desportivos, de lazer, educacionais, de investigação, entre outros).	Afetação de solos não construídos, com valor ecológico, reduzindo biodiversidade.	Negativo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.
	Previsão em PEPF de cinco ações de investimento no domínio da proteção civil, que preveem a construção e recuperação de equipamentos de utilização coletiva, designadamente a construção de um novo Quartel de Bombeiros e do Edifício da Proteção Civil.	Redução da vulnerabilidade a incêndios, protegendo ecossistemas florestais, promovendo a preservação do recurso solo e os valores naturais associados.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Instalação de infraestruturas em áreas sensíveis, podendo afetar habitats naturais e seminaturais.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.



### 8.2.2 Avaliação dos Efeitos Significativos do Plano (FCD 2)

A identificação e descrição dos efeitos relevantes para o “FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos” encontra-se no **Quadro 56**, sendo que, além da natureza do efeito (positivo/negativo), se avaliam ainda outros parâmetros como o tipo de efeito (direto, indireto, cumulativo e sinérgico), a ocorrência (curto/médio/longo prazo) e a duração (temporário ou permanente).

**Quadro 56.** FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos | Avaliação dos efeitos significativos do Plano

FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos				
Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.				
Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
<b>EIXO 1 – REABILITAÇÃO E REGENERAÇÃO TERRITORIAL E URBANA</b>				
OE1. Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património cultural	Incentivo à revitalização e reabilitação urbana ao reduzir os encargos urbanísticos ou de taxas municipais para operações urbanísticas de reabilitação urbana e/ou de reabilitação de edifícios, desde que contribuam para: o aumento da oferta de arrendamento acessível; aumento da habitação a custos controlados; comércio de rua, utilização pública de espaços verdes privados; ou que promovam a demolição de edifícios sem valia arquitetónica, urbanística ou cultural (art.º 132.º).	Melhoria da eficiência energética dos edifícios, reduzindo o consumo de energia e as emissões de GEE.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento dos níveis de ruído associados à realização de novas obras de construção	Negativo	Efeito indireto, temporário, a curto, médio e longo prazo.
		Concentração de população, exigindo capacidade adicional das infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento.	Negativo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.
		Geração de resíduos de construção, aumentando a pressão sobre os sistemas de gestão de resíduos.	Negativo	Efeito indireto, temporário, a curto prazo.
	Fomento à habitação acessível, através da majoração do IUS e da redução de encargos urbanísticos em operações urbanísticas que destinem, pelo menos, 25% da sua área de construção total a habitação de custos controlados.	Rentabilização das infraestruturas territoriais existentes.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento da exposição da população ao ruído e à poluição atmosférica, derivado das obras de construção.	Negativo	Efeito indireto, temporário, a curto médio e longo prazo.
	Programação e planeamento de quatro ações no domínio do Património, nomeadamente a recuperação do corredor ecológico e do edificado da Ribeira da Carpinteira e Goldra, o levantamento, inventariação e classificação do património natural e arqueológico do concelho e a recuperação ambiental de áreas de exploração mineira.	Criação de zonas verdes permeáveis, criando barreiras acústicas, reforçando a infiltração, reduzindo o potencial de ocorrências de inundações	Positivo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.

## FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		urbanas e mitigando o efeito de ilha de calor.		
OE2. Revisão dos perímetros urbanos que garanta uma organização e um crescimento equilibrado dos aglomerados, compatível com a salvaguarda dos recursos naturais e a melhoria da qualidade do espaço urbano	Aumento de 22,8 % do Solo Urbano relativamente à qualificação de solo urbano em vigor, de 1999 (foram considerados os espaços urbanos, urbanizáveis e industriais), que corresponde à reclassificação de 1,9% do concelho para urbano, sobretudo nas categorias de solo EH (36,7% da área reclassificada) e EUBD (34,9% da área reclassificada), e que resulta em 31,2% de áreas, entretanto, artificializadas (338,11ha);	Rentabilização das infraestruturas territoriais existentes.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento da impermeabilização, potenciando o risco de ocorrência de inundações urbanas.	Negativo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.
	Alteração da hierarquia dos aglomerados urbanos, com base na densidade populacional e com os serviços/equipamentos presentes, distinguindo o perímetro da Covilhã dos restantes lugares organizados no nível 1 e distinção das vilas de Paul, Ferro e Unhais da Serra, dos restantes aglomerados do nível 2, passando estes a integrar o nível 4.	Melhoria da hierarquização funcional do sistema urbano, contribuindo para a melhoria da rede de acessibilidades e dos serviços públicos de transporte público, reduzindo emissões rodoviárias.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação de áreas sem estrutura urbana estabilizada e/ou infraestruturadas (vazios urbanos), que carecem de consolidação urbana como Áreas Urbanas a Consolidar a executar de forma sistemática (preferencialmente precedidas de Unidades de Execução que assegurem um desenho urbanístico de conjunto e integrado na malha urbana), sendo requalificadas para a subcategoria de Espaços Verdes de Enquadramento no caso do incumprimento do prazo definido no PEPF (art.º 124.º).	Salvaguarda da rentabilização e eficiência das infraestruturas municipais, estando as obras de urbanização destas áreas condicionadas à execução sistemática e existência de investimento privado.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento da densidade dos aglomerados urbanos, incrementando o esforço das infraestruturas urbanas.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Estabelecimento de um regime de edificabilidade que integra índices de impermeabilização e de ocupação do solo ou de áreas máximas de construção, em função da morfotopologia dominante, das características das diferentes categorias de solo e da sua vocação/aptidão.	Limitação de impermeabilização, melhorando infiltração hídrica e a redução do risco de ocorrência de inundações urbanas.	Positivo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.

## FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	Baixa taxa de artificialização (55,5%) da área proposta como solo urbano, devido à aplicação do critério de delimitação dos perímetros urbanos, que inclui faixas de 50 metros e 100 metros a partir de áreas infraestruturadas, nas áreas urbanas locais e nas áreas industriais, respetivamente, e que se encontra ocupada predominantemente por agricultura de proximidade para consumo próprio (Mosaicos culturais e parcelares complexos e Culturas temporárias de sequeiro e regadio) nas categorias de EH (25%) e EUBD (59%).	Processos de licenciamento prolongados.	Negativo	Efeito cumulativo, temporário, a curto prazo.
		Possibilidade de rentabilização das infraestruturas territoriais existentes, devido às áreas servidas por essas infraestruturas onde ainda é possível construir.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Contributo negativo para a contenção da expansão do solo urbano, bem como da economia das infraestruturas urbanas.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Potencial manutenção ou aumento da exposição a riscos naturais ou mistos, por via da integração de algumas áreas, em solo urbano, onde se identifica a existência de algum risco.	Negativo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Aumento da capacidade construtiva das áreas qualificadas em solo urbano em 27,6%, quando considerado o potencial máximo construtivo estabelecidos pelos índices de utilização do solo propostos no regulamento comparativamente com os índices de construção brutos do regulamento em vigor, para as várias categorias de solo, que resulta, cumulativamente, do incremento do IUS e dos perímetros urbanos.	Aumento dos consumos energético, acrescendo a pegada de carbono do concelho.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Expansão dispersa da construção, elevando custos de infraestruturização.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Programação das operações de infraestruturização básica nas áreas urbanas não infraestruturadas (AUNI), com um custo estimado de cerca de 2,6 Milhões de euros, totalmente afeto ao investimento municipal.	Contributo para a qualificação e cobertura territorial das redes de abastecimento de água e drenagem das águas residuais.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento dos futuros encargos municipais relacionados com a	Negativo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.

## FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		manutenção das redes de infraestruturas		
		Risco de redução da eficiência das infraestruturas urbanas.	Negativo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento dos consumos energéticos totais associados ao funcionamento das infraestruturas públicas.	Negativo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Estabelecimento do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU) que serve de apoio fundiário e financeiro à concretização do Plano, nomeadamente em operações de salvaguarda e valorização ambiental e/ou urbanística (infraestruturas, equipamentos, espaços verdes públicos e ao desenvolvimento da política municipal de habitação), como mecanismo de compensação no usufruto de mais-valias pelos proprietários dos terrenos.	Oportunidade para o financiamento da construção/manutenção de infraestruturas, mas também para a melhoria da eficiência energética.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.

## EIXO 2 – COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

OE3. Competitividade territorial, desenvolvimento económico e qualidade de vida, como forma de fixação de população e rejuvenescimento da sua estrutura etária	Qualificação de 17,55 ha em solo rústico na categoria de "Espaços de Atividades Industriais" destinadas à instalação de indústrias, unidades de armazenamento e logística, estufas, centros ou parques de desenvolvimento tecnológico e de investigação, bem como incubadoras.	Oportunidade para adoção de soluções de melhoria da eficiência energética e de autoconsumo, contribuindo para a redução emissões de GEE.	Positivo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento do risco potencial para a ocorrência de acidentes tecnológicos, quer no transporte quer no desenvolvimento da atividade nas zonas industriais.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento das emissões de GEE, através da eventual instalação de novas unidades industriais poluidoras.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

## FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	Qualificação de 10,7 ha na categoria de "Espaços de Uso Especial - Espaços Turísticos", em solo urbano, e de 25,3 ha em "Espaços de Ocupação Turística", em solo rústico, destinados à ocupação turística, estando os primeiros condicionados ao respeito pela morfotipologia dominante e os segundos às tipologias de empreendimentos compatíveis com o rústico.	Sazonalidade de usos, gerando períodos de sobrecarga nas infraestruturas.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Potencial aumento da população exposta ao risco de incêndio, cuja maior incidência coincide com a época alta em termos da visitação.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Definição de parâmetros de edificabilidade mais flexíveis e ajustados às atividades e instalações admitidas, diferenciando consoante os usos dominantes previstos para cada categoria de solo, usos complementares ou compatíveis.	Condicionamento da impermeabilização do solo, contribuindo para a redução do risco de ocorrências de cheias e inundações urbanas.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação de 373,4 ha na categoria de "Espaços de Atividades Económicas" em áreas já vocacionadas para o uso industrial (41% já estão ocupadas por "Indústria"), na proximidade dos acessos rodoviários, dos quais 38% estão sujeitos a programação (AUNI, UOPG 04 – Pedregal, UOPG 05 - Grande Covilhã, UOPG 8 - Ponte Pedrinha e UOPG 10 - São Francisco).	Rentabilização das infraestruturas existentes, bem como oportunidade para uma maior eficiência ao nível da gestão da recolha de resíduos.	Positivo	Efeito sinérgico, temporário, a curto prazo.
		Redução dos consumos energéticos relacionados com o transporte e logística de produtos, dado a localização prevista de empresas e indústria.	Positivo	Efeito sinérgico, temporário, a curto prazo.
		Potencial para criação de comunidades energéticas, fruto da concentração deste tipo de infraestruturas em áreas destinadas ao efeito.	Positivo	Efeito sinérgico, temporário, a curto prazo.
	Delimitação da UOPG 15 - São Tiago que tem como objetivos a: Criação de uma aldeia, com soluções de edificado baseadas em tipologias de baixa densidade; Instalação de <i>cohousing</i> e centro geriátrico com	Redução dos custos associados à infraestruturização, através da	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.



FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos				
Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.				
Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	residências sénior e serviços de apoio; Implementação de uma solução de alojamento diferenciado; Articulação e estruturação das acessibilidades existentes na envolvente.	implementação de soluções sustentáveis.		
	Delimitação da UOPG 8 - Ponte Pedrinha em solo urbano que tem como objetivos: Reforço da oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades industriais, de armazenagem e/ou logística, desde que diretamente associadas à produção agrícola; Integração de funções de apoio administrativo, de comércio e serviços, diretamente relacionadas com a atividade principal; Colmatação urbana das preexistências edificadas associadas a funções habitacionais.	Aumento dos riscos tecnológicos, em áreas próximas a espaços com funções habitacionais.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
EIXO 3 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS				
OE4. Sustentabilidade ambiental e valorização dos recursos, valores naturais e da paisagem, compatibilizadas com as necessidades de solo para as atividades económicas, habitacionais e de recreio e lazer	Incentivo à sustentabilidade ambiental ao reduzir os encargos urbanísticos e taxas municipais para operações urbanísticas que adotem equipamentos/tecnologias conducentes à eficiência de consumos de recursos, nomeadamente coberturas e paredes vegetadas ou unidades de produção de energia para autoconsumo (art.º 133.º).	Redução de emissões de GEE, através da melhoria da eficiência energética do parque edificado e de instalação de soluções de autoconsumo.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Redução da amplitude térmica nos centros urbanos (atenuação do efeito “ilha de calor”).	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Salvaguarda das áreas reclassificadas como solo urbano, pelos regimes específicos das servidões e restrições de utilidade pública que condicionam a utilização e ocupação do solo conforme definidos no regime de cada categoria de solo, estando 60,3% abrangidas pela EEM, 11,5% pelo POPNSE e 2,1% pelo DPH.	Condicionamento da construção em leitos e margens dos recursos hídricos, mitiga a ocorrência de cheias e inundações urbanas.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Regulação de atividades e usos interditos em solo urbano, para além dos dispostos nos regimes das servidões e restrições de utilidade pública vigentes, com vista à salvaguarda ambiental, tais como a interdição de depósito de resíduos e cortes ou arranques de maciços arbóreos espontâneos ou naturais (art.º 81.º).	Maior exigência de recursos, para aumento da capacidade de resposta dos sistemas de recolha e receção de resíduos.	Negativo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Minimização dos riscos naturais, pela preservação da vegetação	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos				
Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.				
Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		natural (ex.: nas zonas de encosta, nas margens das linhas de água).		
	Delimitação da UOPG 6 - Saúde em solo urbano, que tem como objetivos a: Colmatação urbana; Qualificação dos espaços públicos e articulação com as acessibilidades viárias e infraestruturas preexistentes; Instalação de equipamentos afetos a atividades académicas e saúde, de investigação e funções complementares e compatíveis.	Rentabilização das infraestruturas territoriais existentes.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação da UOPG 3 - São João (6,2 ha) e UOPG 7 - Parque (135,3 ha) em solo urbano, com o objetivo de criar espaços verdes de utilização coletiva e reforçar e colmatar carências ao nível da acessibilidade pedonal e ciclável, fortalecendo a estrutura verde urbana.	Amenização climática do centro urbano.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
OE5: Revitalização do setor agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional	Qualificação das áreas ocupadas por sistemas agrossilvopastoris ou por usos agrícolas e silvícolas alternados (1279 ha; 2,3% do concelho) como "Espaços mistos de uso silvícola e agrícola".	Favorecimento dos mecanismos de regulação hídrica natural, reduzindo o potencial da erosão dos solos e de risco de ocorrência de cheias.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Previsão no PEPF de ações de requalificação e construção de equipamentos com vista a valorizar os espaços agrícolas e naturais e paisagísticos, nomeadamente: revitalização da Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, criação de entreposto hortofrutícola nas imediações do novo aeródromo, requalificação do Parque de Campismo de Tortosendo, criação do Centro Náutico de Tortosendo, ampliação do Parque Duppingheim e do Parque Verde do Paul, criação do Parque Verde da Cidade.	Aumento de carga sobre as infraestruturas existentes, da rede de abastecimento de água, drenagem das águas residuais e de recolha de resíduos, em solo rústico.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
EIXO 4 – MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURAS				

## FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
OE6. Reforço e manutenção da política de infraestruturização dos sistemas de abastecimento de água e do saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais	Delimitação de áreas parcialmente infraestruturadas como Áreas Urbanas Não Infraestruturadas, a executar de forma não sistemática, através de operações urbanísticas avulsas, ficando suspensos os licenciamentos urbanísticos no caso do incumprimento do prazo definido no PEPF para dotação das redes públicas de infraestruturas básicas em falta (art.º 124.º).	Maior dificuldade na gestão, dimensionamento e investimento a realizar ao nível das infraestruturas urbanas, fruto da incerteza acerca da dinâmica urbanística nestas áreas e da coexistência de soluções técnicas individuais (mesmo após as novas infraestruturas a serem criadas).	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Previsão no PEPF da construção de duas barragens (Cortes e Atalaia), bem como da intervenção e melhoramento das barragens existentes, de modo a reforçar a disponibilidade hídrica do concelho.	Reforço das reservas estratégicas de água necessárias à adaptação às alterações climáticas e à resposta a eventos extremos.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação do solo urbano com base na análise sistemática que assenta em dois critérios fundamentais: a) existência de aglomerados de edifícios; b) existência de infraestruturas urbanas, designadamente de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.	Rentabilização das infraestruturas territoriais existentes.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
OE7. Reestruturação e desenvolvimento das infraestruturas viárias em articulação com as infraestruturas pedonais, cicláveis, ferroviárias e aéreas, existentes ou a prever, com vista à promoção de uma mobilidade inter e multimodal sustentável	Programação e planeamento da UOPG 11 - Lamaçais com o objetivo de estruturar o aeródromo de uso múltiplo da zona sul da Serra da Estrela, enquanto infraestrutura multimodal que serve a Covilhã e os concelhos vizinhos.	Capacidade de apoio a meios aéreos, necessários ao combate aos incêndios florestais, bem como, em emergências médicas.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento da poluição sonora.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Programação e planeamento de UOPG em solo urbano que preveem a requalificação do espaço público e criação de percursos e ligações associadas a modos suaves de circulação, tais como a UOPG 1 - Carpinteira, UOPG 3 - São João e UOPG 6 - Saúde.	Melhoria da qualidade do ambiente sonoro e do ar nos perímetros urbanos.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Emissões e ruído durante a fase de obras.	Negativo	Efeito direto, temporário e a curto prazo.
	Previsão em PEPF de 20 ações de investimento no domínio das infraestruturas viárias, acessibilidade e mobilidade, 10 delas destinadas à	Melhoria do sistema de mobilidade coletiva urbana,	Positivo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.

**FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos**

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a melhoria da qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do ar, ruído, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas, bem como para a prevenção, redução e adaptação aos riscos naturais e tecnológicos.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	melhoria das infraestruturas viárias do concelho, destacando-se ainda a criação de uma infraestrutura aeroportuária, de uma infraestrutura intermodal de transportes, de um cais ferroviário de mercadorias e da ligação Covilhã - Fundão através de metro de superfície.	contribuindo para a redução das emissões dos GEE.		
		Potencial incremento dos consumos energéticos, devido à melhoria e aumento da capacidade do sistema de mobilidade (p.e. transporte de mercadorias, transporte aéreo), acrescendo a pegada de carbono do concelho.	Negativo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.

**EIXO 5 – QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL**

OE8. Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de caráter social, cultural, desportivo, educativo e de saúde, às necessidades da população	Programação e planeamento de UOPG que preveem a construção ou melhoria de espaços verdes ou de equipamentos, tais como a UOPG 12 - Torre e UOPG 15 - São Tiago em solo rústico e UOPG 02 - Poldras, UOPG 03 - São João, UOPG 04 - Pedregal, UOPG 05 - Grande Covilhã, UOPG 06 - Saúde, UOPG 07 - Parque e UOPG 10 - São Francisco em solo urbano, afetos a diferentes atividades (de saúde, desportivos, de lazer, educacionais, de investigação, entre outros).	Melhoria da qualidade do ar, fruto da construção de novos espaços verdes, bem como promoção da qualidade de vida das populações	Positivo	Efeito cumulativo, de médio e longo prazo, permanente
		Emissões e ruído durante a fase de obras, degradando bem-estar local.	Negativo	Efeito direto, temporário e a curto prazo.
	Previsão em PEPF de 21 ações de investimento no domínio dos equipamentos, destacando-se a construção de creches em zonas industriais, reforço da rede de equipamentos escolares e de saúde (criação de 2 centros escolares e de 1 USF), bem como da rede de equipamentos de recreio e lazer (parques de campismo e caravanismo).	Redução dos consumos energéticos relacionados com as ligações casa-creche-trabalho, contribuindo para a mitigação das alterações climáticas.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Previsão em PEPF de cinco ações de investimento no domínio da proteção civil, que preveem a construção e recuperação de equipamentos de utilização coletiva, designadamente a construção de um novo Quartel de Bombeiros e do Edifício da Proteção Civil.	Aumento da resiliência a eventos extremos e a reforço da capacidade de resposta em situações de emergência.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.

### 8.2.3 Avaliação dos Efeitos Significativos do Plano (FCD 3)

A identificação e descrição dos efeitos relevantes para o “FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial” encontra-se no Quadro 57, sendo que, além da natureza do efeito (positivo/negativo), se avaliam ainda outros parâmetros como o tipo de efeito (direto, indireto, cumulativo e sinérgico), a ocorrência (curto/médio/longo prazo) e a duração (temporário ou permanente).

**Quadro 57. FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial | Avaliação dos efeitos significativos do Plano**

FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial				
Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.				
Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
<b>EIXO 1 – REABILITAÇÃO E REGENERAÇÃO TERRITORIAL E URBANA</b>				
OE1. Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património cultural	Incentivo à revitalização e reabilitação urbana ao reduzir os encargos urbanísticos ou de taxas municipais para operações urbanísticas de reabilitação urbana e/ou de reabilitação de edifícios, desde que contribuam para: o aumento da oferta de arrendamento acessível; aumento da habitação a custos controlados; comércio de rua, utilização pública de espaços verdes privados; ou que promovam a demolição de edifícios sem valia arquitetónica, urbanística ou cultural (art.º 132.º).	Consolidação e densificação dos centros urbanos, limitando a expansão para solo rústico.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Colmatação das carências habitacionais e atenuação das disparidades do mercado imobiliário.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Fomento à habitação acessível, através da majoração do IUS e da redução de encargos urbanísticos em operações urbanísticas que destinem, pelo menos, 25% da sua área de construção total a habitação de custos controlados.	Localização de habitação acessível próxima de serviços, fortalecendo a coesão social e territorial.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Contributo para a melhoria da oferta habitacional a preços acessíveis, promovendo a colmatação das carências habitacionais e potencial fixação de novos residentes no concelho.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Risco de dispersão edificatória e de aumento custos associados às infraestruturas básicas.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Programação e planeamento de quatro ações no domínio do Património, nomeadamente a recuperação do corredor ecológico e do edificado da Ribeira da Carpinteira e Goldra, o levantamento, inventariação e classificação do património natural e arqueológico do concelho e a recuperação ambiental de áreas de exploração mineira.	Integração de eixos verdes na estrutura urbana, criando corredores recreativos.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.



### FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
OE2. Revisão dos perímetros urbanos que garanta uma organização e um crescimento equilibrado dos aglomerados, compatível com a salvaguarda dos recursos naturais e a melhoria da qualidade do espaço urbano	Aumento de 22,8 % do Solo Urbano relativamente à qualificação de solo urbano em vigor, de 1999 (foram considerados os espaços urbanos, urbanizáveis e industriais), que corresponde à reclassificação de 1,9% do concelho para urbano, sobretudo nas categorias de solo EH (36,7% da área reclassificada) e EUBD (34,9% da área reclassificada), e que resulta em 31,2% de áreas, entretanto, artificializadas (338,11ha);	Clarificação da fundamentação, objetivos e pressupostos subjacentes à delimitação como perímetro urbano, facilitando a gestão urbanística e fiscalização.	Positivo	Efeito direto, permanente, a curto prazo.
		Risco de agravamento do fenómeno de dispersão edificatória e expansão urbana.	Negativo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Expansão dispersa da construção, elevando custos manutenção da infraestrutura.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Alteração da hierarquia dos aglomerados urbanos, com base na densidade populacional e com os serviços/equipamentos presentes, distinguindo o perímetro da Covilhã dos restantes lugares organizados no nível 1 e distinção das vilas de Paul, Ferro e Unhais da Serra, dos restantes aglomerados do nível 2, passando estes a integrar o nível 4.	Contributo para a coesão territorial, através da redistribuição equilibrada de serviços por nível de aglomerado e correção das desigualdades territoriais, permitindo a retenção populacional nos polos mais secundários.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação de áreas sem estrutura urbana estabilizada e/ou infraestruturadas (vazios urbanos), que carecem de consolidação urbana como Áreas Urbanas a Consolidar a executar de forma sistemática (preferencialmente precedidas de Unidades de Execução que assegurem um desenho urbanístico de conjunto e integrado na malha urbana), sendo requalificadas para a subcategoria de Espaços Verdes de Enquadramento no caso do incumprimento do prazo definido no PEPF (art.º 124.º).	Contributo para a consolidação urbana e valorização dos vazios urbanos, de forma sustentável e adequada às dinâmicas urbanísticas.	Positivo	Efeito sinérgico, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	Estabelecimento de um regime de edificabilidade que integra índices de impermeabilização e de ocupação do solo ou de áreas máximas de construção, em função da morfotipologia dominante, das características das diferentes categorias de solo e da sua vocação/aptidão.	Aumento da eficiência e funcionalidade do solo urbano, adaptada à vocação do uso do solo.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Contribui para a flexibilidade regulamentar dos parâmetros urbanísticos, permitindo salvaguardar, sobretudo, o recurso solo.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Baixa taxa de artificialização (55,5%) da área proposta como solo urbano, devido à aplicação do critério de delimitação dos perímetros urbanos, que inclui faixas de 50 metros e 100 metros a partir de áreas infraestruturadas, nas áreas urbanas locais e nas áreas industriais, respetivamente, e que se encontra ocupada predominantemente por agricultura de proximidade para consumo próprio (Mosaicos culturais e parcelares complexos e Culturas temporárias de sequeiro e regadio) nas categorias de EH (25%) e EUBD (59%).	Contributo negativo para a contenção da expansão do solo urbano, bem como da economia dos equipamentos e serviços públicos.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Risco potencial para, em certas áreas, a classificação do solo proposta poder contribuir para a dispersão edificatória (sobretudo em áreas de execução não sistemática).	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Aumento da capacidade construtiva das áreas qualificadas em solo urbano em 27,6%, quando considerado o potencial máximo construtivo estabelecidos pelos índices de utilização do solo propostos no regulamento comparativamente com os índices de construção brutos do regulamento em vigor, para as várias categorias de solo, que resulta, cumulativamente, do incremento do IUS e dos perímetros urbanos.	Contributo para a consolidação das áreas urbanas, para uma maior concentração populacional e para novas soluções de habitação (com maiores áreas), fruto do incremento da capacidade construtiva nos espaços destinados para o efeito.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		Aumento da oferta habitacional, nomeadamente a custo controlado, aliviando pressão sobre o setor.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Programação das operações de infraestruturização básica nas áreas urbanas não infraestruturadas (AUNI), com um custo estimado de cerca de 2,6 Milhões de euros, totalmente afeto ao investimento municipal	Amenização das desigualdades territoriais ao nível da acessibilidade às infraestruturas básicas nos perímetros urbanos.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Estabelecimento do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU) que serve de apoio fundiário e financeiro à concretização do Plano, nomeadamente em operações de salvaguarda e valorização ambiental e/ou urbanística (infraestruturas, equipamentos, espaços verdes públicos e ao desenvolvimento da política municipal de habitação), como mecanismo de compensação no usufruto de mais-valias pelos proprietários dos terrenos.	Favorecimento da coesão e atratividade territorial, por via da aplicação dos mecanismos perequativos.	Positivo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.
	Definição no artigo 82.º das condições gerais de edificabilidade que prezam pela valorização da imagem urbana e da preservação das características morfológicas das operações urbanísticas, assegurando os alinhamentos e recuos dominantes, a moda da altura da fachada da frente urbana, volume e proporção.	Contributo para a reabilitação urbana e coerência territorial.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Diversificação funcional das categorias de solo estruturada com base na identificação de usos dominantes, complementares e compatíveis, refletindo as especificidades territoriais e uma gestão de solo sustentável, ao permitir mais usos dominantes nas áreas onde se prevê a habitação e ao restringir usos dominantes (EC, EH, AR e AED) e privilegiar os complementares nas áreas de base produtiva (EA, EF, EAI).	Criação de um tecido edificado multifuncional, suscetível de centralidades, que flexibiliza a ocupação do solo às dinâmicas de mercado e demográficas, ao estimular a proximidade funcional na mesma categoria de solo.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		Risco de nova edificação, incluindo para uso habitacional associado à exploração agrícola, em áreas não dotadas de infraestruturas territoriais, com pouca acessibilidade a equipamentos e serviços públicos	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
<b>EIXO 2 – COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO</b>				
OE3. Competitividade territorial, desenvolvimento económico e qualidade de vida, como forma de fixação de população e rejuvenescimento da sua estrutura etária	Qualificação de 17,55 ha em solo rústico na categoria de "Espaços de Atividades Industriais" destinadas à instalação de indústrias, unidades de armazenamento e logística, estufas, centros ou parques de desenvolvimento tecnológico e de investigação, bem como incubadoras.	Consolidação de áreas industriais, concentrando serviços de logística.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Diversificação funcional e dinamização do solo rústico.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Definição de parâmetros de edificabilidade mais flexíveis e ajustados às atividades e instalações admitidas, diferenciando consoante os usos dominantes previstos para cada categoria de solo, usos complementares ou compatíveis.	Distribuição equilibrada das funções, no interior dos aglomerados urbanos e rurais, contribuindo para a coesão territorial.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação da UOPG 15 - São Tiago que tem como objetivos a: Criação de uma aldeia, com soluções de edificado baseadas em tipologias de baixa densidade; Instalação de cohousing e centro geriátrico com residências sénior e serviços de apoio; Implementação de uma solução de alojamento diferenciado; Articulação e estruturação das acessibilidades existentes na envolvente.	Diversificação da oferta e reforço da rede de equipamentos de apoio social.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Criação de soluções habitacionais inovadoras, com impacto muito positivo ao nível da coesão social e da atratividade de territórios de baixa densidade.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	Delimitação da UOPG 8 - Ponte Pedrinha em solo urbano que tem como objetivos: Reforço da oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades industriais, de armazenagem e/ou logística, desde que diretamente associadas à produção agrícola; Integração de funções de apoio administrativo, de comércio e serviços, diretamente relacionadas com a atividade principal; Colmatação urbana das preexistências edificadas associadas a funções habitacionais.	Consolidação de áreas industriais, reduzindo os consumos energéticos e logística.	Positivo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento da atratividade do território, fruto da diversificação das atividades económicas prevista, e consequente aumento da fixação de população residente.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Risco de dispersão de unidades industriais, devido ao baixo grau de ocupação.	Negativo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.

### EIXO 3 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS

OE4. Sustentabilidade ambiental e valorização dos recursos, valores naturais e da paisagem, compatibilizadas com as necessidades de solo para as atividades económicas, habitacionais e de recreio e lazer	Delimitação da UOPG 6 - Saúde em solo urbano, que tem como objetivos a: Colmatação urbana; Qualificação dos espaços públicos e articulação com as acessibilidades viárias e infraestruturas preexistentes; Instalação de equipamentos afetos a atividades académicas e saúde, de investigação e funções complementares e compatíveis.	Contributo para a colmatação urbana, de forma sistemática e programada.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Contributo para o grau de cobertura dos equipamentos públicos e para a capacidade de resposta do Município em setores essenciais, como a saúde.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação da UOPG 3 - São João (6,2 ha) e UOPG 7 - Parque (135,3 ha) em solo urbano, com o objetivo de criar espaços verdes de utilização coletiva e reforçar e colmatar carências ao nível da acessibilidade pedonal e ciclável, fortalecendo a estrutura verde urbana.	Contributo para a mobilidade sustentável urbana, pela criação de condições para a utilização dos modos suaves.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
OE5: Revitalização do setor agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais,	Apesar do decréscimo da área classificada como rústico, pouco significativo (-1,1%), a proposta reclassifica aproximadamente 514 ha para rústico, anteriormente em espaços urbanizáveis (289 ha), urbanos	Contributo para consolidação do sistema urbano, evitando a dispersão da construção em áreas que não têm, efetivamente,	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional	(218 ha) e industriais (7 ha), para as categorias de EA e para EF, em 46% e 35%.	características urbanas (e não servidas pelas redes de acessibilidades e equipamentos).		
	Previsão no PEPF de ações de requalificação e construção de equipamentos com vista a valorizar os espaços agrícolas e naturais e paisagísticos, nomeadamente: revitalização da Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, criação de entreposto hortofrutícola nas imediações do novo aeródromo, requalificação do Parque de Campismo de Tortosendo, criação do Centro Náutico de Tortosendo, ampliação do Parque Duppingheim e do Parque Verde do Paul, criação do Parque Verde da Cidade.	Valorização e requalificação de equipamentos educativos e de recreio e lazer existentes, bem como aumento da oferta, através da construção de novos equipamentos que satisfaçam as carências existentes.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.

### EIXO 4 – MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURAS

OE6. Reforço e manutenção da política de infraestruturização dos sistemas de abastecimento de água e do saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais	Delimitação de áreas parcialmente infraestruturadas como Áreas Urbanas Não Infraestruturadas, a executar de forma não sistemática, através de operações urbanísticas avulsas, ficando suspensos os licenciamentos urbanísticos no caso do incumprimento do prazo definido no PEPF para dotação das redes públicas de infraestruturas básicas em falta (art.º 124.º).	Favorecimento da consolidação urbana, através da facilitação da execução das infraestruturas.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento das áreas com aptidão para novas construções numa lógica urbana de continuidade, que poderão permitir o incremento do parque edificado do concelho, contribuindo para minimizar os problemas de acesso à habitação.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.



### FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		Aumento potencial da dispersão edificatória.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação do solo urbano com base na análise sistemática que assenta em dois critérios fundamentais: a) existência de aglomerados de edifícios; b) existência de infraestruturas urbanas, designadamente de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.	Promoção da consolidação do solo urbano, favorecendo a coesão territorial.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
OE7. Reestruturação e desenvolvimento das infraestruturas viárias em articulação com as infraestruturas pedonais, cicláveis, ferroviárias e aéreas, existentes ou a prever, com vista à promoção de uma mobilidade inter e multimodal sustentável	Programação e planeamento de UOPG em solo urbano que preveem a requalificação do espaço público e criação de percursos e ligações associadas a modos suaves de circulação, tais como a UOPG 1 - Carpinteira, UOPG 3 - São João e UOPG 6 - Saúde.	Contributo para a mobilidade suave nos aglomerados urbanos.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Previsão em PEPF de 20 ações de investimento no domínio das infraestruturas viárias, acessibilidade e mobilidade, 10 delas destinadas à melhoria das infraestruturas viárias do concelho, destacando-se ainda a criação de uma infraestrutura aeroportuária, de uma infraestrutura intermodal de transportes, de um cais ferroviário de mercadorias e da ligação Covilhã - Fundão através de metro de superfície.	Melhoria da conectividade territorial inter e intraconcelhia, através do aumento do grau de cobertura do transporte público e da beneficiação das vias, que pode potenciar a adoção de modos suaves.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
<b>EIXO 5 – QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL</b>				
OE8. Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de caráter social, cultural, desportivo, educativo e de saúde, às necessidades da população	Programação e planeamento de UOPG que preveem a construção ou melhoria de espaços verdes ou de equipamentos, tais como a UOPG 12 - Torre e UOPG 15 - São Tiago em solo rústico e UOPG 02 - Poldras, UOPG 03 - São João, UOPG 04 - Pedregal, UOPG 05 - Grande Covilhã, UOPG 06 - Saúde, UOPG 07 - Parque e UOPG 10 - São Francisco em solo urbano, afetos a diferentes atividades (de saúde, desportivos, de lazer, educacionais, de investigação, entre outros).	Contributo para o aumento da cobertura territorial e qualificação da rede de equipamentos e serviços públicos.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Reforço da infraestrutura verde urbana, através da ampliação da área afeta a espaços verdes	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.

### FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, tais como a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local, aos serviços, infraestruturas e equipamentos coletivos, em conjunto com as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		urbanos, contribuindo para o aumento da captação e da acessibilidade à rede de espaços verdes, enquanto fatores centrais de qualidade do ambiente urbano e atratividade das unidades territoriais do concelho.		
	Previsão em PEPF de cinco ações de investimento no domínio da proteção civil, que preveem a construção e recuperação de equipamentos de utilização coletiva, designadamente a construção de um novo Quartel de Bombeiros e do Edifício da Proteção Civil.	Contributo para o aumento da cobertura territorial e qualificação da rede de equipamentos e serviços públicos.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.

#### 8.2.4 Avaliação dos Efeitos Significativos do Plano (FCD 4)

A identificação e descrição dos efeitos relevantes para o “FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico” encontra-se no Quadro 58, sendo que, além da natureza do efeito (positivo/negativo), se avaliam ainda outros parâmetros como o tipo de efeito (direto, indireto, cumulativo e sinérgico), a ocorrência (curto/médio/longo prazo) e a duração (temporário ou permanente).

**Quadro 58. FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico | Avaliação dos efeitos significativos do Plano**

FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico				
Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades e a dinamização económica mais ajustada às reais necessidades do Concelho, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a atração de investimento, assim como a fixação da população residente.				
Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
<b>EIXO 1 – REABILITAÇÃO E REGENERAÇÃO TERRITORIAL E URBANA</b>				
OE1. Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património cultural	Incentivo à revitalização e reabilitação urbana ao reduzir os encargos urbanísticos ou de taxas municipais para operações urbanísticas de reabilitação urbana e/ou de reabilitação de edifícios, desde que contribuam para: o aumento da oferta de arrendamento acessível; aumento da habitação a custos controlados; comércio de rua, utilização pública de espaços verdes privados; ou que promovam a demolição de edifícios sem valia arquitetónica, urbanística ou cultural (art.º 132.º).	Modernização do parque edificado, dinamizando o mercado da reabilitação e criando emprego local.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Fomento à habitação acessível, através da majoração do IUS e da redução de encargos urbanísticos em operações urbanísticas que destinem, pelo menos, 25% da sua área de construção total a habitação de custos controlados.	Redução das receitas municipais decorrentes das taxas urbanísticas.	Negativo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Programação e planeamento de quatro ações no domínio do Património, nomeadamente a recuperação do corredor ecológico e do edificado da Ribeira da Carpinteira e Goldra, o levantamento, inventariação e classificação do património natural e arqueológico do concelho e a recuperação ambiental de áreas de exploração mineira.	Valorização turística de percursos ecológicos, gerando novas fontes de rendimento.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Custos acrescidos de manutenção, exigindo recursos municipais contínuos.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
OE2. Revisão dos perímetros urbanos que garanta uma organização e um crescimento equilibrado dos aglomerados, compatível com a salvaguarda dos recursos naturais e a	Aumento de 22,8 % do Solo Urbano relativamente à qualificação de solo urbano em vigor, de 1999 (foram considerados os espaços urbanos, urbanizáveis e industriais), que corresponde à reclassificação de 1,9% do concelho para urbano, sobretudo nas categorias de solo EH (36,7% da área reclassificada) e EUBD (34,9% da área reclassificada), e que resulta em 31,2% de áreas, entretanto, artificializadas (338,11ha);	Dinamização de investimento imobiliário, estimulando a economia local e atraindo novos investidores.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Potencial especulação imobiliária dos centros urbanos, nos casos onde as operações urbanísticas não contribuam para o aumento	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

#### FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades e a dinamização económica mais ajustada às reais necessidades do Concelho, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a atração de investimento, assim como a fixação da população residente.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
melhoria da qualidade do espaço urbano		da oferta de arrendamento acessível ou a custos controlados.		
	Delimitação de áreas sem estrutura urbana estabilizada e/ou infraestruturadas (vazios urbanos), que carecem de consolidação urbana como Áreas Urbanas a Consolidar a executar de forma sistemática (preferencialmente precedidas de Unidades de Execução que assegurem um desenho urbanístico de conjunto e integrado na malha urbana), sendo requalificadas para a subcategoria de Espaços Verdes de Enquadramento no caso do incumprimento do prazo definido no PEPF (art.º 124.º).	Dinamização de investimento imobiliário, estimulando a economia local e atraindo novos investidores.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Subida de preços do solo, reduzindo acessibilidade para residentes atuais.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Estabelecimento de um regime de edificabilidade que integra índices de impermeabilização e de ocupação do solo ou de áreas máximas de construção, em função da morfotipologia dominante, das características das diferentes categorias de solo e da sua vocação/aptidão.	Potencial aumento de custos de construção, reduzindo viabilidade de projetos.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Aumento da capacidade construtiva das áreas qualificadas em solo urbano em 27,6%, quando considerado o potencial máximo construtivo estabelecidos pelos índices de utilização do solo propostos no regulamento comparativamente com os índices de construção brutos do regulamento em vigor, para as várias categorias de solo, que resulta, cumulativamente, do incremento do IUS e dos perímetros urbanos.	Potencial aumento da atratividade de investimento no concelho, fruto da maior capacidade construtiva (redução com o custo unitário da construção, possibilidade de construção de edifícios com maiores áreas, essencial para determinadas atividades económicas, etc.)	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Programação das operações de infraestruturização básica nas áreas urbanas não infraestruturadas (AUNI), com um custo estimado de cerca de 2,6 Milhões de euros, totalmente afeto ao investimento municipal.	Melhoria da atratividade para captação de novos investimentos em determinados setores económicos (sobretudo setor terciário), fruto de uma maior oferta de áreas infraestruturadas.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

#### FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades e a dinamização económica mais ajustada às reais necessidades do Concelho, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a atração de investimento, assim como a fixação da população residente.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		Aumento dos encargos municipais.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Estabelecimento do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU) que serve de apoio fundiário e financeiro à concretização do Plano, nomeadamente em operações de salvaguarda e valorização ambiental e/ou urbanística (infraestruturas, equipamentos, espaços verdes públicos e ao desenvolvimento da política municipal de habitação), como mecanismo de compensação no usufruto de mais-valias pelos proprietários dos terrenos.	Estímulo ao investimento privado no território, através da regulação do sistema compensatório.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a longo prazo.
		Melhoria da sustentabilidade financeira do orçamento municipal.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Definição no artigo 82.º das condições gerais de edificabilidade que prezam pela valorização da imagem urbana e da preservação das características morfotopológicas das operações urbanísticas, assegurando os alinhamentos e recuos dominantes, a moda da altura da fachada da frente urbana, volume e proporção.	Potencial aumento do custo das operações/obras de reabilitação e redução do espectro de atividades económicas e de novos projetos/investimentos que se poderão implementar, em determinadas áreas do concelho.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Diversificação funcional das categorias de solo estruturada com base na identificação de usos dominantes, complementares e compatíveis, refletindo as especificidades territoriais e uma gestão de solo sustentável, ao permitir mais usos dominantes nas áreas onde se prevê a habitação e ao restringir usos dominantes (EC, EH, AR e AED) e privilegiar os complementares nas áreas de base produtiva (EA, EF, EAI).	Salvaguarda da vocação produtiva do território, sem conflitar com os usos habitacionais, mas mantendo a capacidade de gerar condições para a modernização e viabilização económica das explorações, ao admitir atividades de suporte (p.e. residência própria e permanente de quem exerça atividade agrícola, pecuária ou florestal, estabelecimentos industriais diretamente ligados à	Positivo	Efeito sinérgico, permanente, a médio e longo prazo.



#### FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades e a dinamização económica mais ajustada às reais necessidades do Concelho, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a atração de investimento, assim como a fixação da população residente.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
		produção, empreendimentos turísticos rurais)		
		Aumento da dinâmica empresarial e económica do concelho através da diversidade funcional introduzida no regime de uso do solo.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

#### EIXO 2 – COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

OE3. Competitividade territorial, desenvolvimento económico e qualidade de vida, como forma de fixação de população e rejuvenescimento da sua estrutura etária	Qualificação de 17,55 ha em solo rústico na categoria de "Espaços de Atividades Industriais" destinadas à instalação de indústrias, unidades de armazenamento e logística, estufas, centros ou parques de desenvolvimento tecnológico e de investigação, bem como incubadoras.	Desenvolvimento de empreendimentos estratégicos com vista à inovação, a criação de emprego qualificado, fortalecendo tecido empresarial local.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Qualificação de 10,7 ha na categoria de "Espaços de Uso Especial - Espaços Turísticos", em solo urbano, e de 25,3 ha em "Espaços de Ocupação Turística", em solo rústico, destinados à ocupação turística, estando os primeiros condicionados ao respeito pela morfotipologia dominante e os segundos às tipologias de empreendimentos compatíveis com o rústico.	Promoção de turismo sustentável, ao condicionar a instalação de Empreendimentos Turísticos, que integrem práticas de preservação ambiental e valorização da identidade cultural local.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
		Aumento da pressão turística no território, resultando na subida do custo de vida e na instabilidade dos empregos gerados (sazonalidade).	Negativo	Efeito cumulativo, permanente, a médio e longo prazo.
	Definição de parâmetros de edificabilidade mais flexíveis e ajustados às atividades e instalações admitidas, diferenciando consoante os usos	Aumento da capacidade territorial de atrair investimento, por via da adaptabilidade das normas	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

#### FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades e a dinamização económica mais ajustada às reais necessidades do Concelho, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a atração de investimento, assim como a fixação da população residente.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	dominantes previstos para cada categoria de solo, usos complementares ou compatíveis.	urbanísticas às necessidades dos diferentes agentes económicos.		
	Delimitação de 373,4 ha na categoria de "Espaços de Atividades Económicas" em áreas já vocacionadas para o uso industrial (41% já estão ocupadas por "Indústria"), na proximidade dos acessos rodoviários, dos quais 38% estão sujeitos a programação (AUNI, UOPG 04 – Pedregal, UOPG 05 - Grande Covilhã, UOPG 8 - Ponte Pedrinha e UOPG 10 - São Francisco).	Captação de investimento público-privado, através do aumento da oferta de solo para a ocupação industrial, dinamizando a economia local.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
		Especulação imobiliária, elevando custo do solo e podendo inviabilizar futuros investimentos económicos em áreas já destinadas e infraestruturadas para o efeito.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação da UOPG 8 - Ponte Pedrinha em solo urbano que tem como objetivos: Reforço da oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades industriais, de armazenagem e/ou logística, desde que diretamente associadas à produção agrícola; Integração de funções de apoio administrativo, de comércio e serviços, diretamente relacionadas com a atividade principal; Colmatação urbana das preexistências edificadas associadas a funções habitacionais.	Criação de emprego qualificado, fortalecendo tecido empresarial local.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

#### EIXO 3 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS

OE4. Sustentabilidade ambiental e valorização dos recursos, valores naturais e da paisagem, compatibilizadas com as necessidades de solo para as atividades económicas,	Delimitação da UOPG 6 - Saúde em solo urbano, que tem como objetivos a: Colmatação urbana; Qualificação dos espaços públicos e articulação com as acessibilidades viárias e infraestruturas preexistentes; Instalação de equipamentos afetos a atividades académicas e saúde, de investigação e funções complementares e compatíveis.	Captação de investimentos e de emprego para a investigação na área da saúde.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Delimitação da UOPG 3 - São João (6,2 ha) e UOPG 7 - Parque (135,3 ha) em solo urbano, com o objetivo de criar espaços verdes de utilização	Valorização do preço do solo nas áreas construtivas adjacentes.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

**FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico**

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades e a dinamização económica mais ajustada às reais necessidades do Concelho, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a atração de investimento, assim como a fixação da população residente.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
habitacionais e de recreio e lazer	coletiva e reforçar e colmatar carências ao nível da acessibilidade pedonal e ciclável, fortalecendo a estrutura verde urbana.			
OE5: Revitalização do setor agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional	Qualificação das áreas ocupadas por sistemas agrossilvopastoris ou por usos agrícolas e silvícolas alternados (1279 ha; 2,3% do concelho) como "Espaços mistos de uso silvícola e agrícola".	Contributo para a valorização das atividades tradicionais de produção local.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Apesar do decréscimo da área classificada como rústico, pouco significativo (-1,1%), a proposta reclassifica aproximadamente 514 ha para rústico, anteriormente em espaços urbanizáveis (289 ha), urbanos (218 ha) e industriais (7 ha), para as categorias de EA e para EF, em 46% e 35%.	Contributo para a valorização das atividades tradicionais de produção local.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Previsão no PEPF de ações de requalificação e construção de equipamentos com vista a valorizar os espaços agrícolas e naturais e paisagísticos, nomeadamente: revitalização da Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, criação de entreposto hortofrutícola nas imediações do novo aeródromo, requalificação do Parque de Campismo de Tortosendo, criação do Centro Náutico de Tortosendo, ampliação do Parque Duppington e do Parque Verde do Paul, criação do Parque Verde da Cidade.	Valorização de empreendimentos e equipamentos turísticos.	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.
	Reforço da funcionalidade agrícola e pecuária, através da regulação dos vários usos complementares, necessários à modernização e viabilização económica das explorações, salvaguardando a gestão sustentável do solo (definição de áreas máximas de construção).	Diversificação de rendimentos associados à atividade agrícola / pecuária.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

**EIXO 4 – MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURAS**

#### FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades e a dinamização económica mais ajustada às reais necessidades do Concelho, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a atração de investimento, assim como a fixação da população residente.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
OE6. Reforço e manutenção da política de infraestruturização dos sistemas de abastecimento de água e do saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais	Delimitação de áreas parcialmente infraestruturadas como Áreas Urbanas Não Infraestruturadas, a executar de forma não sistemática, através de operações urbanísticas avulsas, ficando suspensos os licenciamentos urbanísticos no caso do incumprimento do prazo definido no PEPF para dotação das redes públicas de infraestruturas básicas em falta (art.º 124.º).	Aumento da atratividade para novos investimentos económicos (sobretudo no setor terciário), fruto da infraestruturização prevista para estas áreas.	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
OE7. Reestruturação e desenvolvimento das infraestruturas viárias em articulação com as infraestruturas pedonais, cicláveis, ferroviárias e aéreas, existentes ou a prever, com vista à promoção de uma mobilidade inter e multimodal sustentável	Previsão em PEPF de 20 ações de investimento no domínio das infraestruturas viárias, acessibilidade e mobilidade, 10 delas destinadas à melhoria das infraestruturas viárias do concelho, destacando-se ainda a criação de uma infraestrutura aeroportuária, de uma infraestrutura intermodal de transportes, de um cais ferroviário de mercadorias e da ligação Covilhã - Fundão através de metro de superfície.	Contribuição para o aumento das condições de atratividade das zonas industriais/empresariais potenciais do concelho com a localização das áreas de acolhimento empresarial à rede rodoviária nacional	Positivo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
<b>EIXO 5 – QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL</b>				
OE8. Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, desportivo, educativo e de saúde, às necessidades da população	Programação e planeamento de UOPG que preveem a construção ou melhoria de espaços verdes ou de equipamentos, tais como a UOPG 12 - Torre e UOPG 15 - São Tiago em solo rústico e UOPG 02 - Poldras, UOPG 03 - São João, UOPG 04 - Pedregal, UOPG 05 - Grande Covilhã, UOPG 06 - Saúde, UOPG 07 - Parque e UOPG 10 - São Francisco em solo urbano, afetos a diferentes atividades (de saúde, desportivos, de lazer, educacionais, de investigação, entre outros).	Risco de especulação imobiliária, elevando preço do solo.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.
	Previsão em PEPF de 21 ações de investimento no domínio dos equipamentos, destacando-se a construção de creches em zonas industriais, reforço da rede de equipamentos escolares e de saúde	Contributo para o aumento da capacidade de alojamento e da atratividade a nível turístico, com	Positivo	Efeito direto, permanente, a médio e longo prazo.

#### FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico

Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades e a dinamização económica mais ajustada às reais necessidades do Concelho, com a otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a atração de investimento, assim como a fixação da população residente.

Objeto de Avaliação		Avaliação dos efeitos significativos do Plano		
Objetivo Estratégico	Propostas do Plano	Identificação/ Descrição do Efeito	Natureza (Positivo/ Negativo)	Outros parâmetros de avaliação (Tipo   Ocorrência   Duração)
	(criação de 2 centros escolares e de 1 USF), bem como da rede de equipamentos de recreio e lazer (parques de campismo e caravanismo).	destaque para o investimento previsto em parques de campismo e caravanismo.		
		Melhoria para a valorização dos recursos turísticos do concelho.	Negativo	Efeito indireto, permanente, a médio e longo prazo.

## 9. DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

### 9.1 QUADRO DE GOVERNANÇA

O Quadro de governança constitui-se como uma ferramenta participativa que tem como objetivo o desenvolvimento de uma rede interrelacionada de instituições e organizações governamentais e/ou não governamentais e demais atores relevantes, que promova os objetivos ambientais e de sustentabilidade à escala municipal. Uma vez que o Quadro de Governança é fundamental na definição de prioridades, na garantia de foco da AAE, na validação e avaliação e na estratégia de seguimento, este quadro envolve a responsabilidade e cooperação institucional e o envolvimento dos agentes, incluindo a participação pública.

O Quadro de Governança da AAE da 1.ª Revisão do PDMC é constituído pelas entidades públicas com responsabilidade ambiental específica (ERAE) – nos termos do n.º 3 do art.º 3.º do DL n.º 232/2007 – bem como por um conjunto de outras entidades que se identificam como relevantes pelas principais problemáticas identificadas no território. Nos termos do n.º 3 do art.º 5.º do mesmo diploma, o presente documento deverá ser sujeito a parecer das entidades aqui listadas.

No quadro seguinte, encontram-se listadas as entidades que compõem o Quadro de Governança, identificando-se os grupos de interesse e principais áreas de atuação.



**Quadro 59.** Quadro de Governança – Grupos de Interesse e Principais Áreas de Atuação

ENTIDADES	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	ÁREAS DE ATUAÇÃO*
Câmara Municipal da Covilhã	Dar seguimento às medidas presentes na Declaração Ambiental, articulando o seu cumprimento com as restantes entidades e grupos que integram o Quadro de Governança.	OT; AMB; PATR; AEC; AGR; TRA; SAU; TUR; ENE; EQ; RIS
	Proceder à monitorização da AAE, com particular destaque para a produção dos Relatórios de Avaliação e Controlo.	
	Garantir a execução das intervenções programadas no Programa de Execução e Financiamento, bem como dos compromissos assumidos na proposta de alteração (com destaque para as ações de infraestruturação associadas à classificação como Solo Urbano).	
	Desenvolver e fomentar os processos de participação pública de âmbito municipal.	
	Desenvolver e fomentar os processos de participação pública, bem como o diálogo e cooperação institucional.	
	Educação; Cultura, tempos livres e desporto; Cuidados primários de saúde; Ação social; Proteção civil; Ambiente e salubridade; Desenvolvimento; Ordenamento urbano e rural; Proteção da comunidade.	
Juntas de Freguesia	Promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o Município, nomeadamente nos domínios atribuídos às freguesias (pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): Equipamento rural e urbano; Abastecimento público;	OT, AMB, PATR, AEC, AGR, SAU, EQ
	Desenvolver e fomentar os processos de participação pública de âmbito local.	
Agência Portuguesa do Ambiente	Implementação de políticas de ambiente e estabelecimento de diagnósticos, metas e objetivos ambientais a diferentes escalas.	OT, AMB, AEC, RIS
	Manter um registo atualizado dos resultados de monitorização da qualidade da água, das orientações em matéria de proteção e valorização dos recursos hídricos.	
	Acompanhar as fases de monitorização/seguimento da AAE e do Plano.	
	Desenvolver e fomentar os processos de participação pública, bem como o diálogo e cooperação institucional.	
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	Manter a atualização das políticas de ordenamento do território e desenvolvimento regional, com especial enfoque nas políticas de ambiente, contribuindo para o estabelecimento de diagnósticos, metas e objetivos ambientais a diferentes escalas.	OT, AMB, PATR, AEC, TRA, TUR, EQ, RIS, AGR
	Assegurar a coordenação e desenvolvimento das ações de fiscalização nas matérias da sua competência, competindo-lhe fiscalizar no domínio do ambiente e do ordenamento do território.	
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	Acompanhar as fases de monitorização/seguimento da AAE e do Plano, com especial ênfase para a componente de proteção da biodiversidade e salvaguarda do funcionamento dos ecossistemas.	OT, AMB, PATR, AGR
	Desenvolver e/ou apoiar o desenvolvimento de Planos de Gestão das áreas da Rede Natura 2000.	
	Monitorizar o estado de conservação dos valores naturais com ocorrência no concelho.	
	Promover e/ou orientar operações de remoção de espécies exóticas invasoras.	
Municípios do Fundão, Belmonte, Guarda, Manteigas, Seia, Pampilhosa da Serra, Arganil	Assegurar, no planeamento do desenvolvimento municipal, uma coerência nas áreas limítrofes interconcelhias (nomeadamente ao nível do desenvolvimento dos respetivos Planos Diretores Municipais).	AEC, AMB, PATR, AEC, AGR, TRA, SAU, TUR, ENE, EQ, RIS
CIM das Beiras e Serra da Estrela	Promover o planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território da AMP, articulando os investimentos municipais de interesse intermunicipal.	OT; AMB; PATR; AEC; AGR; TRA; SAU; TUR; ENE; EQ; RIS
	Articular a atuação entre municípios e os serviços da Administração Central ao nível das infraestruturas intermunicipais, redes de equipamentos, ordenamento do território, recursos naturais.	

ENTIDADES	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	ÁREAS DE ATUAÇÃO*
	Promover a elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento intermunicipais, em setores estratégicos, com vista à melhoria das condições de vida da população residente.	
Administração Regional de Saúde do Centro, IP	Desenvolver e fomentar atividades no âmbito da saúde pública, de modo a garantir a proteção e promoção da saúde das populações. Assegurar a adequada articulação entre os serviços prestadores de cuidados de saúde. Desenvolver e consolidar a rede de cuidados continuados integrados e supervisionar o seu funcionamento.	OT, SAU
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	Planear, coordenar e executar as políticas de emergência e de proteção civil, designadamente na prevenção e na resposta a acidentes graves e catástrofes (sismos, cheias, incêndios urbanos e florestais, acidentes industriais, acidentes com o transporte de mercadorias perigosas e acidentes rodoviários), de proteção e socorro de populações e coordenação dos agentes de proteção civil. Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais de proteção civil com o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC).	OT, AEC, RIS
Direção-Geral de Energia e Geologia	Acompanhar, regulamentar e licenciar a prospeção, aproveitamento, proteção e valorização dos recursos geológicos e o respetivo contexto empresarial e contratual. Proceder a ações de fiscalização nos domínios da energia e recursos geológicos, nos termos da legislação aplicável aos respetivos sectores, com especial enfoque nas áreas de exploração de massas minerais (pedreiras) atualmente existentes.	AEC, ENE, OT
Património Cultural, IP	Participação no estudo, investigação e divulgação do Património Cultural Imóvel e Imaterial português, pela gestão do património edificado arquitetónico e arqueológico, em vias de classificação ou de elevado interesse histórico, artístico e científico e pela gestão de uma vasta rede de monumentos e sítios arqueológicos distribuídos pelo território nacional continental, incluindo a documentação e inventário do Património Cultural Imaterial. Desenvolver e atualizar os arquivos documentais e as bibliotecas afetas, bem como os sistemas de informação para o inventário do património arquitetónico, arqueológico e imaterial, e assegurar o acesso do público a essa informação.	OT, PATR
Turismo de Portugal, IP	Promover a região como destino turístico, apoiando o desenvolvimento das infraestruturas e o investimento no setor. Contribuir para a formação de recursos humanos neste setor de atividade.	AEC, TUR
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	Contribuir para a execução das políticas nos domínios da regulação da atividade das explorações agrícolas, dos recursos genéticos agrícolas, da qualificação dos agentes rurais e diversificação económica das zonas rurais, da gestão sustentável do território e do regadio, exercendo funções de autoridade nacional do regadio.	AGR, AMB, AEC, OT
Guarda Nacional Republicana   SEPNA	Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes a conservação e proteção da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, dos solos e da riqueza cinegética, piscícola, florestal ou outra, previstas na legislação ambiental, bem como investigar e reprimir os respetivos ilícitos; Proteger e conservar o património natural, bem como colaborar na aplicação das disposições legais referentes ao ordenamento do território;	AMB, OT, AGR, RIS
Associações Culturais e Desportivas e Instituições Particulares de Solidariedade Social	Participação, em matéria de ambiente, na adoção das decisões relativas a procedimentos de autorização ou referentes a atividades que possam ter impactes ambientais significativos, bem como na preparação de planos e programas ambientais; Promover a prevenção, a cessação e a reparação de violações de bens e valores ambientais da forma mais célere possível; Pedir a cessação imediata da atividade causadora de ameaça ou dano ao ambiente, bem como a reposição da situação anterior e o pagamento da respetiva indemnização, nos termos da lei.	OT; AMB; PATR; AEC; TUR; EQ;
Municípios em geral	Participação, em matéria de ambiente, na adoção das decisões relativas a procedimentos de autorização ou referentes a atividades que possam ter impactes ambientais significativos, bem como na preparação de planos e programas ambientais; Promover a prevenção, a cessação e a reparação de violações de bens e valores ambientais da forma mais célere possível;	OT; AMB; PATR; AEC; AGR; TRA; SAU; TUR; ENE; EQ; RIS;

ENTIDADES	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	ÁREAS DE ATUAÇÃO*
	Pedir a cessação imediata da atividade causadora de ameaça ou dano ao ambiente, bem como a reposição da situação anterior e o pagamento da respetiva indemnização, nos termos da lei.	
*OT - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO; AMB – AMBIENTE; PATR – PATRIMÓNIO E CULTURA; AEC – ATIVIDADES ECONÓMICAS; AGR – AGRICULTURA E PESCAS; TRA – ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES; SAU – SAÚDE; TUR – TURISMO; ENE – ENERGIA; EQ – EQUIPAMENTOS; RIS - RISCOS		

A AAE irá considerar este Quadro de Governança na avaliação, verificando a existência de capacidade instalada para uma eficaz implementação da estratégia proposta no Plano e na definição de uma rede de relações diretas e/ou indiretas para a concretização eficaz e eficiente das políticas e medidas definidas. Das entidades referidas é esperado um envolvimento efetivo no processo de preparação e discussão do Plano, bem como na fase de monitorização/implementação do plano.

## 9.2 MEDIDAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

A avaliação da proposta final de Plano permitiu aferir, através dos diferentes parâmetros definidos no quadro de avaliação, quais os principais efeitos que a proposta de Plano acarreta para o concelho da Covilhã. Assim, apesar de já terem sido acolhidas, em grande medida, as propostas efetuadas numa fase preliminar, elencam-se, ainda assim, algumas recomendações suscitadas pela análise efetuada à proposta final, com o objetivo de assegurar o bom desempenho ambiental da revisão estratégica do plano, considerando, também, as principais tendências territoriais e os riscos e oportunidades que se colocam ao desenvolvimento no médio/longo prazo.

**Quadro 60.** Medidas de Planeamento e Gestão

FCD	Medidas de Planeamento e Gestão
FCD1 – Biodiversidade, Recursos Naturais e Paisagem	Promover uma maior preocupação com a incorporação da infraestrutura verde e de outras soluções de construção sustentável nas obras de urbanização e edificação (p.e. plantação de árvores de arruamento, implementação de Sistemas Urbanos de Drenagem Sustentável (SUDS), utilização de pavimentos permeáveis), através da sua futura inclusão nas intervenções a promover pelo Município e no desenvolvimento de cadernos de encargos destinados à aquisição de projetos de especialidades.
	Assegurar a continuidade da infraestrutura verde, bem como a integração paisagística da instalação de equipamentos, infraestruturas e de atividade industriais em Aglomerados Rurais, salvaguardando os recursos hídricos e de solo (p.e. minimizando os entubamentos de linhas de água e terraplanagens) e o equilíbrio dos ecossistemas, reforçando o valor ecológico das áreas verdes de enquadramento, através da plantação densificada de árvores e arbustos autóctones e endémicos.
	Garantir que os projetos agrícolas (incluindo as redes de rega) e florestais salvaguardem e protejam a potencial afetação a elementos patrimoniais arqueológicos.
	Atualizar periodicamente o inventário do património cultural, natural e paisagístico, permitindo a sua avaliação, monitorização e a divulgação do conhecimento, através do registo com novos meios e ferramentas.
	Garantir um eficaz controlo da proliferação e dispersão de unidades industriais fora dos espaços destinados a esta atividade (os quais apresentam consequências ao nível da qualidade da paisagem).
FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos	Garantir a incorporação, no Plano de Prevenção e Gestão de RCD (PPGRCD), das metas previstas no Regime geral de gestão de resíduos, nomeadamente a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização material dos resíduos de construção e demolição.
	Ponderar o estabelecimento de uma classe mínima de certificação energética exigível (ex.: Classe A) para certo tipo de obras de edificação e para algumas tipologias de edifícios.
	Mitigar e minimizar os riscos (essencialmente cheias e inundações e deslizamentos de terras), com ações operacionais de estabilização de talvegues e taludes (ex.: por via da cobertura vegetal) ou ações regulares de sensibilização sobre medidas de autoproteção, entre outras.
	Avaliar e monitorizar, periodicamente, as áreas com maior exposição ao risco de incêndio, nomeadamente ao nível da limpeza das faixas de gestão de combustível na interface urbano/rural, nas áreas envolventes aos espaços de atividades económicas, infraestruturas, edifícios sensíveis e elementos de elevado valor patrimonial.
	Promover medidas que visem a reutilização de águas residuais e/ou de águas pluviais para lavagem de pavimentos, rega dos espaços verdes, entre outros.

FCD	Medidas de Planeamento e Gestão
FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial	<p>Condicionar a expansão urbana ao aproveitamento prioritário de vazios e à capacidade instalada/prevista ao nível das infraestruturas territoriais.</p> <p>Tendo em vista a melhoria da resiliência ambiental e a adaptação do território às alterações climáticas, promover a implementação de sistemas urbanos de drenagem sustentável, que permitam a infiltração e/ou a diminuição dos caudais de ponta afluentes às linhas de água, implementando soluções nos espaços verdes (ex.: bacias de retenção secas, poços de infiltração), arruamentos (ex. biovaletas, separadores centrais rebaixados para recolha das águas de escorrência) e outros espaços públicos.</p>
FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico	<p>Reservar quota mínima de habitação acessível e habitação a custos controlados em programas de reabilitação e nova construção habitacional em larga escala.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de projetos que promovam a dinamização da economia local assente na articulação entre processos/presença física e as tendências de evolução centradas na digitalização desses mesmos processos e presenças.</p> <p>Fomentar a implementação de espaços de apoio direcionados para a criação e modernização de empresas ligadas ao setor agrícola, nos eventuais equipamentos de incubação/laboratórios de empresas que se prevê criar, considerando que o setor agrícola poderá, em territórios mais rurais, dar uma contribuição significativa para a atração de investimento e criação de emprego para população mais jovem, contrariando a perda de ativos no mercado de trabalho e potenciando eventuais agentes de desenvolvimento económico e social a nível local.</p>

### 9.3 MEDIDAS DE CONTROLO

Conforme disposto da Nota Técnica publicada pela APA (NT.AAE.2/2020)<sup>10</sup>, o RA estabelece o enquadramento para o âmbito de aplicação do controlo, ao identificar os eventuais efeitos significativos no ambiente, sendo que os efeitos a controlar poderão ser os descritos no RA. Esta Nota Técnica salienta, também, que os métodos de controlo escolhidos “devem ser aqueles que estão disponíveis e são mais adequados, em cada caso, para verificar quando o Plano ou Programa é executado e para identificar, atempadamente, os efeitos negativos imprevistos resultantes da execução do mesmo”. Deste modo, é definido um conjunto de indicadores através dos quais será possível acompanhar a execução da 1.ª Revisão do PDMC e aferir os respetivos efeitos ambientais, na perspetiva de cada um dos FCD atrás identificados (**Quadro 61**). Para identificação destes indicadores, foram tidos em conta as medidas de planeamento e gestão, anteriormente referidas, de forma a estabelecer um quadro de seguimento pragmático e verificável, mais adequado à realização dos relatórios de avaliação e controlo, identificando, sempre que possível, fontes de informação com periodicidade de atualização anual.

<sup>10</sup> A Fase de Avaliação e Controlo em Sede dos Procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas (de acordo com o DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2001, de 4 de maio)

**Quadro 61.** Indicadores de seguimento

Indicador	Valor Base	Efeito Expectável	Fonte de Informação	Periodicidade de atualização da informação	Objetivos e metas de referência
<b>FCD 1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos</b>					
Territórios artificializados <i>per capita</i> (m²/hab.)	436 (2018)	↓	COS, DGT / ODSLocal	Anual	235**
Proporção de massas de água com bom estado/ potencial ecológico (%)	68 (2021)	↑	PGRH / SNIAmb / ODS Local	Anual	100**
Proporção de solo ocupada por florestas de eucalipto (%)	2,1 (2018)	↓	COS	Anual	2,1
Património cultural (arquitetónico e arqueológico) classificado (n.º)	CIP: 1 IIP: 12 IIM: 5 MIP: 4 MIM: 2 SIM: 1 (2025)	↑	CMC / Património Cultural, IP	Variável*	-
Proporção de RAN utilizada para fins não agrícolas (%)	26	↓	COS	Variável*	-
Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)	- (sem dados)	↑	CMC	Variável*	-
<b>FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos</b>					
Dias com índice de qualidade do ar bom ou muito bom (%)	97,0 (2018)	↑	INE, CCDRC	Anual	100,0%
Perdas reais de água no sistema de abastecimento de água (l/ramal/dia)	54,0 (2022)	↓	ERSAR, ADC	Anual	25
Percentagem do número total de análises realizadas à água para consumo público, cujos resultados estejam em conformidade com a legislação (Água Segura) (%)	99,7 (2021)	→	ODSLocal, ADC	Anual	99%**
Classificação energética B, A e A+ dos edifícios existentes (%)	8,7 (2024)	↑	Estatística do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios da ADENE – Agência para a Energia	Anual	10%

Indicador	Valor Base	Efeito Expectável	Fonte de Informação	Periodicidade de atualização da informação	Objetivos e metas de referência
Emissões de gases com potencial efeito de estufa (kton)	104,27 (CO <sub>2</sub> ) 0,92 (CH <sub>4</sub> ) 0,03 (N <sub>2</sub> O) (2019)	↓	APA, PMAC, PAESC	Anual	-
Territórios artificializados em áreas de risco da REN (ha por tipologia de risco)	296,5 (2023)	→	COS	Variável*	-
<b>FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial</b>					
Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento (%)	29,4% (2021)	↓	ODSLocal	Anual	22,3**
Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo pedonal nas deslocações pendulares (%)	15,5 (2021)	↑	INE	Anual	-
Capacidade de respostas sociais (n.º de lugares)	2 921,0 (2020)	↑	CMC, Carta Social	Anual	-
Proporção de população residente na União das freguesias de Covilhã e Canhoso e na freguesia de Tortosendo (%)	50,4 (2021)	↑	INE, CRUS	Anual	-
Taxa de execução das áreas urbanas não infraestruturadas – AUNI (%)	0 (2025)	↑	CMC	Anual	100
Taxa de execução das áreas urbanas a consolidar – AUC (%)	0 (2025)	↑	CMC	Anual	100
Taxa de execução das unidades operativas de planeamento e gestão – UOPG (%)	0 (2025))	↑	CMC	Anual	100
Taxa de ocupação dos Espaços de Atividades Económicas – EAE (%)	0 (2025)	↑	CMC	Anual	100
Taxa de ocupação dos loteamentos (%)	0 (2025)	↑	CMC	Anual	100
Taxa de ocupação dos espaços verdes (%)	0 (2025)	↑	CMC	Anual	100



Indicador	Valor Base	Efeito Expectável	Fonte de Informação	Periodicidade de atualização da informação	Objetivos e metas de referência
<b>FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico</b>					
Proporção de população desempregada (%)	7,7 (2021)	↓	INE, DataCentro	Anual	-
Grau de ocupação das ZI (%)	94,8 (2018)	↑	CMC	Anual	-
N.º de explorações agrícolas (n.º)	1 734,0 (2019)	↑	INE	Anual	-
Superfície agrícola utilizada (ha)	14 338,0 (2019)	↑	INE	Anual	-
Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes (n.º)	464,9 (2021)	↑	INE, TdP	Anual	-

\* A atualização da informação do respetivo indicador não é regular e depende da ocorrência ou da implementação de ações específicas pelo município.

\*\*Fonte da meta: Plataforma ODSLocal, Objetivos do desenvolvimento sustentável para o horizonte 2030. (<https://odslocal.pt>).

\*\*\* Fonte da meta: Foram considerados os agregados identificados no Acordo de Colaboração da ELH

## 10. CONCLUSÃO

O processo da AAE da 1.ª Revisão do PDMC foi interativo e dinâmico, havendo um diálogo permanente entre a equipa da AAE e do Plano, através da partilha de medidas de planeamento e gestão identificadas nas várias versões do RA. Importa referir que, a equipa do Plano acolheu na generalidade essas recomendações identificadas pela AAE, conforme se demonstra nos capítulos anteriores.

Relativamente à identificação dos efeitos significativos da proposta, entre os aspetos positivos, destaca-se a diversificação funcional das categorias de solo (usos dominantes, complementares e compatíveis), contribuindo para uma gestão de solo mais sustentável, ao estimular a criação de centralidades (em solo urbano) e a vocação produtiva e valorização económica das explorações (em solo rústico), ao admitir atividades de suporte (p.e. residência própria e permanente de quem exerça atividade agrícola ou pecuária, estabelecimentos industriais ligados à produção, empreendimentos turísticos rurais).

Ressalva-se, contudo, que a proposta de classificação do solo aumenta em 22,8% os perímetros urbanos relativamente ao PDM em vigor, que resulta em 338,11 ha de áreas, entretanto, artificializadas. Apesar do risco ambiental do aumento da afetação dos recursos naturais e do agravamento dos fenómenos de dispersão edificatória (e os custos urbanísticos associados), estes novos urbanos decorrem essencialmente da aplicação do critério de integração das áreas servidas pelas infraestruturas básicas na delimitação dos perímetros urbanos. Contudo, verifica-se que a baixa artificialização dos perímetros urbanos (pouco mais de metade está ocupado por Territórios artificializados), ocorre nas categorias de solo de “Espaços Habitacionais” e “Espaços Urbanos de Baixa Densidade” onde a capacidade construtiva é relativamente reduzida. Atendendo ao facto das novas áreas urbanas corresponderem a áreas de agricultura de proximidade para consumo próprio (hortas) e aos parâmetros de edificabilidade que condicionam a sua artificialização, antevê-se a preservação deste padrão de ocupação do território, com efeitos positivos para a conservação do carácter da paisagem e de uma estrutura ecológica funcional e integrada, promovendo a produção alimentar de proximidade, a multifuncionalidade do solo urbano, a qualidade de vida urbana, a preservação dos recursos solo e água e a regulação térmica em ambiente urbano.

No que respeita à sua execução, destaca-se o contributo do Plano para a salvaguarda do recurso solo, ao fazer depender a eventual urbanização de áreas sem estrutura urbana estabilizada e/ou infraestruturadas, à existência de condições económicas que permitam o seu efetivo desenvolvimento,

sendo requalificadas para a subcategoria de “Espaços Verdes de Enquadramento” no caso do incumprimento do prazo definido no programa de execução.

Outro aspeto positivo relevante da proposta de ordenamento é a melhoria da hierarquização funcional do sistema urbano, que zela pela preservação dos núcleos históricos principais (reforçando a identidade local), beneficiando, também, a rede de acessibilidades e dos serviços de transporte público (podendo contribuir para a redução de emissões relacionada com este setor). Esta clarificação do sistema urbano favorece, também, a coesão territorial, através da redistribuição equilibrada de serviços por nível de aglomerado e correção das desigualdades territoriais, permitindo a retenção populacional nos polos mais secundários.

A proposta do Plano contribui para a adaptabilidade do território às necessidades dos agentes económicos e consequente capacidade de atrair investimento, sem prejudicar a imagem urbana, ao definir parâmetros urbanísticos com base nas características morfotipológicas, assegurando os alinhamentos e recuos dominantes, da altura da fachada da frente urbana, volume e proporção.

As diretrizes de seguimento contempladas no RA, nomeadamente das medidas de controlo (sistema de indicadores de seguimento) pretendem minimizar e monitorizar os aspetos negativos expectáveis, decorrentes da presente proposta de Revisão do Plano, através da elaboração anual dos Relatórios de Avaliação e Controlo, que asseguram a continuidade do processo da AAE.

## BIBLIOGRAFIA

**Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (2020).** *Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2020-2030.*

**Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2011).** *Guia para a integração da prevenção de acidentes graves na avaliação ambiental estratégica dos planos municipais de ordenamento do território.*

**Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2020a).** *Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de AAE de Planos e Programas.*

**Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2020b).** *Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de AAE de Planos e Programas.*

**Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2021)** *Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho – 2015, 2017 e 2019*

**Câmara Municipal da Covilhã (1999).** *Plano Diretor Municipal da Covilhã.*

**Câmara Municipal da Covilhã (2020a).** *Estratégia Local de Habitação da Covilhã.*

**Câmara Municipal da Covilhã (2020b).** *Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território.*

**Câmara Municipal da Covilhã (2021)** *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Covilhã. Caderno I - Informação Base e Caderno II - Plano de Ação*

**Câmara Municipal da Covilhã (2022).** *Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal*

**Câmara Municipal da Covilhã (2022a).** *Diagnóstico Social. Rede Social da Covilhã.*

**Câmara Municipal da Covilhã (2024)** *Plano Diretor Municipal - Revisão. Estratégia e Desenvolvimento Territorial.*

**Comissão Nacional do Território (2020).** *PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais.* Disponível no sítio eletrónico da DGT.

**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2016).** *Revisão do PDM - Guia Orientador.*

**Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (2019)** *Relatório - Plano intermunicipal e planos municipais para as alterações climáticas*

**Condessa, B., Nicolau, R. (2022)** *Dinâmicas de Artificialização do Solo em Portugal Continental nos períodos de 1990-2007 e 2007-2018*

**Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2002).** *Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos.*

**Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) (2018).** *Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território.*

**Direção-Geral do Território (2018).** *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Diagnóstico.*

**Direção-Geral do Território (2018b).** *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Estratégia.*

**Direção-Geral do Território (2018c).** *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Uma Agenda para o Território (Programa de Ação).*

**Direção-Geral do Território (2018d).** *Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015.*

**Direção-Geral do Território (2019).** *Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 2018.*

**Direção-Geral do Território (2020).** *Formação dos planos territoriais - Matérias no âmbito das atribuições da DGT. Versão 0. Janeiro 2020*

**Direção-Geral do Território (2021).** *Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental. Versão 0. Março 2021*

**Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (2006).** *Plano Setorial da Rede Natura 2000.*

**Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; Floradata; Território XXI (2022).** *Relatório Base do Plano de Gestão da ZEC Serra da Estrela.* (Documento preliminar, disponibilizado aos municípios no âmbito do período de consulta dirigida que decorreu entre janeiro e fevereiro de 2022)

**Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; Floradata; Território XXI (2022).** *Relatório Base do Plano de Gestão da ZEC Complexo do Açor.* (Documento preliminar, disponibilizado aos municípios no âmbito do período de consulta dirigida que decorreu entre janeiro e fevereiro de 2022)

**Instituto Nacional de Estatística (2019).** *Anuário Estatístico de Portugal - 2018.* INE, I.P.; Lisboa.

**Instituto Nacional de Estatística (2022).** *Estatísticas de Preços da Habitação ao Nível Local.* INE, I.P.; Lisboa.

**Partidário, Maria do Rosário (2007).** *Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas.* Agência Portuguesa do Ambiente. Amadora.

**Partidário, Maria do Rosário (2012).** *Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE.* Agência Portuguesa do Ambiente, com o apoio de Redes Energéticas Nacionais (REN), SA. Lisboa.

**Redes Energéticas Nacionais** (2011). *Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de Eletricidade 2012-2017* (2022).

**Redes Energéticas Nacionais** (2019). *Servidão de Linhas de Transporte de Eletricidade*.

**Scottish Executive** (2005). *A Practical Guide to the Strategic Environmental Assessment Directive*.

**Therivel, Riki** (2010). *Strategic Environmental Assessment in Action*. Routledge.

**Turismo de Portugal** (2017). *Estratégia Turismo 2027 – Liderar o Turismo do Futuro*.

## LEGISLAÇÃO

**Bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional**

Lei n.º 54/2015, de 22 de junho

**Classificação dos bens imóveis de interesse cultural e regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda**

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro

**Código Florestal**

Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro

**Conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e urbanismo**

Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro

**Critérios de classificação e reclassificação do solo**

Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto

**Diretivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens e à preservação dos habitantes naturais e da fauna e flora selvagens (transposição)**

Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril

Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro

**Estatuto das Estradas da Rede Nacional**

Lei n.º 34/2015, de 27 de abril

**Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 (ECS 2020)**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 11 de agosto

**Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)**

Resolução Do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio

**Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC 2020-2030)**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019

**Estratégia Nacional para o AR 2020 (ENAR 2020)**

Resolução de Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto

**Lei da Água**

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (1.ª publicação)

Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho (alteração e republicação)

**Lei de Bases da Habitação**

Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro

**Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU)**

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

**Lista Nacional de Sítios de Importância Comunitária**

Declaração n.º 5/97, de 28 de agosto (1.ª fase)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00, de 5 de julho (2.ª fase)

**Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio

**Parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos de utilização coletiva**

Portaria n.º 216-B/2008

**Parques Nacionais e outros tipos de reservas**

Lei n.º 9/70, de 19 de julho

**Perímetros de proteção para captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público**

Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro

**Plano Diretor Municipal da Covilhã**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/99, de 23 de outubro (1.ª publicação)

Edital n.º 908/2009, N.º 159, de 18 de agosto (1.ª alteração)

Aviso n.º 16850/2019, de 22 de outubro (2.ª alteração)

Declaração n.º 94/2000, de 29 de outubro (3.ª alteração)

Declaração n.º 19/2021, de 18 de fevereiro (4.ª alteração)

Aviso n.º 22920/2022, de 30 de novembro (5.ª alteração)

**Plano de Urbanização da Grande Covilhã**

Aviso n.º 15208/2010, 30 de julho de 2010 (1.ª publicação)

Aviso n.º 18292/2011, 15 de setembro (Suspensão)

Aviso n.º 5419/2014, 29 de abril (prorrogação da suspensão)

Aviso 7902/2018, 12 de junho (1.ª alteração)

Aviso n.º 10380/2021, 2 de junho (2.ª alteração)

Declaração n.º 40/2022, 30 de março (3.ª alteração)

Aviso n.º 15471/2022, 5 de agosto (Correção material)

Aviso n.º 5003/2024, 07 março (4.ª alteração)



**Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI 3+)**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto

**Plano de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH) do Tejo e Oeste (RH 5)**

3.º ciclo de planeamento (2022-2027)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024

**Plano Nacional da Água (PNA)**

Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril (1.ª publicação)

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro (revisão)

**Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho

**Plano Setorial da Rede Natura 2000**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho

**Princípios e normas para a produção cartográfica**

Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto

**Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho

**Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020+ (PERSU 2020+)**

Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho

**Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**

Alteração da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro;

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro (revisão)

**Programa Nacional para a Coesão Territorial**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro

**Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respetivos agrupamentos**

Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio

**Regime de avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente**

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho

**Regime de Avaliação e Gestão da Qualidade do Ar**

Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro

**Regime de aproveitamento das águas minerais naturais**

Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março

**Regime especial das expropriações e constituição de servidões necessárias à realização de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais**

Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro

**Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB)**

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho

**Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RERU)**

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto

**Regime Jurídico da Titularidade dos Recursos Hídricos**

Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto

**Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)**

Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 10 de novembro, na sua versão mais recente

**Regime Jurídico de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e dos Lagos e Lagoas de Águas Públicas**

Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio

**Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)**

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

**Regime Jurídico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território**

Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março

**Regulamento das Normas e Especificações Técnicas da Cartografia**

Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro

**Regulamento Geral do Ruído**

Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro

**Reorganização Administrativa do Território das Freguesias**

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (1.ª publicação)

Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março (1.ª alteração)

**Reserva Agrícola Nacional | RAN**

Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro

**Reserva Ecológica Nacional | REN**

Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto

Portaria 336/2019, de 26 de setembro (revisão das orientações estratégicas)

**Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios**

Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto

**Restrições básicas ou níveis de referência referentes à exposição humana a campos eletromagnéticos derivados de linhas, instalações e demais equipamentos de alta e muito alta tensão**

Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro

**Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050)**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho

**Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação**

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro

**Uma nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)**

Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril.

## RECURSOS WEB

**ADENE – Agência para a Energia**

<https://www.sce.pt/estatisticas/>

**Agência Portuguesa do Ambiente | APA**

<https://www.apambiente.pt>

**Autoridade Nacional de Comunicações | ANACOM**

<https://www.anacom.pt>

**Câmara Municipal da Covilhã | CMC**

<https://www.cm-covilha.pt/>

**Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela | CIMRBSE**

<https://cimbse.pt>

**Direção-Geral de Energia e Geologia**

<https://www.dgeg.gov.pt>

**Direção-Geral do Património Cultural | DGPC**

<https://www.patrimoniocultural.gov.pt>

**Direção-Geral do Território | DGT**

<https://www.dgterritorio.pt>

**Energias de Portugal | EDP distribuição**

<https://www.edpdistribuicao.pt>

**Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos | ERSAR**

<https://www.ersar.pt>

**Estratégia Turismo 2027**

<https://estrategia.turismodeportugal.pt>

**Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas | ICNF**

<https://www.icnf.pt>

**Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana | IHRU - Portal da Habitação**

**Áreas de Reabilitação Urbana**

<https://www.portaldahabitacao.pt>

<https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao>

**Instituto Nacional de Estatística | INE**

<https://www.ine.pt>

**ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

<https://odslocal.pt/>

**Portal do Arqueólogo**

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt>

**Redes Energéticas Nacionais | REN**

<https://www.ren.pt>

**Serviço Nacional de Saúde**

<https://www.sns.gov.pt>

**Sistema de Informação Geográfica do Turismo | SIGTUR**

<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>

**Sistema de Informação para o Património Arquitetónico | SIPA**

<http://www.monumentos.gov.pt>

**Turismo de Portugal**

<https://www.turismodeportugal.pt>

## **ANEXOS**

**ANEXO I – PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ERAE**

**ANEXO II – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)**